PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM FARMÁCIA

FACULDADE AMAZONAS

FICHA TÉCNICA

PRESIDENTE DO GRUPO IME

Wellington Lins de Albuquerque

REITORA DO GRUPO IME
Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque

PRÓ – REITORA ACADÊMICA DO GRUPO IME
Cinara da Silva Cardoso

PROCURADORA INSTITUCIONAL
Irene Oliveira

SUMÁRIO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO 13

1.1 MANTENEDORA 13

1.2 Nome e Base Legal da Mantida 13

1.3 Perfil e Missão da Mantida 13

1.4 Dados Socioeconômico e Socioambientais da Região: 14
1.4.1 Dados do Município 18
1.4.2 Etimologia 19
1.4.3 História 20
1.4.4 Formação Administrativa 20
1.4.5 História Recente 21
1.4.6 Geografia 21
1.4.7 Municípios Limítrofes 22
1.4.8 Clima 23
1.4.9 Hidrografia 23
1.4.10 Fauna e flora 23
1.4.11 Demografia 24
1.4.12 Religião 25
1.4.13 Cultura e Sociedade 26
1.4.14 Festival de Cirandas 26
1.4.15 Turismo 27
1.4.16 Futebol 28
1.4.17 Sobre o Curso de Farmácia, a Profissão de Farmacêutico e a Educação do Local 29

2. SÍNTESE DA IES: 35

2.1 Breve Histórico da Mantenedora e da Primeira Mantida 35

2.2 Breve Histórico da Instituição: 35

2.3 Organograma 39

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO 40

3.1 NOME E ATOS LEGAIS DO CURSO: 40

3.2. Nome e Base legal da Mantida: 40

3.3 Relato do Processo de Construção/Implantação/Consolidação do PPC: 40

3.4 Endereço de Funcionamento do Curso 40

3.5 Atos Legais do Curso e Data da Publicação (Autorização/Reconhecimento/Renovação) 40

3.6 Conceitos do curso (CC, CPC, ENADE) 41

3.7 Número de Vagas do Curso e Turnos de Funcionamentos: 41

3.8 Carga Horaria Total do Curso e Tempo Mínimo e Máximo de Integralização: 41

3.9 Protocolo de Compromisso ou Termo de Saneamento de Deficiência, medidas Cautelares, Termos de Supervisão 41

3.10 PERFIL DO COORDENADOR: 41

3.10.1 Nome, formação, titulação, tempo de experiência dentro e fora do magistério: 41

3.11 Disciplina em Língua Estrangeira: 42

3.12 Convênio 42

3.13 Quantitativo anual do corpo discente, desde o último ato autorizativo (ingressantes matriculados em TCC, participantes de projetos de pesquisa por ano, participantes em projetos de extensão por ano, participantes de financiamento por ano 42

3.14 Justificativa para a criação do curso e número de IES que ofertam o curso no Município: 42

3.14.1 Demandas de Natureza Econômica 44
3.14.2 Demandas de Natureza Social 46
3.14.3 Demandas Culturais 49
3.14.4 Demandas Políticas de Saúde 50
3.14.5 Demandas de Natureza Ambiental 51
3.14.6 Número de IES que ofertam o curso no Município 53

DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 54

1.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO 54

1.1.1 Política de Ensino 54
1.1.2 Política de Pesquisa 74
1.1.3 Política de Extensão e Responsabilidade Social 78
1.1.4 Política Ambiental 82
1.1.5 Política de Direitos Humanos 85
1.1.6 Política de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica 86

1.1.7 Políticas Institucionais e Ações de Estímulo Relacionadas à Difusão das Produções Acadêmicas: Científica, Didático-Pedagógico, Tecnológica, Artística e Cultural 88
1.1.8 Políticas de Estímulo à Participação em Eventos 89
1.1.9 Política de Acompanhamento de Egressos 90
1.1.10 PAPEERI – Programa de Articulação, Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social 92

1.2 OBJETIVOS DO CURSO 104
1.2.1 Objetivo Geral 104
1.2.2 Objetivos Específicos 104

1.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO 106
1.3.1 Perfil do egresso em consonância com as DCNs 106
1.3.2 Competências e Habilidades Gerais 106
1.3.3 Competências e Habilidades Específicas 108
1.3.4 Planejamento para Ampliação do Perfil do Egresso para o Mundo do Trabalho 108

1.4 Estrutura Curricular 113
1.4.1 Elementos Inovadores da Estrutura Curricular 114
1.4.2 Matriz Curricular com Quadro de Optativas e Quadro Resumo do Curso 119
1.4.3 Ementário e Bibliografias das Disciplinas Obrigatórias e Optativas 121

1.5 Conteúdo Curriculares 175
1.5.1 Relação das Disciplinas da Matriz com os Conteúdos Curriculares Exigidos nas DCNs. 175

1.6 METODOLOGIA 175
1.6.1 Metodologia de Ensino da Educação a Distância e sua Acessibilidade 182
1.6.2 Metodologia das Atividades Presenciais Obrigatórias 186
1.6.3 Metodologia das Atividades Interdisciplinares 193
1.6.4 Metodologia das Atividades Transversais de Educação Ambiental e Educação Étnico Racial 195
1.6.5 Metodologia da Educação para os Direitos Humanos 196
1.6.6 Metodologia da Articulação do Ensino, Pesquisa e Extensão 199
1.6.7 Metodologia de Avaliação do ensino Aprendizagem 204

1.7 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 207
1.7.1 Determinação das DCNS para o estágio supervisionado 207
1.7.2 Áreas de Estágio, Período Forma de Integralização da Carga Horária, Critério de Avaliação e Produto do estágio 208
1.7.3 Convênios Para Estágio Supervisionado 209

1.7.4 Forma de Orientação e Planejamento para Acompanhamento pelo Docente Orientado do Estágio Supervisionado 209
1.7.5 Forma de Supervisão do Estágio Supervisionado 210
1.7.6 Forma de Coordenação do Estágio Supervisionado 210
1.7.7 Práticas do Estágio e Estratégias para a Gestão da Integração entre o Ensino e o Mundo do Trabalho 210

1.8 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA 224

1.9 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA 224

1.10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES 224
1.10.1 Carga Horária das Atividades Complementares do Curso 224
1.10.2 Forma de Aproveitamento das Atividades Complementares 225
1.10.3 Aderência das Atividades Complementares à Formação Geral e Específica do Discente 227
1.10.4 Mecanismos Inovadores na Regulação, Gestão e Aproveitamento das Atividades Complementares. 228
1.10.5 Regulamento das Atividades Complementares 229

1.11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 236
1.11.1 Determinação das DCNS para o Trabalho de Conclusão do Curso - TCC 236
1.11.2 Áreas, período, carga horária e produto do TCC 236
1.11.3 Forma de Apresentação do TCC 236
1.11.4 Forma de Orientação do TCC 236
1.11.5 Forma de Coordenação do TCC 237
1.11.6 Forma de Divulgação de Manuais Atualizados de Apoio à Produção dos Trabalhos 238
1.11.7 Forma de Disponibilização dos TCC’s em Repositórios Institucionais 238
1.11.8 Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso 239

1.12 APOIO AO DISCENTE 255
1.12.1 Acolhimento ao Ingressante 256
1.12.2 Controle de Evasão 256
1.12.3 Acessibilidade Metodológica e Instrumental 257
1.12.4 Intermediação e Acompanhamento do Estágio Não Obrigatório 259
1.12.5 Apoio psicopedagógico e de acessibilidade- NAPA 260
1.12.6 Nivelamento 260
1.12.7 Representatividade Discente e Diretório Acadêmico 260
1.12.8 Internacionalização e Mobilidade Acadêmica 261
1.12.9 Ações Inovadoras 261
1.12.1 Projeto Formação de Lideres e Formação de Empreendedores 261

1.12.2 Workshop de Empregabilidade 261
1.12.3 Monitoria 261

1.13 GESTÃO DO CURSO E AS AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA DO CURSO 262
1.13.1 Objetivos do Processo de Auto Avaliação Institucional e de Curso 264
1.13.2 Planejamento da Avaliação Institucional e do Curso 264
1.13.3 Relatório Analítico do Resultado da Avaliação de Curso 268
1.13.4 Plano de Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso 269
1.13.5 Plano de Ação de Melhoria de Gestão Institucional 273

1.14 ATIVIDADES DE TUTORIA 274
1.14.1 Mediação Pedagógica junto aos Discentes em Momentos *Online* 276
1.14.2 Mediação Pedagógica em Momento Presencial 277
1.14.3 Domínio de Conteúdo, de Recursos e dos Materiais Didáticos 278
1.14.4 Acompanhamento dos Discentes no Processo Formativo 281
1.14.5 Planejamento de Avaliação Periódica por Estudantes e Equipe Pedagógica do Curso e Ações Corretivas e de Aperfeiçoamento das Atividades 282
1.14.6 Atividades Presenciais Obrigatórias 283

1.15 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES DOS TUTORES 283
1.15.1 Adequação dos Conhecimentos, Habilidades e Atitudes dos Tutores para as Ações Alinhados ao PPC, às Demandas Comunicacionais e às Tecnologias Previstas no Curso 283
1.15.2 Planejamento de Avaliações Periódicas de Identificação de Necessidade de Capacitação de Tutores 285
1.15.3 Apoio Institucional para Adoção de Práticas Criativas e Inovadoras para Permanência e Êxito dos Discentes 286

1.16 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM 287
1.16.1 TICs Planejadas para o Processo de Ensino Aprendizagem 287
1.16.2 Viabilização Acessibilidade Digital e Comunicacional por Meio das TICs 287
1.16.3 Interatividades entre Discente, Docentes e Tutores e Acesso a Materiais e Recursos Didáticos por meio das TICs a quaisquer horas e lugar 288
1.16.4 Experiências Diferenciadas de Aprendizagem Baseadas no uso das TICs 288

1.17 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM – AVA 289
1.17.1 Materiais, Recursos e Tecnologias do AVA para a Cooperação e Reflexão sobre Conteúdos entre Tutores, Discentes e Docentes 289
1.17.2 Acessibilidade Metodológica, Instrumental e Comunicacional no AVA 291

1.17.3 Avaliação Periódica do AVA documentadas e Ações de Melhoria Contínua 292

1.18 MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL 293
1.18.1 Planejamento da Elaboração e Validação pela Equipe Multidisciplinar do EAD do Material Didático das Disciplinas EAD, em termos de Abrangência, Coerência, Acessibilidade Adequação de Bibliografia, Linguagem Inclusiva e Recursos Inovadores 293

1.19 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM 295
1.19.1 Atendimento do Acompanhamento e de Avaliação para a Concepção do Curso 295
1.19.2 Avaliação do Ensino Aprendizagem e Autonomia Discente 297
1.19.3 Avaliação Diagnóstica 298
1.19.4 Avaliação Formativa 298
1.19.5 Avaliação Somativa 299
1.19.6 Disponibilização dos Resultados das Avaliações de Ensino Aprendizagem 300
1.19.7 Planejamento de Ações para Melhoria da Aprendizagem 301

1.20 NÚMERO DE VAGAS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO 302
1.20.1 Número de Vagas Pleiteado 302
1.20.2 Estudo Qualitativo e Quantitativo de Adequação do Número de Vagas e Adequação à Dimensão do Corpo Docente e à Infraestrutura Física e Tecnológica 302
1.20.3 Formas de Acesso ao Curso 304
1.20.4 Do Processo Seletivo 305
1.20.5 Da Transferência Externa 305
1.20.6 Transferência ex officio 306
1.20.7 Do Portador de Diploma de Curso Superior 307
1.20.8 Da Reopção 308
1.20.9 Do Enem 308
1.20.10 Matrícula 308

1.21 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO (Licenciaturas) 309
1.21.1 Convênios e ações previstas para integração com a rede pública de ensino 309
1.21.2 Ações e uso de tecnologias educacionais de desenvolvimento, testagem, execução e avaliação de estratégias didático-pedagógicas 309
1.21.3 Forma de documentação das experiências na rede pública de ensino 309
1.21.4 Resultados esperados/atingidos para discentes e para rede pública de escolas de educação básica 310
1.21.5 Planejamento/execução de ações inovadoras na integração com a rede pública de escolas de educação básica 310

1.22 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE - SUS 310
1.22.1 Convênios e Integração com o Sistema Local e Regional de Saúde 310
1.22.2 Formação Discentes em Serviço e sua Inserção em Equipes Multidisciplinares e Multiprofissionais nos Diferentes Cenários do Sistema e Diferentes Níveis de Complexidade 310

1.23 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA ÁREAS DE SAÚDE 312
1.23.1 Atividades Práticas de Ensino da Saúde em Conformidade com as DCNs. 314
1.23.2 Regulação para a Orientação, Supervisão e Responsabilidade Docentes para a Inserção nos Cenários do SUS e Outros Ambientes Profissionais 315
1.23.3 Desenvolvimento de competências específicas da profissão relacionadas ao contexto de saúde da região 317

1.24 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS 317
1.24.1 Relação das atividades práticas de ensino da licenciatura com as DCNs da Educação Básica, da formação de formação de professores e da área de conhecimento da licenciatura 317
1.24.2 Distribuição das Atividades Práticas de Ensino para a Licenciatura Relacionando Teoria e Prática de Forma Reflexiva ao Longo de Todo o Curso 318

DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL 319

2.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE 319
2.1.1 Composição do NDE 320
2.1.2 Atribuições do NDE 320
2.1.3 Planejamento dos Estudos e Avaliação Periódica o PPC pelo NDE 320

2.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR 321

2.3 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO 324
2.3.1 Regime de Trabalho do Coordenador do Curso. 324
2.3.2 Atribuições do Coordenador de Curso 324
2.3.3 Relação do Coordenador com Docentes, Discentes, Tutores 326
2.3.4 Representatividade do Coordenador nos Colegiados Superiores 326
2.3.5 Plano Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso sua Documentação e Compartilhamento 326
2.3.6 Indicadores de Desempenho do Coordenador e sua Publicação 330
2.3.7 Planejamento da Administração do Corpo Docente 331

2.4 CORPO DOCENTE 332
2.4.1 Relação do Corpo com a Respectiva Titulação 332

2.4.2 Relação da titulação dos docentes com seu desempenho em sala de aula, capacidade de analisar conteúdos curriculares e fomentar o raciocínio crítico e relevância para atuação profissional e acadêmica. 333

2.5 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE 333
2.5.1 Relação do Corpo Docente com o Respectivo Regime de Trabalho 333
2.5.2 Atribuição dos Docentes e Forma de Registro das Atribuições Individuais Considerando a Carga Horaria por Atividade 334

2.6 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE 334
2.6.1 Relação do corpo docente com as respectivas experiências profissionais FORA do magistério superior. 334
2.6.2 Relação da experiência do corpo docente previsto e seu desempenho fora do magistério superior. 334

2.7 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA 335
2.7.1 Estudo que Demonstra e justifica a Relação entre a Experiencia no Exercício da Educação Básica do Corpo Docente 335

2.8 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE NA DOCÊNCIA SUPERIOR 335
2.8.1 Relação do Corpo Docente com as Respectivas Experiências no Magistério Superior 335

2.9 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA 335
2.9.1 Estudo que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiencia no Exercício da Docência na Educação a Distância do Corpo Docente e seu Desempenho na Identificação das Dificuldades de Aprendizagem, Contextualização dos Conteúdos, Avaliação diagnóstica, formativa e somativa, Liderança e Produção reconhecida. 335

2.10 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA 337
2.10.1 Relação da experiência no exercício da tutoria na educação à distância do corpo tutorial e a capacidade de fornecer suporte às atividades dos docentes, realizar mediação pedagógica, relacionar-se com docentes, incrementar processos de ensino aprendizagem, orientar e sugerir atividades e leituras complementares. 337

2.11 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO 339
2.11.1 Institucionalização do Colegiado com Representatividade dos Segmentos e Periodicidade e Registro das Reuniões. 340
2.11.2 Fluxo para Encaminhamentos das Decisões, Encaminhamento e Execução. 341

2.11.3 Avaliação Periódica do Desempenho das Decisões Colegiadas para Implementação ou Ajuste de Práticas de Gestão 341

2.12 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES PRESENCIAIS E TUTORES A DISTÂNCIA 341

2.12.1 Demonstração que todos os Tutores são Graduados na Área da Disciplina e da Titulação da sua Maioria 341

2.13 EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES 342

2.13.1 Estudos que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência dos Tutores em Educação a Distância e seu Desempenho na Identificação de Dificuldades de Aprendizagem, Exposição do Conteúdo em Linguagem Aderente, Contextualização dos Conteúdos, Adoção de Práticas Exitosas ou Inovadoras 342

2.14 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADOR DE CURSO 344

2.14.1 Planejamento da Interação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso 345

2.14.2 Avaliação Periódica para Incremento na Interação entre os Interlocutores 346

2.15 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA 347

2.15.1 Relação do Corpo Docente Previsto e suas Respectivas Produções 347

DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA 348

3.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL 348

3.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR 348

3.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES 348

3.4 SALAS DE AULA 349

3.5 ACESSO DOS ALUNOS AOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA 349

3.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR 349

3.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR 350

3.8 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA 352

3.8.1 Laboratórios Básicos do 1º Ano do Curso (CST) ou 1º e 2º Ano (Bacharelados e Licenciatura) 352

3.8.2 Normas de Funcionamento, Utilização e Segurança 353

3.9 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA 358

3.9.1 Laboratórios Especializados do 1º Ano do Curso (CST) ou 1º e 2º Ano (Bacharelados e Licenciatura) 358
3.9.2 Normas de Funcionamento, Utilização e Segurança 359

3.10 LABORATÓRIOS DE ENSINO PARA A ÁREA DE SAÚDE 364
3.10.1 Laboratório Específicos e Multidisciplinares em Conformidade com as DCNs 364

3.11 LABORATÓRIOS DE HABILIDADES 366
3.11.1 Laboratório de Habilidades da Atividade Médica ou de Saúde 366
3.11.2 Capacitação dos Discentes nas Diversas Competências nas Diferentes Fazes do Curso 367

3.12 UNIDADES HOSPITALARES E COMPLEXO ASSISTENCIAL CONVENIADOS 367
3.12.1 Unidades Hospitalares Conveniadas em Condições para a Formação dos Estudantes 367
3.12.2 Sistema de Referência e Contrarreferência 367
3.12.3 Práticas Interdisciplinares e Interprofissionais na Atenção à Saúde 370

3.13 BIOTÉRIOS 370

3.14 PROCESSO DE CONTROLE DE PRODUÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO 371

3.15 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS: ATIVIDADES BÁSICAS E ARBITRAGEM, NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ATIVIDADES JURÍDICAS REAIS 373
3.15.1 Regulamento do NPJ destinado à realização de práticas jurídicas simuladas e de arbitragem, negociação, conciliação, mediação, atividades jurídicas reais e oferta de visitas orientadas buscando interdisciplinaridade das matérias legais. 373
3.15. 2 Processo de avaliação periódica quanto ao atendimento da demanda do curso pelo NPJ em suas atividades básicas 373
3.15.3 Atividades Jurídicas Reais 374
3.15.4 Visita Orientadas 374
3.15.5 Interdisciplinaridade das Matérias Legais 374
3.15.6 Avaliação Periódica do Atendimento da Demanda 374

3.16 AMBIENTES PROFISSIONAIS VINCULADOS AO CURSO 374
3.16.2 Atendimentos aos Objetivos do PPC para Complementação de Práticas Laboratoriais e/ou Profissionais 376
3.16.3 Experiências Diferenciadas de Aprendizagem 376
EIXO 5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA 378

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1. 1 MANTENEDORA

a) Nome e Base Legal da Mantenedora:

RAZÃO SOCIAL: FACULDADE AMAZONAS LTDA – EPP

b) Endereço da Mantenedora:

Endereço: Travessa Cristiane Azevedo, 2712 – Morada do Sol – Manacapuru – CEP69402-093 – Amazonas.

1.2 NOME E BASE LEGAL DA MANTIDA

Faculdade Amazonas – Código da mantida: 21592

Sociedade Empresarial Limitada

CNPJ: 24.373.640/0001-05

Atividade Econômica Principal: Educação Superior – Graduação e Pós-Graduação

Representante Legal: Maria Eugênia Seffair Lins de Albuquerque Catunda de Souza

a) Endereço da Mantida

Endereço: Travessa Cristiane Azevedo, 2712 – Morada do Sol – Manacapuru – CEP69402-093 – Amazonas.

1.3 PERFIL E MISSÃO DA MANTIDA:

Missão da IES: Formar profissionais no Ensino Superior com valores éticos, humanísticos e ambientais, capazes de contribuir para o desenvolvimento da Região Norte.

Valores: Qualidade no ensino; Ética; Humanização; Profissionalismo.

Perfil: IES tem um perfil que busca a excelência no ensino superior, e com uma política de inclusão sócio educacional.

A Instituição tem como propósito promover ensino, focado na aprendizagem, que permita o desenvolvimento do indivíduo de modo integral, visando à autorrealização e à formação de profissionais com visão tanto generalista quanto multidisciplinar, conscientes do seu papel social de envolvimento com as mudanças.

1.4 DADOS SOCIOECONÔMICO E SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO:

O Amazonas é uma das 27 unidades federativas do Brasil, sendo a mais extensa delas, pouco maior que a Mongólia e pouco menor que a área da Região Nordeste brasileira, com seus nove estados. O estado está situado na região Norte do país e tem como limites a Venezuela e Roraima a norte, o Pará a leste, o Mato Grosso a sudeste, Rondônia a sul, o Acre a sudoeste, o Peru a oeste e a Colômbia a noroeste.

Desconhecida da maioria dos brasileiros, a Amazônia figura nos roteiros internacionais como um dos melhores lugares do mundo para o ecoturismo. Mesmo assim, ainda é incipiente o número de turistas que visita à região: apenas 6% (400 mil) dos turistas estrangeiros que visitam o país viajam para a Amazônia, e velando seu enorme potencial turístico.

A cidade de Manacapuru, fundada em 15/02/1786, originou-se de uma aldeia de índios muras, cuja pacificação teria ocorrido em 1785.
Nessa época existia, à margem do rio Solimões, pouco abaixo da foz do Manacapuru, uma Feitoria de Pesca denominada Caldeirão, cuja produção abastecia a guarnição militar sediada em Barcelos, sede da Capitania.
Em 1894, pela Lei Estadual n.º 83, Manacapuru é elevada à categoria de Vila e é criado o município, desmembrado do município de Manaus.

De acordo com a Formação Administrativa a Lei n.° 148, de 12 de agosto de 1865, criou a Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré de Manacapuru, com sede na povoação de Manacapuru. Elevado à categoria de vila, com a denominação de Manacapuru, pela Lei Estadual n.º 83, de 27-09-1894, foi desmembrada do município de Manaus. Instalado em 16-06-1895. A Comarca de Manacapuru foi criada pela Lei n.° 354, de 10 de setembro de 1901. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município aparece constituído de 13 distritos: Manacapuru, Aiapuá, Arara, Beruri, Caapiranga, Campina, Conceição de Manacapuru, Guajaratuba, Jaitenga,

Manaquiri, Mundurucus, Paratari e Tamanduá.
Nos quadros de apuração do recenseamento geral de 1-IX-1920 o município aparece constituído de 5 distritos: Manacapuru, Aiapuá, Campinas, Manaquiri, Terra Preta. Por força da Lei n.° 1.126, de 5 de novembro de 1921, foi extinta a comarca de Manacapuru e restabelecida no ano seguinte, conforme Lei n.° 1 133, de 7 de fevereiro. Elevada à condição de cidade, com a denominação de Manacapuru, pelo Ato Estadual n.º 1.639, de 16-07-1932.
Pelo Decreto-lei Estadual n.º 176, de 01-12-1938, foram criados os distritos de Caapiranga e Beruri e anexados ao município de Manacapuru.
No quadro fixado apara vigorar no período de 1939 a 1943 o município é constituído de 3 distritos: Manacapuru, Beruri e Caapiranga. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1955. Pela Lei Municipal n.º 14, de 07-6-1957, é criado o distrito de Vila Rica e anexado ao município de Manacapuru. De acordo com a divisão administrativa vigente em dezembro de 1959 compõem o município três distritos: Manacapuru, Beruri e Caapinanga. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960 o município é constituído de 4 distritos: Manacapuru, Beruri, Caapiranga e Vila Rica. Pela Lei Estadual n.º 1, de 12-04-1961, é desmembrado do município de Manacapuru o distrito de Beruri, elevado à categoria de município.
Pela Lei Estadual n.º 7, de 09-04-1963, são desmembrados do município de Manacapuru os distritos de Caapiranga e Vila Rica, elevados à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-XII-1968, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014.

Estados Unidos, a Alemanha, a França, a China e o Japão são os alvos preferenciais o turismo sustentável da região. Destaca também que a Amazônia é vista como “marca própria” em diversos lugares do mundo. Atualmente, a demanda efetiva do Brasil é de 6 milhões de turistas e um lucro estimado de US$ 184 bilhões, fazendo com que a Organização do Tratado de Cooperação Amazônico (OTCA) considere altamente relevante o mercado turístico da Amazônia. Para explorar esse potencial, a entidade vem desde 2009, implantando uma série de estratégias que tem como principal objetivo fazer crescer o potencial turístico local.

Segundo o Último Anuário Estatístico 2017 realizado pela Secretaria Estadual de Planejamento, tendo como fonte primária os dados do último censo do IBGE, o Amazonas tem uma população de 4.063.614 habitantes. Sua capital, Manaus,

concentra em torno de 60% dessa população o que representa um total de 2.130.264 habitantes, distribuídos em uma área de 11.458 km² correspondente a cidade de Manaus.

Com baixa densidade demográfica no interior do Estado, a cidade de Manaus tem sido o lugar para onde fluem os fluxos migratórios do interior do Estado e de outros estados da federação. Este contexto faz da cidade de Manaus a 7ª cidade do Brasil no ranking de população, e a projeção que temos é que até 2030, haverá no Estado do Amazonas 4.728.027 habitantes. A criação de uma Faculdade no Município do Estado do Amazonas, estará evitando este êxodo rural para capital e possibilitando a formação de uma mão de obra mais especializada, contribuindo para o desenvolvimento do próprio município.

Ainda segundo o IBGE, esse crescimento aponta para novos desafios econômicos e sociais que implicaram e implicarão novas e volumosas demandas por serviços educacionais e pelo acesso a políticas públicas que possam contribuir para a qualidade de vida da população.

Nesse cenário ao pensarmos nas diferenças regionais que marcaram o Brasil nas últimas duas décadas e que aprofundaram as diferenças econômicas, sociais e culturais entre o Norte/Nordeste do país e as demais regiões, esse desafio assume grandiosa proporção.

As desigualdades educacionais são realidade no Brasil e podem ser constatadas com análises simples de estatísticas já públicas. No site do Todos Pela Educação estão reunidos dados sobre a Educação das cinco regiões brasileiras, que permitem o monitoramento e a comparação entre seus desempenhos educacionais.

Um dos dados disponíveis na seção “Educação no Brasil” do site é a taxa de distorção idade-conclusão. Ela marca o atraso dos estudantes para o término do ensino e a disparidade no País é alta: a Região Sul tem 37,9% dos alunos com a conclusão do Ensino Fundamental atrasada; já o Nordeste tem 71,4%. São 33,5 pontos percentuais de diferença entre a maior (Nordeste) e a menor (Sul) taxa de distorção no Brasil.

Percentual de alunos que terminam o Ensino Fundamental com atraso	
Norte	**69,8%**
Nordeste	**71,4%**
Centro-Oeste	**55,6%**
Sudeste	**56,9%**
Sul	**37,9%**

Pela Meta 4, verificamos que, na Região Sul, 60,5% dos jovens concluem o Ensino Médio até os 19 anos. Já no Norte apenas 36,6% terminam essa etapa até os 19 anos.

Meta 4 – Conclusão do Ensino Médio aos 19 anos	
Norte	**36,6%**
Nordeste	**37,1%**
Centro-Oeste	**49,5%**
Sudeste	**59,7%**
Sul	**60,5%**

Estas realidades da educação básica das regiões Norte e Nordeste, não constituem novidades, e não diferem com relação à realidade da Educação superior. O Estado do Amazonas num contexto de profundas modificações sociais e econômicas já experimentadas por outras regiões do país. Neste sentido, o desenvolvimento regional, desigual da Amazônia, como apontam os estudos de inúmeros sociólogos e economistas que se dedicam a pensar a região, faz emergir a necessidade de avançar na oferta de educação como estratégia prioritária de diminuição das diferenças regionais e como ferramenta de desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento mundial alcançado nas últimas três décadas explicita uma acumulação sem precedentes e um incremento do abismo entre incluídos e excluídos, as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável na Amazônia são questões cruciais que devem ser debatidos pelas Instituições de Educação. É neste contexto que a pretende oferecer serviços educacionais, a fim de proporcionar condições de

ampliação das possibilidades de desenvolvimento, através da oferta de melhores condições de acesso ao ensino superior e da ampliação de todas as potencialidades dos municípios do nosso Estado.

Em várias áreas, a desigualdade regional ainda é uma das características mais marcantes do nosso país, Não existe qualidade sem equidade. Os países que estão no topo do *ranking* mundial da educação apresentam uma média alta de desempenho e baixa desigualdade entre alunos e redes. Um exemplo é o Canadá, país entre os cinco primeiros colocado no Pisa – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, que, apesar de abrigar um fluxo imigratório intenso de famílias de várias partes do mundo, tem uma das menores desigualdades educacionais.

Esta desigualdade no Estado do Amazonas é perceptível também entre a capital e os municípios, que precisam de investimento para o desenvolvimento dos municípios do Estado do Amazonas.

1.4.1 Dados do Município

Figura: Localização de Manacapuru no Amazonas

(Fonte: g1.globo.com)

Manacapuru é um município brasileiro localizado na Região Metropolitana de Manaus, no estado do Amazonas. É a quarta cidade mais populosa do estado com 97 377 habitantes, segundo estimativas do IBGE de 2019. Situada às margens do rio Solimões, a 93 quilômetros de Manaus via terrestre, o principal acesso à cidade é através da Rodovia Manoel Urbano, onde está a Ponte Jornalista Phelippe Daou, sendo fundamental para a integração e o desenvolvimento da Grande Manaus.

O município ocupa uma área de 7 329,234 km², representando 0.4666% da área do estado do Amazonas, 0.1902 % da Região Norte e 0.0863 % de todo

o território brasileiro. Manacapuru possui uma temperatura média anual mínima de 24 °C e de 35 °C como média máxima. A vegetação, típica da região amazônica é formada por florestas de várzea e terra firme, tendo ao seu redor um relevo composto por lagos, ilhotes e uma pequena serra.

Fundada em 1786, originou-se de uma aldeia de índios muras, cuja pacificação teria ocorrido em 1785, que se estabeleceram na margem esquerda do rio Solimões por volta do século XVIII, fazendo com que surgisse a localidade. Manacapuru é conhecida nacionalmente como a *Princesinha do Solimões*, apelido que ostenta desde meados do século XIX. Muitos de seus atrativos naturais são conhecidos nacionalmente, assim como sua tradicional festa popular, o Festival de Ciranda de Manacapuru, o que coloca o município entre os mais visitados por turistas na Amazônia.

Manacapuru possui o terceiro maior PIB do Amazonas, representando, isoladamente 1,35% de todo o PIB do estado. O seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,614, sendo considerando inferior à média nacional e médio, comparando com o IDH apresentado pelo estado que foi de 0,674. O município contava, em 2009, com 24 estabelecimentos de saúde. Sua padroeira é Nossa Senhora de Nazaré e a Igreja Matriz é o principal cartão-postal da cidade.

1.4.2 Etimologia

Manacapuru é uma palavra de origem indígena, que deriva das expressões *Manacá* e *Puru*. Manacá é uma planta brasileira das dicotiledôneas, da família solanaceae. Em tupi-guarani, a palavra significa "Flor". Já a palavra "Puru" possui a mesma origem, sendo distinto apenas o significado, que quer dizer enfeitado ou matizado. Assim sendo, Manacapuru em tupi-guarani significa *Flor Matizada*.

Outra possível tradução do nome do município de Manacapuru vem do dialeto indígena mura e significa também "Flor Matizada". Mana: Flor. Capuru: Matizada. O nome Manacapuru faz referência a uma aguerrida cunha poranga que governava com mão de ferro, esta nação das margens esquerda do Rio Solimões onde hoje se encontra a cidade do mesmo nome.

1.4.3 História

Os índios muras, antigos habitantes da região, ocupavam a área que pertence ao atual município de Manacapuru, já no século XVII. Os muras eram conhecidos pelos portugueses como índios belicosos e hostis, motivo pelo qual foram alvos de guerras movidas pelo invasores portugueses, a partir de 1774, sob o comando de Matias Fernandes e do diretor da aldeia de Santo Antônio do Imaripi, situada no Japurá, muito distante da região.

Por conta da grande distância de Japurá à localização dos muras, por volta de 1785 já existia, à margem do rio Solimões, pouco abaixo da foz do rio Manacapuru, uma feitoria de pesca denominada Caldeirão, cuja produção era destinada ao abastecimento da guarnição militar sediada em Barcelos, que a essa época era sede da capitania. A feitoria de pesca era administrada por Sebastião Pereira de Castro.

Sebastião Pereira de Castro comunicou ao general Pereira Caldas a grande migração de índios muras vindos de outras regiões para a localidade. Segundo Castro, em 27 de setembro daquele ano, haviam chegado ali um *"grosso número de gentio mura"*, que desejavam estabelecer-se nas vizinhanças. Em resposta a essa comunicação, o general Pereira Caldas recomendou que os índios fossem deslocados para o povoado de Anamã - que mais tarde viria a ser um município - ou um outro lugar designado pelo administrador. O local escolhido para o estabelecimento dos muras foi a margem do lago Manacapuru. Ali, cerca de 290 indígenas muras se estabeleceram em 15 de fevereiro de 1786, edificando assim, a povoação que recebeu o nome de *Manacapuru*, nome este pertencente ao lago.

1.4.4 Formação Administrativa

A Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré de Manacapuru foi criada em 12 de agosto de 1865, a partir da lei n.º 148. A freguesia tinha sede no povoado de Manacapuru. Com a lei n.º 83, de 27 de setembro de 1894, criou-se o município de Manacapuru, com território desmembrado do município de Manaus. A instalação só ocorreu em 16 de junho de 1895.

A Comarca de Manacapuru foi criada pela lei n.º 354 de 10 de setembro de 1901. Através da lei n.º 1.126 de 5 de novembro de 1921, a comarca foi extinta, e só

restabelecida no ano seguinte, em 1922, por força da lei n.º 1.133 de 7 de fevereiro. Foi concedido ao município foros de cidade em 16 de julho de 1932, com o ato estadual n.º 1.639.

Com a divisão administrativa vigente em dezembro de 1959, três distritos formavam o município: Manacapuru, Beruri e Caapiranga, sendo que os três já foram emancipados.

Atualmente, o município possui apenas o distrito de Caviana, o qual também já teve proposta, em 2010, sua emancipação, juntamente com outros vinte e sete distritos no estado do Amazonas.

1.4.5 História Recente

Em decorrência do crescimento demográfico de Manacapuru, que atualmente ostenta a posição de quarta cidade mais populosa do Amazonas e uma das maiores em população da Região Norte, o município foi incluído à Região Metropolitana de Manaus em 27 de dezembro de 2007.

Possui atualmente área de 7,329 quilômetros quadrados. e seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,663.

1.4.6 Geografia

O município de Manacapuru está situado à margem esquerda do rio Solimões, na confluência deste com o rio Manacapuru, a sudoeste da capital do Amazonas, a 93 km via terrestre da mesma. Suas coordenadas geográficas são as seguintes: 3° 18' 15" de latitude sul e 60° 37' 03" de longitude W. Gr.

Há um grande potencial aquático, florístico e faunístico em seu território. Foi o primeiro município do Amazonas a ter em sua área territorial um Sistema Municipal de Unidade de Conservação (SMUC) - a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Piranha - além da Área de Proteção Ambiental do Miriti e dos Lagos de Manutenção do Paru e Calado.

A vegetação da localidade caracteriza-se em quase sua totalidade por áreas de várzea e terra firme, do qual recebe intensa influência.

1.4.7 Municípios Limítrofes

Manacapuru limita-se com seis municípios, a saber: Iranduba e Manaquiri ao leste; Beruri ao sul; Anamã e Caapiranga ao oeste; e Novo Airão ao norte e noroeste.

Com o município de Iranduba: O limite de Manacapuru com Iranduba se inicia na cabeceira do Igarapé Açú, divisor de águas entre os rios Negro e Manacapuru. Este divisor se estende para sudeste, alcançando as cabeceiras do Igarapé da Anta, por sua linha mediana, até alcançar a confluência no lago Aracapuri. A partir daí, o Igarapé Açú, dividindo os dois municípios, estende-se até alcançar o lago Ubim. Na região norte do município, a linha divisória deste com Iranduba é a rodovia AM-070, que liga Manaus a Novo Airão. Também nesta região, o divisor do município é o Paraná do Ariaú, lago que desemborca no rio Solimões.

Com o município de Manaquiri: O limite entre Manacapuru e Manaquiri se inicia na margem direita do rio Solimões, subindo por essa margem até alcançar o lago Paraná do Barroso, na parte mais ocidental da ilha do Barroso. A partir daí, o limite entre os dois municípios se dá por uma linha atravessando o povoado de Paraná do lago Grande, até alcançar o lago Grande. A partir deste lago, o divisor entre os dois municípios torna-se novamente o rio Solimões, finalizando no lago Manaquiri e na nascente do Igarapé Sucuri.

Com o município de Beruri: Manacapuru inicia seu limite territorial com Beruri também na nascente do Igarapé Sucuri. Após o Igarapé Sucuri, o divisor territorial dos municípios passa a ser o Igarapé Pupunha, que divide os limites através de uma linha mediana, até alcançar os lagos do Acarituba, Papagaio e Baruri. A partir daí, o divisor territorial torna-se o rio Solimões.

Com o município de Anamã: Inicia-se na margem direita do rio Solimões, na parte mais ocidental da ilha do Iauara, descendo o rio pela margem ocidental. A partir daí o divisor territorial entre Manacapuru e Anamã torna-se uma linha mediana, até alcançar sua interseção com o paralelo de 3º 30' sul.

Com o município de Caapiranga: Começa no paralelo de 3º 30' sul. Este paralelo, para nordeste, alcança a nascente Igarapé Cuité. Outros divisores usados para os limites territoriais entre Manacapuru e Caapiranga são os lagos Cabaliana, Paraná do Anamã, Campina, Cláudio e Piraí e os rios Manacapuru e Solimões.

Com o município de Novo Airão: O limite entre os dois municípios se inicia no Igarapé Piraí e alcança o Igarapé Posto da Petrobrás. O rio Manacapuru é usado como limite entre os dois municípios, após o fim do Igarapé da Petrobrás. Por fim, o rio Negro finaliza o limite geográfico e territorial entre Manacapuru e Novo Airão.

1.4.8 Clima

Manacapuru possui clima tropical úmido, presente em toda a Amazônia. O clima é amenizado por alta pluviosidade e pelos ventos alísios que sopram do Atlântico. Quedas de temperatura são comuns no município e diminuem bastante os rigores de calor, acontecendo quase sempre à noite. Há duas estações distintas: inverno, que se inicia em dezembro, e verão, que se inicia em maio.

Entre abril de 1958 e dezembro de 1960, a maior temperatura registrada em Manacapuru foi de 35,8 °C, observada no dia 15 de outubro de 1958. A mínima foi de 18,1 °C, no dia 21 de julho de 1958.[24] Também durante este período, o maior acumulado de chuva ocorrido em 24 horas foi de 94 mm, em 29 de dezembro de 1958.

1.4.9 Hidrografia

Manacapuru está localizada junto à bacia hidrográfica Amazônica. Os rios que passam por Manacapuru são os rios Solimões e o Manacapuru, que dá origem ao nome da cidade. O rio Solimões começa no Peru e, ao entrar no Brasil, no município de Tabatinga, recebe o nome de Solimões. Além dos rios Solimões e Manacapuru, banham o município os rios Purus e Jará.

1.4.10 Fauna e flora

A fauna e flora da Amazônia é diversificada, sendo encontrada a mesma fauna da floresta tropical úmida presente na Amazônia em diversos municípios. É possível encontrar no município, inúmeras espécies de plantas e pássaros, inúmeros anfíbios e milhões de insetos.

Os grandes mamíferos da água, como o peixe-boi e o boto, são encontrados principalmente em regiões sem muita movimentação do rio Negro. A hidrografia do município é privilegiada, principalmente na divisa com Novo Airão, este conhecido por

ser a "terra do Peixe-boi". Algumas árvores de origem amazônica, como a andiroba e mafumeira (também conhecida como Sumaúma), são encontradas em algumas regiões da cidade, principalmente em áreas intactas. Na área urbana, pouco se encontra tais árvores. Répteis como tartarugas, caimões e víboras também ali habitam. Há pássaros e peixes de todas as espécies, plumagens e peles. Em algumas regiões ao longo dos rios, encontramos a planta vitória-régia, cujas folhas circulares chegam a mais de um metro de diâmetro.

1.4.11 Demografia

A população do município, de acordo com o Censo de 2019 promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) era de 97 377 habitantes, sendo o 4º mais populoso do estado e apresentando uma densidade populacional de 13,29 habitantes por km². Segundo o censo de 2010, 51,05% da população eram homens (43 461 habitantes), 48,95% (41 680 habitantes) mulheres, 70,68% (60.174 habitantes) vivia na zona urbana e 29,32% (24.967 habitantes) na zona rural.

O crescimento populacional de Manacapuru na última década foi de 15,54%. Em um período de nove anos, entre 1991 e 2000, a população de Manacapuru teve uma taxa média de crescimento anual de 2,97%, onde sua população se elevou de 57 173 habitantes em 1991 para 73 695 habitantes em 2000. Em contrapartida, a taxa de urbanização cresceu apenas 2,66% passando de 63% de urbanização no município, em 1991, para 64,67% em 2000. Em 2000, a população do município representava 2,62% da população do estado e 0,04% da população do país.

Ainda no período de 1991 a 2000, houve um declínio no quesito razão de dependência. Em 1991, a razão de dependência entre os habitantes era altíssima: 107,6%. Em 2000, com o declínio, este índice baixou para 85% dos habitantes.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Manacapuru é considerado médio pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). No ano de 2000, considerando apenas a educação, o valor do índice é de 0,761 enquanto o do Brasil é 0,849. O índice da saúde é de 0,684 (o brasileiro é 0,787) e o de renda é de 0,544 (o do Brasil é 0,723). Comparado aos

outros municípios do Brasil, Manacapuru apresenta uma situação intermediária, ocupando a 3.555ª posição no quesito IDH, sendo que 3.554 municípios (64,5%) estão em situação melhor e 1.952 municípios (35,5%) estão em situação pior ou semelhante. Comparando com os municípios do Amazonas, Manacapuru apresenta uma situação considerada razoável: ocupa a 15ª posição, sendo que 14 municípios (22,6%) estão em situação melhor e 47 municípios (77,4%) estão em situação pior ou semelhante. No período de 1991 a 2000 o IDH de Manacapuru cresceu 11,24% passando de 0,596 em 1991 para 0,663 em 2000. A Longevidade foi o que mais contribuiu para este crescimento, com 51,2%, seguida pela Educação, com 49,8%. Caso Manacapuru mantivesse esta taxa de crescimento de IDH, levaria 26 anos para alcançar São Caetano do Sul, o município com o melhor IDH do Brasil (0,919) e 12 anos para alcançar Manaus, o município com o melhor IDH do estado (0,774).

1.4.12 Religião

A variedade cultural em Manacapuru se faz presente e são diversas as manifestações religiosas presentes na localidade. Assim como diversos municípios brasileiros, o município se desenvolveu sobre uma matriz social eminentemente católica e é possível encontrar atualmente na cidade dezenas de denominações protestantes diferentes. Também é notório o crescimento dos sem-religião que, segundo dados de 2000, correspondem a 6,09 % da população religiosa da cidade. Manacapuru está localizada no país mais católico do mundo em números absolutos. A Igreja Católica teve seu estatuto jurídico reconhecido pelo governo federal em outubro de 2009, ainda que o Brasil seja atualmente um estado oficialmente laico.

De acordo com dados do censo de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população de Manacapuru é composta por: Católicos (65,68%), evangélicos (25,73%), pessoas sem religião (6,09%), budistas (0,01%) e 2,14% estão divididas entre outras religiões. Entre as igrejas protestantes, destacam-se a Assembleia de Deus (15,36%), Igreja Batista (2,09 %) e Igreja Adventista do Sétimo Dia (1,72 %). Entre as denominações cristãs restauracionista, destacam-se A Igreja de Jesus Cristo dos

Santos dos Últimos Dias (1,16 %) e as testemunhas de Jeová (0,40 %). O espiritismo, judaísmo, a umbanda e o candomblé não foram identificados entre a população religiosa.

1.4.13 Cultura e Sociedade

A cultura do município, assim como do Amazonas, foi largamente influenciada pelos povos nativos da região e pelos diversos grupos de imigrantes e migrantes que ali se estabeleceram, principalmente espanhóis. Manacapuru tornou-se uma cidade com ampla miscigenação cultural e diversificadas culturas. Os nordestinos que migraram para a Amazônia no fim do Século XIX e início do Século XX, atraídos pelo Ciclo da borracha, também contribuíram para a formação da cultura municipal. Tudo isso gerou na localidade e no estado uma cultura mestiça e com grande contribuição e permanência da cultura indígena.

A cultura manacapuruense é rica em tradições e festas folclóricas bastante apreciadas. Por conta do Festival de Cirandas, que nos últimos anos tem atraído grande número de turistas para a cidade, Manacapuru ficou conhecido como a "Terra das Cirandas".

Na música, os destaques são a ciranda e o forró. Manacapuru possui um projeto chamado "Caravana da Música", que conta com a participação de diversos artistas regionais e nacionais.

1.4.14 Festival de Cirandas

Assim como Parintins, Manacapuru também é conhecida por seu festival folclórico, porém, ao invés do característico boi-bumbá de Parintins, a cidade é conhecida por suas cirandas, agremiações que tocam um estilo de música típico local, e apresentam desfiles competitivos. Realiza-se todos os anos, o Festival de Ciranda de Manacapuru, no Cirandódromo da cidade, localizado no Parque do Ingá geralmente no último fim de semana do mês de agosto ou início de setembro.

O primeiro Festival de Cirandas competitivo aconteceu em 1997. A partir de então, a manifestação cultural recebeu status de manifestação folclórica e a cada ano apresentou mais qualidade e nível técnico nas noites da festividade.

São três as agremiações que compõem o festival do município: Flor Matizada, Guerreiros Mura e Tradicional. O Festival de Ciranda de Manacapuru é um dos maiores do estado do Amazonas e da Região Norte do Brasil, recebendo de 50 a 90 mil turistas todos os anos.

1.4.15 Turismo

Manacapuru é um dos maiores destinos turísticos no Amazonas, recebendo um elevado número de turistas que visitam as praias, lagos e igarapés das proximidades, que contam com diversos hotéis de selva.

O ecoturismo, também chamado de turismo de natureza, atrai milhares de turistas ao município. Entre as atrações naturais da cidade, destacam-se: Reserva Ecológica de Manacapuru, possuindo uma vegetação típica de várzea, com gigantescas árvores, como a Sumaúma. Caracteriza-se como uma área migratória e de produção de aves, sendo também um dos melhores locais para a pesca esportiva, pela variedade de peixes como a piranha e o aruanã. Possui um hotel flutuante e um observatório de pássaros, de jacarés e aves. Situa-se na margem esquerda do Rio Solimões.

A Comunidade Indígena Sahu-Apé também é um atrativo natural da localidade, onde se encontram especiarias indígenas. A Ilha de Santo Afonso, no rio Solimões, também é um atrativo natural muito visitado.

O Cais do Porto, no centro da cidade, é um dos principais pontos turísticos, sendo um porto histórico e regional.

A centenária Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré é o cartão postal mais conhecido de Manacapuru. Um marco, com grande presença na educação e na formação religiosa do povo manacapuruense, erguida com espírito de colaboração e solidariedade, é uma das 10 Paróquias da Prelazia de Coari.

O prédio passou por várias edificações, que melhoraram e ampliaram a estrutura ao longo do tempo. Antes da construção do templo atual, os ofícios religiosos

eram realizados em uma capelinha singela, construída no início do século XIX e situada onde, atualmente, é a praça 16 de julho . A capela era, a princípio, uma iniciativa da população local, que se responsabilizava pela manutenção e organização dos cultos religiosos. A construção da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré teve início em 1904 e foi concluída em 1907. A família Ventura se destacou pelo apoio dado à construção. O altar em forma de canoa que há na igreja foi usado na missa feita pelo Papa João Paulo II, quando visitou Manaus em 1980.

Na cidade há também o Terminal Fluvial Turístico e Centro de Atendimento ao Turista; Mercado Municipal, um dos mais antigos da cidade; Casa da Cultura; Parque do Ingá; Balneário do Miriti e Praça 16 de julho e entre outras atrações turísticas.

1.4.16 Futebol

No futebol, o principal clube de futebol de Manacapuru é o Princesa do Solimões Esporte Clube, tendo sido fundado no dia 18 de agosto de 1971. Sua sede é estabelecida na Avenida Getúlio Vargas, no Centro Histórico de Manacapuru. O Princesa do Solimões fez a primeira partida Oficial do Primeiro Campeonato Amazonense de Futebol em 1987, sendo o terceiro clube de futebol do interior amazonense a participar de tal evento, sendo precedido pelos clubes Penarol, de Itacoatiara e Olaria, de Humaitá. Grande revelador de talentos, fez surgir uma gama de estrelas do futebol nortista, tais como Naílton, Zédvan e Alcimar. O "Tubarão do Solimões", assim como é comumente conhecido pelos amazonenses, tem como símbolo um "Tubarão". Conquistou vice-campeonatos estaduais, em 1985 e 1997, além da conquista do Torneio Início de 1997 e 2007. Em 1989, disputou seu único torneio nacional, ficando em sexto lugar no seu grupo, vencendo apenas dois clubes: O Mixto Esporte Clube, de Cuiabá, capital do Mato Grosso e o Dom Bosco Futebol Clube, da cidade de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul; este feito torna Manacapuru o único município do interior a ter sido representado na Segunda Divisão mais importante do futebol Brasileiro.

Outro clube de Manacapuru a chegar no futebol profissional foi o Operário, fundado em 10 de Junho de 1982 o clube profissionalizou-se em 2010 sagrando-se logo campeão da Série B do campeonato Amazonense, e em menos de dois anos chegando à Série A.

1.4.17 Sobre o Curso de Farmácia, a Profissão de Farmacêutico e a Educação do Local

Apesar da recessão econômica que o nosso país e o mundo atravessam, o cenário de crise é bem menos impactante para o mercado farmacêutico. Afinal, a saúde é sempre prioridade para as pessoas, bem como para o poder público.

O uso racional de medicamentos está entre os objetivos e diretrizes da Política Nacional de Medicamentos e da Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Essa temática vem ganhando expressão ao longo dos últimos anos tanto na agenda nacional, quanto na internacional. Nesse sentido, se reforça a importância da oferta de informação sobre medicamentos que seja independente, sem conflitos de interesse e pautada na imparcialidade como subsídio para a promoção do uso racional de medicamentos em todas as esferas do governo e da sociedade civil.

A produção e a venda de medicamentos são importantes para que as pessoas se mantenham saudáveis e revertam quadros de doenças. Por isso, o mercado farmacêutico se mantém sempre em alta, mesmo em situação adversas.

Além dos medicamentos, a alta desse mercado se dá também por conta de as pessoas gostarem de se sentir bem consigo mesmas e utilizar muitos produtos cosméticos para ter essa sensação.

O farmacêutico é um profissional de grau superior que atua na área da saúde, podendo pesquisar, desenvolver, produzir, manipular e selecionar medicamentos, assumir a responsabilidade técnica em farmácias, drogarias, distribuidoras, hospitais e laboratórios, pesquisar e controlar a qualidade de derivados do sangue, analisar tecnicamente e emitir laudos na indústria alimentícia, além de atuar como professor ou pesquisador em universidades. O uso acidental, os erros na administração, os efeitos adversos, as interações entre medicamentos e a automedicação ampliam os problemas relacionados a medicamentos.

O farmacêutico é um profissional de extrema importância, pois muitas doenças e internações hospitalares originárias do uso ou da descontinuidade do tratamento medicamentoso poderiam ser evitadas, se o paciente recebesse a orientação deste profissional. O uso acidental, os erros na administração, os efeitos adversos, as interações entre medicamentos e a automedicação faz com que a intoxicação por uso

de medicamento seja uma das causas de atendimento nas emergências.

Os farmacêuticos também podem verificar a pressão arterial e aferem, na farmácia, as taxas de glicose e de gordura no sangue (colesterol etc.). E mais: prestam aconselhamentos aos portadores de doenças, como diabetes, hipertensão arterial e outras. Isso, no plano da atenção primária. De forma que o Brasil - um país onde o acesso à saúde é difícil - não pode desperdiçar a oportunidade de se beneficiar dos serviços altamente qualificados dos farmacêuticos. Esses serviços são prestados sem burocracia, sem fila e sem agendamento.

O mercado para farmacêuticos no Brasil é favorável e está em expansão. A lei dos medicamentos genéricos, a exigência de que exista um farmacêutico responsável presente em farmácias e drogarias, a expansão das políticas de saúde pública, como a assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde (SUS), a carência de profissionais em novos ramos de pesquisa, principalmente de medicamentos biotecnológicos, e o crescimento na produção de remédios homeopáticos são alguns dos fatores que favorecem a empregabilidade dos farmacêuticos no país.

O setor farmacêutico tem uma das taxas mais altas de ocupação, com quase todos os profissionais empregados na área. Um levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado em 2013, indica que 94,30% de todos os farmacêuticos brasileiros estão trabalhando. Outra pesquisa do Ipea coloca os farmacêuticos no ranking das profissões que mais geraram postos de trabalho nos últimos anos. Foram 13.897 novas vagas criadas entre 2009 e 2012.

O mercado farmacêutico oferece muitas opções de carreira para os profissionais formados no curso de Farmácia de acordo com o Conselho Federal de Farmácia, são mais de 70: Área de vendas, cosmetologia, Farmácias e drogarias privadas, Farmácias com manipulação e homeopatia, Farmácias hospitalares, Farmácia pública, Laboratórios de análises clínicas, Indústrias farmacêuticas, Distribuidoras de medicamentos.

Considerando o contexto apresentado entendemos que há um cenário favorável a implantação de novos cursos de graduação na região. Nesse sentido a Faculdade pretende contribuir para o desenvolvimento social e econômico da região ofertando uma graduação fundamentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais e nas necessidades regionais, com princípios éticos, humanísticos e ambientais.

Com base nos dados no E-MEC (2021), o município de Manacapuru conta com 14 Instituições de Ensino Superior com cursos em diversas áreas, como faculdades, e universidades, das quais somente 2 ofertam cursos de farmácia na modalidade a distância: Universidade Estácio de Sá e Universidade Paulista (UNIP).

1.4.17.1 Planos de ação da IES

Vale destacar os **Planos de Valorização Profissional abordando Condições de Trabalho pretendidos pela IES**: a política de recursos humanos da IES prevê como descrita no PDI, no Item Plano de Cargos e Capacitação de Docentes, processos de ascensão profissional, considerando, produção acadêmica, titulação, publicação científica e inovação pedagógica. As condições de trabalho estão previstas em termos de acessibilidade, recursos técnicos, apoio ao desenvolvimento do trabalho pedagógico e todos os demais serviços, projetos e programas previstos no plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Destaca-se que a instituição terá como princípio a valorização do quadro interno para cargos de confiança, possibilitando a ascensão, haja vista que seus valores de comprometimento, como também terá a política de reintegrar seus egressos seja no quadro administrativo ou docentes, já que visa a excelência no ensino superior. Tem previsto a formação continuada e o apoio a formação contínua.

Quanto aos Processos de Gestão que possam identificar sobre a trajetória de melhorias ou não das instituições: não se aplica em atos de credenciamento em trâmite. Mas com a implantação da CPA, que irá realizar as avaliações internas, e cruzar com as avaliações externas será possível por meio de seus planos administrativo de curso e plano de gestão previstos realizar melhorias no processo.

Em relação a Política de Atendimento a Alunos Estrangeiros: A IES respeitando o princípio da diversidade, da inclusão social e da cooperação acadêmica e científica, terá uma política de acolhimento de alunos estrangeiros, devidamente regulamentada em documento próprio anexo a este.

Disciplinas ofertadas em Língua Estrangeira: A IES ofertará a todos os seus alunos em todas as suas matrizes como componente curricular em língua estrangeira a disciplina de Inglês e de Direitos Humanos.

Existência de Programas de Bolsas e Financiamento Estudantil e Número de Beneficiados: Não se aplica em aos atos de credenciamento em trâmite. Em processo de autorização em trâmite.

Existência de Projetos e Ações Para a Promoção da Sustentabilidade Socioambiental na Gestão da IES e nas Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão: a IES possui um Plano de Gestão de Logística Sustentável e uma Política de Educação Ambiental.

1.4.17.2 Ações de educação ambiental que deverão ser realizadas:

- Implantar a Política de Educação Ambiental envolvendo todos os segmentos institucionais (docentes; discentes e técnicos administrativos) tendo em vista a racionalização dos recursos para a promoção de uma gestão sustentável;
- Realizar ações comunitárias de Educação Ambiental a partir das atividades extensionistas;
- Incluir e Fortalecer os Conteúdos de Educação Ambiental numa abordagem continua e permanente a partir de um enfoque transversal;
- Promover ações de formação docente tendo em vista capacitar os professores para que os mesmos possam realizar ações pedagógicas relevantes em sala de aula.

1.4.17.3 Ações de inclusão, acessibilidade e de valorização da diversidade cultural para a acessibilidade deverão ser realizadas:

- A manutenção da adequação da rede física sem barreiras arquitetônicas, do mobiliário e dos equipamentos para atender a nova proposta; A promoção de estudos que visem sistematização e a adequação dos currículos para atender aos diferentes níveis de ensino, modalidades de atendimento e necessidades educativas dos novos alunos. Criação de um núcleo de apoio com sede na Instituição;
- Adequação dos procedimentos metodológicos e avaliativos em função de atender as necessidades educativas do aluno;

- Capacitação permanente para professores e técnicos administrativos para a acessibilidade atitudinal. Sensibilização da comunidade interna acerca dos direitos e deveres das pessoas com necessidades educacionais especiais;
- Garantia da permanência do aluno com necessidades educacionais especiais nas salas regulares de ensino, com atendimento das necessidades especificas nas salas de apoio e as devidas adaptações curriculares;
- Ofertar serviço de Saúde, de Psicologia, de Psicopedagogia quando necessário, atendimento individualizado;
- Realização de um trabalho conjunto com os professores para encaminhar o educando ao mundo do trabalho através do banco de dados mantido no núcleo;
- Oferta de formação inicial e continuada, visando à inserção dessas pessoas na sociedade e no mundo do trabalho. Acesso a níveis elevados de ensino e pesquisa e atividades artísticas de acordo com a capacidade de cada um.
- Flexibilidade, isto é, a não obrigatoriedade de que todos os alunos atinjam o mesmo grau de abstração ou conhecimento, num tempo determinado;
- Acomodação, ou seja, considerar que o planejamento de atividades para uma turma deve levar em conta a presença de alunos com necessidades especiais e, portanto, contemplá-los na programação;
- Trabalho simultâneo, cooperativo e participativo, entendido como a participação dos alunos com necessidades especiais nas atividades desenvolvidas pelos demais colegas, embora não o façam com a mesma intensidade, nem necessariamente com a mesma ação ou grau de abstração.

Para o desenvolvimento de ações no campo da diversidade cultural, pretende:

- Desenvolver um programa de Inclusão e Apoio a Diversidade por meio do planejamento, implementação e avaliação de processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação, de respeito à identidade e inclusão desses grupos; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto questões de gênero, de etnia, de orientação sexual, de diversidade cultural, de credos religiosos, dentre outros;

- Democratizar o acesso ao ensino superior por meio da ampliação de vagas para alunos em condição de vulnerabilidade social e econômica e membros de grupos minoritários, a partir da concessão de bolsas de estudo parciais e ou integral.

A implantação de uma IES privada contribuirá via formação de recursos humanos, levando-se em consideração, a expressão regional e o desenvolvimento de todo o Estado. Busca-se atender à demanda pela formação específica, contribuindo para a capacitação de profissionais, aptos a ocupar os postos de trabalho, decorrentes do reflexo da configuração socioeconômica e socioambiental da região, oferecendo respostas mais ágeis e eficazes às necessidades específicas do setor produtivo e da sociedade.

Portanto, a presente proposta de implantação de uma nova IES se justifica não apenas pela necessidade social, que se apresenta nos dados estatísticos do Município, mas também pela importância social que a formação em nível superior tem para toda uma Região.

2. SÍNTESE DA IES:

2.1 BREVE HISTÓRICO DA MANTENEDORA E DA PRIMEIRA MANTIDA

Mantenedora: FACULDADE AMAZONAS LTDA – EPP, cadastrada no CNPJ 24.373.640/0001-05, sede na Endereço: Travessa Cristiane Azevedo, 2712 – Morada do Sol, Município de Manacapuru do Amazonas. CEP 69402-093, de Natureza Jurídica: Sociedade Empresa Limitada, com Categoria Administrativa: pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos – sociedade civil, com Atividade Econômica Principal: Educação Superior – graduação e pós-graduação, representada legalmente por Wellington Lins de Albuquerque Junior

Mantida: FACULDADE AMAZONAS – FAM Instituição de Ensino Superior Privada-IES, como código de Nº 21592, CADASTRO NO MEC EM: 04/04/2016, a IES está em processo de credenciamento de nº 201602124, ata Regulatório: Credenciamento, com sede no Endereço, Travessa Cristiane Azevedo, nº 2712, - Morado do Sol, Município de Manacapuru. Estado do Amazonas. CEP: 69.402-093 (onde funcionam as salas de aula e as demais dependências administrativas do curso).

2.2 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO:

A Faculdade Amazonas constitui-se uma empresa nova, com instalação no município de Manacapuru do Estado do Amazonas, com objetivo de possibilitar o acesso ao ensino superior a partir da sua atuação pretende realizar um trabalho contínuo de inserção social, através da democratização do acesso à educação superior favorecida por um Projeto Pedagógico Institucional (PPI) alinhado com as demandas sociais locais e as exigências do mundo do trabalho, um corpo docente altamente qualificado, estrutura de atendimento ao educando composta de unidades de ensino, pesquisa e extensão, laboratórios de aprendizagem, bibliotecas e preços competitivos, sem que haja comprometimento da qualidade dos serviços prestados.

O projeto surge a partir da experiência que as proprietárias já possuem na área educacional, com a Empresa Centro Metropolitano de Ensino – Cemetro, localizada em Manaus, capital do Estado do Amazonas, que atua na educação básica abrangendo o ensino fundamental, ensino médio, Eja, e ensino técnico pós-médio.

Não deixa de ser um desafio a implantação de uma Instituição de Ensino Superior Privada, pois nos municípios só estão presentes Instituições públicas, e no caso de Manacapuru o município possui um campus da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Manacapuru é uma das sedes do Projeto Rondon, uma iniciativa do governo brasileiro, coordenada pelo Ministério da Defesa, em colaboração com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

Manacapuru é um município brasileiro do estado do Amazonas. Pertencente à Mesorregião do Centro Amazonense e Microrregião de Manaus, localiza-se a sul de Manaus, capital do estado, distando destes cerca de 84 quilômetros. Ocupa uma área de 7 329,234 km² e sua população, estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2015, era de 94 175 habitantes, sendo assim o quarto município mais populoso do estado do Amazonas, superado por Manaus, Parintins e Itacoatiara, e o segundo de sua microrregião. Juntamente com outros sete municípios, integra a Região Metropolitana de Manaus, a maior região metropolitana brasileira em área territorial e a mais populosa da Região Norte do Brasil. Sua área representa 0.4666 % da área do estado do Amazonas, 0.1902 % da Região Norte e 0.0863 % de todo território brasileiro. Muitos de seus atrativos naturais são conhecidos nacionalmente, assim como suas festas populares que estão entre as mais visitadas por turistas na Amazônia

A realidade atual do município com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,614, sendo considerando inferior à média nacional e médio, comparando com o IDH apresentado pelo estado que foi de 0,674. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 4,90% estavam cursando o ensino superior (IBGE).

No último censo do IBGE considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 21,21% eram analfabetos, 34,35% tinham o ensino fundamental completo, 22,49% possuíam o ensino médio completo e 3,59%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 34,52% trabalhavam no setor agropecuário, 0,16% na indústria extrativa, 8,00% na indústria de transformação, 6,05% no setor de construção, 1,09% nos setores de utilidade pública, 16,44% no comércio e 30,85% no setor de serviços.

Desta forma, a criação de uma Faculdade irá contribuir para o desenvolvimento da região e do próprio município, que irá possibilitar mais pessoas terem acesso ao ensino superior, ou seja, a uma profissão.

As atividades de ensino não se restringem a preparar o indivíduo apenas para atender às necessidades da população, mas objetivam formar profissionais para atuar como agentes transformadores da sociedade, centrados em uma visão generalista e cidadã, assim no que se refere às Políticas Acadêmicas, a orientação central da Faculdade Amazonas será o ensino de graduação, sem desconsiderar, entretanto, as outras dimensões do ensino superior como a pesquisa e a extensão considerados aqui como indissociáveis.

Ensino, pesquisa e extensão articulados constituem no tripé que deve sustentar as práticas pedagógicas na perspectiva de garantir produção de conhecimento com benefícios ao conjunto da sociedade.

Administrativos da Mantenedora/Faculdade Amazonas

ESCOLARIDADE	QUANTIDADE
Ensino médio	5
Graduandos	3
Graduados	2
Especialização	3
Mestre	4
Doutorado	1
Total	18

Número de cursos que ascenderam nos seus conceitos nos últimos três anos: não se aplica a atos de credenciamento de instituição. Não há cursos em funcionamento, e sim 2 cursos que passarão por visita in loco e estão em processo de autorização, que são:

Planos de Melhoria Acadêmica, Protocolos de Compromisso, Termos de saneamento de deficiências, Medidas Cautelares e Termo de Supervisão, quando houver: **não se aplica** em atos de credenciamento da instituição. Não há processos em curso.

Planos de Valorização Profissional abordando Condições de Trabalho: Na Faculdade Amazonas, a política de recursos humanos prevê como descrita nesta PDI, no Item Plano de Cargos e Capacitação de Docentes, processos de ascensão profissional, considerando, produção acadêmica, titulação, publicação científica e inovação pedagógica. As condições de trabalho estão previstas em termos de acessibilidade, recursos técnicos, apoio ao desenvolvimento do trabalho pedagógico e todos os demais serviços, projetos e programas previstos no plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Destaca-se que a Faculdade Amazonas terá como princípio a valorização do quadro interno para cargos de confiança, possibilitando a ascensão, haja vista que seus valores de comprometimento, como também terá a política de reintegrar seus egressos seja no quadro administrativo ou docentes, já que visa a excelência no ensino superior. Tem previsto a formação continuada e o apoio a formação contínua.

Processos de gestão que possam identificar sobre a trajetória de melhorias ou não das instituições: **não se aplica em atos de credenciamento da instituição**. Mas com a implantação da CPA, que irá realizar as avaliações internas, e cruzar com as avaliações externas será possível por meio de seus planos administrativo de curso e plano de gestão previstos realizar melhorias no processo.

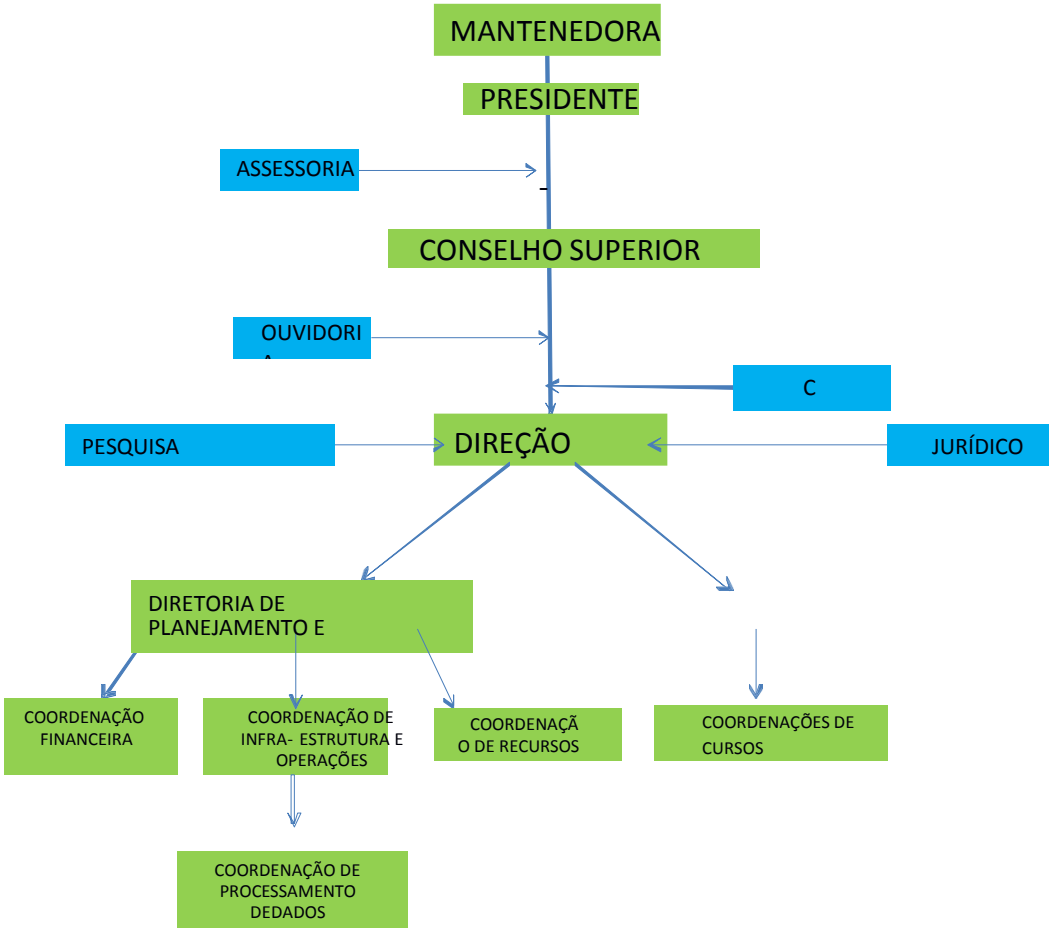
Política de Atendimento a Alunos Estrangeiros: A Faculdade Amazonas respeitando o princípio da diversidade, da inclusão social e da cooperação acadêmica e científica, terá uma política de acolhimento de alunos estrangeiros, devidamente regulamentada em documento próprio anexo a este.

Quantidade de Alunos e Professores Estrangeiros na IES e Disciplinas Ofertadas em Língua Estrangeira: Por ainda não haver iniciado suas atividades, não

possui alunos estrangeiros matriculados e, em seu corpo docente não possui docentes estrangeiros até seu ato de autorização. A Faculdade Amazonas ofertará a todos os seus alunos em todas as suas matrizes como componente curricular optativo, disciplinas de língua estrangeira.

Existência de Projetos e Ações Para a Promoção da Sustentabilidade Socioambiental na Gestão da IES e nas Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão: A IES possui um Plano de Gestão de Logística Sustentável.

2.3 ORGANOGRAMA



3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

3.1 NOME E ATOS LEGAIS DO CURSO:

a) Curso de Graduação em Bacharelado em Farmácia

b) Portaria de Autorização: 201820215

c) Cadastrado no e-MEC em: 19/10/2018

d) Ato Regulatório:

Em Processo de Autorização

3.2. NOME E BASE LEGAL DA MANTIDA:

Nome da IES: Faculdade Amazonas – código da mantida: 21592

Ato Regulatório: Autorização

3.3 RELATO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO/IMPLANTAÇÃO/CONSOLIDAÇÃO DO PPC:

O PPC foi construído pelo NDE do curso observando-se as diretrizes curriculares nacionais do curso de Graduação em Farmácia, a RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 3, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2001, as demais diretrizes pertinentes ao ensino superior, o PDI da IES bem como as necessidades locais e regionais para formação do Farmacêutico.

A implantação ocorre a partir da primeira turma do curso com o acompanhamento do NDE e do colegiado e a consolidação ocorre na medida em que se buscam melhorias para o curso com base na análise das avaliações internas e externas, e reuniões periódicas do NDE e colegiado, bem como, por meio da elaboração conjunta do Plano acadêmico-administrativo do curso nas Semanas Pedagógicas.

3.4 ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

TRAVESSA CRISTIANE AZEVEDO, 2712 – MORADA DO SOL – MANACAPURU – CEP 69402-093 – AMAZONAS

3.5 ATOS LEGAIS DO CURSO E DATA DA PUBLICAÇÃO (AUTORIZAÇÃO/RECONHECIMENTO/RENOVAÇÃO)

Curso em Processo de Autorização.

3.6 CONCEITOS DO CURSO (CC, CPC, ENADE)

Não se aplica

3.7 NÚMERO DE VAGAS DO CURSO E TURNOS DE FUNCIONAMENTOS:

200 vagas

Sendo: 100 matutino e 100 no noturno

3.8 CARGA HORARIA TOTAL DO CURSO E TEMPO MÍNIMO E MÁXIMO DE INTEGRALIZAÇÃO:

a) Carga Horária Total do Curso: 4000h

b) Tempo Mínimo para integralização = 10 semestres; Tempo Máximo = 20 semestres.

3.9 PROTOCOLO DE COMPROMISSO OU TERMO DE SANEAMENTO DE DEFICIÊNCIA, MEDIDAS CAUTELARES, TERMOS DE SUPERVISÃO

Não se aplica

3.10 PERFIL DO COORDENADOR:

3.10.1 Nome, formação, titulação, tempo de experiência dentro e fora do magistério:

a) **Nome:** Camila Fabbri
b) **Formação:** Farmacêutica
c) **Titulação:**
   i. Doutora em Medicina Tropical pela Universidade Estadual do Amazonas
   ii. Mestra em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal do Amazonas
d) **Experiência dentro do magistério superior:** 9 anos
e) **Experiência fora do magistério superior:** 01 ano
f) **Tempo de gestão de curso de graduação:** 2 anos

3.11 DISCIPLINA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

A matriz do curso possui a disciplina Inglês e Direitos Humanos e a IES, mantêm convênio com Centro de idiomas para descontos aos nossos alunos de todos os cursos de graduação e pós-graduação.

3.12 CONVÊNIO

Além dos convênios com empresas para Estágios Supervisionados a IES possui também convênios para intercâmbio e mobilidade acadêmica com as universidades de: Évora em Portugal, Bologna na Itália, Nihon Gakko no Paraguai, com o Santander Universidades que mantém convênio com 85 países e com a PUC/Minas para o DINTER em Direito.

3.13 QUANTITATIVO ANUAL DO CORPO DISCENTE, DESDE O ÚLTIMO ATO AUTORIZATIVO (INGRESSANTES MATRICULADOS EM TCC, PARTICIPANTES DE PROJETOS DE PESQUISA POR ANO, PARTICIPANTES EM PROJETOS DE EXTENSÃO POR ANO, PARTICIPANTES DE FINANCIAMENTO POR ANO

Não se aplica

3.14 JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO E NÚMERO DE IES QUE OFERTAM O CURSO NO MUNICÍPIO:

As mudanças operadas na política de saúde do país em atenção ao perfil epidemiológico e as diretrizes do SUS têm levado a criação de novos atores e ampliação de papéis dos profissionais que já estão na área. A compreensão da situação de saúde do povo brasileiro e a localização desses problemas têm conduzido o setor saúde a estabelecer novas prioridades.

Nesta perspectiva, a formação em Farmácia deve estar pautada em uma prática social que se qualifica como concreta possibilidade de cooperação no processo de mudança e transformação da sociedade, com iniciativas pontuais e

continuadas, nas diversas etapas da formação discente, buscando discutir a biodiversidade na Amazônia no campo da educação, saúde, ambiente e tecnologia.

A concepção da saúde como um direito universal, igualitário e equânime, o reconhecimento da participação da população como uma forma de controle social exige novas posturas dos profissionais e novos reordenamentos na operacionalização das políticas de saúde. Neste processo, o farmacêutico tem sido identificado como um profissional capaz de contribuir para a efetivação desta política.

Neste contexto, a garantia da integralidade da assistência, o avanço tecnológico que garante novas descobertas e gera novos procedimentos tem exigido da academia um investimento maior no processo de formação, com vistas a preparar o futuro profissional para a assistência nos diversos níveis de complexidade.

Assim, a demanda da sociedade e mercado de trabalho, as condições geográficas e as necessidades técnicas do desenvolvimento respondem, afirmativamente, à necessidade social de cursos de Farmácia no Estado, em especifico no interior, como instrumento de democratização do acesso à educação superior pela sociedade. Principalmente, município de Manacapuru que ocupa uma área de 7.329,234 Km2 e sua população, estimada pelo IBGE em 2012, era de 86.985 habitantes. Nesse senso, Manacapuru é o quarto município mais populoso do Estado do Amazonas, superado por Manaus, Parintins e Itacoatiara e é o segundo de sua microrregião. Sendo a maior região metropolitana brasileira em área territorial e a mais populosa da Região Norte do Brasil. Sua área representa 0.4666 % da área do Estado do Amazonas, 0.1902 % da Região Norte e 0.0863 % de todo o território brasileiro.

Desta forma, o curso de Bacharelado em Farmácia da FACULDADE AMAZONAS está imbuído no compromisso de formar profissionais farmacêuticos, generalista, com sólida formação geral, humanística, crítica, reflexiva e ética, com a capacidade e competência para atuar nos diferentes níveis de atenção à saúde, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, nos âmbitos individual e coletivo, com responsabilidade social e compromisso com a defesa da cidadania, da dignidade humana, da saúde integral do ser humano e tendo como transversalidade em sua prática, sempre, a determinação social do processo de saúde e doença. Aptos a intervir na realidade do Brasil e, principalmente, na Região Amazônica, tendo em vista o reconhecimento

das dificuldades e potencialidades, em especial, em Manacapuru, e que possam contribuir no processo de mudanças e melhoria da qualidade de vida da sociedade.

De acordo com o Conselho Regional de Farmácia do Amazonas, maio de 2021, o estado apresentava cerca de 7200 farmacêuticos inscritos. Para uma população de cerca de 4,2 milhões de habitantes no Estado e 98 mil pessoas em Manacapuru, faz-se a necessidade de mais farmacêuticos atendendo nas UBSs, hospitais públicos, CAPS, UPAs e Policlínicas além da demanda do setor privado, como drogarias, farmácias, hospitais e centro de distribuição de medicamentos.

No Brasil, existe uma farmácia para cada 2.700 habitantes, número muito próximo ao dos países europeus. Entretanto, o consumo per capita de medicamentos de prescrição é baixo em relação aos países desenvolvidos. Sendo assim, a formação de novos farmacêuticos atende a demanda de um mercado crescente. É fundamental e regulamentado que as drogarias tenham farmacêuticos para atender a população e orientar quanto o uso correto e racional de medicamentos.

3.14.1 Demandas de Natureza Econômica

Caracteriza-se especialmente pela coleta de borracha e castanha, exploração de caça, pesca, pecuária extensiva nos campos naturais e incipiente agricultura itinerante nas terras firmes, salientando-se nos últimos anos a cultura da juta e da pimenta-do-reino. Com relação a Manacapuru, observa-se que, embora tenha nas indústrias extrativas animal e vegetal expressiva fonte de riqueza, é a agricultura, em particular a cultura da Juta, a base econômica do município.

Setor primário

O Amazonas é o maior produtor de fibras do Brasil , com participação de 87% da produção nacional (IBGE -PAM/2014). Os maiores produtores da fibra no Amazonas são da região das Calhas dos Rios Negro e Solimões, como Manacapuru, Anamã , Autazes , Careiro , Careiro da Várzea, Vila Rica de Caviana, Caapiranga , Iranduba, Manaquiri, Novo Airão , Rio Preto da Eva, Manaus, Beruri, Coari, Codajás e Anori . A produção total desses municípios anualmente varia de 20 a 200 toneladas de juta , e de Malva gira em torno de 100 a

744 toneladas. Manacapuru e Beruri se destacam com a produção média de 70 a 100 toneladas de juta.

A agricultura em Manacapuru é uma das principais fontes econômicas. O município é o maior produtor nacional de juta, tendo destaque também para outros produtos como a mandioca, banana, milho, laranja, feijão, café e hortaliças.

A pecuária e a pesca também constituem um forte empreendedor econômico do município, com destaque para a criação de bovinos equinos e suínos. Em 2009, foram registradas 20.568 bovinos efetivos no município, além de 639 bubalinos e 294 eqüinos. Na pesca, as espécies mais comuns são o pacu, sardinha, curimatá, branquinha, jaraqui, matrinxã, acari-bodó e outras espécies de peixes oriundos de água doce.

A avicultura também concentra uma representação econômica para a cidade, existindo uma granja com criação de galinhas de postura. O extrativismo vegetal ainda é uma atividade de grande significado para a economia local, através da exploração de produtos como a borracha, pupunha e madeira. Existem diversos viveiros de peixes na localidade, voltados à criação de espécies de peixes da Amazônia. Na fruticultura, produz-se no município maracujá, cupuaçu, mamão, abacaxi, banana, abacate, laranja, limão e m elancia.

Setor secundário

A produção industrial no município está intimamente ligada à agricultura e à indústria extrativa local. Há indústrias voltadas a atividades agropecuárias, produção de minerais não metálicos, metalúrgica, mecânica, materiais elétricos, material de transporte, madeira, mobiliário, papel, borracha, couro, produtos farmacêuticos e veterinários, materiais plásticos, têxtil, vestuário, bebida, fumo, editorial e gráfica, calçados e construção.

Em 2008, havia 918 empresas regularizadas no município, de acordo com o IBGE, gerando cerca de 4.850 empregos diretos.

Setor terciário

O município mantém transações comerciais com as praças de Manaus e Belém. Entre os produtos que importa aparecem em primeiro lugar gêneros alimentícios, tecidos, medicamentos, ferragens e material elétrico. De acordo com dados de 2008, a sede municipal conta com 918 estabelecimentos de comércio, gerando aproximadamente 4 850 empregos diretos com salários de R$ 71.537, uma média de 3,3 salários mínimos.

3.14.2 Demandas de Natureza Social

Educação

O município possui vinte e quatro estabelecimentos de saúde, sendo que todos são públicos e municipais. Não há estabelecimento de saúde particular. Dos vinte e quatro estabelecimentos de saúde, quinze prestam serviços odontológicos e atuam como unidades básicas de saúde.

Manacapuru possui escolas em todas as regiões do município. O município em 2009 contava com aproximadamente 22 429 matrículas, 727 docentes e 171 escolas nas redes públicas e particulares, sendo 19 escolas estaduais e 150 municipais. 23 escolas municipais atuavam em atividades pré-escolares.

No ensino superior, o município possui um campus da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Em Manacapuru está sediado o Centro Metropolitano de Estudos Superiores da UEA (CMESU -UEA). O Centro Metropolitano, que abriga os cursos de Engenharia Naval, Engenharia de Pesca, Produção de Alimentos, Produção de Fibras e Arqueologia da Universidade do Estado do Amazonas, dá ênfase a tais cursos para atender as demandas específicas de Novo Airão, onde se encontra um centro de indústria naval regional, Iranduba, que possui grandes sítios arqueológicos, e Manacapuru, maior produtor brasileiro de fibra vegetal.

Manacapuru é uma das sedes do Projeto Rondon, uma iniciativa do governo brasileiro, coordenada pelo Ministério da Defesa, em colaboração com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

Segurança

Manacapuru possui uma infraestrutura razoável. Em 2000 a cidade possuía 13 351 domicílios entre apartamentos, casas, e cômodos. Desse total 11 608 eram imóveis próprios, sendo 11 545 próprios já quitados (86,47%), 63 em aquisição (0,47%) e 678 alugados (5,08%); 1 010 imóveis foram cedidos, sendo 326 por empregador (2,44%) e 684 cedidos de outra maneira (5,12%). 55 foram ocupados de outra forma (0,41%). Parte dessas residências conta com água tratada, energia elétrica, esgoto, limpeza urbana, telefonia fixa e telefonia celular. Em 2000, 50,56% dos domicílios eram atendidos pela rede geral de abastecimento de água; 57,26% das moradias possuíam coleta de lixo e apenas 9,16% das residências possuíam escoadouro sanitário.

No período entre 1991 e 2000 o acesso a bens de consumo era considerado baixo. Em 1991, apenas 34,6% das residências possuíam geladeira; 39,5% televisão; 8,3% telefone e nenhuma das residências possuía computador. Em 2000 o índice se elevou: 57,5% das residências possuíam geladeira; 62,6% televisão; 8,5 telefones e 0,9% computador.

Por força da Constituição Federal do Brasil, a Guarda Municipal de Manacapuru, juntamente com a Polícia Militar, possui a função de proteger os bens, serviços e instalações públicas. Ainda, atendendo o interesse público e no exercício do seu poder de polícia, atua na prevenção e repressão de alguns crimes, especialmente contra bens e serviços públicos, podendo inclusive prender em flagrante delito os infratores e conduzi-los até a presença de um delegado de polícia, de acordo com o disposto na lei processual penal.

A criminalidade em Manacapuru está em elevado crescimento, como nos demais municípios brasileiros. Em 2006 a taxa de homicídios no município foi de 9,7 para cada 100 mil habitantes, sendo que em 2005 a taxa era de 8,8. O índice de óbitos por arma de fogo, após apresentar grande crescimento entre 2002 e 2005, caiu em 2006, sendo de 4,5 para cada 100 mil habitantes neste ano. A taxa de óbitos por acidentes de trânsito, que era de um em 2002, subiu para 12 por cada 100 mil habitantes em 2006.

Transportes

O município possui muita tradição no transporte hidroviário, tendo em vista a abundância dos rios que cortam a localidade, entretanto com a criação da região metropolitana de Manaus (2007), o transporte rodoviário tem assumido um caráter mais relevante dentro dos seus limites territoriais. Manacapuru, assim como os demais municípios amazonenses, não é cortada por ferrovias em seu território. O transporte público em Manacapuru, assim como em toda a Região Metropolitana de Manaus, é administrado pela Superintendência de Transporte Urbano da Grande Manaus (STU-RMM). O transporte aéreo também é usado, embora em menor escala.

Fluvial

Os rios amazônicos são ainda hoje, como no tempo do Brasil-Colônia, as únicas vias de penetração nessa região. A navegação fluvial é muito intensa no Amazonas, que possui o maior rio em volume de águas do mundo, o Rio Amazonas. Os rios de pequeno porte da região são navegáveis até o alto curso, como acontece nos rios juruá e Purus. Os tipos de embarcação hidroviária utilizadas na região variam desde pequenos barcos até a navios de cruzeiro. São usadas ainda embarcações à vela, geralmente chamadas de "canoas", "geleiras" ou "vigilengas", que realizam grande parte do tráfego à capital, Manaus, e outras localidades rurais do município. O Terminal Hidroviário de Manacapuru, de responsabilidade da SNPH, é um dos maiores do norte brasileiro.

Rodoviário

As únicas rodovias existentes em Manacapuru são a AM-070, que interliga Manacapuru à Manaus, Iranduba e Manaquiri; e a AM-254, que interliga Manaus à Novo Airão, passando por Manacapuru. Em relação à frota automobilística, em 2009 foram contabilizados 12 492 veículos. Há ainda empresas de transporte público que realizam viagens para comunidades rurais do município. O acesso à Manaus é feito principalmente pela AM-070 onde está a Ponte Jornalista Phelippe Daou , além de outras quatro pontes, duas sobre o rio Ariaú e duas sobre o rio Miriti. A viagem dura mais ou menos uma hora de carro, e existe um serviço de ônibus entre as duas cidades, com treze viagens diárias.

3.14.3 Demandas Culturais

A cultura do município, assim como do Amazonas, foi largamente influenciada pelos povos nativos da região e pelos diversos grupos de imigrantes e migrantes que ali se estabeleceram, principalmente espanhóis. Manacapuru tornou-se uma cidade com ampla miscigenação cultural e diversificadas culturas. Os nordestinos que migraram para a Amazônia no fim do Século XIX e início do Século XX, atraídos pelo Ciclo da borracha, também contribuíram para a formação da cultura municipal. Tudo isso gerou na localidade e no estado uma cultura mestiça e com grande contribuição e permanência da cultura indígena.

A cultura manacapuruense é rica em tradições e festas folclóricas bastante apreciadas. Por conta do Festival de Cirandas, que nos últimos anos tem atraído grande número de turistas para a cidade, Manacapuru ficou conhecido como a "Terra das Cirandas". Na música, os destaques são a ciranda e o forró. Manacapuru possui um projeto chamado "Caravana da Música", que conta com a participação de diversos artistas regionais e nacionais.

Festival de cirandas

Assim como Parintins, Manacapuru também é conhecida por seu festival folclórico, porém, ao invés do característico boi-bumbá de Parintins, a cidade é conhecida por suas cirandas, agremiações que tocam um estilo de música típico local, e apresentam desfiles competitivos. Realiza-se todos os anos, o Festival de Ciranda de Manacapuru, no Cirandódromo da cidade, localizado no Parque do Ingá geralmente no último fim de semana do mês de agosto ou início de setembro.

O primeiro Festival de Cirandas competitivo aconteceu em 1997. A partir de então, a manifestação cultural recebeu status de manifestação folclórica e a cada ano apresentou mais qualidade e nível técnico nas noites da festividade.

São três as agremiações que compõem o festival do município: Flor Matizada, Guerreiros Mura e Tradicional. O Festival de Ciranda de Manacapuru é um dos maiores do estado do Amazonas e da Região Norte do Brasil, recebendo de 50 a 90 mil turistas todos os anos.

3.14.4 Demandas Políticas de Saúde

No CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS 2016), consta que a rede pública de saúde do município de Manacapuru é composta por um hospital geral (Hospital Lázaro Reis e Maternidade Cecília Cabral), uma policlínica (Policlínica Eneida Marques), dois centros de atendimento psicológico especializado (CAP - Centro de Atenção Psicossocial), duas unidades móveis terrestres de urgência (SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), um laboratório de análises clínicas e diagnóstico, uma farmácia popular, 18 postos de saúde (UBS - Unidade Básica de Saúde do Brasil) e um posto de saúde indígena (Casa de Apoio à Saúde do Índio de Manacapuru).

Todas essas unidades de saúde atendem pelo Sistema Único de Saúde do Brasil (SUS) e são gerenciadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Manacapuru (SEMSA). O município conta com uma Central de Regulação - Regional Manacapuru, gerida pela Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas (SUSAM), órgão que implementa o sistema de regulação de atendimentos do SUS. A rede privada do município dispõe de oito estabelecimentos cadastrados, incluindo duas clínicas, um laboratório de análises clínicas e diagnóstico, três consultórios médico e odontológico e dois centros de fisioterapia (DATASUS 2016).

Atendimentos de saúde mais complexos são encaminhados para Manaus devido à falta de estrutura hospitalar, leitos e médicos especializados. Em dezembro de 2015, o município de Manacapuru apresentava apenas 65 leitos de internação hospitalar pelo SUS (clínica, cirúrgica, obstétrica, pediátrica e complementar), enquanto que o município de Manaus contava com 3.106 leitos (DATASUS 2016). Manacapuru, assim como outros municípios do estado, está contemplado em ações de saúde previstas no Plano Estadual de Saúde (PES) referente ao quadriênio 2012-2015, elaborado pela SUSAM em cumprimento à legislação do SUS (Governo do Estado do Amazonas 2013). A infraestrutura de saúde está concentrada na sede municipal. Nos ramais, as unidades de saúde existentes estavam inoperantes, à exceção da comunidade Ubim (km 44 da rodovia AM-070). Por outro lado, todos os entrevistados mencionaram ter recebido visitas de agentes de saúde vinculados ao Programa Estratégia de Saúde da Família do governo federal. Serviços de assistência social também estão concentrados na sede municipal, com instalações como o Centro

de Esportes Unificados das Artes e Cultura Washington Luís Régis da Silva, inaugurado em 2015.

A Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social de Manacapuru (SEMAPS) reconheceu, em entrevista, a dificuldade em gerir o Cadastro Único para Programas Sociais vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), principalmente nos ramais e áreas rurais remotas. Em dezembro de 2016, o MDSA registrava 19.846 famílias (68.580 pessoas) com Cadastro Único no município (SAGI 2016). Dessas famílias, 14% (2.802) apresentavam renda per capita mensal de R$85,01 até R$170,00, e 67% (13.303) de R$0,00 até R$85,00, condições que definem famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, segundo critérios utilizados por programas sociais do governo federal (SAGI 2016).

3.14.5 Demandas de Natureza Ambiental

Os padrões de desmatamento no município de Manacapuru foram analisados utilizando dados do PRODES - Projeto Desmatamento da Floresta Amazônica por Satélite de 1997 até 2014 (INPE 2016a), em conjunto com dados do Global Land Analysis and Discovery Laboratory (GLAD) de 2015 até agosto de 2016 (University of Maryland 2016). Cerca de 16,0% (95.051 hectares) da área do município foi desmatada, considerando o período total analisado de 1997 até agosto de 2016. Até o ano de 1997, essa proporção foi de 10,0% (58.676 hectares), enquanto que no período de 1998-2014 mais 3,5% (20.743 hectares) e no período de 2015-2016 mais 2,6% (15.632 hectares).

A perda de áreas de floresta primária no município foi drasticamente intensificada durante esse último biênio (2015-2016), já que a área desmatada verificada nesse período foi similar aos 16 anos anteriores (1998-2014). Estradas e rios são as principais vias de acesso na região e também funcionam como vetores de degradação ambiental e desmatamento. As áreas desmatadas mais extensas no município estão localizadas próximas à rodovia AM-070 e ramais, às margens dos rios Solimões e Manacapuru e no entorno do Lago Grande. No entorno do município, as maiores áreas desmatadas estão no entorno das rodovias AM-070 no município de Iranduba, AM-354 e BR-319 próximas aos municípios de Manaquiri e Careiro-Castanho, no município de Beruri e no município de Caapiranga.

A degradação ambiental tende a aumentar na região de Manacapuru caso se mantenham as atuais taxas de desmatamento e não sejam adotadas medidas mitigatórias dos impactos de uma ocupação desordenada do território. As melhorias na infraestrutura pela construção e consolidação de grandes obras de infraestrutura, como a Ponte Rio Negro, o Gasoduto Coari-Manaus, a Cidade Universitária e a duplicação da rodovia AM-070, aliadas à oferta de energia elétrica nos ramais contribuem para que os ramais se transformem em eixos de expansão e desmatamento.

Os ramais localizados nessa região em particular apresentam grandes extensões, o que dificulta a fiscalização e a gestão desses territórios. Além disso, vários deles possuem trechos ou áreas localizadas dentro dos limites dos municípios de Manacapuru e de Novo Airão, além de ramais ou trechos de ramais localizados dentro de Unidades de Conservação**.** As maiores áreas de cobertura florestal primária estão localizadas ao sul do município, onde predominam florestas de várzea, e ao norte, onde predominam florestas de terra firme (FIGURA 8). Estas áreas têm potencial estratégico para o município, visando a implementação efetiva de um sistema de UCs que equilibre proteção e uso sustentável da biodiversidade.

O Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) e outros órgãos vêm realizando campanhas mais intensivas de combate a queimadas no estado em ações integradas (Amazonas Atual 2016, G1 Amazonas 2016). Os números de focos de queimada no município aumentam substancialmente nos meses de julho, agosto, setembro e outubro, período que corresponde ao verão amazônico, em que há elevação de temperatura e diminuição das chuvas (88, 258, 434 e 198 focos do total de 1.102, respectivamente). Grande parte das queimadas registradas no município ocorreu em áreas de floresta primária (65% do total), sendo que a as áreas mais afetadas foram as de floresta de terra firme com 43,2% do total de focos (476 focos), seguidas de áreas já alteradas por ocupação humana com 23,8% (262 focos) e floresta de várzea com 22,1% (244 focos).

Os focos de queimada apresentaram o mesmo padrão de distribuição do desmatamento no município e entorno, sendo as queimadas uma das principais causas da perda de floresta primária na região. Todavia, as maiores densidades de focos no município estão localizadas no ao norte do Lago Grande e na região da estrada que liga a cidade de Caapiranga e o Rio Manacapuru. Estes resultados são

extremamente relevantes para subsidiar ações de combate a queimadas e incêndios florestais no município e entorno.

3.14.6 Número de IES que ofertam o curso no Município

Com base nos dados no E-MEC (2021), o município de Manacapuru conta com 14 Instituições de Ensino Superior com cursos em diversas áreas, como faculdades, e universidades, das quais 2 ofertam Cursos de Farmácia na modalidade a distância: Universidade Estácio de Sá e Universidade Paulista (UNIP).

DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

1.1.1 Política de Ensino

A Política de ensino da IES está fundamentada na construção de relações de ensino/aprendizagem com vistas aos melhores indicadores de qualidade da educação superior, no desenvolvimento de competências do perfil do egresso das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação e no Catalogo Nacional de Cursos Tecnológicos, bem como em uma formação ética e humanística prezando pela indissociabilidade entre *ensino, pesquisa e extensão* realizada por meio dos programas na graduação e na pós-graduação.

A Política de Ensino da IES considera as **diretrizes** abaixo:

- Atender aos requisitos legais educacionais e as orientações das diretrizes curriculares nacionais para a formação do perfil do egresso, considerando, as demandas da região norte, a missão e visão da IES;

- Promover a articulação permanente entre ensino, pesquisa e extensão, por meio do Programa de Articulação Pesquisa, Ensino e Extensão - **PAPEERI;**

- Desenvolver o Ensino para a formação de competências e habilidades prevista na DCN, considerando os aspectos de atualização curricular; utilização e desenvolvimento de material didático; oferta de componentes curriculares semipresenciais e promovendo a formação de profissionais capazes de atender as demandas econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais da região;

- Promover a disseminação de valores éticos, humanísticos, ambientais e socialmente responsáveis, por intermédio do Programa de Educação Ambiental e o Programa de Educação para os Direitos Humanos obedecendo ao que determina a legislação pertinente;

- Promover a qualidade do ensino e a inovação pedagógica estabelecidos no Programa de Qualidade de Ensino e no Programa de Inovação Pedagógica utilizando-se de metodologias ativas por meio da interação teórico prática, da pedagogia de projetos e acessibilidade pedagógica e atitudinal, ensino interdisciplinar, transversal e

flexível com processos de avaliação que tenham como foco a aprendizagem e que se dão de maneira somativa - com base na teoria de resposta ao item e, formativa - visando o desenvolvimento de competências;

- Atender os estudantes, ofertando apoio acadêmico, pedagógico e psicopedagógico necessários ao suporte de sua vida acadêmica e estudantil, tendo como meta o acolhimento ao ingressante, o nivelamento, a monitoria, atividades extracurriculares, a acessibilidade e a permanência do mesmo em condições excelentes de aprendizagem, bem como o acompanhamento de egresso, por meio do Programa de Apoio ao Discente; Programa de Acessibilidade e Programa de Acompanhamento do Egresso;

- Promover a gestão participativa por meio dos NDE's e colegiados docentes e discentes, garantindo inclusive a representatividade discente em órgãos colegiados;

- Desenvolver o Programa de Monitoria, como estímulo a formação de novos quadros docentes.

Focada nessas diretrizes norteadoras, a IES define os seguintes **princípios** que servirão como base de sua política de ensino:

- Princípio da proximidade: recomenda que o ensino e aprendizagem, sejam quais forem seus métodos e técnicas, inicie pelo conhecimento que seja o mais próximo possível da vida do aluno, partindo dos fatos mais imediatos para os mais remotos, do conhecido para o desconhecido;

- Princípio da direção: recomenda ao professor o planejamento, a previsão, a sequência lógica, estruturada, do conhecimento, a clareza de objetivos e o enfoque de questões essenciais do conteúdo, sem deter-se em questões periféricas;

- Princípio da adequação: recomenda que os métodos e técnicas sejam apropriados ao aluno, à natureza e tipo de conteúdo, ao contexto, às fases evolutivas do desenvolvimento e da aprendizagem;

- Princípio da participação: recomenda que se observem, nos alunos em formação, em todas as áreas, a atividade, o envolvimento, o estudo, a atenção, o trabalho com o conhecimento, a organização, a disposição, a conscientização do valor do estudo, da aprendizagem e seus métodos;

- Princípio da diversidade: recomenda preservar, em qualquer método de ensino-aprendizagem, o valor de condutas que propiciem a livre manifestação de ideias, a qualificação e acolhimento das pessoas, a confiança, a iniciativa, a criatividade e criação, o respeito às diferenças e à pluralidade;

- Princípio da vivência: aplica-se à consideração ao conhecimento formado no cotidiano e nas práticas anteriores dos alunos, assim como suas experiências atuais, associando-os aos significados do conhecimento teórico e suas relações com fatos da realidade, da vida;

- Princípio da descoberta: aplica-se ao conhecimento tanto ao teórico e suas fontes, como ao conhecimento pessoal, de si e do outro, incluindo ainda o conhecimento dos fatos da realidade e a vivência do prazer de aprender;

- Princípio da construção do conhecimento: refere-se à sua integração, articulação, irradiação à vida, ao cotidiano, onde se encontram os seus significados concretos;

- Princípio da reflexão: recomenda incorporar aos métodos de ensino-aprendizagem os processos de análise, conclusões e avaliação do conhecimento;

- Princípio da Interdisciplinaridade e da Transversalidade: pretende-se abordar os conteúdos da formação de maneira a garantir o trânsito interdisciplinar e transversal, ou seja, os conteúdos devem ser abordados de maneira a evidenciar as relações interdisciplinares e transversais do conhecimento, superando a abordagem fragmentada e isolada o saber.

Uma política se constitui como um conjunto de princípios e diretrizes norteadoras que garantem a direção de programas, projetos e ações que tem como finalidade executar e garantir o alcance dos objetivos institucionais, neste sentido, uma política deve ser sempre pensada em termos sistêmicos e em articulação com a Missão e os Valores, atribuídos.

Núcleos de apoio ao ensino

NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica- responsável por assessorar os projetos de inovação tecnológica dos cursos de graduação, com atribuições de:

- Analisar e emitir parecer sobre a viabilidade técnica e econômica do licenciamento e da transferência de produtos, processos e serviços oriundos da propriedade intelectual;
- Deliberar sobre propostas e indicações, representações ou consultas de interesse da Faculdade em matéria de inovação tecnológica e proteção da propriedade intelectual;
- Estabelecer regras e procedimentos para avaliação e classificação de resultados decorrentes de atividades e projetos acadêmicos da IES em atendimento às disposições da Lei nº 10.973/2004, da Lei nº 13.243/2016 e do Decreto nº 9.283/2018;
- Estabelecer regras e procedimentos para avaliação de solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma dos artigos 22 e 22-A da Lei nº 10.973/2004;
- Estabelecer regras e procedimentos para a execução, acompanhamento de pedidos de proteção e manutenção dos títulos de propriedade intelectual da IES;
- Estabelecer regras e procedimentos para a transferência, licenciamento e comercialização de tecnologias da IES.

NAPA - Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade: O apoio psicopedagógico na IES dar-se-á por meio de uma estrutura pedagógica/administrativa denominada Núcleo e Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade. Neste espaço a partir da intersecção da pedagogia com outras áreas de conhecimento, a IES realiza ações de prevenção e de apoio aos alunos com problemas, distúrbios, dificuldades de aprendizagem e ainda aqueles com necessidades educativas especiais específicas de natureza permanente. O NAPA tem como objetivo geral de promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem e inclusão do aluno para seu pleno desenvolvimento. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra anexo a este.

NADI- Núcleo de Apoio ao Discente: O apoio ao discente do NADI responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra anexo a este.

1.1.1.1 Programas de Ensino

Esta Política de Ensino se realiza por intermédio dos seguintes programas institucionais, em anexos:

- **PAPEERI** – Programa de Articulação de Pesquisa, Ensino e Extensão e Responsabilidade Social Institucional;
- **PEA** – Programa de Educação Ambiental;
- **PEDH** – Programa de Educação para os Direitos Humanos;
- **PQE**- Programa de Qualidade de Ensino e Inovação Pedagógica;
- **PAD** – Programa de Apoio ao Discente.

Os referidos programas estão disponíveis nos apêndices do PCC.

Estes Programas Institucionais por sua vez se desdobram no âmbito dos cursos de graduação nos seguintes Projetos institucionais:

- Projeto de Recepção de Calouros;
- Projeto de Nivelamento;
- Projeto de Monitoria;
- Projeto de Atividades Complementares;
- Projeto de Atividades Extracurriculares (Natal solidário; Workshop de Empregabilidade; Escola de Líderes; Escola de Empreendedores)
- Projeto de Acompanhamento do Desempenho Acadêmico;
- Projeto de Monitoramento da Evasão;
- Projeto de Atividade Interdisciplinar;

- Projeto de Atividade Transversal;
- Projeto Artístico Cultural;
- Projetos de Articulação de Ensino, Pesquisa e Extensão
- Projeto de Responsabilidade Social;
- Projeto de Acompanhamento de Egressos.

Os referidos projetos estão disponíveis nos apêndices do PCC.

1.1.1.2 Ações de Ensino

Desta maneira, a Política de Ensino da IES deve promover ações acadêmico-administrativas no âmbito do ensino que incentivem a produção do conhecimento com qualidade relacionada com o seu contexto regional e sem perder de vista a formação humana, ética e tecnológica integrada a partir das inovações metodológicas, tecnológicas da avaliação continuada, das relações teoria-prática e ensino-serviço, da interdisciplinaridade, transversalidade, da educação para os direitos humanos e do incentivo aos percursos curriculares mais abertos, contemplando as atividades complementares.

Nesta perspectiva se faz necessário relacionar um dos princípios que regem esta instituição, compreendendo estes como fundamentos das nossas ações de ensino, pesquisa e extensão tendo no horizonte a nossa missão que é formar profissionais para o mercado de trabalho, com princípios humanísticos e éticos. A IES estimula a permanência de seus discentes, mantendo vínculos institucionais, mediante a formação continuada, visando à sua atualização e desenvolvimento científico e profissional, e viabilizando a sua participação em diversas atividades acadêmicas, como:

- **Ensino** -O Ensino na IES é desenvolvido por meio de atividades acadêmicas curriculares e extracurriculares, que constituem a base da produção de novos conhecimentos a partir de saberes já produzidos mediante conhecimento científicos elaborados pelos docentes da instituição, como com a participação de discentes dos períodos mais avançados do curso, especificamente por meio de produção de artigos e participação em programas de iniciação científicas.

Privilegia-se também outros instrumentos tais como participação em eventos, congressos, seminários específicos de cada curso, culminando em produções

acadêmicas. Nesta perspectiva, a política de ensino da IES, propõe que o ensino deve pautar-se nos princípios de: Flexibilização de métodos e concepções pedagógicas; Equilíbrio nas dimensões acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão; Respeito à diversidade étnica ideológica, cultural; e Valorização dos profissionais envolvidos com os processos de ensino e aprendizagem. Nossa política de ensino e graduação pensa que os currículos oferecidos devem ainda demonstrar comprometimento com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo em vista princípios norteadores da organização curricular dos cursos de graduação, a saber:

- **Flexibilização** - sistema integrado e flexível, articulado ao ensino, pesquisa, e ainda possibilidade de o aluno traçar um perfil formativo personalizado podendo cursar disciplinas em outros cursos e aproveitar as mesmas como disciplinas optativas ou atividades complementares. A flexibilidade também é um princípio a ser adotado pela IES, no que diz respeito a acessibilidade pedagógico para os alunos portadores de deficiência ou com dificuldades de aprendizagem, neste sentido são adotados critérios mais flexíveis de tempo para realização de atividades, progressão curricular para que o aluno possa ter seu tempo de aprendizagem considerado no seu percurso formativo.

- **Extensão** - a extensão possibilita ao acadêmico a imersão e de problematização da realidade social devendo este processo ser integrado sempre que possível com a pesquisa e com o próprio ensino.

- **Problematização** - processo pedagógico desenvolvido por meio de situações problemas, com vistas à elaboração de conhecimentos complexos.

- **Contextualização** - processo de articulação, diálogo e reflexão entre teoria e prática, incluindo a valorização do conhecimento extra escolar do aluno (práticas sociais e mundo do trabalho).

- **Competência**- capacidade do docente e do discente de acionar recursos cognitivos, visando resolver situações complexas.

- **Interdisciplinaridade e Transversalidade**- Processo de intercomunicação entre os saberes e práticas necessários à compreensão da realidade ou objeto de estudo, sustentando-se na análise crítica e na problematização da realidade. Esta se

desenvolve a partir de atividades e/ou aulas com conteúdo afins de diferentes disciplinas que se entrecruzam pelo viés da interdisciplinaridade, desta maneira estas ações se constituem com este enfoque. E na transversalidade pela discussão de temas de Educação Ambiental e Educação Étnica Racial por meio da Pedagogia de Projetos.

- **Educação para os Direitos Humanos**- com objetivo central na formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural. Baseada nos princípios de: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental. Esta ocorre como conteúdo específico de disciplinas da grade e também como disciplina optativa.

Por fim, a Política de Ensino do IES pretende realizar os seguintes objetivos:

1.1.1.3 Objetivo Geral

Promover a construção de relações de ensino/aprendizagem em sala de aula e demais espaços educativos com qualidade socialmente referenciada em índices de avaliações externas e internas, focadas no desenvolvimento de competências expressas no perfil do egresso estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação e no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, na modalidade presencial e a distância, a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

1.1.1.4 Objetivos Específicos

- Elaborar e desenvolver Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, consonantes com as necessidades formativas e do mundo do trabalho para o alcance dos objetivos e da missão institucional, articulados com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- Melhorar continuamente os resultados institucionais;
- Ampliar a oferta nos cursos da IES, democratizando o acesso ao ensino superior, por meio da ampliação de vagas e oferta de cursos nos bairros da região;

1.1.1.5 Ações Acadêmicas Administrativas

Desta maneira, a Política de Ensino da IES deve promover ações acadêmico-administrativas no âmbito do ensino que incentivem a produção do conhecimento com qualidade relacionada com o seu contexto regional e sem perder de vista a formação humana, ética e tecnológica integrada a partir das inovações metodológicas, tecnológicas da avaliação continuada, das relações teoria-prática e ensino-serviço, da interdisciplinaridade, transversalidade, da educação para os direitos humanos e do incentivo aos percursos curriculares mais abertos, contemplando as atividades complementares. Dentre as ações:

- Sistemática de Atualização Curricular- A IES mantém como um dos elementos essenciais de sua política de ensino a elaboração, implantação e desenvolvimento de Projetos Pedagógicos de Curso pautados nos critérios e padrões de qualidade, nas diretrizes curriculares nacionais e demais documentos legais pertinentes, tais como Diretrizes Curriculares Nacionais, Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos, Normativas dos Conselhos e Entidades de Classe. Também busca o direcionamento de sua política institucional para o ensino e nas aspirações, convicções e necessidades da comunidade interna e externa.

A IES mantém como princípio que os projetos pedagógicos facilitam os processos de articulação e orientação para as ações institucionais; possibilitam definições, quanto às prioridades para a gestão acadêmica; e contribuem para o alcance de maior nível de coesão interinstitucional.

Na construção dos projetos pedagógicos adota-se uma concepção que prioriza não só os conteúdos universais, mas também o desenvolvimento de competências e habilidades, na busca do aperfeiçoamento da formação cultural, técnica e científica do alunado. Os projetos pedagógicos dos cursos estão sintonizados com os novos paradigmas da educação e da sociedade, com isso garante-se uma formação global e crítica aos envolvidos no processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, bem como para se tornarem sujeitos de transformação da realidade, apresentando respostas aos grandes problemas da atualidade. Os Currículos serão ajustados trienalmente considerando o resultado da avaliação interna e externa dos

cursos, o resultado do ciclo avaliativo ENADE ou sempre que a legislação concernente tiver alteração.

As ações acadêmicas administrativas propostas para a sistemática de atualização curricular são:

a) Manter em pleno funcionamento com reuniões periódicas os Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos para acompanhamento e avaliação contínua dos projetos pedagógicos dos cursos, assumindo lugar de protagonista nesse processo conforme determina a Resolução CONAES Nº 01, de 17 de junho de 2010, onde:

- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação são as suas principais funções.

b) Participação dos Colegiados na aprovação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos que são por excelência o espaço de discussão próprio das questões pedagógicas e acadêmicas afetas aos currículos. Os Currículos serão atualizados em periodicidade trienal, ou quando, alguma alteração de fundo e relevante se fizer necessária, advinda de uma determinação legal, normativa ou ainda por algum novo conteúdo surgido. Estas discussões, orientações e deliberações serão registradas em atas de reunião as quais servirão de documento e registro das alterações pretendidas, estas, por sua vez, doravante propostas pelos Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos, e aprovadas em colegiado de curso devem primar por assegurar a qualidade dos currículos e consequentemente do ensino na Instituição e garantir o atendimento às diretrizes pedagógicas estabelecidas, as seguintes atividades são desenvolvidas, serão ações prioritárias dos NDE´s e Colegiados:

- A revisão contínua dos currículos;

- A atualização de programas ementas, bibliografias e planos de ensino, trienalmente;
- A criação de novos cursos;
- A revisão dos projetos pedagógicos dos cursos trienalmente;
- A auto avaliação visando ao aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido.

c) Promover a participação dos docentes na elaboração dos projetos pedagógicos é condição primordial para a IES, uma vez que estará proporcionando a integração das equipes; efetivando a responsabilidade e o envolvimento de todos na consecução dos objetivos propostos; e caracterizando tanto o próprio projeto como as ações e metas neles contidas como parâmetro para o direcionamento de todas as atividades, como também para as necessárias avaliações dos respectivos cursos.

d) Elaborar os projetos pedagógicos dos cursos prevendo a articulação das atividades acadêmicas da Instituição, direcionando objetivos e metas destinadas a promover o desenvolvimento integral do aluno, de maneira a conter núcleos interdisciplinares e transdisciplinares e de Educação para os Direitos Humanos predispostos à flexibilização e integração, tendo o Núcleo Docente Estruturante, um papel fundamental nesse processo.

e) Projetar ações de ensino e extensão em estreita correlação com o ensino, para fortalecimento dos currículos de graduação, articulando programas, integrando professores e alunos e proporcionando dessa forma, o ambiente condutor e desafiador para o desenvolvimento dos conhecimentos e das habilidades, direcionando a qualidade das formações.

f) Realizar de ações de formação para melhoria dos processos pedagógicos, por meio do Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente.

g) Currículo voltado para o desenvolvimento de competências no sentido da orientação do ensino para a formação de competências cabe destacar que os conteúdos são considerados em seu aspecto tridimensional, ou seja, na sua face conceitual, atitudinal e procedimental. É claro que nos passa despercebido que tal divisão só é possível do ponto de vista didático, mas nos cabe ressaltar que compreendemos que ao tempo que um conteúdo é um todo unificado, a complexidade atribuída aos mesmos faz crê que devemos observar em que momento uma dimensão

de um conteúdo ressalta e exige do professor uma abordagem metodológica distinta.

Assim um conteúdo de natureza procedimental, que enseja um saber fazer, deve conter uma articulação entre uma atitude e um conceito, sem o que, um procedimento adquire uma faceta mecânica de simples reprodução do que já é feito, retirando assim a possibilidade de invenção ou de reinvenção de um saber fazer. Do mesmo modo um conceito sem um contexto que permita ao aluno localizar a aplicação do mesmo, torna-se um conteúdo desprovido de sentido e de significado

E por fim, a aprendizagem de um conceito e suas possíveis aplicações, a realização de uma prática, sua reelaboração e reinvenção deve pressupor que o aluno adquira um conjunto de atitudes compatíveis com a sua inserção social, compromisso cidadão, aliado ao desenvolvimento pessoal e profissional.

Além do princípio da competência, conforme apontam as diretrizes curriculares nacionais, entende-se que o processo educacional deve estar centrado nos conteúdos relevantes para a formação do cidadão, respeitadas as especificidades das diferentes disciplinas. O estudante deve ser avaliado quanto ao desenvolvimento de competências e habilidades, por meio da aprendizagem significativas daquele conteúdo. Além disso, o desenvolvimento metodológico dos conteúdos requer estratégias que mobilizem e desenvolvam várias competências cognitivas básicas, como a observação, compreensão, argumentação, organização, análise, síntese, comunicação de ideias, planejamento, memorização etc. Ao selecionar os conteúdos, os professores trabalham conforme suas visões de mundo, suas ideias, suas práticas, suas representações sociais. Toda prática educativa apresenta determinado conteúdo, a questão maior é saber quem escolhe os conteúdos, a favor de quem e de como estará o seu ensino e, para tanto, nas suas disciplinas os docentes irão:

- Tomar como referência a prática profissional, analisar criticamente as formas de seleção e organização dos objetivos e conteúdo, assim como o seu significado no processo de ensino, identificando qual a concepção de homem, mundo e educação que estão orientando essa prática;

- Discutir a importância da determinação dos objetivos como elementos que orientam o processo, envolvendo a seleção de conteúdo, procedimentos, avaliação, e definindo o tipo de relação pedagógica a ser estabelecida;

- Considerar que o conteúdo só adquire significado quando se constitui em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade do aluno, tendo em vista a sua transformação;

- Interligar a formação baseada em competências com os princípios do ensino da IES e as necessidades do mercado.

No que compete os parâmetros para seleção de conteúdos e elaboração de currículos nos Projetos Pedagógicos de Curso, a IES, considera que:

- A seleção de conteúdo é o resultado de um universo maior de conhecimentos e saberes conforme o objetivo que se tenha de educação. Para formar um ser humano crítico e participativo na sociedade é necessário selecionar conhecimentos diferentes daqueles que são tradicionalmente escolhidos e que não priorizam a criticidade. Os Conteúdos são ainda considerados em seus aspectos cognitivos e técnicos, considerando a sua característica conceitual, procedimental, e atitudinal, estabelecidas nas diretrizes curriculares pertinentes.

A definição dos conteúdos para elaboração dos currículos a serem desenvolvidos nos diferentes cursos, deve ter em perspectiva:

I. A análise da realidade e o foco nos aspectos da inserção regional da Instituição;

II. As dimensões:

- Sócio antropológica, que considera os diferentes aspectos da realidade social em que o currículo será aplicado. Visam despertar no aluno a consciência para os problemas brasileiros e mundiais, de modo que possa capacitá-los a exercer uma profissão na sociedade com respostas conscientes e livres para a construção de um mundo onde todos tenham oportunidades iguais, onde todos participem na produção consciente do espaço, exercendo a cidadania e, consequentemente, a democracia plena;

- Psicológica, que se volta para o desenvolvimento cognitivo do aluno;

- Epistemológica, que se fixa nas características próprias das diversas áreas do saber tratadas pelo currículo;
- Orientada para o desenvolvimento de competências, os conteúdos a ser ensinados devem estar orientados para a construção das competências e habilidades que estruturam o perfil do egresso de cada curso.

A Política de Atualização Curricular da IES, prediz que os currículos se orientem por intermédio das seguintes premissas:

- Coerência do currículo com os objetivos do curso;
- Coerência do currículo com o perfil do egresso;
- Coerência do currículo face às Diretrizes Curriculares Nacionais e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia;
- Adequação da metodologia de ensino à fundamentação teórico-metodológica do curso;
- Inter-relação e integração entre as disciplinas;
- Dimensionamento correta e de acordo com a natureza dos conteúdos da carga horária teórico-prático dos componentes curriculares;
- Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas;
- Adequação, atualização e relevância da bibliografia;
- Currículos baseado na prática interdisciplinar e transversal;

h) As necessidades do mundo do trabalho e as emergências do mercado de trabalho;

i) A realidade local/nacional e global.

Desenvolvimento/utilização de material didático-pedagógico, onde material didático pode ser definido como instrumento e produto pedagógico utilizado em sala de aula, especificamente como material instrucional que se elabora com finalidade didática. Ou seja, o material didático tem a estrita finalidade de ensinar, fortalecendo o ensino. De natureza diversa, os materiais didáticos podem ser físicos ou virtuais e, podem se constituir em um número significativo de tipos e modelos. Considerando a complexidade

e amplitude deste conceito, serão considerados materiais didáticos na IES, em forma impressa e virtual em processo de elaboração:

a) Cadernos de Textos
b) Cadernos de Exercícios
c) Blogs e sites interativos
d) Livros
e) Manuais
f) Revistas Científicas

O desenvolvimento de material didático-pedagógico é muito importante para a análise e seleção dos conteúdos a serem desenvolvidos dentro dos componentes curriculares, e essa é uma atividade que envolve dedicação do corpo docente e da equipe de apoio técnico da Instituição.

A IES, compreende que o desenvolvimento do material didático deve ter critérios estruturados para que os projetos pedagógicos atendam aos requisitos de formação exigidos pelas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais e no Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos, e que também possam expressar o pensamento da Instituição quanto, à cultura, à ciência e à formação profissional cidadã.

A elaboração de materiais didático-pedagógicos exige uma concepção interdisciplinar, capaz de garantir ao mesmo tempo abrangência, atualização e fundamentação, reunindo conhecimento científico (clássico e contemporâneo) e também valorizar a experiência docente (magistério e profissional).

Como perspectiva de atendimento à dinâmica do processo de ensino-aprendizagem, o desenvolvimento de materiais didáticos tem o foco na interdisciplinaridade, na aquisição de competências, habilidades e atitudes profissionais condizentes com as expectativas da sociedade e do mercado de trabalho, balizadas pela proposta curricular do curso.

São diretrizes para o desenvolvimento de material didático-pedagógico da IES:

a) Elaboração de referenciais de conhecimentos fundamentais para a compreensão crítica dos problemas e para a intervenção no contexto social, político e cultural a que se referem;

b) Desenvolvimento de materiais didáticos pelos autores, a interdisciplinaridade que deve ser alcançada na apresentação de problemas reais enfrentados pelos alunos em seu cotidiano e no desenvolvimento do seu processo de trabalho;

c) Fornecer conteúdos mínimos que possibilite a organização do conhecimento prévio trazido pelo aluno, indicar referências e, principalmente, estimular o próprio aluno a buscar novos conteúdos;

d) Fornecer ferramentas e informações necessárias à pesquisa qualificada de novos conteúdos, a partir das necessidades reais do aluno;

e) Facilitar a aquisição das competências técnicas específicas, como, também, estimular o desenvolvimento de competências necessárias ao trabalho em equipe, à atitude de liderança e à ética profissional;

f) Construir um material que amplie a visão do aluno, que permita o aprofundamento dos assuntos principais, fornecendo sempre uma vasta bibliografia de apoio, sugestões de sites para navegação, textos para complementação dos assuntos abordados etc.;

g) Estruturar o material de forma clara, que propicie fácil manuseio e identificação de cada uma de suas partes/elementos;

h) Prever a inclusão, no material didático, de seções especiais, como, por exemplo, de questões para reflexão, de dicas, de glossário etc., que se constituem recursos para maior interação do aluno com o material; para dialogar com o texto; e, ainda, para facilitar a navegação (em caso de material virtual) e articulação dos conteúdos. Estas seções, definidas principalmente em função dos objetivos e conteúdos do curso e do público a que ele se destina, devem ser apresentadas de modo a serem claramente identificadas/percebidas pelo aluno quanto ao que elas propõem, devendo estar em perfeita harmonia com o conteúdo e a estrutura do material;

i) Observação quanto à linguagem utilizada, privilegiando sempre a linguagem clara, objetiva e coloquial, adequada às características dos alunos, principalmente quanto a sua escolaridade, idade e interesses.

Em relação à estrutura de um material didático indicamos que deve conter:

- Sumário: o geral, abrangendo os grandes itens contemplados no material;
- Apresentação e/ou Introdução: traz considerações gerais dos autores; objetivos do material/curso, importância dos temas tratados, contexto em que a publicação se situa; agradecimentos (se for o caso);
- Unidades de Aprendizagem: cada unidade pode ter uma página especial de abertura (opcional), que traria, no mínimo, os seguintes elementos: título da unidade, seu respectivo número e os títulos dos subitens que ela compreende;
- Mapa Referencial da Unidade – vem logo após a página de abertura da unidade (caso exista), trazendo informações sobre os grandes blocos temáticos da unidade e os principais assuntos tratados em cada um deles. O desenvolvimento da Unidade propriamente dito, com as atividades ao longo e outras ao final, que necessariamente serão enviadas ao tutor para correção e aferição de nota/conceito.
- Referências bibliográficas: podem ser apresentadas para o material como um todo e, nesse caso, devem vir ao final de todos os textos e antes dos anexos; também podem ser específicas para cada Unidade de Aprendizagem do curso, sendo apresentadas ao final delas.
- Anexos: ainda em relação à estrutura do material didático, é necessário lembrar que existem critérios editoriais pré-definidos para os elementos que deverão compor as capas e as páginas iniciais do material, que antecedem o sumário.

Em relação ao formato, indicamos que em se tratando de um material didático impresso, o seu formato está diretamente relacionado ao seu feitio, às suas dimensões (largura e altura) expressas em centímetros. O formato é geralmente definido pelos autores em conjunto com o designer, não só em função da estética, mas, principalmente, do objetivo do material, do conteúdo que será veiculado, do público-alvo do curso e da economia de papel, tendo em vista o tipo de corte que será efetuado. São exemplos de formato de material didático impresso:

- Formato A4 – bastante usual, com dimensões de 21 x 29,7cm;
- Formato oblongo – aquele em que a largura da página é maior que a altura;
- Formato almaço – com dimensões de 33 x 44cm, peculiar ao papel almaço, e que, dobrado ao meio, produz o formato ofício;
- Formato tablóide – correspondente à metade do formato corrente de um jornal.

Em relação as fontes, parágrafo e entrelinhas: embora o projeto gráfico de um material didático impresso defina a fonte, o parágrafo e o entrelinhamento que serão adotados nos textos, nos títulos, nas legendas das figuras, nas notas de rodapé etc., é recomendável que o original entregue à empresa encarregada da produção gráfica seja digitalizado segundo alguns critérios, visando normalizar e, assim, facilitar a transposição do texto para o programa de edição apropriado. Dentre os critérios para a digitalização dos originais do material didático, em sua forma final, ressaltamos alguns mais relevantes:

- Editor de texto – Word
- Fonte – Times New Roman,corpo 11
- Parágrafo – justificado
- Entrelinhas – 1,5
- Caixa alta e baixa (Cab) – usar em todo o material, ou seja, nos textos, títulos,
- Legendas de figuras etc.

Com o objetivo de estimular os autores a fazerem uma autoavaliação do material didático produzido, nas suas diferentes etapas de elaboração, sugerimos algumas questões para problematização.

j) Os conteúdos estão dando suporte ao desenvolvimento das competências identificadas;

l) A linguagem está clara, compreensível, propiciando entendimentos e reflexões;

m)As estratégias pedagógicas propostas (atividades, questões para reflexão, uso de imagens, casos etc.) possibilitam que o aluno realize uma atividade consciente, reflexiva e crítica;

n) O material permite partir do contexto do aluno, de suas experiências e vivências para que, a partir delas, ele possa construir o seu próprio conhecimento;

o) As atividades de avaliação estão contemplando todo o percurso do processo educativo.

1.1.1.6 Programa de Monitoria

Na IES, o Programa de Monitoria visa favorecer a participação dos alunos na execução de projetos de ensino e na vida acadêmica universitária, além de incentivar a melhoria no processo de ensino e aprendizagem tanto do aluno monitor quanto dos alunos da disciplina. Vários são os compromissos de um Programa de Monitoria Acadêmica, dentre eles o desenvolvimento de autonomia do aluno monitor, o aumento do senso de responsabilidade e a ampliação do vínculo do professor, monitor, alunado.

Como parte da política de Ensino, o Programa de Monitoria na IES, tem os seguintes objetivos:

a) Fomentar no aluno o interesse pela carreira docente e pelas rotinas do trabalho de pesquisa.

b) Intensificar a cooperação do corpo discente e a interação entre estudantes de diferentes períodos letivos.

c) Aprofundar conhecimentos teóricos e práticos dentro da disciplina a que estiver ligado o Monitor (a), por meio do treinamento para transmissão do conhecimento acumulado.

d) Servir de campo de estágio, apenas aos alunos que estiverem sobre a tutela dos professores da sua área de ensino, tendo acompanhamento dos supervisores de estágio.

São competências atribuídas aos docentes participantes do Programa de Monitoria:

- Dar oportunidade ao aluno para que ele acompanhe as atividades didático-científicas da disciplina e/ou grupo de disciplinas, inclusive a preparação e seleção de material para aulas teórico-práticas e trabalhos escolares;

- Propiciar ao aluno oportunidade de auxiliar no preparo de trabalhos práticos e experimentais, compatíveis com seu nível de conhecimento e experiência na disciplina e/ou grupo de disciplinas;

- Planejar estratégias juntamente com o aluno-monitor para que o mesmo faça um efetivo acompanhamento das turmas;

- Elaborar juntamente com o aluno-monitor, o plano de trabalho. Neste plano deve-se pensar em todas as atividades a serem realizadas pelo aluno-monitor e a carga horária a ser dispensada para cada uma delas;

- Supervisionar as atividades realizadas pelo aluno-monitor;

- Fazer o acompanhamento efetivo do aluno-monitor e auxiliá-lo sempre que lhe for solicitado; reunir-se minimamente uma hora por semana com o monitor para planejar e avaliar os atendimentos aos discentes;

- Apresentar à Coordenação de Curso, ao final do semestre letivo, relatório das atividades exercidas, e assinar o formulário de acompanhamento referente às atividades em cada mês do aluno-monitor (ver modelo nos anexos).

São atribuições do aluno monitor:

a) Interagir com professores e alunos visando um melhor desempenho da aprendizagem, e um bom relacionamento entre docentes e discentes;

b) Participar de atividades que propiciem o aprofundamento de seus conhecimentos na disciplina objeto da monitoria, através de pesquisas, seminários, monografias, revisão de textos e resenhas bibliográficas;

c) Exercer suas atividades em consonância com o plano de trabalho elaborado em conjunto com o professor orientador;

d) Regularmente ou quando for solicitado, apresentar ao professor orientador relatório de suas atividades, envolvendo avaliação do seu desempenho, da orientação recebida e das condições em que se desenvolveram suas ações;

e) Entregar mensalmente frequência e relatório assinados pelo professor-orientador à coordenação responsável pela monitoria;

f) Preencher o cadastro e assinar termo de compromisso por 06 (seis) meses, podendo ser renovado por mais 06 (seis) meses.

Para a seleção de monitores é lançado, na periodicidade semestral, o Edital de Monitoria, dispondo das regras e critérios para seleção de pretensos monitores. No edital constam também as disciplinas disponíveis e ou as atividades educativas e projetos especiais que necessitam de monitores. Ao ser selecionado o monitor estará

submetido às normas e protocolos dispostos no Manual de Monitoria que se encontra em anexo a este documento.

1.1.2 Política de Pesquisa

A Política de pesquisa da IES visa o processo de formação científica, tecnológica, artística e cultural na geração de conhecimentos entre a faculdade e a comunidade externa articulando ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social institucional por meio dos programas e projetos baseada nas DIRETRIZES.

A Política de Pesquisa e Iniciação Científica da IES, no nível da graduação e da pós-graduação, com vistas à inovação tecnológica, científica, artístico e cultural, se baseiam nas seguintes **diretrizes**:

- **Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão -** visando a responsabilidade social;
- **Interação dialógica** - por meio do desenvolvimento de relações entre a faculdade e
- Setores sociais em uma troca de saberes para superação de desigualdades e
- Exclusão;
- **Transformação social** - estando voltada aos interesses e necessidades das comunidades e para a implementação do desenvolvimento regional e de políticas públicas;
- **Pesquisa como processo educativo** - na formação de pessoas e de geração de conhecimento baseado na flexibilização da formação discente para uma formação cidadã em que o discente se reconhece agente da garantia de direitos e deveres e ao mesmo tempo técnica onde o aluno obtém competências necessárias e atuação profissional.

ÁREA DE CONHECIMENTO: CIÊNCIAS DA SAÚDE

Grupo de Pesquisa 1: Saúde e Qualidade de Vida

Linhas de Pesquisa:

1 – Saúde, Prevenção, Qualidade de Vida e Abordagem Multidisciplinar

1.1.2.1 Programas da pesquisa

PAPREV

É um programa que visa estimular a produção acadêmica e divulgação de resultados das pesquisas dos projetos de iniciação cientifica de docentes e discentes da IES.

Os docentes que forem participar de apresentação de eventos dessa natureza, receberão uma ajuda de custo por titulação Especialista R$ 500,00 (quinhentos reais) Mestre R$ 800,00 (oitocentos reais). Doutor R$ 1.000,00 (mil reais) mediante o atendimento dos seguintes critérios:

- Submissão e aprovação do projeto de pesquisa ou de inscrição em evento científico, tecnológico, artístico ou cultural contemplando as linhas de pesquisa da IES ou eventos relacionados as áreas de formação do **PAPEERI** conforme edital da coordenação de pesquisa;
- Entrega de relatório com comprovação de participação em anexo;
- Deferimento da direção em Comunicação Interna C.I da Coordenação de Pesquisa de solicitando a inclusão da ajuda de custo no contracheque do docente;
- Parecer analisado pelo setor jurídico para aprovação e em seguida encaminhado para o setor de Recursos Humanos da IES.

O incentivo às publicações cientificas, tecnológicas, artístico e culturais serão estimuladas da seguinte forma aos discentes:

- O discente receberá uma ajuda de custo de R$ 500,00 (quinhentos reais) que sairá da arrecadação do CONCIFA- Congresso de Iniciação Científica, mediante os seguintes critérios:
- Submissão e aprovação da publicação ou de inscrição em evento cientifico, tecnológico, artístico ou cultural contemplando as linhas de pesquisa ou eventos relacionados às áreas de formação do PAPEERI conforme edital da coordenação de pesquisa;
- Entrega de relatório com comprovação de participação em anexo.

PAPEERI

É um programa cujo objetivo é promover a articulação entre o Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Institucional, para a promoção de práticas de ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social na perspectiva da transversalidade Trata-se de um projeto em que existe a inter-relação entre ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social de será realizado por docentes com titulação de mestres e doutores.

PROMICT

Este programa institucional de Iniciação Científica e Tecnológica visa a promoção da indissociabilidade em que se assenta a universidade e as instituições de ensino superior. Para o PROMICT, a IES publica edital semestralmente para projetos de IC e de IT, com recursos próprios originados do setor de Extensão - cursos livres da Extensão, para bolsa para os discentes, e forma de desconto no valor de 15% da mensalidade de seu curso. Os projetos terão duração de 01 ano, podendo ser estendido por mais 01 ano.

Dentro do PROMICT, tem-se o convênio da IES com o Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, em que são disponibilizadas 04 bolsas de PIBIT e 02 bolsas de PIBIC, no valor de R$ 400,00 mensais (12 x 400,00 = 4.800,00 anual).

Para o discente, que desenvolve projetos de IC ou IT com duração de 12 meses, podendo se estender por mais 12 meses de acordo com a necessidade e justificativa do projeto com acompanhamento do orientador (com nível de doutorado e coorientador com nível de mestrado), recebe bolsas do CNPq.

PIBIC

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Cientifica financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

PIBITI

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

1.1.2.2 Ações acadêmico administrativas para a pesquisa, iniciação científica, inovação tecnológica

As ações previstas para a Pesquisa, Iniciação Científica e Iniciação Tecnológica são:

I. Apoio financeiro a discentes e docentes para participação em eventos científicos

II. Promovidos por outras instituições ou organizações;

III. Apoio financeiro a docentes para publicação de livros e produção de materiais

IV. Didático pedagógicos;

V. Realização do Congresso Científico, aberto a participação da comunidade acadêmica interna e externa, sobre temas emergentes;

VI. Eventos culturais e artísticos, geridos pela Coordenação de Extensão;

VII. Realização de Seminário de Iniciação Científica, por meio dos quais os alunos possam divulgar seus trabalhos científicos em anais;

VIII. Portal de Periódicos onde teremos revistas: para a publicação de artigos de docentes e discentes;

IX. Apoio aos Grupos de Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica - GPEDI que contribuam para promoção da melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento regional.

Iniciação científica: Objetivando contribuir para a formação na área de pesquisa, oferecendo programa de iniciação científica com bolsas concedidas mediante a apresentação de projetos de pesquisa orientados por professores da área; (Cf. o manual de pesquisa). O curso estimula a iniciação científica por meio de:

- Incentivar pesquisadores produtivos a envolverem os alunos de graduação no processo acadêmico, otimizando a capacidade de orientação à pesquisa da instituição;

- Despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre os alunos mediante suas participações em projetos de pesquisa;

- Aprimorar o processo de formação dos alunos visando sua qualificação profissional para o setor produtivo e empreendedor;

- Estímulo à formação de estudantes do ensino superior ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e informação;

- Os professores e os alunos dos cursos de graduação vistos como agentes vitais das atividades de Iniciação Científica;

- As atividades de Iniciação Científica desenvolvidas sob a orientação ampla de incentivar o envolvimento de alunos e professores de graduação nas atividades de pesquisa também de natureza extracurricular.

Coordenação de Pesquisa e Inovação é responsável pelo suporte ao desenvolvimento e estímulo de atividades de pesquisa e inovação da IES tendo como objetivo regulamentar a pesquisa institucional e estabelecer definições, critérios de avaliação e instrumentos de apoio à pesquisa.

Desta maneira, busca-se promover a pesquisa cientifica produzida pelo seu corpo acadêmico, baseado no saber local relevante a formação de uma sociedade sustentável com respeito aos princípios éticos e aprimoramento dos processos de ensino, aprendizagem e inovação.

1.1.3 Política de Extensão e Responsabilidade Social

A Extensão da IES é definida, como “prática acadêmica que interliga a Universidade nas suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da população”. Isso sugere que a formação profissional só será completa com a aplicação do produto da aprendizagem na sociedade e permite supor que a extensão da IES é fundamental para diminuir as desigualdades sociais existentes, por ser uma associação de processo educativo com as ações culturais e científicas aplicadas à realidade encontrada.

A Política de Extensão da IES visa o processo de formação de pessoas e serviços na geração de conhecimentos entre a faculdade e a comunidade externa articulando ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social institucional por meio dos programas, projetos, cursos, eventos, visitas técnicas e prestação de serviços extensionistas baseada nas **diretrizes**:

- A indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, visando à responsabilidade social;

- A interação dialógica por meio do desenvolvimento de relações entre a faculdade e setores sociais em uma troca de saberes para superação de desigualdades e exclusão;
- A busca pela transformação social, estando voltada aos interesses e necessidades da comunidade e para a implementação do desenvolvimento regional e de políticas públicas;
- Extensão como processo educativo na formação de pessoas e de geração de conhecimento baseado na flexibilização da formação discente para uma formação cidadã em que o discente se reconhece agente da garantia de direitos e deveres e ao mesmo tempo técnica onde o aluno obtém competências necessárias e atuação profissional;
- Extensão como processo interdisciplinar;
- Extensão como processo solidário.

A indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. O princípio da indissociabilidade perpassa duas relações:

- Relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à IES reelaborado e enriquecido;
- Relação pesquisa/extensão, através da qual ocorre uma produção do conhecimento capaz de contribuir positivamente para a alterações significativas das relações sociais.

Tais relações integram-se organicamente à formação acadêmica, permitindo que alunos e professores interajam como sujeitos do ato de aprender, de forma que a extensão se transforme dialeticamente num instrumento capaz de articular teoria e prática, dando suporte às mudanças necessárias ao processo pedagógico.

Caráter interdisciplinar das ações extensionistas.

A extensão, como um dos espaços que propiciam a realização de atividades acadêmicas, possibilita a interlocução entre as áreas distintas do conhecimento e o desenvolvimento de ações interprofissionais e interinstitucionais. Na medida em que investe numa nova forma do fazer científico, a extensão articula e integra

conhecimentos, constituindo-se como um dos profícuos caminhos para reverter à tendência de departamentalização do conhecimento sobre a realidade.

Compromisso social da IES na busca de solução dos problemas mais urgentes da maioria da população.

A extensão constitui-se em canal privilegiado para que a missão social das Instituições de Ensino Superior seja cumprida, visto que, em sendo a IES concebida como um espaço aberto às discussões que contribuem para a formação técnica, para o exercício da cidadania e para a superação das formas de exclusão, ratifica-se que as ações de extensão devem ser desenvolvidas em direção à autonomia das comunidades, evitando-se qualquer forma de dependência, assistencialismo ou paternalismo;

Reconhecimento dos saberes tradicionais e da grande relevância das suas interações com o saber acadêmico.

As interações entre os saberes tradicionais e o saber acadêmico potencializam a produção do conhecimento, estendendo-a, orgânica e continuamente, à recíproca decodificação e sistematização dos resultados alcançados. Possibilita, ainda, o confronto com a realidade e a efetiva participação das comunidades tradicionais em face da atuação da IES. Ou seja, ao articular o ensino e a pesquisa de forma indissociável, a extensão viabiliza uma relação transformadora entre IES e sociedade;

Incentivo ao debate permanente em torno da realidade regional propiciando a implementação de ações correspondentes às demandas das populações locais.

O espaço das ações extensionistas oportuniza possibilidades impares de reflexão acerca da realidade sócio - ambiental da região, debruçando-se sobre questões que afligem as comunidades da região. Possibilita, ainda, a construção de alianças e parcerias em defesa dessas populações, contribuindo para o seu fortalecimento enquanto sujeitos de direitos.

1.1.3.1 Programas de Extensão

A política de extensão da **IES** se operacionaliza por meio dos seguintes programas:

- **PAPEERI** Programa de Articulação Ensino Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social;
- **PAPREV** Programa de Apoio a Participação e Realização de Eventos Internos e Externos e à produção Discente e Docente e da Publicação das revistas científicas da FA;
- **PEFC – Programa de Educação e Formação Continuada** de docentes, discentes e técnicos administrativos.

1.1.3.2 Projetos de extensão

Poderão ser encaminhados a coordenação de extensão da IES, propostas de ações de extensão nas modalidades descritas neste Guia de Orientação, em conformidade com as áreas de conhecimento, áreas temáticas e linhas de extensão.

Além desses quesitos, cada proponente deverá embasar sua decisão de encaminhamento nos seguintes aspectos, além de outros que julgar relevantes:

- Coerência com a missão e valores institucionais;
- Relevância acadêmica, manifestando relação de compromisso com as áreas constantes no projeto pedagógico do curso, bem como aos eixos temáticos de cada disciplina que compõem o currículo, contribuindo para estreitar a relação teoria/prática;
- Relevância social, assegurando ações comprometidas com as expectativas sociais, com o desenvolvimento local e regional e com a consolidação das diferentes manifestações culturais;
- Viabilidade econômica, sendo autossustentáveis ou com custos compatíveis com a disponibilidade de recursos da instituição e, quando possível, gerando receitas através da prestação de serviços;
- Caráter globalizante sistemático (continuidade temporal);
- Articulação com as linhas de pesquisa da graduação e pós-graduação;
- Previsão de parcerias internas e externas de mecanismos de colaboração interinstitucional que assegurem a efetividade das ações, sendo que as parcerias externas devem ser formalizadas através de contrato de risco para ambas as partes;

- Caráter interdisciplinar e/ ou multidisciplinar;
- Relação entre a formação acadêmico-profissional do proponente da ação de extensão e a natureza/área de conhecimento da atividade proposta.

1.1.3.3 Tramitação das Propostas de Extensão

Para efeito de controle interno, as ações de Extensão poderão assumir as seguintes situações:

- Em tramitação (TR);
- Não iniciado (NI);
- Em andamento (AN);
- Interrompido temporariamente (IT);
- Interrompido definitivamente (ID);
- Encerrado (EN);
- Concluído (CO);
- Cancelado (CA).

1.1.4 Política Ambiental

A Política Ambiental da IES, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente (BRASIL, 1981), está orientada no disposto no Artigo 225 da Constituição Federal de 1988, segundo o qual todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Nessa perspectiva, a Política Ambiental da IES e seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos, tem por objetivo a conservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, necessária à sadia qualidade de vida, visando assegurar condições para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico e cultural na região Amazônica,

numa perspectiva ética, humanista e preocupada com as questões ambientais atendidas os seguintes princípios:

- Ação institucional visando assegurar o equilíbrio do meio ambiente, necessário à sadia qualidade de vida, tendo em vista o uso coletivo;
- Planejamento e fiscalização do uso de recursos ambientais;
- Controle de atividades com potencial ou efetivamente causadoras de significativa alteração ambiental;
- Incentivo à pesquisa, ensino e extensão orientados para o uso racional dos recursos naturais, bem como compreensão da dinâmica socioambiental relacionada;
- Educação ambiental crítica em todos os segmentos acadêmicos, inclusive numa perspectiva extensionista, tendo a comunidade como alvo.

Para alcançar os princípios norteadores da presente Política Ambiental, a IES e seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos visarão, cotidiana e rotineiramente:

- Compatibilizar as atividades institucionais com a manutenção do equilíbrio e da boa qualidade ambiental;
- Estabelecer critérios e padrões, normativos e procedimentais, para utilização de recursos ambientais;
- Estabelecer padrões e critérios, normativos e procedimentais, para o gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos, observado o disposto no texto da Lei nº 12.305/10 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Desenvolver pesquisa, ensino e extensão orientados para uso racional dos recursos naturais e resolução ou mitigação de questões e conflitos socioambientais;
- Desenvolver programas e projetos de educação ambiental, numa perspectiva crítica e participativa, transversal e interdisciplinar, contínua e permanente, observado o disposto no texto da Lei no 9.795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Serão Instrumentos da Política Ambiental da IES:

- O Dia Mundial do Meio Ambiente;

- A Semana da Responsabilidade Social;
- Cadastro institucional de programas e projetos de educação ambiental;
- Cursos e oficinas de educação ambiental para a comunidade;
- Pesquisas sobre uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmicas socioambiental;
- A publicação e a divulgação científica de pesquisas sobre uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmicas socioambiental;
- Incentivo ao uso racional de água nos diferentes setores da instituição;
- Incentivo ao uso racional de energia nos diferentes setores da instituição;
- Uso racional da impressão em papel;
- Reutilização de papel para rascunho de documentos extraoficiais;
- A coleta seletiva dos resíduos;
- A utilização de lixeiras para coleta seletiva;
- A criação de postos de coleta de pilhas e baterias;
- A destinação e disposição final adequadas de resíduos sólidos e efluentes líquidos;
- O estabelecimento de critérios e padrões, normativos e procedimentais, de atividades institucionais causadoras de dano ambiental;
- O tratamento e, quando compatível, o reuso da água.

A preocupação da sociedade com o meio ambiente passou a ser uma questão de sobrevivência para as empresas que estão inseridas nesse ambiente e depende dele para se manterem competitiva no mercado em que atual.

Com isso a IES por meio do curso irá desenvolver os seguintes projetos transversais de educação ambiental.

Tabela - Projetos Transversais de Educação Ambiental previstos para os primeiros anos do curso

SEMESTRE	ATIVIDADE TRANSVERSAL	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2021/2	O papel farmacêutico na educação ambiental em locais sem saneamento básico	Nas atividades transversais voltadas a educação ambiental sempre será realizado a metodologia da problematização. Os alunos visitarão a comunidade pré-selecionada, verificarão os principais problemas relacionados ao tema, voltarão a sala de aula para o embasamento científico com o uso de dados epidemiológicos e artigos científicos. Farão a discussão e, por fim, retornarão à comunidade para palestras de educação ambiental voltada para o tema do semestre	1º e 2º períodos
2022/1	Poluição: consequências na saúde		
2022/2	Consequências do descarte incorreto de medicamentos no meio ambiente		
2023/1	O impacto da educação ambiental sobre as doenças transmissíveis por vetores		

1.1.5 Política de Direitos Humanos

Vivemos em uma sociedade profundamente desigual que apresenta indicadores alarmantes de violência e violação de direitos. Os Mapas da Violência (2013, 2015 e 2016) apresentam dados de evolução dos homicídios por armas de fogo no país, dos homicídios de mulheres e revela indicadores gravíssimos de assassinatos de jovens negros.

Vários estudos brasileiros vêm sistematicamente denunciando essa situação, onde alguns elementos são persistentes: além das elevadas taxas de homicídios por armas de fogo e por violência de gênero (quase sempre doméstica, intrafamiliar e sexual) e racial, temos ainda elevadíssimos índices de mortes por acidentes de trânsito e as ocorrências continuadas de abusos, violências e maus tratos de crianças, jovens e idosos, travestis e transexuais, a violência agrária e contra indígenas, entre outras. Essa situação dramática, todavia, ocorre a partir de padrões históricos de opressão que revela a efetiva concentração destes eventos: na população jovem, negra e do sexo masculino, nas mulheres e nos pobres.

Sabemos também da complexidade e multideterminada que envolve esses fenômenos. Entre os principais fatores que caracterizam a violação de direitos no Brasil encontramos aspectos relacionados a fatores socioeconômicos, conjunturais e estruturais, a fraqueza e descrédito das instituições e a carência do Estado (que deveria ser o maior protetor da vida das pessoas e de seus direitos, mas é com frequência um dos maiores violadores e promotores de mais violência) para administrar a repressão e propiciar a prevenção.

Na dimensão microssocial e da vida cotidiana, é importante destacar a presença de uma cultura naturalizada da violação de direitos em nosso país que se reproduz por meio das formas arraigadas de opressão de populações e segmentos socialmente e historicamente estigmatizados.

Uma forma de intervir nessa situação se encontra nas políticas educacionais, no investimento ostensivo e efetivo em educação, o que exige a restauração da autoridade do Estado para, no mínimo, atenuar essa realidade.

O Estado, além de se constituir como protetor legítimo e como árbitro entre os conflitos que dividem os cidadãos ou os grupos privados tem a competência de fomentar e construir um sistema educacional capaz de disseminar uma cultura dos direitos humanos, dessa forma, fará parte da matriz curricular do curso a disciplina de Direitos Humanos, assim como o tema será trabalhado em Projetos Transversais previstos para os primeiros anos do curso.

1.1.6 Política de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica

A Política de Internacionalização da IES consiste na inserção da IES no contexto internacional por meio da realização de convênios com instituições de ensino estrangeiras a fim de promover o intercâmbio e a troca de experiências entre diferentes culturas. A IES conta com convênio com o Santander Universidades, com a Universidade de Évora em Portugal, com a Universidade de Bologna na Itália e com a Universidade NihonnGakko para intercâmbio docente e discente.

O intercâmbio para a internacionalização será coordenado por uma comissão nomeada e regulamentada, responsável por sistematizar acordos e convênios internacionais e de atividades realizadas durante a mobilidade docente e discente.

A política de internacionalização da IES também consiste na oferta de disciplinas ministradas em língua estrangeira, a saber: disciplina de Inglês e disciplina de Direitos Humanos ofertadas em todas as matrizes curriculares da IES.

As ações para a internacionalização consistem na divulgação dos convênios com as universidades estrangeiras para docentes e discentes por meio de edital, e controle por meio dos formulários nos apêndices do PDI no regulamento de Internacionalização.

E compete à coordenação de ensino junto a Secretaria Acadêmica a responsabilidade de certificar que todas as matrizes constem a oferta das disciplinas em língua estrangeira.

1.1.6.1 Programa

A Política de Internacionalização e Mobilização Acadêmica da IES ocorre por meio do PROGRAMA DE MOBILIDADE E O INTERCÂMBIO ACADÊMICO INTERNACIONAIS DA IES tem como objetivo oferecer oportunidade de estudo a discentes em universidades do exterior, permitir a atualização de conhecimento, interagindo com outras culturas e povos além de estimular iniciativas de internacionalização na IES.

O referido Convênio tem como objetivo a viabilização da participação das IES mantidas pelo IME, no Programa de Bolsas Ibero-Americanas para Estudantes de Graduação Santander Universidades, doravante PROGRAMA, de acordo com a fundamentação contida nos “Princípios Gerais do Programa de Bolsas Ibero-Americanas para Estudantes de Graduação Santander Universidades”, devidamente registrados sob nº 5.314.648, junto ao 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo/SP, que se regerá, ainda, pelas seguintes cláusulas e condições.

Liberar a realização no (s) campus (i) da IES de ao menos 04 (quatro) vezes ao ano, de ações de divulgação e apresentação de produtos e serviços bancários, inclusive distribuição de material proporcional, em local de grande fluxo de alunos, professores e funcionários, de acordo com o seguinte procedimento:

- O SANTANDER enviará comunicado à IES informando a data em que a ação de divulgação será realizada;

- A IES terá o prazo de 02 (dois) dias, contados do envio do comunicado pelo SANTANDER, para manifestar sua ciência e liberação quanto a realização da ação de divulgação no (s) campus (i).

Ao aderir a este PROGRAMA a IES se compromete a divulgar a logomarca do SANTANDER UNIVERSIDADES em espaço de destaque de sua *homepage,* durante a vigência deste contrato, com direcionamento automático *(link) ao site*www.santanderuniversidades.com.br.

Cumprir, rigorosamente, com o cronograma das atividades relativas ao PROGRAMA, em especial aos prazos estabelecidos no Edital deste convênio, sob pena de rescisão do presente instrumento e consequente cancelamento das bolsas ora concedidas.

Para acessar a plataforma disponibilizada pelo SANTANDER, mediante o uso de login e senha, e cumprir o disposto nos Princípios Gerais do Programa e no presente Convênio, a IES deverá indicar em até 5 (cinco) dias úteis após a data de assinatura do convênio, a pessoa que será responsável pelo PROGRAMA, encaminhando os dados (nome completo, CPF e e-mail) para a caixa universidades@santander.com.br. Após envio dos dados a pessoa indicada receberá via e-mail a notificação para acessar a plataforma e criar a senha.

A IES assegura o bom uso da senha e login de acesso e compromete-se a não divulgar ou emprestar a senha a terceiros, se responsabilizando por todos os dados inseridos no sistema e a devida adequação aos Princípios Gerais do Programa.

O valor total do presente instrumento é de até R$ 20.065,80 (vinte mil, sessenta e cinco reais e oitenta centavos), que corresponde ao fornecimento de 02 (duas) bolsas-auxílio no valor em Reais equivalente a €3.000 (três mil euros), no valor unitário de R$ 10.032,90 (dez mil, trinta e dois reais e noventa centavos), cada bolsa.

1.1.7 Políticas Institucionais e Ações de Estímulo Relacionadas à Difusão das Produções Acadêmicas: Científica, Didático-Pedagógico, Tecnológica, Artística e Cultural

A Política Institucional de estímulo à difusão das produções acadêmicas tais como: produções científicas, didático pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais envolve ações que serão executadas por meio de ações, o qual prevê auxílio

financeiro em forma de ajuda de custo e bolsas a docente dos grupos de pesquisa institucionalizados, alunos e professores ligados ao PAPEERI - Programa de Articulação Ensino, Pesquisa e Extensão e Responsabilidade Institucional mediante submissão e aprovação em editais anuais da coordenação de pesquisa e extensão.

O principal objetivo desta é: Ofertar ações de estímulo à difusão das produções acadêmicas tais como: as produções científicas, didático pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais que são executadas pela IES por meio Programa de apoio a participação e realização de eventos internos e externos e à produção discente e docente, no qual prevê em ações de auxílio financeiro, apoio institucional, patrocínio e subvenções a grupo de pesquisa, a publicação de alunos e professores, a participação de sujeitos da comunidade acadêmica em eventos relevantes em âmbito local, nacional e internacional.

A Política de estímulo à difusão das produções acadêmicas será divulgada para a comunidade acadêmica.

1.1.8 Políticas de Estímulo à Participação em Eventos

A IES prevê na vigência desde PDI, a implantação do Programa de apoio a realização de eventos, com o objetivo de apoiar a realização de eventos científicos no Estado do Distrito Federal, sob a responsabilidade de professores e pesquisadores da nossa IES. O Programa será coordenado pela Coordenação de Pesquisa e Extensão mediante a publicação de um Edital anual interno para a seleção de propostas. O apoio previsto é destinado a pesquisadores e professores dos Cursos da IES, responsáveis pela organização de eventos científicos, de abrangência local, regional, nacional, ou internacional, a serem realizados no período especificado em edital. O apoio prevê a cobertura de despesas com aquisição de passagens aéreas nacionais, hospedagem, inscrição do evento, material de consumo e pagamento de pró-labore a professores convidados e aos discentes como forma de incentivo à produção científica.

Serão destinados às propostas selecionadas no âmbito da IES, valores a serem definidos posteriormente, mas que sejam adequados e suficientes para a realização de eventos de médio porte. E a apresentação de proposta deverá seguir rigorosamente as condições descritas por ocasião da publicação dos editais.

Poderão candidatar-se ao auxílio previsto no edital, pesquisadores e

professores e coordenadores de curso em nível de graduação e pós-graduação, não sendo apoiados eventos que se configurem como reuniões, eventos profissionais, ou eventos de outra natureza, que não possuam as características de eventos científicos.

A avaliação das propostas será realizada por comissão designada pela Direção Geral, em fases que compreendem.

A análise técnica da proposta, observando-se a compatibilidade com as exigências do Edital, bem como a suficiência da documentação apresentada.

A abrangência do evento, duração e público estimado.

A relevância da Temática do Evento para o Desenvolvimento Científico e Cultural da Região.

1.1.9 Política de Acompanhamento de Egressos

A Política de acompanhamento de egressos consiste numa pesquisa de acompanhamento de egressos dividida em duas etapas: a primeira levanta dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho ao ingressar na faculdade, e na segunda etapa, levanta dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho na situação de egresso. Ao comparar os dados levantados poderemos avaliar de que forma os cursos de graduação da IES estão contribuindo para a empregabilidade, ascensão de carreira e remuneração de nossos egressos.

O PROAE – Programa de Acompanhamento do Egresso tem como objetivo geral o acompanhamento da condição do egresso dos cursos de bacharelado, licenciaturas e tecnológicos da IES como forma de demonstrar a importância da IES para a sociedade amazonense na qualificação da mão de obra para o desenvolvimento da região.

Tendo ainda como objetivos institucionais e educacionais: proporcionar sólida fundamentação humanística, técnica e científica, orientada à compreensão dos conceitos inerentes a cada profissão, o programa de acompanhamento dos egressos dos respectivos cursos de graduação, licenciaturas e tecnológicos da IES será relevante uma vez que atenderá aos interesses do Ministério da Educação que recomenda este tipo de acompanhamento como forma de qualificar cada vez mais as IES privadas; para a própria IES que terá dados para avaliar seus cursos; para o

mercado de trabalho local que poderá contar com uma IES preparando mão de obra alinhada com os requisitos atuais do mercado de trabalho e ainda; para os próprios acadêmicos que poderão ser beneficiados por meio de informações dos egressos que subsidiarão a melhoria contínua dos cursos oferecidos.

Afinal a IES entende que sua responsabilidade social é a contribuição com o desenvolvimento da região por meio não somente com a qualificação de mão de obra, mas com sua empregabilidade.

1.1.9.1 Atuação dos Egressos da IES no Ambiente Socioeconômico

A partir do acompanhamento do trabalho realizado com o acompanhamento do egresso, esperamos que os alunos formados por nossa instituição possam se inserir no mundo do trabalho de maneira crítica e consciente com dentro de princípios éticos e humanístico, com responsabilidade social, reconhecendo o valor das entidades de classe que lhe representarão. Espera-se igualmente que a formação ofertada possa formar egressos com competências éticas, pessoais, profissionais, sócio afetivas, cognitivas e de comunicação que possibilitem a compreensão de si mesmo e do mundo em que vive, através da formação adquirida, agir de forma crítica contribuindo para a vida em sociedade.

Portanto, é Requerida ao Egresso a Capacidade de:

a) Dominar conhecimentos que lhe favoreçam maior flexibilidade na sua atuação profissional; possuir capacidade de trabalhar em equipe;

b) Desenvolver e praticar atitudes que possibilite aprender a aprender aprendendo;

c) Exercer com ética e proficiência as atribuições que lhes são prescritas através de legislação específica de acordo com sua área de atuação;

d) Ter atitudes inovadoras e criativas;

e) Utilizar diferentes fontes de informações e recursos tecnológicos para construir/reconstruir conhecimento, em seu setor e, na medida do possível, em seu meio;

f) Saber intervir na realidade com consciência, espírito crítico positivo e autonomia, como indivíduo e como integrante de uma coletividade;

g) Integrar conhecimentos amplos e especializados, para aplicá-los em situações concretas;

h) Atuar para além dos preconceitos culturalmente herdados e/ou impostos pelas formas de organização estabelecidas;

i) Compreender a diversidade cultural para inserir-se no mundo internacionalizado, inclusive nas relações de trabalho;

j) Compreender a importância de ampliar e atualizar o conhecimento e a prática da vida, do mundo e da profissão, de forma permanente e desenvolver meios ou integrar-se nos que lhe são oferecidos para aprender ao longo de toda vida;

k) Desenvolver técnicas apropriadas à área de formação, visando ao acompanhamento e à avaliação constante, buscando interagir com o mercado de trabalho na perspectiva de continuidade de sua formação;

l) Atuar como empreendedor de ações inovadoras que promovam o desenvolvimento econômico, político, social e cultural, no contexto local, regional e nacional.

1.1.10 PAPEERI – Programa de Articulação, Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social

De acordo com a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado. O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal.

Este programa dedica-se a promover a indissociabilidade em que se assenta a universidade e as instituições de ensino superior em geral, o que exige, no nível mais abrangente de análise, sempre uma perspectiva ternária que inclua as atividades de ensino, pesquisa e extensão, igual importância e íntima unidade.

A indissociabilidade é um princípio orientador da qualidade da produção universitária, porque afirma como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético. Ora, a universidade tem sido palco de

análises e debates que têm dado destaque seja ao ensino, seja à pesquisa, seja ainda à extensão.

Assim, se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, se ganha terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade).

Enfim, quando a - com frequência esquecida - articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade. Embora se reconheça a importância dessas articulações duais, o que aqui se defende é um princípio que, se posto em ação, impede os reducionismos que se verificam na prática universitária: ou se enfatiza a produção do novo saber, ou a intervenção nos processos sociais, ou ainda a transmissão de conhecimentos na formação profissional.

Envolvidos nessa experiência, podemos refletir um pouco acerca das práticas universitárias, muitas delas isoladas ou, no máximo, duais. Defendemos assim, duas ideias centrais: a primeira delas é de que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ainda não é levada em conta na prática de muitos docentes, seja porque na graduação a ênfase recai sobre o ensino ou porque na pós-graduação acentuasse a pesquisa. A segunda ideia, decorrente de nossa experiência é de que o estágio de docência na pós-graduação é uma excelente forma de investigação do conhecimento abordado em sala de aula.

A perspectiva de um conhecimento plural não beneficia apenas as comunidades que têm seus saberes levados em conta. Como bem mostram os autores citados, particularmente, Santos (2004), a própria universidade renova-se nesse processo. O ensino é, provavelmente, o melhor exemplo dessa renovação, à medida que, integrado ao conhecimento produzido através da pesquisa e aos anseios da sociedade considerados nas atividades de extensão, ganha em relevância e significado para a comunidade universitária.

Desse modo, ensinar termina por ser uma atividade que, ao mediar a pesquisa e a extensão, enriquece e amadurece nesse processo: o professor universitário, ao integrar seu ensino à pesquisa e à extensão, mantém-se atualizado e conectado com as transformações mais recentes que o conhecimento científico provoca ou mesmo sofre na sua relação com a sociedade, além de formar novos pesquisadores, críticos e comprometidos com a intervenção social. Logo, não há pesquisa nem extensão universitária que não desemboquem no ensino.

1.1.10.1 Projetos de Responsabilidade Social Previstos para os Primeiros Anos do Curso

A proposta do Curso em promover as atividades de Extensão e Responsabilidade social é de integrar as atividades acadêmicas com a comunidade nas adjacências da Instituição na qual o aluno recebe orientações do docente para realizar as atividades extra institucionais e os atendimentos a comunidade.

Tabela - Ações de Responsabilidade Social Previstas para os Primeiros Anos do Curso

ANO	ATIVIDADE DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2021	O papel farmacêutico na educação ambiental em locais sem saneamento básico	Todas as ações de responsabilidade social são realizadas em conjunto com os outros cursos da IES. Seleciona-se uma comunidade semestralmente e então os alunos realizam atendimento farmacêutico voltado ao tema selecionado. Esse serviço pode ser palestras, distribuição de informes, atividades lúdicas para as crianças, dentre outros.	Todos os períodos vigentes
2022	Consequências do descarte incorreto de medicamentos no meio ambiente		

1.1.10.2 Objetivos do PAPEERI

Objetivo Geral

Promover a articulação entre o Ensino; Pesquisa e Extensão, na perspectiva de promover práticas de ensino, pesquisa e extensão na perspectiva da interatividade,

por meio do desenvolvimento de projetos que tenham atividades nas três dimensões (Ensino, Pesquisa e Extensão).

Metodologia do PAPEERI

Os projetos desenvolvidos pelo PAPEERI atendem a um edital anual específico e devem ter como princípio:

Indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social: O princípio da indissociabilidade perpassa duas relações:

a) Relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à IES reelaborado e enriquecido;

b) Relação pesquisa/extensão, através da qual ocorre uma produção do conhecimento capaz de contribuir positivamente para a alterações significativas das relações sociais.

Tais relações integram-se organicamente à formação acadêmica, permitindo que alunos e professores interajam como sujeitos do ato de aprender, de forma que a extensão se transforme dialeticamente num instrumento capaz de articular teoria e prática, dando suporte às mudanças necessárias ao processo.

1.1.10.3 Projeto do PAPEERI do Curso de Farmácia

Tendo como princípio os objetivos do PAPEERI da IES, o curso desenvolverá seus projetos da seguinte forma:

Projeto do PAPPERI do Curso:

NOME DO PROJETO DO PAPEERI DO CURSO:	Farmácia atuante: atenção farmacêutica, inovação e cuidado com a população.

1.1.10.4 Metodologia de Desenvolvimento do PAPEERI

Utilizará metodologia ativa com base na pedagogia de projetos e no paradigma epistemológico sócio construtivista com desenvolvimento de ações de intervenção na comunidade mediante a realidade local.

Etapas:

Etapa 1 Ensino - diagnóstico da situação da comunidade a priori utilizando como base conteúdos curriculares aprendidos em sala de aula e laboratórios;

Etapa 2 Extensão - intervenção na comunidade com aplicação de ferramentas e metodologias de melhoria;

Etapa 3 Pesquisa - resumo expandido com fundamentação teórica e análise dos dados comparativos do antes e do depois da ação de intervenção na comunidade.

O projeto abordará inclusive as providências tomadas em âmbito institucional curricular, visando atender as Diretrizes Nacionais de Educação Étnico-raciais e de Educação Ambiental.

Atendendo o que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais da lei nº 10.639/03 de 09 de janeiro de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica, alterando a LDB nº 9.394/96 nos seus artigos 26A e 79B, que reconhece a temática como uma política curricular fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e por isso se propõem a introduzir a temática nos estabelecimentos de ensino afins, de maneira a sensibilizar educadores e educandos da importância social e dos fundamentos da lei, pautados na reeducação das relações étnico-raciais.

Acrescido ainda a Educação Ambiental que é um processo participativo, onde o educando assume o papel de elemento central do processo de ensino e aprendizagem pretendido. Participando ativamente dos problemas ambientais em busca soluções, através de uma conduta ética, condizente ao exercício da cidadania.

Para formalizar e institucionalizar tais ações a Coordenação e os professores do curso desenvolverá atividades que contemplem o espaço para o desenvolvimento das temáticas transversais nos dois temas em EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAIS E DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, envolvendo todos os períodos em suas disciplinas que precisam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual.

Estes projetos terão como objetivos gerais desenvolver por meio de exposição de banners, trabalho em equipes de forma prática, desenvolvendo a comunicação e

reflexão dispensando o plenário e a centralização do encontro em uma só pessoa de acordo com os temas de investigação e interpretação do estudo.

O projeto irá proporcionar inclusive aos acadêmicos do Curso, atividades interdisciplinares que promovam o diálogo entre as disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de garantir a formação integral para compreensão sistêmica e holística das relações entre diferentes conhecimentos que se comunicam na teoria e na prática.

1.1.10.5 Projetos Interdisciplinares previstos para os primeiros anos do curso (1º ano tecnológicos/ 1º e 2º ano bacharelados/licenciaturas)

O desenvolvimento dos Projetos Interdisciplinares adotará a metodologia ativa.

Metodologia Ativa com base na pedagogia de projetos - Requisitos de leituras e interpretação de livros clássicos e atividades integrando todas as disciplinas do período. Requisitos: leitura individual e participação em oficinas de leitura e interpretação.

O processo de ensino e aprendizagem se dará por meio do envolvimento de cada docente na elaboração das estratégias específicas e inerentes ao livro designado para leitura.

Na tabela a seguir constam as atividades interdisciplinares previstas para os primeiros anos do curso.

Tabela 10 – Atividades Interdisciplinares Previstas para os Primeiros Anos do Curso

SEMESTRE	ATIVIDADE INTERDISCIPLINAR	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2021/2	Doenças infectocontagiosas do século XXI	Cada período contará com um subtema, de acordo com as disciplinas ministradas. O uso de informes epidemiológicos norteará a seleção das doenças infectocontagiosas a serem discutidas. Também serão utilizados artigos, para embasamento científico. A atividade finalizará com a visita na comunidade, levando palestras informativas e	

		serviços farmacêuticos de acordo com a doenças selecionada.	Todos os períodos vigentes
2022/1	Cuidado farmacêutico na hipertensão e obesidade	Cada período contará com um subtema, de acordo com as disciplinas ministradas. Serão utilizados artigos, para embasamento científico. A atividade finalizará com a visita na comunidade, levando palestras informativas e serviços farmacêuticos para hipertensão e obesidade	
2022/2	A atenção farmacêutica no cuidado do idoso	Cada período contará com um subtema, de acordo com as disciplinas ministradas. Serão utilizados artigos, para embasamento científico. A atividade finalizará com a visita em um centro de idosos, levando palestras e serviços farmacêuticos	
2023/1	Doenças ocasionadas por vetores: cuidado farmacêutico, inovação farmacêutica e prevenção	Cada período contará com um subtema, de acordo com as disciplinas ministradas. O uso de informes epidemiológicos norteará a seleção das doenças infectocontagiosas a serem discutidas. Também serão utilizados artigos, para embasamento científico. A atividade finalizará com a visita na comunidade, levando palestras informativas e serviços farmacêuticos de acordo com a doenças selecionada	

1.1.10.6 Projetos Transversais Previstos para os Primeiros Anos do Curso

A IES quer proporcionar aos acadêmicos do Curso, atividades transversais que promovam o a sensibilização para temáticas de Educação Ambiental e Educação Étnico racial como parte importante da formação do acadêmico.

O desenvolvimento dos projetos transversais adotará a metodologia ativa.

Metodologia: Ativa com base na pedagogia de projetos. Requisitos de leituras de artigos científicos de subtemas dos temas geradores Étnico racial e Educação Ambiental e atividades integrando todas as disciplinas do período. Para fins de desenvolvimento deste projeto, as seguintes disciplinas estão diretamente envolvidas, assim como seus respectivos professores. Projetos transversais sobre educação étnico racial e educação ambiental previstos para os primeiros anos do curso:

Tabela - Atividades Transversais do Curso: Educação Ambiental

SEMESTRE	ATIVIDADE TRANSVERSAL	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2021/2	O papel farmacêutico na educação ambiental em locais sem saneamento básico	Nas atividades transversais voltadas a educação ambiental sempre será realizado a metodologia da problematização. Os alunos visitarão a comunidade pré-selecionada, verificarão os principais problemas relacionados ao tema, voltarão a sala de aula para o embasamento científico com o uso de dados epidemiológicos e artigos científicos. Farão a discussão e, por fim, retornarão à comunidade para palestras de educação ambiental voltada para o tema do semestre	1º e 2º períodos
2022/1	Poluição: consequências na saúde		
2022/2	Consequências do descarte incorreto de medicamentos no meio ambiente		
2023/1	O impacto da educação ambiental sobre as doenças transmissíveis por vetores		

Tabela - Atividades Transversais do Curso: Educação Étnico-Racial

SEMESTRE	ATIVIDADE TRANSVERSAL	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2021/2	Conhecendo as etnias indígenas da região norte: respeito as diferenças	Nas atividades transversais étnico-raciais sempre discutido o tema dentro das salas de aula. O respeito entre as diferenças, o conhecimento da cultura, costumes e histórica de cada comunidade selecionada para o semestre. Além disso, o de dados epidemiológicos e artigos científicos para embasar a discussão. Por fim, visitarão, uma comunidade quilombolas ou indígenas das proximidades para	3º e 4º períodos
2022/1	Negros e Brancos: respeitando as diferenças		
2022/2	Tradição indígena: quais costumes alimentares e medicinais podemos levar para nossa realidade?		
2023/1	Quilombolas da região norte: o que podemos aprender com eles?		

		troca de experiências e serviços farmacêuticos	

1.1.10.7 Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica previstos para os primeiros anos do curso

O aluno será incentivado a realizar trabalhos científicos à medida que for ampliando o seu conhecimento teórico. O professor será corresponsável por este objetivo, inserindo artigos científicos e discussão de trabalhos e estando a disposição para orientar os alunos interessados a desenvolverem projetos acadêmicos.

Tabela - Atividades de I.C/I.T. Previstas para os Primeiros Anos do Curso

ANO	ATIVIDADEDE I.C./I.T.	AÇÕES DESENVOLVIDAS	ALUNO
2021	Tema sugerido: Pesquisa de Coliformes Totais e Termotolerantes em Poupas de Frutas Comercializadas em feiras locais	Verificar a presença de coliformes em poupas de frutas congeladas e não pasteurizadas comercializadas em feiras locais	1 aluno envolvido
2022	Tema sugerido: Desenvolvimento de um repelente natural a base de citronela	Desenvolver um repelente testando dois tipos de veículos e verificando a melhor aceitabilidade do público	1 aluno envolvido

1.1.10.8 Projeto de Inovação Pedagógica do Curso

Tabela – Atividades de Inovação Pedagógica do Curso

SEMESTRE	PROJETO DE INOVAÇÃO PEDAGÓGICA	AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS
2021	Inovação Tecnológica no Âmbito Farmacêutico	Desenvolvimento de um protetor solar a base de produtos naturais
2022		Desenvolvimento de cosméticos a base de plantas medicinais

1.1.10.9 Projetos de Extensão previstos para os primeiros anos do curso

A coordenação do curso junto com professores e alunos deverão apresentar e desenvolver projetos de Extensão baseados nas premissas da Política de Extensão e Responsabilidade Social.

Tabela - Atividades de Extensão Previstas para os Primeiros Anos do Curso

ANO	ATIVIDADE DE EXTENSÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2021	Projeto: doenças infecto-contagiosas do século XXI	Por meio da atividade interdisciplinar, os alunos visitarão diversas comunidades para palestras de doenças infectocontagiosas atuais. Também realizarão serviços farmacêuticos em parceria com a Secretaria Municipal e as Unidades Básicas de Saúde, utilizando testes rápidos, aplicação de vacinas, dentre outros serviços	Todos os períodos vigentes
2022	Projeto: Cuidado farmacêutico na hipertensão e obesidade	Por meio da atividade interdisciplinar, os alunos visitarão diversas comunidades para palestras de doenças infectocontagiosas atuais. Também realizarão serviços farmacêuticos em parceria com a Secretaria Municipal e as Unidades Básicas de Saúde, com aferição de pressão, testes laboratoriais,	

		cartilhas de prevenção e hábitos alimentares saudáveis, como também, orientação farmacêutica nos medicamentos prescritos pelos médicos.	

1.1.10.10 Projetos de Atividades Complementares Previstos para os Primeiros Anos do Curso

A atividade complementar visa proporcionar a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com as fronteiras das disciplinas, conteúdo obrigatório e complementador do perfil de egresso pretendido. Para isso, integrar conteúdos através de uma atitude que leve a postura interdisciplinar, atitude de busca, envolvimento, compromisso, reciprocidade diante do conhecimento é que se procura com estas atividades.

Atividades dinâmicas e voltadas a realidade em que o discente está inserido e com aderência ao curso. Percebe-se que são excelentes estimulantes para colocar em prática aquilo que aprendem com a teoria, dentro da sala de aula.

Tabela - Atividades Complementares Previstas para os Primeiros Anos do Curso

ANO	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2021	Jornada Farmacêutica	Serão abordados temas emergentes e atuais por meio de palestras, minicursos e oficinas durante três dias	Todos os períodos vigentes
2022			

* demais atividades constam no Regulamento de Atividades Complementares

1.1.10.11 Projetos de Atividades Extracurriculares Previstos para os Primeiros Anos do Curso

Tabela – Projetos de atividades Extracurriculares Previstos para os Primeiros Anos do Curso

SEMESTRE	ATIVIDADES EXTRACURRICULARES	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2021/2		Serão desenvolvidas as seguintes atividades semestralmente:	

2022/1 2022/2 2023/1	- Workshop de Empregabilidade - Palestras do NAPA - Natal Solidário - Escola de Líderes e Empreendedores	- Workshop de empregabilidade: palestras de diferentes profissionais renomados e professores da área, mostrando as principais tendências do mercado; - Palestras NAPA: por meio da equipe pedagógica e professores psicólogos diversos temas serão abordados como acessibilidade, depressão, ansiedade, dentre outros; - Natal Solidário: por meio de uma palestra de um tema atual, os alimentos arrecadados serão doados para uma Instituição de Caridade selecionada semestralmente, com a entrega por meio dos alunos e coordenadores. - A escola de Lideres e Empreendedores vista preparar lideranças e empreendedores na área.	Todos os períodos vigentes

1.1.10.12 Projeto de Atividades Artísticas Culturais do Curso

Tabela – Projetos de Atividades Artísticas Culturais do Curso

ANO	ATIVIDADES ARTÍSTICAS CULTURAIS	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2021 2022	Prêmio Chaplin de Desempenho Acadêmico	Serão premiados os três alunos de cada turma do curso de Farmácia com os maiores coeficientes de rendimento acadêmico - CRA, de cada semestre. No caso de 2020, será realizado apenas no segundo semestre.	Todos os períodos vigentes

1.1.10.13 Práticas Exitosas ou Inovadoras do Curso

Tabela – Práticas Exitosas ou Inovadoras do Curso

ANO	PRÁTICAS EXITOSAS E INOVADORA DO CURSO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2021	Ciclo de Palestras	Durante o semestre a realização de Palestras Informativas e Educativas com abordagem dos temas e conteúdos atuais da área da Saúde/Farmácia e globais com especialistas e conhecedores das áreas e temáticas abordadas.	Todos os períodos vigentes
2022	Ciclo de Práticas/Simulações Realísticas	Definir em programação e calendário acadêmico que nas últimas semanas dos semestres sejam destinadas para a realização de ciclos de Práticas /Simulação Realísticas interligando as disciplinas do semestre.	Todos os períodos vigentes

1.2 OBJETIVOS DO CURSO

1.2.1 Objetivo Geral

De acordo com as Diretrizes do Curso de Graduação em Farmácia, Resolução N° 6, de 19 de outubro de 2017, o curso tem com o objetivo formar um egresso/profissional com formação centrada nos fármacos, nos medicamentos e na assistência farmacêutica, e, de forma integrada, com formação em análises clínicas e toxicológicas, em cosméticos e em alimentos, em prol do cuidado à saúde do indivíduo, da família e da comunidade.

1.2.2 Objetivos Específicos

De acordo com as Diretrizes do Curso de Graduação em Farmácia, o curso tem como objetivos específicos:

I - Integrar conhecimentos teóricos e práticos de forma interdisciplinar e transdisciplinar;

II – Planejar o currículo de forma que contemple as prioridades de saúde, considerando os contextos nacional, regional e local em que se insere o curso;

III – Produzir cenários de práticas diversificados, inseridos na comunidade e nas redes de atenção à saúde, pública e/ou privada, caracterizados pelo trabalho interprofissional e colaborativo;

IV – Compor estratégias para a formação, centradas na aprendizagem do estudante, tendo o professor como mediador e facilitador desse processo;

V – Realizar ações intersetoriais e sociais, norteadas pelos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS);

VI – Introduzir ferramentas para uma atuação profissional articulada com as políticas públicas e com o desenvolvimento científico e tecnológico, para atender às necessidades sociais;

VII – Praticar o cuidado em saúde, com atenção especial à gestão, à tecnologia e à inovação como elementos estruturais da formação;

VIII – Formar um profissional apto para realizar uma tomada de decisão com base na análise crítica e contextualizada das evidências científicas, da escuta ativa do indivíduo, da família e da comunidade;

IX – Praticar a liderança, ética, empreendedorismo, respeito, compromisso, comprometimento, responsabilidade, empatia, gerenciamento e execução de ações, pautadas pela interação, participação e diálogo;

X – Pautar todas as disciplinas e atividades práticas com o compromisso do cuidado e a defesa da saúde integral do ser humano, levando em conta aspectos socioeconômicos, políticos, culturais, ambientais, étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, necessidades da sociedade, bem como características regionais;

XI – Formar um profissional pronto para intervir na resolubilidade dos problemas de saúde do indivíduo, da família e da comunidade;

XII – Formar um profissional capacitado para a assistência farmacêutica, utilizando medicamento e outras tecnologias como instrumentos para a prevenção de doenças, promoção, proteção e recuperação da saúde;

XIII – Capacitar um profissional para que, de forma integrada, realize análises clínicas e toxicológicas, em cosméticos e em alimentos, em prol do cuidado à saúde do indivíduo, da família e da comunidade.

1.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

1.3.1 Perfil do egresso em consonância com as DCNs

Em acordo com o perfil profissional do egresso das Diretrizes Curriculares do Curso de Farmácia a formação deve estar estruturada nos seguintes eixos:

I - Cuidado em Saúde;

II - Tecnologia e Inovação em Saúde;

III - Gestão em Saúde.

Entende-se, como cuidado em saúde, o conjunto de ações e de serviços ofertados ao indivíduo, à família e à comunidade, que considera a autonomia do ser humano, a sua singularidade e o contexto real em que vive, sendo realizado por meio de atividades de promoção, proteção e recuperação da saúde, além da prevenção de doenças, e que possibilite às pessoas viverem melhor.

Entende-se, como tecnologia em saúde, o conjunto organizado de todos os conhecimentos científicos, empíricos ou intuitivos, empregados na pesquisa, no desenvolvimento, na produção, na qualidade e na provisão de bens e serviços; a inovação em saúde, por sua vez, diz respeito à solução de problemas tecnológicos, compreendendo a introdução ou melhoria de processos, produtos, estratégias ou serviços, tendo repercussão positiva na saúde individual e coletiva.

Entende-se, como gestão em saúde, o processo técnico, político e social, capaz de integrar recursos e ações para a produção de resultados.

1.3.2 Competências e Habilidades Gerais

De acordo com a Diretriz Curricular Nacional do Curso de Graduação em Farmácia, Resolução N° 6, de 19 de outubro de 2017. A formação do farmacêutico deve ser humanista, crítica, reflexiva e generalista, bem como pautar-se por uma concepção de referência nacional e internacional.

I - componentes curriculares, que integrem conhecimentos teóricos e práticos de forma interdisciplinar e transdisciplinar;

II - planejamento curricular, que contemple as prioridades de saúde, considerando os contextos nacional, regional e local em que se insere o curso;

III - cenários de práticas diversificados,

IV - estratégias para a formação, centradas na aprendizagem do estudante, tendo o professor como mediador e facilitador desse processo;

V - ações intersetoriais e sociais, norteadas pelos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS);

VI - atuação profissional, articulada com as políticas públicas e com o desenvolvimento científico e tecnológico, para atender às necessidades sociais;

VII - cuidado em saúde, com atenção especial à gestão, à tecnologia e à inovação como elementos estruturais da formação;

VIII - tomada de decisão com base na análise crítica e contextualizada das evidências científicas, da escuta ativa do indivíduo, da família e da comunidade;

IX - liderança, ética, empreendedorismo, respeito, compromisso, comprometimento, responsabilidade, empatia, gerenciamento e execução de ações, pautadas pela interação, participação e diálogo;

X - compromisso com o cuidado e a defesa da saúde integral do ser humano, levando em conta aspectos socioeconômicos, políticos, culturais, ambientais, étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, necessidades da sociedade, bem como características regionais;

XI- formação profissional, que o capacite para intervir na resolubilidade dos problemas de saúde do indivíduo, da família e da comunidade;

XII - assistência farmacêutica, utilizando medicamento e outras tecnologias como instrumentos para a prevenção de doenças, promoção, proteção e recuperação da saúde;

XIII - incorporação de tecnologias de informação e comunicação em suas diferentes formas, com aplicabilidade nas relações interpessoais, pautada pela interação, participação e diálogo, tendo em vista o bem-estar do indivíduo, da família e da comunidade;

XIV - educação permanente e continuada, responsável e comprometida com a sua própria formação, estímulo ao desenvolvimento, à mobilidade acadêmico-profissional, à cooperação e à capacitação de profissionais, por meio de redes nacionais e internacionais.

1.3.3 Competências e Habilidades Específicas

Dada a necessária articulação entre conhecimentos, competências, habilidades e atitudes, para contemplar o perfil do egresso, a formação deve estar estruturada nos seguintes eixos:

I - Cuidado em Saúde;

II - Tecnologia e Inovação em Saúde;

III - Gestão em Saúde.

1°) COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO EIXO CUIDADO EM SAÚDE

I - Acolhimento do indivíduo, verificação das necessidades, realização da anamnese farmacêutica e registro das informações referentes ao cuidado em saúde, considerando o contexto de vida e a integralidade do indivíduo;

II - Avaliação e o manejo da farmacoterapia, com base em raciocínio clínico, considerando necessidade, prescrição, efetividade, segurança, comodidade, acesso, adesão e custo;

III - Solicitação, realização e interpretação de exames clínico-laboratoriais e toxicológicos, verificação e avaliação de parâmetros fisiológicos, bioquímicos e farmacocinéticos, para fins de acompanhamento farmacoterapêutico e de provisão de outros serviços farmacêuticos;

IV - Investigação de riscos relacionados à segurança do paciente, visando ao desenvolvimento de ações preventivas e corretivas;

V - Identificação de situações de alerta para o encaminhamento a outro profissional ou serviço de saúde, atuando de modo que se preserve a saúde e a integridade do paciente;

VI - Planejamento, coordenação e realização de diagnóstico situacional de saúde, com base em estudos epidemiológicos, demográficos, farmacoepidemiológicos, farmacoeconômicos, clínico-laboratoriais e socioeconômicos, além de outras

investigações de caráter técnico, científico e social, reconhecendo as características nacionais, regionais e locais;

VII - Elaboração e aplicação de plano de cuidado farmacêutico, pactuado com o paciente e/ou cuidador, e articulado com a equipe interprofissional de saúde, com acompanhamento da sua evolução;

VIII - Prescrição de terapias farmacológicas e não farmacológicas e de outras intervenções, relativas ao cuidado em saúde, conforme legislação específica, no âmbito de sua competência profissional;

IX - Dispensação de medicamentos, considerando o acesso e o seu uso seguro e racional;

X - Rastreamento em saúde, educação em saúde, manejo de problemas de saúde autolimitados, monitorização terapêutica de medicamentos, conciliação de medicamentos, revisão da farmacoterapia, acompanhamento farmacoterapêutico, gestão da clínica, entre outros serviços farmacêuticos;

XI - Esclarecimento ao indivíduo, e, quando necessário, ao seu cuidador, sobre a condição de saúde, tratamento, exames clínico-laboratoriais e outros aspectos relativos ao processo de cuidado;

XII - Busca, seleção, organização, interpretação e divulgação de informações, que orientem a tomada de decisões baseadas em evidências científicas, em consonância com as políticas de saúde;

XIII - Promoção e educação em saúde, envolvendo o indivíduo, a família e a comunidade, identificando as necessidades de aprendizagem e promovendo ações educativas;

XIV - Realização e interpretação de exames clínico-laboratoriais e toxicológicos, para fins de complementação de diagnóstico e prognóstico;

XV - Prescrição, orientação, aplicação e acompanhamento, visando ao uso adequado de cosméticos e outros produtos para a saúde, conforme legislação específica, no âmbito de sua competência profissional;

XVI - Orientação sobre o uso seguro e racional de alimentos, relacionados à saúde, incluindo os parenterais e enterais, bem como os suplementos alimentares e de plantas medicinais fitoterápicas de eficácia comprovada;

XVII - Prescrição, aplicação e acompanhamento das práticas integrativas e complementares, de acordo com as políticas públicas de saúde e a legislação vigente.

2°) COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO EIXO TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE

I - Pesquisar, desenvolver, inovar, produzir, controlar e garantir a qualidade de:

a) fármacos, medicamentos e insumos;

b) biofármacos, biomedicamentos, imunobiológicos, hemocomponentes, hemoderivados e outros produtos biotecnológicos e biológicos;

c) reagentes químicos, bioquímicos e outros produtos para diagnóstico;

d) alimentos, preparações parenterais e enterais, suplementos alimentares e dietéticos;

e) cosméticos, saneantes e domissanitários;

f) outros produtos relacionados à saúde.

II - pesquisar, desenvolver, inovar, fiscalizar, gerenciar e garantir a qualidade de tecnologias de processos e serviços aplicados à área da saúde, envolvendo:

a) tecnologias relacionadas a processos, práticas e serviços de saúde;

b) sustentabilidade do meio ambiente e a minimização de riscos;

c) avaliação da infraestrutura necessária à adequação de instalações e equipamentos;

d) avaliação e implantação de procedimentos adequados de embalagem e de rotulagem;

e) administração da logística de armazenamento e de transporte;

f) incorporação de tecnologia de informação, orientação e compartilhamento de conhecimentos com a equipe de trabalho.

3°) COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO EIXO GESTÃO EM SAÚDE

I - Identificar e registrar os problemas e as necessidades de saúde, o que envolve:

a) conhecer e compreender as políticas públicas de saúde, aplicando-as de forma articulada nas diferentes instâncias;

b) conhecer e compreender a organização dos serviços e sistema de saúde;

c) conhecer e compreender a gestão da informação;

d) participar das instâncias consultivas e deliberativas de políticas de saúde.

II - Elaborar, implementar, acompanhar e avaliar o plano de intervenção, processos e projetos, o que envolve:

a) conhecer e avaliar os diferentes modelos de gestão em saúde;

b) conhecer e aplicar ferramentas, programas e indicadores que visem à qualidade e à segurança dos serviços prestados;

c) propor ações baseadas em evidências científicas, fundamentadas em realidades socioculturais, econômicas e políticas;

d) estabelecer e avaliar planos de intervenção e processos de trabalho;

e) conhecer e compreender as bases da administração e da gestão das empresas farmacêuticas.

III - promover o desenvolvimento de pessoas e equipes, o que envolve:

a) conhecer a legislação que rege as relações com os trabalhadores e atuar na definição de suas funções e sua integração com os objetivos da organização do serviço;

b) desenvolver a avaliação participativa das ações e serviços em saúde;

c) selecionar, capacitar e gerenciar pessoas, visando à implantação e à otimização de projetos, processos e planos de ação.

1.3.4 Planejamento para Ampliação do Perfil do Egresso para o Mundo do Trabalho

Nunca presenciamos em tão pouco tempo mudanças tão significativas na produção da vida material. Os modos de viver, de se comunicar, de estabelecer relações sociais, afetivas modificou-se de maneira substancial, com o advento de novas tecnologias que nos permitiram vencer distâncias sem sair do lugar.

Especialmente nas últimas duas décadas, toda essa mudança tem também alteraram de maneira bastante significativa as relações de trabalho e por consequentemente as maneiras de empregar a força de trabalho – o que chamamos de emprego ou empregabilidade foi aos poucos sendo substituído por uma nova terminologia, a saber - a trabalhabilidade. Estas mudanças contribuíram para alterar o mundo do trabalho, deslocando o foco do emprego para o trabalho, e os dados estatísticos não nos deixam fugir a essa realidade, cada vez mais observamos a diminuição dos índices de emprego em escala mundial.

Assim, o que temos visto é uma nova configuração do mercado de trabalho, onde o mesmo se torna cada vez mais competitivo, exigente, flexível, adotando critérios e padrões cada vez mais altos para a seleção de pessoas, este novo momento testemunhado por todos, traz inúmeros desafios as instituições de Ensino Superior, pois se duas décadas atrás bastava quase que um diploma de graduação para que o emprego estivesse garantido, hoje, o porte de um diploma não é suficiente para a estabilidade de um posto de trabalho.

Nesta nova onda de mudanças também conhecida como a “terceira revolução industrial”, outras capacidades além do conhecimento técnico são necessárias para o ingressar e permanecer empregado, são estas competências novas e habilidades diversificadas que devemos observar no processo de formação dos nossos futuros egressos em todas as áreas do conhecimento.

O acompanhamento do egresso e sua condição de inserção no mundo do trabalho deve ser planejado prevendo a aceitação do nosso egresso a partir da oferta de cursos de graduação orientados para a formação de competências, de processos de avaliação da aprendizagem que sejam de captar a progressiva consolidação das mesmas na consolidação do Perfil do Egresso.

Todo esse esforço deve está aliado com um projeto de formação continuada que seja capaz de oferecer constantes formas de aprimoramento profissional, por meio dos cursos de aperfeiçoamento profissionais disponibilizados, além é claro de oportunidades de participar de oportunidade de novas graduações (segunda graduação) além de obter titulação em modernos cursos de pós-graduação, os quais deve estar alinhado as exigências formativas do mundo do trabalho.

Desta maneira se estabelece um cenário onde a formação teve necessariamente articular conceitos, habilidades e atitudes numa perceptiva prospectiva, ou seja, que o processo de formação inicial seja capaz de criar perspectiva de criação e de autonomia para cenários cada vez mais mutáveis e incertos.

Assim para o planejamento institucional que visa uma coerência entre o perfil do egresso e as necessidades do mundo do trabalho em uma perspectiva de ampliação do mesmo em vista de novas necessidades emergentes, a instituição orienta que as atividades propostas no curso busquem:

- Tratar de atributos futuros do formando de um curso de graduação, ou seja – os perfis correntes referem-se a características de pessoas existentes em cujo desempenho se deseja espelhar;
- Observem os critérios de concretude, factibilidade e relevância, estabelecidos por MCLELLAND (1973) para que os descritores de comportamentos fossem realmente úteis ao mundo do trabalho;
- Relacionar-se com as atividades pedagógicas formativas, mormente comunicar-se com a taxonomia dos objetivos instrucionais de Bloom; e
- Descrever atributos complexos e flexíveis, exigência da competência intelectual da economia do conhecimento.

A partir destas orientações as atividades que serão planejadas deverão considerar:

- Projetos de formação continuada que permitam o contínuo aperfeiçoamento e ajuste do perfil do egresso com as necessidades emergentes do mundo do trabalho;
- Realização de pesquisas acerca da aderência dos nossos profissionais formados para identificar possíveis pontos de ajuste e/ou melhoria no perfil do egresso;
- Promover a continua interação entre os profissionais atuantes e referência em suas áreas, assim como conselhos fiscais e reguladores da profissão para que tenhamos uma maior integração entre as temáticas abordadas e as projeções profissionais que estes realizam.

1.4 ESTRUTURA CURRICULAR

Fundamentado em uma perspectiva mais abrangente e dinâmica de currículo, o Curso Superior pretende uma estrutura curricular onde em uma análise sistêmica e global estejam presentes os aspectos flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade pedagógica e atitudinal, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática e, nos casos de cursos a distância, mecanismos de familiarização com essa modalidade.

A organização curricular dos cursos superiores contemplará o desenvolvimento de competências profissionais e será formulada em consonância com o perfil

profissional de conclusão do curso, o qual define a identidade do mesmo e caracteriza o compromisso ético.

1.4.1 Elementos Inovadores da Estrutura Curricular

Quando falamos de elementos inovadores da estrutura curricular, estamos tratando sobretudo de currículo, e o currículo, na dimensão que assumimos, não representa apenas a sequência dos componentes curriculares, mas comumente chamados de disciplinas, dentro de uma organização hierarquizada de atendem ao modelo disciplinar. Para falar de inovação ou de elementos inovadores da estrutura curricular é preciso falar de currículo como uma articulação de conhecimentos, saberes e competências que incluem também as experiências, vivências e valores apresentados de maneira integrada, orientada para a formação de competências previstas no perfil do egresso.

Nesta perspectiva um fator fundamental nesta dimensão de inovação curricular, é a construção de uma prática curricular, onde professores especialistas saiam de dentro dos muros da sala de aula e comecem a incluir em seus programas temáticas de estudo que estejam articuladas com a realidade do seu entorno, como por exemplo: as mudanças que estão se operando, as necessidades atuais da população, o mercado de trabalho e as novas exigências das carreiras profissionais, bem como as representações e os contatos com a realidade, principalmente por meio da curricularização da extensão.

Alguns avanços já foram produzidos em termos de inovação na estrutura curricular dos cursos de graduação da IES, assim algumas propostas já estão sendo implantadas no âmbito de todos os cursos de graduação do nossa Instituição.

Inserção de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, como mediadora do processo ensino-aprendizagem e Inserção de disciplinas ministradas a distância, além disso temos ofertado algumas disciplinas que abordam temáticas instrumentais e transversais na grade curricular, como por exemplo:

- Ethics, Sustentabilityand RigthsHuman

- Englishofthe Market Job
- Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS
- Tópicos Especiais I
- Tópicos Especiais II
- Empreendedorismo e Inovação
- Educação em Saúde e Processos Pedagógicos
- Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade

Outros processos tem sido incluídos como estratégias inovadoras na estrutura Curricular dentre elas podemos citar ainda novas e diversificadas formas de aproveitamento de competências desenvolvidas em contexto externos a academia, além da presença cada vez maior de elementos virtualizados de ensino, o que confere maior flexibilidade de tempo além de conferir a possibilidade de ampliação das oportunidades educacionais com inúmeras possibilidades de ampliação das maneiras de se construir conhecimento.

Tomando como referência os estudos de Daniel Romão da Silva, em seu texto Currículos Inovadores no Ensino Superior (2019), a figura abaixo inspira os movimentos de inovação curricular por mós adotados, a saber:

Figura 1 – Princípios para a inovação curricular

Fonte: adaptado de Gesser e Ranghetti (2011).

Nesta perspectiva, na IES algumas iniciativas de organização e trato da estrutura curricular vem sendo praticada, dentre elas destacamos:

- A Interdisciplinaridade e a Transversalidade como proposta epistemológica a partir do desenvolvimento de projetos.
- A inserção cada vez maior da interlocução dos conteúdos curriculares com o contexto profissional, de maneira precoce e permanente;
- A pesquisa como princípio educativo, articulada ao ensino e a extensão ´
- A articulação constante entre teoria e prática
- A flexibilização curricular por meio da assimilação e novas formas de aproveitamento de competências adquiridas fora da instituição e também a articulação entre presencialidade e virtualização por meio de componentes curriculares a distância ou incorporação de atividades virtuais no currículo presencial.

1.4.1.1 Políticas de ensino de pós-graduação lato sensu

Sendo a pós-graduação que subsidia mais proximamente o desenvolvimento das pesquisas, que devem ser ampliadas, qualificadas e internacionalizadas, assim, é fundamental a ampliação do financiamento de suas atividades. Outro desafio é aumentar a inserção docente nos programas ofertados.

Os projetos pedagógicos dos cursos de pós-graduação Lato Sensu devem ser aprovados pelo Colegiado de Curso, e homologado pelo Conselho Maior da Instituição, garantindo aos Coordenadores de Curso e corpo docente a participação no planejamento da oferta de cursos de pós-graduação.

Os cursos de pós-graduação apresentam-se articulados ao ensino de graduação, tendo em vista estabelecer a possibilidade de aprofundamento de estudos dos nossos alunos em diferentes níveis (especialização, mestrado e doutorado).

Depois de implantados os Cursos de pós-graduação são acompanhados e avaliados sistematicamente pela Coordenação de pós-graduação, a qual promoverá a avaliação dos currículos e a atualização da proposta pedagógica dos mesmos, para o alcance de padrões excelentes de qualidade.

A relação de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, bem como a programação de oferta na vigência deste PDI, se encontra nos quadros apresentados a seguir, e seguirá a nota técnica 509/2015 e a resolução n. 1/2007.

A Política de Pós-Graduação Lato Sensu, deve ser executada por meio dos seguintes Programas:

- **PEFC:** Programa de estimulo à formação contínua, por meio de bolsas e descontos: Funcionários, egresso (10%), ENADE (50% a 100%), mérito acadêmico (50%, 75% e 100% por curso e semestre), consanguíneo (10%), grupo IME (10%).

- **Programa de Qualidade de Ensino e Inovação Pedagógica:** planejamento, atualização curricular, elaboração de material didático, avaliação formativa e somativa, acompanhamento e avaliação dos cursos, oferta de componentes curriculares à distância, oferta de pós-EAD.

- **Programa de Acompanhamento ao Egresso da Pós-graduação:** Onde serão acompanhados os egressos da pós-graduação nas suas conquistas no mercado a partir de reuniões anuais, bem como incentivar na formação continuada em busca do mestrado e doutorado.

- **Programa de Apoio ao Discente da Pós-graduação:** psicopedagógico, atividade extraclasse, representatividade discentes, apoio financeiro por meios de programas e descontos, internacionalização e mobilidade acadêmica, ouvidoria, portal acadêmico.

É objetivo da Pós-graduação Lato Sensu:

- Aprofundar o conhecimento em áreas determinada ou em áreas afins do saber, proporcionando o desenvolvimento de competências e habilidades que venham a contribuir para a adequação profissional às necessidades do mercado de trabalho, consolidando assim os estudos realizados em nível de graduação.

1.4.1.2 Políticas de ensino de pós-graduação stricto sensu

No que compete à modalidade *stricto sensu* a IES pretende passar a ofertar primeiro por meio de convênio interinstitucional e depois por processos próprios, cursos de Mestrado e Doutorado nas áreas de:

- Saúde;
- Educação;

- Gestão;
- Tecnologia;
- Humanas;
- Biológicas;
- Exatas.

Em acordo com o que determina a CAPES os Programas de Mestrado e Doutorado tem a sua importância apresentam como finalidades dos Programas de Pós-Graduação “stricto sensu”:

- Proporcionar o aprimoramento em diferentes áreas do saber, visando a oferecer ao aluno elevado padrão técnico, científico e profissional;

- Desenvolver um ambiente de incentivo à produção de conhecimento, através do ensino e da pesquisa na IES;

- Formar recursos humanos que atendam às exigências de qualificação e expansão do ensino superior e da pesquisa.

Estes Programas devem ainda se apresentar articulados a graduação, tendo em vista a verticalização e o aprofundamento das áreas de conhecimento onde a IES atua. Os cursos de mestrado e doutorado futuros da IES buscarão ser uma alternativa de aperfeiçoamento e de acadêmico do recém-graduado e dos próprios profissionais da instituição, haja vista a histórica escassez desse tipo de formação no norte do país.

Esta busca de ampliação de oportunidades de pós-graduação está, no nosso do Amazonas, ligada a criação de novos cursos stricto sensu para profissionais que demandam requalificação de alto nível, porque dela depende a manutenção do profissional no mercado, o desenvolvimento de todo um setor empresarial ou a prestação de melhores serviços ao segmento social correspondente à área do conhecimento.

O desafio de ter que atender ou buscar atender a uma demanda muito grande, que procura qualificação em Instituição de alto nível, envolve não apenas o profissional recém-formado, mas também o profissional que está atuando num mercado cada vez mais exigente. Esses profissionais sabem que precisam se qualificar para poder acompanhar as vertiginosas transformações da ciência e da tecnologia, o que nos faz acreditar que estaríamos dando uma grande contribuição

para a nossa região ao nos lançarmos ao desafio de propor e ofertar este nível de formação.

Assim a Pós-Graduação *Stricto Sensu* da IES, tem como política, o fortalecimento da formação continuada por meio da pesquisa e aperfeiçoamento profissional, conforme as linhas de pesquisas institucionais, devendo ser operacionalizada mediante os seguintes programas:

Projeto:

- **PEFC:** Projeto de Estimulo a Formação Continuada, por meio de bolsas e descontos: Funcionários, egresso, consanguíneo, Grupo IME.

É objetivo da Política de Ensino para Pós-Graduação Stricto Sensu:

- Promover a formação continuada em nível de mestrado e doutorado acadêmico e profissional, para atuar na pesquisa e no ensino superior com finalidade didática, científica ou tecnológica, tendo em vista a produção, ampliação e difusão de conhecimentos por meio de parcerias acadêmicas e científicas com programas congêneres oferecidos por instituições de ensino superior brasileira e estrangeiras.

1.4.2 Matriz Curricular com Quadro de Optativas e Quadro Resumo do Curso

MATRIZ CURRICULAR CURSO DE FARMÁCIA	
1° Período	**Carga horária**
Funções Biológicas	66
Aspectos Morfofuncionais	66
Práticas Profissionais em Saúde Coletiva I	66
Biologia Tecidual e do Desenvolvimento Humano	66
Leitura, Interpretação e Produção de Textos (EAD)	88
Subtotal	352
2° Período	**Carga horária**
Processos Patológicos	66
Mecanismo de Agressão e Defesa	66
Práticas Profissionais em Saúde Coletiva II	66
Fundamentos de Bioquímica e Metabolismo	66
Metodologia do Trabalho Científico (EAD)	88
Subtotal	352

3° Período	Carga horária
Química geral	66
Físico - Química	66
Práticas Farmacêuticas	66
Estágio Supervisionado Obrigatório I	88
Sociologia e Antropologia (EAD)	88
Subtotal	374
4° Período	**Carga horária**
Química Orgânica	66
Química Analítica	66
Bases Farmacológicas	66
Análise de Alimentos e Bromatologia	66
Psicologia em Saúde (EAD)	88
Subtotal	352
5° Período	**Carga horária**
Farmacologia Clínica	66
Química Farmacêutica e Medicinal	66
Atenção e Assistência Farmacêutica	66
Tecnologia de Alimentos	66
Epidemiologia e Bioestatística (EAD)	88
Subtotal	352
6° Período	**Carga horária**
Tecnologia Farmacêutica	66
Farmácia Clínica e Hospitalar	66
Farmacobotânica e Farmacognosia	66
Tópicos de Farmacoterapia e Homeopatia	66
Tecnologia da Informação e Comunicação (EAD)	88
Subtotal	352
7° Período	**Carga horária**
Bioquímica Clínica	66
Parasitologia Clínica e Urinálise	66
Hematologia e Imunologia Clínica	66
Estágio Supervisionado Obrigatório II	110
Bioética e Aspectos Legais do Exercício Profissional (EAD)	88
Subtotal	396
8° Período	**Carga horária**
Farmacotécnica e Cosmetologia	66
Microbiologia e Micologia Clínica	66
Controle de Qualidade de Produtos Farmacêuticos e Cosméticos	66
Estágio Supervisionado Obrigatório III	132
Gestão em Saúde (EAD)	88
Subtotal	418
9° Período	**Carga horária**

Citopatologia Clínica	66
Toxicologia Aplicada a Farmácia	66
Trabalho de Conclusão de Curso I	66
Estágio Supervisionado Obrigatório IV	242
Optativa I (EAD)	88
Subtotal	528
10° Período	**Carga horária**
Trabalho de Conclusão de Curso II	66
Estágio Supervisionado Obrigatório V	242
Deontologia e Legislação em Farmácia	66
Optativa II (EAD)	88
Subtotal	462
Optativas	**Carga horária**
Ethics, Sustainability and Human Rights in Brazil	88
Educação em Saúde e Processos Pedagógicos	88
Empreendedorismo e Inovação	88
English for the Job Market	88
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	88
Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade	88
Saúde das Populações Indígenas, Ribeirinhas e Étnico-Raciais	88
Tópicos Especiais I	88
Tópicos Especiais II	88
QUADRO RESUMO	
Disciplinas presenciais	**3058h**
Disciplinas EAD	**880h (21,7%)**
Atividades Complementares	**120**
CARGA HORÁRIA TOTAL	**4058**
Na carga horária total do curso já estão inclusas:	
Estágio Supervisionado Obrigatório	814 h
Trabalho de Conclusão de Curso	132 h
Duas optativas	88 h/cada

1.4.3 Ementário e Bibliografias das Disciplinas Obrigatórias e Optativas

1º PERÍODO

DISCIPLINA: FUNÇÕES BIOLÓGICAS

EMENTA: Conceito e definição de microscopia; métodos de estudo em citologia, membrana plasmática e organelas celulares; Fundamentação em genética humana, armazenamento de informação genética. Abordagem em genética e evolução, genética mendeliana, molecular e de populações. Exploração das anomalias

cromossômicas, malformações congênitas e consequências, alterações genéticas, e herança poligenética.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GRIFFITHS, Anthony J. F.; WESSLER, Susan R.; CARROLL, Sean B.; DOEBLEY, John. Introdução à genética. 11.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.
2. DE ROBERTIS, Eduardo; HIB, José. De Robertis: bases da biologia celular e molecular. 16 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
3. CARNEIRO, José; JUNQUEIRA, Luiz C. Biologia Celular e Molecular. 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. STRACHAN, Tom; READ, Andrew. Genética molecular humana. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013
2. BORGES-OSÓRIO, Maria Regina; ROBINSON, Wanilce Miriam. Genética humana. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013
3. JORDE, Lynn B.; CAREY, John C.; BAMSHASD, Michael J. Genética médica. 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017
4. ALBERTS, Bruce; JOHNSON, Alexander; LEWIS, Julian [et. al.] Biologia molecular da célula. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.
5. ALBERTS, Bruce; BRAY, Dennis; HOPKIN, Karen [et, al.] Fundamentos da biologia celular. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

DISCIPLINA: ASPECTOS MORFOFUNCIONAIS

EMENTA: Introdução à Anatomia Humana (morfologia, topografia das estruturas, planos e eixos). Nomeação e descrição as estruturas e órgãos das diversas regiões do corpo humano. Exploração do sistema locomotor (sistemas muscular, esquelético e articular) e da esplancnologia: sistema respiratório, circulatório, digestório supradiafragmático e infradiafragmático, urinário-genital. Abordagem sobre o circuito neural: sistema nervoso central e periférico, sistema tegumentar e endócrino. Fundamentação da biofísica dos fenômenos celulares e fisiologia dos sistemas orgânicos. Estudo funcional dos órgãos e sistemas do corpo humano: sistema circulatório; sistema respiratório; sistema excretor; sistema endócrino; sistema

neuromuscular; sistema digestório. Abordagem sobre bioenergética, osmose, pressão osmótica, equilíbrio de Gibbs-Donnan. Estudo do transporte através de membranas, regulação ácido-base, radiobiologia. Desenvolvimento de prática laboratorial.

BIBLIOGRAFIA BASICA

1. GUYTON, Arthur C.; HALL, John E. Guyton & Hall: tratado de fisiologia médica. 13.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
2. PAULSEN, Friedrich.; WASCHKE, Jens. Sobotta - atlas de anatomia humana: anatomia geral e sistema muscular. v.1. 24.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.
3. TORTORA, Gerald J.; DERRICKSON, Bryan. Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia. 10.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. VALERIUS, Klaus-Peter. Atlas de anatomia. São Paulo: Santos, 2011
2. SILVERTHORN, Dee Unglaub. Fisiologia humana: uma abordagem integrada. 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017
3. AIRES, Margaria de Mello. Fisiologia. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
4. COSTANZO, Linda. S. Fisiologia. 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
5. TORTORA, Gerard J.; DERRICKSON, Bryan. Princípios de anatomia e fisiologia. 14.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017

DISCIPLINA: PRÁTICAS PROFISSIONAIS EM SAÚDE COLETIVA I

EMENTA: Prática na atuação primária de atenção à saúde, individual e coletiva. Vivência prática da Organização de uma Unidade Sanitária, noções práticas de Epidemiologia, atenção básica no Serviço Público. Desenvolvimento de ações preventivas no âmbito comunitário e a inserção em domicílios e grupos organizados na comunidade ou instituições, com aspectos direcionados e relevantes da responsabilidade social. Abrangência da atuação junto a populações materno-infantil, adultos e idosos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CAMPOS, Carlos Wagner de Sousa. Tratado de saúde coletiva. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2016
2. ARMOND, Guilherme Augusto (Org.) Epidemiologia, prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde. Belo Horizonte: Coopmed, 2013
3. PAIM, Jairnilson Silva. SUS – Sistema Único de Saúde: tudo o que você precisa saber. Rio de Janeiro: Atheneu, s.d.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ROTHMAN, Kenneth J.; GREENLAND, Sander; LASH, Timothy L. Epidemiologia moderna. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2011
2. ALEXANDRE, Lourdes Bernadete dos Santos Pito. Epidemiologia aplicada nos serviços de saúde. São Paulo: Martinari, 2012
3. FRANCO, Laércio Joel; PASSOS, Afonso Dinis Costa (Orgs.) Fundamentos de epidemiologia. 2.ed. São Paulo: Manole, 2011
4. FREIRE, Caroline; ARAÚJO, Debora Peixoto de. Política nacional de saúde: contextualização, programas e estratégias públicas sociais. São Paulo: Érica, 2014 (Série Eixos. Ambiente e Saúde)
5. ALMEIDA-FILHO, Naomar de; BARRETO, Maurício L. Epidemiologia & saúde: fundamentos, métodos e aplicações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014

DISCIPLINA: BIOLOGIA TECIDUAL E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

EMENTA: Estudo dos tecidos: epitelial de revestimento, nervoso, muscular, sanguíneo, ósseo e conjuntivo (células, fibras e gel). Estudo dos tecidos e dos principais órgãos que compõem o corpo humano. Correlação de sua organização com as funções por eles exercidas. Introdução à Embriologia Humana. Estudo da reprodução humana, sistema reprodutor e gametogênese, fecundação, clivagem e nidação, disco embrionário didérmico e tridérmico, organogênese, período fetal, da placenta e membranas fetais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ZAHA, Arnaldo; FERREIRA, Henrique B.; PASSAGLIA, Luciane M. P. Biologia molecular da célula. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014
2. DE ROBERTIS, Edward M.; HIB, José; ALLODI, Silvana. De Robertis biologia celular e molecular. 16.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
3. MOORE, Keith L.; PERSAUD, T. V. N.; TORCHIA, Mark G. Embriologia básica. 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. PIERCE, Benjamin A. Genética essencial: conceitos e conexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012
2. KIERZENBAUM, Abraham; TRES, Laura. Histologia e biologia celular: uma introdução à patologia. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
3. MALUF, Sharbel W.; RIEGEL, Marilluce. Citogenética humana. Porto Alegre: Artmed, 2011
4. EÇA, Lilian Piñero [et.al.] Biologia molecular: guia prático e didático. Rio de Janeiro: Revinter, 2004
5. WATSON, James D.; BAKER, Tania A.; BELL, Stephen P. [et.al.] Biologia molecular do gene. 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2015

DISCIPLINA: LEITURA, INTERPRETAÇÃO E PRODUÇÃO DE TEXTOS (EAD)

EMENTA: Leitura: Diretrizes para leitura. Interpretação: Análise textual, temática interpretativa. Problematização. Análise interpretativa de textos diversos. Semiótica: de gráficos, tabelas, figuras, charges, letras de música e poesia. Produção textual: introdução, desenvolvimento, conclusão. Coesão e Coerência e informatividade. Práticas de produção de textos variados. Revisão e reescrita orientada de textos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. AZEVEDO, Roberta. Português básico. Porto Alegre: Penso, 2015
2. BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. Leitura e produção textual. Porto Alegre: Penso, 2016.
3. SANTOS, Leonor Werneck de; RICHE, Rosa Cuba; TEIXEIRA, Claudia Souza. Análise e produção de textos. São Paulo: Contexto, 2012 (Coleção Linguagem

& Ensino)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CARVALHO, José Augusto. Gramática superior da língua portuguesa. 2.ed. Brasília: Thesaurus, 2014
2. HAUY, Amini Boainain. Gramática da língua portuguesa padrão. São Paulo: EDUSP, 2015 (Didática, 5)
3. KOCH, Ingedore G. Villaça. Argumentação e linguagem. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2011
4. KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti; PAVANI, Cinara Ferreira. Prática textual: atividades de leitura e escrita. 11.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015
5. PINKER, Steven. Guia de escrita: como conceber um texto com clareza, precisão e elegância. São Paulo: Contexto, 2016.

2º PERÍODO

DISCIPLINA: PROCESSOS PATOLÓGICOS

EMENTA: Conhecer os mecanismos de infecção e evasão dos microrganismos patogênicos ao sistema de defesa, assim como o funcionamento do Sistema Imunológico frente a essas agressões. Compreensão dos processos inflamatórios, de Hipersensibilidade, Doenças autoimunes e dinâmica do processo saúde-doença. Assim como, a compreensão dos mecanismos imunológicos referente às alterações morfofuncionais das células, tecidos e interstícios, ocasionadas pela ação dos agentes exógenos ou distúrbios endógenos. Análise de processos regressivos, distúrbios da circulação, inflamação, neoplasias, desordens, carências. O aluno estará apto a compreender os mecanismos de defesa e sua aplicação na clínica, bem como, a compreensão dos processos patológicos humanos, sua etiologia, sinais, sintomas e consequências para o organismo. Corroborando desta forma, para uma assistência sistematizada ao indivíduo, à família, à comunidade e a todos os níveis de atendimento de atenção à saúde. Bem como, sua atuação na saúde ambiental e aos grupos populacionais locais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MURPHY, Kenneth. Imunologia de Janeway. 8.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014
2. DELVES, Peter; MARTIN, Seamus J.; BURTON, Dennis R.; ROITT, Ivan M. Fundamentos de imunologia. 12.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016
3. KUMAR, Vinay; ABBAS, K; FAUSTO, Nelson; ASTER, Jon c. Robbins & Cotran - Patologia: bases patológicas das doenças. 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BRASILEIRO FILHO, Geraldo. Bogliolo: patologia geral. 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013
2. FRANCO, Marcelo; MONTENEGRO, Mário R.; BRITO, Thales de [et.al.] Patologia: processos gerais. 6.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2015
3. KUMAR, Vinay; ABBAS, Abul K.; ASTER, Jon C. Robbins: patologia básica. 10.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018
4. ABBAS, Abul K.; LICHTMAN, Andrew H.; PILLAI, Shiv. Imunologia básica: funções e distúrbios do sistema imunológico. 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017
5. REISNER, H. M. Patologia: uma abordagem por estudos de casos. Porto Alegre: Bookman, 2016.

DISCIPLINA: MECANISMO DE AGRESSÃO E DEFESA

EMENTA: Fornecer ao aluno o conhecimento da Microbiologia (definição, importância, histórico, objeto de estudo); Virologia (definição, composição química, estrutura, multiplicação viral, viroses); Bacteriologia (definição, estrutura celular, reprodução, cultivo de microrganismos e meios de cultura, unidades formadoras de colônias; fisiologia microbiana - respiração aeróbica e anaeróbica e fermentação - métodos físicos e químicos de controle do crescimento microbiano - assepsia, antissepsia, desinfecção, descontaminação, sanitização, pasteurização, esterilização - interações entre o homem e os micro-organismos: microbiota normal e patogênica Imunologia: definição, importância, noções sobre defesas inespecíficas e específicas e resposta imunológica), e Parasitologia (definição, importância, objeto de estudo. Abordagem dobre as noções sobre protozoários e helmintos e principais parasitoses regionais).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. COURA, José Rodrigues. dinâmica das doenças infecciosas e parasitárias. v.1. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015
2. REY, Luiz. Parasitologia: parasitos e doenças parasitárias do homem nos trópicos ocidentais. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019
3. TORTORA, Gerard J.; FUNKE, Berdell R.; CASE, Christine L. Microbiologia. 12.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. KINDT, Thomas J.; GOLDSBY, Richard A.; OSBORNE, Barbara. Imunologia de Kuby. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008
2. DOAN, Thao; MELVOLD, Roger; VISELLI, Susan; WALTENBAUGH, Carl. Imunologia ilustrada. Porto Alegre: Artmed, 2008
3. COURA, José Rodrigues. dinâmica das doenças infecciosas e parasitárias. v.2. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015
4. DELVES, Peter; MARTIN, Seamus J.; BURTON, Dennis R.; ROITT, Ivan M. Fundamentos de imunologia. 12.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016
5. TRABULSI, Luiz Bachid; ALTERTHUM, Flavio. Microbiologia. 6.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2015

DISCIPLINA: PRÁTICAS PROFISSIONAIS EM SAÚDE COLETIVA II

EMENTA: Prática na atuação primária de atenção à saúde, individual e coletiva. Vivência prática da Organização de uma Unidade Sanitária, noções práticas de Epidemiologia, atenção básica no Serviço Público. Desenvolvimento de ações de intervenção no âmbito comunitário e a inserção em domicílios e grupos organizados na comunidade ou instituições, com aspectos direcionados e relevantes da responsabilidade social. Abrangência da atuação junto a populações materno-infantil, adultos e idoso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ALMEIDA-FILHO, Naomar de; BARRETO, Mauricio L. Epidemiologia & súde: fundamentos, métodos, aplicações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014
2. ARMOND, Guilherme Augusto (Org.) Epidemiologia, prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde. Belo Horizonte: Coopmed, 2013
3. AGUIAR, Zenaide Neto. SUS – Sistema Único de Saúde: antecedentes, percurso, perspectivas e desafios. 2.ed. São Paulo: Martinari, 2015

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. MALFATTI, Carlos Ricardo M.; SOARES, Kelly Cristina Nogueira. Promoção da saúde: atuação interdisciplinar em inovação e políticas públicas. Curitiba: Appris, 2017
2. SILVEIRA, Mário Magalhães da. Política Nacional de saúde pública: a trindade desvelada (economia-saúde-população). Rio de Janeiro: Revan, 2005
3. HELMAN, Cecil G. Cultura, saúde e doença. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009
4. ROCHA, Aristides Almeida; CESAR, Chester Luiz Galvão; RIBEIRO, Helena. Saúde pública: bases conceituais. 2.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2013
5. CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; BONFIM, José Ruben de Alcântara; MINAYO, Maria Cecília de Sousa [et.al.] Tratado de saúde coletiva. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 2016

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DE BIOQUÍMICA E METABOLISMO

EMENTA: Fundamentos e aplicações de bioquímica metabólica. Introdução ao metabolismo celular. Respiração celular: via glicolítica, ciclo de Krebs, cadeia respiratória e fosforilação oxidativa. Metabolismo aeróbico e anaeróbico. Via das pentoses e gliconeogênese. Regulação do metabolismo da glicose e do glicogênio. Metabolismo dos lipídios, lipoproteínas e metabolismo do colesterol. Metabolismo dos aminoácidos e ciclo da uréia. Metabolismo dos ácidos nucléicos. Metabolismo do ferro, metabolismo do ácido fólico, hormônios da pituitária, hormônios da tireóide, bioquímica dos hormônios da adrenal, bioquímica dos hormônios das gônadas, metabolismo das porfirinas, regulação e integração metabólica. Aplicação do estudo

do metabolismo na área de nutrição abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito ambiental e questões étnico-raciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. NELSON, David L.; COX, Michael M. Lehinger: princípios da bioquímica. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014
2. MARSHALL, William J.; LAPSLEY, Marta. Bioquímica clínica: aspectos clínicos e metabólicos. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016
3. BROWN, T. A. Bioquímica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018 MARZZOCO, Anita; TORRES, Bayardo Baptista. Bioquímica básica. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. SMITH, Collen; MARKS, Allan D.; LIEBERMAN, Michael. Bioquímica médica de Marks: uma abordagem clínica. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007
2. CONN, Eric E.; STUMPF, P. K. Introdução à bioquímica. 4.ed. São Paulo: Blucher, 1980
3. DEVLIN, Thomas M (Coord.) Manual de bioquímica com correlações clínicas. 7.ed. São Paulo: Blucher, 2011
4. BERG, Jeremy Mark; TYMOCZKO, John L.; STRYER, Lubert. Bioquímica. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017
5. VOET, Donald; VOET, Judith G.; PRATT, Charlotte W. Fundamentos de bioquímica: a vida em nível molecular. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO (EAD)

EMENTA: Métodos de Estudo: Tipos de Análise de Texto, Técnicas de Sublinhar e Esquematizar, Resumos, Fichamentos, Mapa Conceitual. Orientação para Avaliação de Desempenho. Ciência e Conhecimento: Tipos de Conhecimento, Métodos Científicos, Iniciação Científica, Fontes de Pesquisa Científica (Bibliográfica e Eletrônica) e ética na produção científica. Plágio. O Trabalho Científico: Estrutura, Formatação e Construção de Redação Científica (Relatório Técnico e Artigo). Orientações para Apresentação Pública de Trabalhos e Comunicações Orais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017.
2. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico (Procedimentos básicos. Pesquisa bibliográfica, projeto e relatório. Publicações e trabalhos científicos). 7.ed. São Paulo: Atlas, 2015
3. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24.ed. São Paulo: Cortez, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. AQUINO, Italo de Souza. Como escrever: artigos científicos. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
2. KOLLER, Sílvia H.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; HOHENDORFF, Jean von. Manual de produção científica. Porto Alegre: Penso, 2014.
3. RAMPAZZO, Lino. Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 8.ed. São Paulo: Loyola, 2015
4. SANTOS, Izequias Estevam dos. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica. 12.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.
5. SOUZA, Maria Suzana de Lemos. Guia para redação e apresentação de monografias, dissertações e teses. Belo Horizonte: COOPMED, 2012

3º PERÍODO

DISCIPLINA: QUÍMICA GERAL

EMENTA: Fundamentos Básicos Da Química. Estrutura do Átomo e Tabela Periódica. Ligação Química. Interações Químicas. Funções Inorgânicas. Introdução à Química Orgânica

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ATKINS, Peter; JONES, Loretta; LAVERMAN, Leroy. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. 7.ed. Porto Alegre: Bookman, 2018
2. KOTZ, John C.; TREICHEL, Paul M.; TOWNSEND, John R.; TREICHEL, David A Química geral e reações químicas. 9. ed. v.1 São Paulo: Cengage Learning, 2016.
3. RUSSEL, John B. Química geral. 2. ed. v.1. São Paulo: Pearson Universidades, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. SILVA, Roberto Ribeiro da; BOCCHI, Nerilso; ROCHA-FILHO, Romeu C.; MACHADO, Patrícia Fernandes L. Introdução à química experimental. 2.ed. São Carlos: EDUFSCAR, 2014
2. RUSSEL, John B. Química geral. 2. ed. v.2. São Paulo: Pearson Universidades, 1994.
3. KOTZ, John C.; TREICHEL, Paul M.; TOWNSEND, John R.; TREICHEL, David A. Química geral e reações químicas. v.2. 9.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016
4. FIOROTTO, Nilton Roberto. Técnicas experimentais em química: normas e procedimentos. São Paulo: Érica, 2014 (Série Eixos. Controle e Processos Industriais)
5. BRADY, James E.; HUMISTON, Gerard E. Quimica geral. 2.ed. v.1. Rio de Janeiro: LTC, 2016

DISCIPLINA: FÍSICO-QUÍMICA

EMENTA: Estudo do estado gasoso. Primeira lei da termodinâmica. Segunda lei da termodinâmica. Terceira Lei da Termodinâmica. Potencial Químico e Regra das Fases para um componente e variação de pressão de vapor com temperatura e pressão externa. Medidas de composição, quantidades parciais molares. Lei de Raoult e Lei de Henry. Diagramas de fase para dois componentes e propriedades coligativas. Estudo Espectroscópio e Cristalográfico de Fármacos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ATKINS, Peter; PAULA, Júlio de. Físico-química: fundamentos. 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018.
2. ATKINS, Peter W.; PAULA, Júlio de. RIEDMAN, R. Quanta, Matéria e Mudança: Uma Abordagem Molecular para a Físico-Química v.1. São Paulo: LTC, 2011
3. CHANG, Raymond. Físico-química para as ciências químicas e biológicas. v.1. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ATKINS, Peter W.; PAULA, Júlio de. Físico-química. v.1. 10.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018
2. CASTELLAN, Gilbert. Fundamentos de físico-química. Rio de Janeiro: LTC, 2019
3. CHANG, Raymond. Físico-química para as ciências químicas e biológicas. v.1. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2010
4. ATKINS, Peter W.; PAULA, Júlio de. RIEDMAN, R. Quanta, Matéria e Mudança: Uma Abordagem Molecular para a Físico-Química v.2. São Paulo: LTC, 20110
5. FIOROTTO, Nilton Roberto. Fisico-química: propriedades da matéria, composição e transformações. São Paulo: Érica, 2014 (Série Eixos. Controle e Processos Industriais).

DISCIPLINA: PRÁTICAS FARMACÊUTICAS

EMENTA: História da farmácia brasileira. Classificação dos estabelecimentos farmacêuticos. Noções de legislação farmacêutica. Características e evolução da profissão farmacêutica. Áreas de atuação. Conceitos em Farmacologia. Formas farmacêuticas e suas respectivas formas de administração. Cálculos em Farmácia. Diluições simples e seriadas. Unidades de Massa. Unidades de Volume. Técnicas de Primeiros Socorros. Boas Práticas de Laboratório. Biossegurança. Técnicas de higiene e assepsia pessoal e de materiais. Técnicas aferição de pressão arterial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ALLEN JR., Loyd V.; POPOVICH, Nicholas G.; ANSEL, Howard C. Formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos. 9.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013
2. HIRATA, Mario Hiroyuki; MANCINI FILHO, Jorge; HIRATA, R´sario Dominguez. Manual de biossegurança. 3.ed. São Paulo: Manole, 2017
3. THOMPSON, Judith E.; DAVIDOW, Lawrence. A prática farmacêutica na manipulação de medicamentos. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BISSON, Marcelo polacow. Farmácia clínica & atenção farmacêutica. 3.ed. São Paulo: Manole, 2016
2. CORRER, Cassyano J.; OTUJI, Michel F. A prática farmacêutica na farmácia comunitária. Porto Alegre: Artmed, 2013
3. GENNARO, Alfonso R. Remington: a ciência e a prática da farmácia. 20.ed. 3vs. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014
4. LUONGO, Jussara (Org.) Tratado de primeiros socorros. São Paulo: Rideel, 2014
5. SOUSA, Lucila Medeiros Minichello de. Primeiros socorros: condutas técnicas. 2.ed. São Paulo: Érica, 2018

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO I

EMENTA: Estágio Curricular em Saúde Pública nas redes de atenção básica no Sistema Único de Saúde – SUS. Desenvolvimento das atividades de práticas farmacêuticas em serviços de saúde através de acompanhamento de pacientes com hipertensão auxiliando no controle da pressão arterial, realização de seminários e desenvolvimento de palestras relacionados a utilização racional de medicamentos, interações medicamentosas e drogas de abuso em instituições filantrópicas da cidade. Visitas técnicas em instituições de pesquisa, hospitais, unidades públicas de saúde, entidades de classe e conselho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. JULIANI, XCecilia S. Riscado. Medicamentos: noções básicas, tipos e formas farmacêuticas. São Paulo: Erica, 2014
2. STORPIRTIS, Sílvia; MORI, Ana Luiza Pereira Moreira; YOCHIY, Angélica [et.al.] Farmácia clínica e atenção farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019 (Ciências Farmacêuticas)
3. MASTROENI, Marco Fabio. Biossegurança aplicada a laboratórios e serviços de saúde. 2.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2006

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. SANTOS, Paulo Caleb Júnior de Lima. Farmácia clínica & atenção farmacêutica: contexto atual, exames laboratoriais e acompanhamento farmacoterápico. 2.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2018
2. ESHERICK, Joseph S.; CLARK, Daniel S.; SLATTER, Evan. Current – Diretrizes clínicas em atenção primária à saúde. 10.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013
3. VEATH, Robert M. Bioética. 3.ed. São Paulo: Pearson, 2014
4. MASSUD FILHO, João (Org.) Medicina farmacêutica: conceitos e aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2016
5. SILVA, Silvio Fernandes da (Org.) Redes de atenção à saúde: desafios da regionalização no SUS. 2.ed. São Paulo: Saberes, 2013

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA (EAD)

EMENTA: O Dialogo Teórico entre Antropologia e da Sociologia. Seus idealizadores e principais teóricos para a análise das organizações. O homem e a organização da sociedade. Diversidade Cultural e Multiculturalismo; A Cultura e Realidade Social: relações do trabalho, racismo, discriminação, preconceito, as questões de gêneros e étnico raciais. Direitos, cidadania, meio ambiente e movimentos sociais. A perspectivas da Antropologia e da Sociologia na contemporaneidade mundial e brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. AQUINO, R.; VIEIRA, Fernando; AGOSTINHO, Gilberyto; ROEDEL, Hiran. Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais. 9.ed. Rio de Janeiro: Record, 2015
2. MERCIER, Paul. História da antropologia. 2.ed. São Paulo: Centauro, 2012
3. PLUMMER, Ken. Sociologia. São Paulo: Saraiva, 2015 (Coleção Homem, Cultura e Sociedade)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMETAR

1. BERGER, Peter L. Perspectivas sociológicas: uma visão humanística. 30.ed. Rio de Janeiro: Vozes, s.d.
2. GIL, Antonio Carlos. Sociologia geral. São Paulo: Atlas, 2011
3. SANTOS, Pedro Antônio dos. Fundamentos de sociologia geral. São Paulo: Atlas, 2013
4. KESSING, Roger M.; STRATHERN, Andrew J. Antropologia cultural: uma perspectiva contemporânea. Rio de Janeiro: Vozes, 2014
5. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Sociologia geral. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2014

4º PERÍODO

DISCIPLINA: QUÍMICA ORGÂNICA

EMENTA: Introdução à Química Orgânica. Estereoquímica: moléculas quirais. Introdução as reações e seus mecanismos: ácidos e bases. Reações de Alcenos: reação de adição. Reações iônicas: reações de substituição nucleofílica e de eliminação nos haletos de alquila.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. KLEIN, David. Química orgânica. v.1. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016
2. SOLOMONS, T. W. Graham; FRYHLE, Graig B.; SNYDER, Scott A. Química orgânica. 12. ed. v.1. São Paulo: LTC, 2018
3. McMURRY, John. Química orgânica. 9.ed. Rio de Janeiro: Cengage, 2016 (combo).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ALMEIDA, Nival Nunes de. Química orgânica Rio de Janeiro: LTC, 2018
2. BETTELLHEIM, Frederick A.; BROWN, William H.; CAMPBELL, Mark K.; FARREL, Shawn O. Introdução à química geral, orgânica e bioquímica (COMBO). São Paulo: Cengage Learning, 2012
3. KLEIN, David. Química orgânica. v.2. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016
4. _____. Química orgânica: uma aprendizagem baseada em solução de problemas. 2vs. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017
5. SOLOMONS, T. W. Graham; FRYHLE, Graig B.; SNYDER, Scott A. Química orgânica. 12. ed. v.2. São Paulo: LTC, 2018

DISCIPLINA: QUÍMICA ANALÍTICA

EMENTA: Introdução à análise química qualitativa e quantitativa; Equilíbrio ácido-base. Solução tampão. Equilíbrio de solubilidade, Equilíbrio de complexação e de Equilíbrio oxirredução. Volumetrias de neutralização, precipitação, complexação e oxiredução. Cálculos e aplicações desses conceitos na análise química. Erros e tratamentos de dados analíticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. HARRIS, Daniel C. Explorando a química analítica. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011
2. HARRIS, Daniel C.; LUCY, Charles A. Análise química quantitativa. 9.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.
3. SKOOG, Douglas A.; WEST, Donald M.; HOLLER, F. James; CROUCH, Stanley R. Fundamentos de química analítica. 9.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DIAS, Silvio Luis Pereira; VAGHETTI, Júlio César Pacheco; LIMA, Éder Cláudio [et.al.] Química analítica: teoria e prática essenciais. Porto Alegre: Bookman, 2016
2. HAGE, David S.; CARR, James D. química analítica e análise quantitativa. São Paulo: Pearson, 2012
3. HIGSON, Séamus. Química analítica. Porto Alegre: Bookman, 2009
4. KOROLKOVAS, Andrejus; BURCKHALTER, Joseph H. Química farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017

5. LIMA, Kássio Michell Gomes de; Neves, Luiz Seixas das. Princípios de Química Analítica Quantitativa. Rio de Janeiro: Interciência, 2016.

DISCIPLINA: BASES FARMACOLÓGICAS

EMENTA: Introdução à farmacologia: histórico, referências importantes, definições. Conceitos da divisão da farmacologia. Formas farmacêuticas. Farmacocinética: vias de administração de fármacos, absorção, distribuição conceito; vantagens e desvantagens. Definir índice terapêutico, reações adversas. Biotransformação de fármacos. Distribuição de fármacos, metabolismo e excreção de fármacos. Farmacodinâmica: tolerância, alergia e idiossincrasia. Mecanismo de Ação dos fármacos (agonismo e antagonismo). Alvos para ação dos fármacos (enzimas, canais, receptores e moléculas transportadoras). Biodisponibilidade. Meia-vida das drogas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BRUNTON, Laurence L.; HILAL-DANDAN, Randa; KNOLLMANN, Björn C. As bases farmacológicas da terapêutica de Goodman & Gilman. 12.ed. Porto Alegre: Artmed, 2012
2. RITTER, James; FLOWER, Rod; HENDERSON, Graeme [et.al.] Rang & Dale: farmacologia. 8.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016
3. TREVOR, Anthony J.; KATZUNG, Bertram G. Farmacologia: básica e clínica. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CRAIG, C.R. Farmacologia moderna com aplicações clínicas. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018
2. FERRACINI, Fábio Teixeira; BORGES FILHO, Wladmir Mendes. Farmácia clínica: segurança na prática hospitalar. São Paulo: Atheneu, 2011
3. PINTO, Vanusa barbosa; ROCHA, Priscilla Alves; SFORSIN, Andréa Cássia Pereira. Atenção farmacêutica: gestão e prática do cuidado farmacêutico. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017
4. GOMEZ, Rosane; TORRES, Iraci L. S. Farmacologia clínica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017

5. GOLAN, David E.; TASHJIAN JR., Armen H.; ARMSTRONG, Ehrin J.; ARMSTRONG, April W. Princípios de farmacologia: as bases fisiopatológicas da farmacologia. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018

DISCIPLINA: ANÁLISE DE ALIMENTOS E BROMATOLOGIA

EMENTA: Noções gerais sobre os componentes de alimentos. Coleta e preparação de alimentos para análise. Matérias-primas alimentícias de origem vegetal e animal. Metodologias usuais empregadas na determinação de carboidratos, proteínas, lipídios, minerais, fibras e vitaminas. Determinação prática do teor de umidade e cinzas. Boas práticas de fabricação (BPF's) e higiene alimentar. Microbiologia de alimentos: micro-organismos importantes em microbiologia alimentar ("starters" na produção de alimentos fermentados e micro-organismos causadores de toxi-infecções alimentares) e análise microbiológica dos alimentos. Avaliação sensorial de alimentos. Conservação de alimentos. Operações de transformação de alimentos. Embalagem de alimentos. Controle de qualidade. Aditivos alimentares. Desenvolvimento de novos métodos e produtos alimentícios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CECCHI, H. M. Fundamentos teóricos e práticos em análise de alimentos. 2.ed. São Paulo: UNICAMP, 2011.
2. JAY, James M. Microbiologia de alimentos. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005
3. GERMANO, Pedro Manuel Leal; GERMANO, Maria Izabel Simões. Higiene e vigilância sanitária de alimentos. 6.ed. São Paulo: Manole, 2019

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. SILVA, Cassiano Oliveira da; SOUZA, Daurea Abadia de; PASCOAL, Grazieli Benedetti; SOARES, Luana Padua. Segurança alimentar e nutricional. Rio de Janeiro: Rubio, 2016
2. FRANCO, Guilherme. Tabela de composição química dos alimentos. 9. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.
3. FORSYTHE, Stwephen J. Microbiologia da segurança dos alimentos. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013

4. DAMODARAN, Srinivasan; PARKIN, Kirk L. Química de alimentos de Fennema. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.
5. RIBEIRO, Bernardo Dias; PEREIRA, Karen Signori; NASCIMENTO, Rodrigo Pires do; COELHO, Maria Alice Zarur (Orgs) Microbiologia industrial de alimentos. V.2. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018

DISCIPLINA: PSICOLOGIA EM SAÚDE (EAD)

EMENTA: Introdução ao estudo da Psicologia. Objeto de Trabalho. Conceitos básicos. Teorias psicológicas. Estudo da personalidade. Elementos e conceitos da psicologia aplicados à área da saúde. Psicologia da saúde. Conceitos de saúde e saúde mental. Fundamentos e abordagens psicológicas na promoção, prevenção e reabilitação em saúde. Promoção de saúde e a prevenção de doenças. O atendimento multidisciplinar e multiprofissional. Humanização na saúde. Atuação do profissional da saúde e a relação com o usuário do serviço.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. Desenvolvimento humano. 12.ed. São Paulo: AMGH, 2013.
2. QUADROS, Emérico Arnaldo de. Psicologia e desenvolvimento humano. Rio de Janeiro: Vozes,2017
3. FEIST, Jss; FEIST, Gregory J.; ROBERTS, Tomi-Ann. Teorias da personalidade. 8.ed. Porto Alegre: Artmed, 2015

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BERGER, Kathleen Strassen. O desenvolvimento da pessoa: do nascimento à terceira idade. 9.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017
2. BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes. Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia. 15.ed. São Paulo: Saraiva. 2018
3. BRAGHIROLL, Elaine Maria; BISI, Guy Paulo: RIZZON, Luiz Antônio; NICOLETTO, Ugo. Psicologia geral. 36.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

4. DELVAL, Juan. O desenvolvimento psicológico humano. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
5. STRAUB, Richard O. Psicologia da saúde: uma abordagem biopsicossocial. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014

5º PERÍODO

DISCIPLINA FARMACOLOGIA CLÍNICA

EMENTA: Fármacos que atuam no sistema nervoso autônomo (SNA). Fármacos de ação no sistema nervoso central (SNC). Hipnóticos e Ansiolíticos. Analgésicos opióides. Antiinflamatórios esteróides (corticóides). Diuréticos. Fármacos usados no tratamento da hipertensão e hipotensão. Farmacologia do sistema cardiovascular. Fármacos usados no tratamento de dislipidemias. Fármacos utilizados no tratamento oncológico. Fármacos anticoagulantes, trombolíticos e antiplaquetários. Farmacologia das infecções bacterianas, fungos e vírus.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DIEHL, A. Tratamentos farmacológicos para dependência química: da evidência científica à prática clínica. Porto Alegre: Artmed, 2010.
2. GOODMAN & GILMAN. As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
3. PENILDON, SILVA. Farmacologia. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. AME – Dicionário de Administração de Medicamentos na Enfermagem – 10 anos: 2009/2010. Edição Auro. Rio de Janeiro: EPUB, 2010.
2. ASPERHEIM, M. K. Farmacologia para enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.
3. AULTON, M. E. Delineamento de formas farmacêuticas. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
4. SPRINGHOUSE CORPORATION. Farmacologia clínica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

5. STOELTING, S. C.; HILLIER, S. C. Manual de farmacologia e fisiologia na prática anestésica. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DISCIPLINA: QUÍMICA FARMACÊUTICA E MEDICINAL

EMENTA: Introdução à Química Farmacêutica. Aspectos Físico-Químicos e Orgânicos no Estudo dos Fármacos. Metabolismo de Fármacos. Aspectos químico-farmacêuticos no transporte de fármacos através das barreiras hematoencefálica e barreira hematoplacentária. Planejamento e Obtenção de Novos Fármacos. Estudo sistemático do mecanismo de ação dos fármacos de acordo com a Química Farmacêutica

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BARREIRO, E. J.; FRAGA, C. A. M. Química medicinal: as bases moleculares da ação dos fármacos. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
2. HARDMAN, J. G.; LIMBIRD, L. E. As bases farmacológicas da terapêutica de Goodman e Gilman. 12ª Ed Rio de Janeiro: McGraw Hill, 2012.
3. KOROLKOVAS, A. Química Farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CORNÉLIO, A. C.; FERREIRA, D. T.; FACCIONE, M.; FARIA, T. J. Da Química Medicinal À Química Combinatória e Modelagem Molecular. 2ª Ed. São Paulo: Monole, 2012.
2. GAUTO, M.; ROSA, G. Química industrial. Porto Alegre: Bookman, 2013.
3. MORGON, N. Métodos de Química Téorica e Modelagem Molecular. 1ª Ed. Livraria da Física, 2008.
4. ANDREI, C. C.; FERREIRA, D. T.; FACCIONE, M.; FARIA, T. J. Da química medicinal à química combinatória e modelagem molecular: um curso prático. São Paulo: Manole, 2003.
5. YUNES, R. A.; CALIXTO, J. B. Plantas medicinais sob a ótica da química medicinal moderna. Editora Argos, 2001.

DISCIPLINA: ATENÇÃO E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

EMENTA: Conceitos básicos de assistência e Atenção Farmacêutica. Atenção Farmacêutica na atenção básica de saúde. Importância da atividade profissional farmacêutica no processo de incremento da adesão do paciente à terapia medicamentosa. Solução e prevenção dos problemas relacionados ao uso de medicamentos (PRM). Ciclo da assistência farmacêutica. Automedicação responsável: uso de medicamentos não prescritos. Habilidades de Comunicação em Atenção Farmacêutica. Planejamento da Atenção Farmacêutica. Metodologias de seguimento/acompanhamento Farmacoterapêutico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. AIZENSTEIN, M. L. Fundamentos para o uso racional de medicamentos. 1ªEd. São Paulo: Artes Médicas, 2010.
2. CURRIE, J. D. Guia prático da atenção farmacêutica. 2ª Ed. São Paulo: Pharmabooks, 2010.
3. OLIVEIRA, R. Atenção Farmacêutica: da filosofia ao gerenciamento da terapia medicamentosa. São Paulo: s.e., 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DADER, M. J. F.; MARTÍNEZ, F. M.; MUNOZ, P. A. Atenção Farmacêutica – Conceitos, Processos e Casos Práticos. São Paulo: RCN, 2008.
2. LACY, C. F.; ARMSTRONG, L. L.; GOLDMAN, M. P.; LANCA, L. L. Medicamento: uma fonte abrangente para médicos e profissionais da saúde. São Paulo: Manole, 2009.
3. OLIVEIRA, M. A.; BERMUDEZ, J. A. Z.; OSÓRIO-DE-CASTRO, C. G. S. Assistência Farmacêutica e Acesso a Medicamentos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
4. BISSON, M. P. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. 2.ed. São Paulo: Manole; 2007.
5. ACÚRCIO, F. A. (Org). Medicamentos e assistência farmacêutica. Belo Horizonte: COPMED, 2003.

DISCIPLINA: TECNOLOGIA DE ALIMENTOS

EMENTA: Matérias-primas alimentícias de origem vegetal e animal. Conservação de alimentos. Operações de transformação de alimentos. Embalagem de alimentos. Controle de qualidade. Aditivos alimentares. Desenvolvimento de novos métodos e produtos alimentícios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ALMEIDA MEIRELES, M. A.; GAMBINI, P. C. Fundamentos de Engenharia de Alimentos.São Paulo: Atheneu, 2013.
2. KOBLITZ, M. G. B. Matérias-primas Alimentícias - Composição e Controle de Qualidade. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
3. PASTORE, G. M. B.; J. L.; MARÓSTICA JUNIOR, M. R. Biotecnologia de Alimentos: Princípios e Aplicações. São Paulo: Atheneu, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. COZZOLINO, S. M. F. Biodisponibilidade de Nutrientes. 3ª Ed. São Paulo: Manole, 2009.
2. FELLOWS, P. J. Tecnologia do processamento de alimentos: princípios e prática. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
3. GAVA, A. J. Tecnologia de Alimentos: Princípios e Aplicações. São Paulo: Nobel, 2009.
4. GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. Higiene e vigilância sanitária de alimentos. 3.ed. São Paulo: Manole, 2008.
5. ZENEBON, O.; PASCUCT, N.S.; TIGLEA, P. Métodos físico-químicos para análise de alimentos. 4.ed. São Paulo: Instituto Adolfo Lutz, 2008

DISCIPLINA: EPIDEMIOLOGIA E BIOESTATÍSTICA (EAD)

EMENTA: Histórico, conceitos, usos e perspectivas da epidemiologia e a saúde pública. Causalidade e determinação do processo saúde-doença. Indicadores de saúde: principais indicadores epidemiológicos e sua importância no planejamento de ações de saúde. Estudos epidemiológicos. Epidemiologia descritiva. Estatísticas de

saúde e sistemas de informação em saúde. Conhecimento e organização das atividades de vigilância em saúde (ambiental, epidemiológica, sanitária e do trabalhador). Farmacoepidemiologia: bases conceituais e operacionais. Farmacovigilância em todos os níveis de atenção à saúde. Prevenção e controle dos agravos. Estudo das influências do ecossistema no processo saúde/doença do homem. Estudo de noções básicas de saneamento da água, detritos e resíduos. Políticas públicas de saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. AGUIAR, Z.N. SUS: Sistema Único de Saúde – antecedentes, percurso, perspectivas e desafios. 2.ed. São Paulo: Editora Martinari, 2015.
2. ALMEIDA FILHO, N.; BARRETO, M.L.Epidemiologia e saúde:fundamentos, métodos e aplicações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
3. CAMPOS, G. W. S; BONFIM, J.R.A.; MINAYO, M.C.S. Tratado de Saúde Coletiva. 2.ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BONITA, R.; BEAGLEHOLE, R.; KJELLSTRÖM, T. Epidemiologia Básica. 2.ed. São Paulo: Santos, 2011.
2. CAMELO, T; ALMEIDA, C. Gestão e Vigilância em Saúde Ambiental. Rio de Janeiro: Almeida Cabral, 2009.
3. FLETCHER, R.H.;FLETCHER, S.W. Epidemiologia Clínica: Elementos Essenciais. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
4. MEDRONHO, R.A. Epidemiologia. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2009.
5. ROUQUAYROL, M.Z.; ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia e Saúde. 6.ed. Rio Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

6º PERÍODO

DISCIPLINA: TECNOLOGIA FARMACÊUTICA

EMENTA: Pesquisa e desenvolvimento de produtos farmacêuticos. Boas Práticas de fabricação de medicamentos. Água para uso farmacêutico. Tecnologia de áreas

limpas, áreas produtivas classificadas. Operações unitárias e técnicas utilizadas em escala laboratorial e industrial. Métodos instrumentais. Tecnologia das formas farmacêuticas tradicionais e inovadoras, formas farmacêuticas sólidas, pós e granulados, cápsulas e comprimidos, formas farmacêuticas líquidas não estéreis, suspensões, formas semissólidas, formas de liberação modificada e estéreis. Nanotecnologia Farmacêutica. Estabilidade de fármacos e medicamentos. Equivalência e Bioequivalência Farmacêutica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. AULTON, M. E. Delineamento de formas farmacêuticas. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
2. SOUZA, G. B. Formas Farmacêuticas Extemporâneas. 1ª Ed. São Paulo, Medfarma, 2012.
3. THOMPSON, J. E. A Prática Farmacêutica na Manipulação de Medicamentos. 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ANSEL, H. C.; PRINCE, S. J. Manual de Cálculos Farmacêuticos. Porto Alegre: Artmed, 2005.
2. CARVALHO, I., PUPO, M. T., BORGES, A. D. L., BERNARDES, L., S. C. Introdução à modelagem Molecular de Fármacos no Curso Experimental de Química Farmacêutica. Química Nova, v. 26, 2003.
3. COELHO, F. A. S. Fármacos e Quiralidade. Cadernos Temáticos de Química Nova na Escola, n.3, 2001.
4. COSTA, M. A.; DIAS, A. G.; GUIMARÃES, P. I. C. Guia Prático de Química Orgânica. v.2 Rio de Janeiro: Zamboni, 2008.
5. SACKHEIM, G.I. Química e Bioquímica para ciências Biomédicas. 8.ed. São Paulo: Manole, 2001.

DISCIPLINA: FARMÁCIA CLÍNICA E HOSPITALAR

EMENTA: Introdução à Farmácia Hospitalar e Farmácia Clínica. Conhecimentos em semiologia, fisiopatologia e prescrição farmacêutica e interpretação de prescrição médica. Responsabilidade e Funções dos Serviços Farmacêuticos Hospitalares. Estrutura e organização da Farmácia Hospitalar. Padronização e Seleção de Materiais

Médico-hospitalares e de Medicamentos. Aquisição, Armazenamento e Controle de estoque. Dispensação Farmacêutica e Farmacotécnica Hospitalar. Controle de Qualidade na Farmácia Hospitalar. Controle da Infecção Hospitalar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GOMES, M. J. V. M.; REIS, A. M. M. Ciências farmacêuticas: uma abordagem em farmácia hospitalar. São Paulo: Atheneu, 2011.
2. FERRACINI, F. T.; BORGES FILHO, W. M. Farmácia clínica: segurança na prática hospitalar. São Paulo: Atheneu, 2012.
3. STORPIRTIS, S. Farmácia clínica e atenção farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CAVALLINI, M. E.; BISSON, M. P. Farmácia Hospitalar: Um enfoque em sistemas de saúde. São Paulo: Manole, 2010.
2. CIPRIANO, S. L.; PINTO, V. B.; CHAVES, C. E. Gestão estratégica em farmácia hospitalar: Aplicação prática de um modelo de gestão para qualidade. São Paulo: Atheneu, 2009.
3. GENARO, A. R. Remington: A ciência e a prática da farmácia. 20. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.
4. MAIA NETO, J. F. Farmácia hospitalar e suas Interfaces com a Saúde. São Paulo: Rx Editora, 2005.
5. MANUAL de Normas Técnica para Farmácia Homeopática. 3. ed. Associação Brasileira de Farmacêuticos Homeopatas, 2003.

DISCIPLINA: FARMACOBOTÂNICA E FARMACOGNOSIA

EMENTA: Conceitos de taxonomia vegetal e sistemas de classificação. Célula Vegetal. Histologia Vegetal. Anatomia dos órgãos vegetativos. Drogas de uso corrente na indústria farmacêutica e pela população. Conceitos gerais em farmacognosia, introdução, histórico, sua importância, objetivos e divisão. Importância dos Produtos Naturais de Origem Natural para a produção de medicamentos de origem natural e para a Industria Farmacêutica. Estudo de drogas de origem vegetal, com enfoque na extração, caracterização, propriedades farmacológicas, toxicológicas de drogas

vegetais contendo glicosídeos flavonoídicos, antraquinônicos, saponínicos, cardiotônicos, alcalóides, metilxantinas e óleos essenciais e fixos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CUTLER, D. F.; BOTHA, T.; STEVENSON, D. W. M. Anatomia vegetal: uma abordagem aplicada. Porto Alegre: Artmed, 2011.
2. SIMÕES, C.M.O.; SCHENKEL, E.P.; GOSMANN, G.; MELLO, J.C.P.; MENTZ, L.A.; PETROVICK, P.R. Farmacognosia: da planta ao medicamento. 6ª Ed. Florianópolis: UFSC, 2010.
3. SALISBURY, F. B.; ROSS, C. W. Fisiologia das plantas. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BRESINSKY, A.; KORNER, C. Tratado de Botânica de Strasburger. 36.ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
2. NABORS, M. W. Introdução a Botânica. São Paulo: Roca, 2012.
3. RAVEN, P. H.; EVERT, R. F.; EICHORN, S. E. Biologia Vegetal. 8.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
4. LORENZI, H.; MATOS, F. J. A. Plantas medicinais do Brasil. 2.ed. Nova Odessa: São Paulo, 2008.
5. SAINT-HILAIRE, A. Plantas usuais dos brasileiros. Paris: Grimbert, 2009

DISCIPLINA: TÓPICOS DE FARMACOTERAPIA E HOMEOPATIA

EMENTA: Princípios da Farmacoterapia. Farmacoterapia das interações medicamentosas e reações adversas. Farmacocinética clínica. Farmacoterapia de patologias endócrinas e metabólicas. Farmacoterapia de infecções do trato respiratório. Farmacoterapia Distúrbios do aparelho reprodutor feminino. Farmacoterapia de patologias psiquiátricas. Farmacoterapia de patologias e infecções do aparelho digestivo. Farmacoterapia em suplementos. Farmacoterapia dermatológica. Homeopatia: História e fundamentos da homeopatia. Concepção homeopática do processo saúde doença. Farmacologia homeopática. Medicamento

homeopático. Formas farmacêuticas de uso interno e externo. Farmácia homeopática. Bioterápicos. Terapia floral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BRUNTON, L.L.; LAZO, J. S.; PARKER, K. L. As bases farmacológicas da terapêutica de Goodman e Gilman. 12.ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
2. FONTES, O. L. Farmácia Homeopática Teoria e Prática. 4.ed. São Paulo: Editora Manole, 2012
3. RANG, H. P.; DALE, M. M.; RITTER, J. M.; FLOWER, R. J. Rang & Dale farmacologia. 7.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FILHO, A. R. Repertório de Homeopática. 2.ed. São Paulo: Organon, 2010.
2. DELUCIA, A. R., OLIVEIRA-FILHO, R. M. Farmacologia Integrada, 3.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2007.
3. LARINI, L. Fármacos e Medicamentos. Porto Alegre: Artmed, 2008.
4. LEE, A. Reações adversas a Medicamentos. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
5. GOLAN, D. E. A Base Fisiopatológica da Farmacoterapia. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

DISCIPLINA: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (EAD)

EMENTA: Ciência, Tecnologia e Sociedade; Sociedade da Informação e Sociedade do Conhecimento; A função dos recursos tecnológicos e a sua apropriação no tempo e espaço. Novas Tecnologias da Informação e Comunicação; Aplicações das TIC em todas as áreas do conhecimento; Aspectos sociais, éticos, legais e profissionais; Ambientes virtuais de aprendizagem (AVA); programas educativos. Evolução Social e Tecnológica; Tecnologia da Informação (TI). Sustentabilidade Verde

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. AKABANE, Getúlio K. Gestão estratégica da tecnologia da informação: conceitos, metodologias, planejamento e avaliações. São Paulo: Atlas, 2012
2. CRUZ, Tadeu. Sistemas de informações gerenciais: tecnologias da informação e as organizações do século XXI & introdução ao BPM & BPMS – introdução ao CMM-I. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2014
3. SILVA FILHO, Tecnologia da informação e gestão do conhecimento. 2.ed. São Paulo: Alínea, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CRISTO, Marco Antônio Pinheiro de. Tecnologias da informação e comunicação. Manaus: FUCAOI, 2007
2. CRUZ, Tadeu. Sistemas, organizações e métodos: estudo integrado das novas tecnologias de informação.3. ed. São Paulo: Atlas, 2010
3. FOINA, Paulo Araújo. Tecnologia da informação: planejamento e gestão. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2013
4. MARCHIORI, Marlene (Org.) Comunicação e organização: reflexões, processos e práticas. São Paulo: Difusão, 2010
5. SFEZ, Lucien. A comunicação. São Paulo: Martins, 2007.

7º PERÍODO

DISCIPLINA: BIOQUÍMICA CLÍNICA

EMENTA: Colheita de material. Importância clínica e avaliação laboratorial das proteínas séricas totais e albumina sérica, alterações nos perfis eletroforéticos de proteínas séricas, marcadores renais, hepáticos, bilirrubinas e diagnóstico de icterícias, enzimologia clínica, marcadores do metabolismo ósseo, marcadores cardíacos séricos no infarto agudo do miocárdio, diabetes mellitus, dislipidemias, alterações no metabolismo dos eletrólitos e equilíbrio ácido-base e gasometria. Automação em Bioquímica Clínica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DEVLIN, Thomas M. Manual de bioquímica com correlações clínicas. 7.ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2011.
2. GARCIA, M. A. T.; KANAAN, S. Bioquímica Clínica. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2014.
3. RICHARD A. MCPHERSON; MATHEW R. PINCUS. Diagnósticos clínicos e tratamento por métodos laboratoriais de Henry. 21.ed. São Paulo: Manole, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BURTIS, C. A.; ASHWOOD, E. R.; BRUNS, D. E. Tietz fundamentos de química clínica. 6.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
2. FERRAZ, F. C.; FEITOZA, A. C. Técnicas de segurança em laboratórios: regras e práticas. HEMUS, 2004.
3. MILLER, O.; GONÇALVES, R. R. Laboratório para o clínico. 8.ed. São Paulo: Atheneu, 2005.
4. MURRAY, R.K.; GRANNER, D.K.; RODWELL, V.W. Harper – Bioqúimica Ilustrada. 27.ed. Porto Alegre: Bookmann, 2007
5. XAVIER, R. M.; ALBUQUERQUE, G. C.; BARROS, E. Laboratório na pratica clínica: consulta rápida. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DISCIPLINA: PARASITOLOGIA CLÍNICA E URINÁLISE

EMENTA: Aspectos clínicos das principais parasitoses humanas. Orientação aos pacientes quanto à coleta de amostras para Exame Parasitológico de Fezes (EPF). Métodos diretos e indiretos para análise de fezes. Enteroparasitoses humanas intestinais e extraintestinais. Principais parâmetros para diagnóstico clínico e laboratorial de cada parasitose. Principais interferentes físicos, químicos e biológicos na avaliação parasitária. Coleta e preservação da urina. Exame físico. Densidade, odor, consistência e volume. Reação. Exame químico. Glicose, cetona, proteína. Pigmentos biliares. Sangue. Urobilinogênio. Exame microscópio do sedimento urinário. Testes laboratoriais da função renal. Achados laboratoriais das alterações do trato urinário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DEVLIN, Thomas M. Manual de bioquímica com correlações clínicas. 7.ed. São Paulo: Blucher, 2011.
2. COURA, Rodrigues. Dinâmica das doenças infecciosas e parasitárias. v.1. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 2013.
3. STRASINGER, Marjorie Schuab. Urinálise e fluidos corporais. 5.ed. São Paulo: LMP, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. NEVES, Pedro Marcos. Parasitologia humana. 12.ed. São Paulo: Atheneu, 2011/2012.
2. MUNDT, Kristy. Exame de urina e de fluidos corporais de Graff. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
3. NEVES,o Batista. Atlas didático de parasitologia. São Paulo: Atheneu, 2006.
4. ANDRIOLO, Adagmar. Função renal e exame de urina: bioquímica e fisiologia celulares. São Paulo: Savier, 2012.
5. DE, Geraldo Attilio. Parasitologia clínica: seleção de métodos e técnicas de laboratório para o diagnóstico das parasitoses. São Paulo: Atheneu, 2001.

DISCIPLINA: HEMATOLOGIA E IMUNOLOGIA CLÍNICA

EMENTA: Metodologia hematológica clássica e atual. Hematopoese. Morfologia normal das células sanguíneas. Hemoglobinas normais e anormais; Grupos sanguíneos; Hemostasia e coagulação. Eritropoese e aspectos gerais da anemia. Técnicas de obtenção de sangue. Contagem de eritrócitos, leucócitos e plaquetas: métodos automatizados e métodos manuais (câmaras e pipetas). Coloração panótica e supra-vital; corantes. Extensão e coloração. Série eritrocitária. Dosagem de hemoglobina; determinação do hematócrito; cálculo dos índices hematimétricos; alterações morfológicas dos eritrócitos; contagem de reticulócitos; Série leucocitária: fórmula leucocitária relativa e absoluta; alterações morfológicas de leucócitos; desvio a esquerda, pesquisa de células L.E, diagnóstico hematológico das leucemias. Métodos para detecção de antígenos e anticorpos e aplicações no diagnóstico

imunológico: Reações de precipitação, Reações de aglutinação, Reações de fixação de complemento, Reações de imunofluorescência Anticorpos policlonais e monoclonais, Radioimunoensaios. Técnicas imunoenzimáticas, Imunoensaios que utilizam marcadores fluorescentes e quimioluminescentes. Testes de histocompatibilidade. Imunodiagnóstico das doenças autoimunes. Diagnóstico imunológico das alergias. Distúrbios de Hipersensibilidades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. HOFFBRAND, P. A. Fundamentos de hematologia. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
2. FAILACE, Renato. Hemograma: manual de interpretação. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
3. HAMERSCHLAK, Nelson. Manual de hematologia: programa integrado de hematologia e transplante de medula óssea. São Paulo: Manole, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ROSENFELD, Ricardo. Fundamentos do hemograma: do laboratório à clínica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
2. MCPHERSON,. Diagnósticos clínicos e tratamento por métodos laboratoriais de Henry. 21. ed. São Paulo: Manole, 2012.
3. DEL, Rafael. Princípios de hematologia clínica. São Paulo: Manole, 2007.
4. FIGUEIREDO, Dayse Maria. Guia de hematologia. Sao Paulo: Manole, 2011.
5. GROTTO, Helena Zerlotti Wolf. Interpretação clínica do hemograma. Sao Paulo: Atheneu, 2009.

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO II

EMENTA: Estágio em Drogarias (aplicação dos princípios básicos de gestão de serviços farmacêuticos, atenção farmacêutica, farmacologia clínica e terapêutica); (aplicação dos princípios básicos de farmacologia geral, farmacodinâmica e farmacoepidemiologia). Familiarização com a documentação necessária para o funcionamento legal de uma drogaria bem como o conhecimento da legislação relativa ao exercício profissional. Participação dos processos de seleção de fornecedores, compra, controle de qualidade na recepção de produtos, processos de estocagem

segundo critérios específicos de armazenamento. Conhecimento das normas de comercialização dos produtos controlados pela Portaria 344 MS/SVS. Exercício de práticas da assistência farmacêutica como: avaliação de prescrições; pesquisa de prescrições médicas mais frequentes por patologia; identificação de situações mais frequentes de procura direta do consumidor às drogarias e também de consulta ao farmacêutico; orientação no ato da dispensação; acompanhamento de pacientes; análise da automedicação; coleta e registro de ocorrência de reações adversas e efeitos colaterais relativos ao uso de medicamentos, informando a autoridade sanitária local. Princípios de administração e legislação aplicados em drogarias; Suprimento de materiais e medicamentos; Padronização, Aquisição, Armazenamento, Controle de Qualidade, Controle de estoque e dispensação de medicamentos; Assistência voltada para o uso correto dos medicamentos e seus correlatos; Prevenção, Recuperação e Promoção da Saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CARVALHO, PR. R. A. CARVALHO, C. G.; TORRIANE, M. S.; SANTOS, L.; BARROS, E. C. Medicamentos de A a Z. Porto Alegre: Artmed, 2013.
2. GAHART, B. L.; NAZARENO, A. R. Medicamentos Intravenosos. 26 Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
3. CHAVES, L C. Medicamentos – Cálculos de dosagem e vias de Administração. São Paulo: Monole, 2013

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. COSTA, Edina Alves. Vigilância sanitária: proteção e defesa da saúde. São Paulo: Sobravime, 2004.
2. CRAIG, C.R.; STITZEL, R. E. Farmacologia Moderna. 6ªed. Rio de Janeiro Guanabara Koogan, 2005.
3. DEF – Dicionário de especialidades farmacêuticas. São Paulo: Editora de Publicações Científicas, última edição.
4. FARMACOPÉIAS (Brasileira, Americana, Britânica, Européia). Última edição.
5. PORTH, C. M. Fisiopatologia. 6 ed. Guanabara Koogan. 2004.

DISCIPLINA: BIOÉTICA E ASPECTOS LEGAIS DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL (EAD)

EMENTA: Introdução geral à Bioética. Bioética: origens, desenvolvimento e perspectivas. Introdução ao estudo de casos. O Principialismo. Consentimento informado, privacidade e confidencialidade. Ética e genética molecular. Os comitês de ética em pesquisa em seres humanos. Os comitês de ética hospitalar. Ética em pesquisa envolvendo seres humanos. Reprodução assistida e medicina reprodutiva. Medicina estética e futilidade. Problemas éticos da morte e do morrer. Pesquisa em animais e ética. A relação do profissional de saúde com o paciente: modelos. Normas de pesquisa em saúde (Brasil). Código de Ética do Profissional Farmacêutico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DE SÁ, A. L. Ética Profissional. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2013.
2. Código de Ética da Profissão Farmacêutica. Conselho Federal de Farmácia, 2005.
3. VALLS, A. L. M. O que é ética? 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 2012

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BELLINO, Francesco. Fundamentos da bioética: aspectos antropológicos, ontológicos e morais. São Paulo: EDUSC, 1997.
2. BONAMIGO, Elcio Luiz. Manual de bioética : teoria e prática. São Paulo: All Print, 2010.
3. COSTA, Sérgio Ibiapina Ferreira. Iniciação à bioética. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 1998.
4. MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. Curso de bioética e biodireito. São Paulo: Atlas, 2010.
5. MORI SARTI, Flávia. Ética, pesquisa e política sociais. Rio de Janeiro: Rubio, 2010.

8º PERÍODO

DISCIPLINA: FARMACOTÉCNICA E COSMETOLOGIA

EMENTA: Introdução à farmacotécnica. Considerações gerais para o desenvolvimento farmacotécnico. Boas práticas de manipulação e produção. Organização do laboratório de farmacotécnica. Legislações de interesse em farmácia magistral. Controle de qualidade na manipulação e produção. Formas farmacêuticas sólidas: pós, granulados, cápsulas e comprimidos. Formas farmacêuticas sólidas de liberação modificada. Formas farmacêuticas líquidas: soluções, emulsões e suspensões. Formas farmacêuticas semissólidas: pomadas, cremes, pastas, géis. Formas farmacêuticas de uso retal, vaginal e uretral. Formas farmacêuticas extrativas: extratos, tinturas, alcoolaturas. Introdução a cosmetologia. Estudo da cosmetologia através dos insumos e produtos utilizados para o cuidado, proteção e conservação da beleza. Características morfológicas, micro-estrutura e biologia molecular da pele, anexos e suas alterações. Desenvolvimento e tecnologia de preparo de formas cosméticas, dermatológicas e estéticas. Veículos de produtos usados para limpeza e tratamento da pele. Novas matérias primas e tendência de mercado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ALLEN JR., L. V.; POPOVICH, N. G.; ANSEL, H. C. Formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos. 9. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2013.
2. AULTON, M. E. Delineamento de formas farmacêuticas. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
3. CORRÊA, M. A. Cosmetologia: Ciência e Técnica. São Paulo: MedFarma, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DRAELOS, D. Z. Dermatologia Cosmética – Produtos e Procedimentos. São Paulo: Santos, 2012.
2. FARMACOPÉIA BRASILEIRA. 5. ed. Brasília, 2010.
3. RIBEIRO, C. Cosmetologia Aplicada a Dermoestética. 2. ed. São Paulo: Pharmabooks, 2010.
4. MAGALHAES, J. L. Tendências Tecnológicas no Setor Farmacêutico. 1ª Ed. São Paulo: Synergia, 2012.
5. ROWE, R. C.; SHESKEY, P. J.; COOK, W. G. Handbookofpharmaceuticalexcipients. 7 ed. London: The Pharmaceutical Press, 2012.

DISCIPLINA: MICROBIOLOGIA E MICOLOGIA CLÍNICA

EMENTA: Bactérias de importância clínica (estafilococos, estreptococos, cocos Gram-negativos, bacilos Gramnegativos e Gram positivos, anaeróbios, micobactérias) com enfoque na identificação laboratorial; Diagnóstico de infecções bacterianas do trato urinário, trato genital, trato respiratório, trato intestinal, sangue, sistema nervoso central e outros materiais; Teste de avaliação da suscetibilidade bacteriana aos antimicrobianos, incluindo análise dos principais mecanismos de resistência bacteriana; Vírus de importância médica; Diagnóstico laboratorial de infecções virais; Controle de qualidade no laboratório de microbiologia clínica. Micoses superficiais, cutâneas, subcutâneas e profundas. Fungos oportunistas. Colheita e conservação de material biológico para pesquisa micológica. Técnicas de pesquisa para o diagnóstico laboratorial das micoses. Estudo de macro e micromorfologia dos fungos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MEZZARI, Adelina; FUENTEFRIA, Alexandre Meneghello. Micologia no laboratório clínico. São Paulo: Manole, 2012.
2. MURRAY, P. R., ROSENTHAL, K. S., KOBAYASHI, G. S., PFALLER, M. A. Microbiologia Médica, 6.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
3. OPLUSTIL, C. P., ZOCCOLI, C. M., TOBOUTI, N. R., SINTO, S. I. Procedimentos básicos em Microbiologia Clínica, 3.ed São Paulo: Sarvier, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ADELINA MEZZARI; ALEXANDRE MENEGHELLO FUENTEFRIA. Micologia no Diagnóstico Clínico. 2.ed. São Paulo: Manole, 2012.
2. PELCZAR JR. M. J.; CHAN, E. C. S.; KRIEG, Noel R. Microbiologia: conceitos e aplicações. 2.ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2005.
3. MIMS, C.; DOCKRELL, H. M., et al. Microbiologia Médica. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
4. MINAME, Paulo S. Micologia: métodos laboratoriais de diagnóstico das micoses. São Paulo: Manole, 2003.

5. VERMELHO, A. B.; PEREIRA, A. F.; COELHO, R. R. R., et al. Práticas de microbiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

DISCIPLINA: CONTROLE DE QUALIDADE DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E COSMÉTICOS

EMENTA: Envolve conceitos gerais de boas práticas de fabricação, análise e testes microbiológicos de produtos estéreis e não estéreis. Determinações de características físicas, análises físico-químicas e químicas de matérias-primas, produtos semi-acabados e acabados. Águas na indústria farmacêutica. Análise de alimentos, medicamentos, cosméticos, de saneantes e de domissanitários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ANDRADE FILHO, Adebal de; CAMPOLINA, Délio; DIAS, Mariana Borges. Toxicologia na Prática Clínica. 2.ed. Belo horizonte: Folium, 2013.
2. GOELDNER, Francine Oliveira; CLARA, Renan Orsati. Produtos para a saúde em geral: noções básicas, acessórios, indicações de uso em farmácias e grupo de nutrientes. São Paulo: Érica, 2014
3. PINTO, Terezinha de Jesus Andreoli; KANEKO, Telma Mary; PINTO, Antonio F. Controle biológico de qualidade de produtos farmacêuticos, correlatos e cosméticos. 4.ed. São Paulo: Manole, 2015

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ANSEL, H. C.; STOKLOSA, M. J. Cálculos Farmacêuticos. 12ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
2. BERTOLINO, M. T. Gerenciamento da Qualidade na Indústria Alimentícia. Porto Alegre: Artmed, 2010.
3. CARDOSO, C. M. Z. Manual de controle de qualidade de matérias-primas vegetais. São Paulo: Pharmabooks, 2009.
4. GIL, E. S. Controle físico-químico de qualidade de medicamentos. 2ª Ed. São Paulo: Pharmabooks, 2007.

5. PINTO, T. J. A.; KANEKO, T. M.; OHARA, M. T. Controle biológico de qualidade de produtos farmacêuticos, correlatos e cosméticos. 2 ª Ed. São Paulo: Atheneu, 2003.

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO III

EMENTA: Estágio supervisionado em Farmacotécnica e Cosmetologia. Aplicação do desenvolvimento e tecnologia de preparo de formas cosméticas, dermatológicas e estéticas. Produção de Xaropes e outras formas farmacêuticas (pós, cápsulas, drágeas) a nível magistral. Veículos de produtos usados para limpeza e tratamento da pele. Novas matérias primas e tendência de mercado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ALLEN JR., L. V.; POPOVICH, N. G.; ANSEL, H. C. Formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos. 9. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2013.
2. CORRÊA, M. A. Cosmetologia: Ciência e Técnica. São Paulo: MedFarma, 2012.
3. GIL, E. S. Farmacotécnica compacta. São Paulo: Pharmabooks, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CONRADO, M. F. L.; CORDEIRO, P. P. M. CORDEIRO, P. C. C. Gestão farmacotécnica magistral. 2.ed.Santa Catarina: Basse, 2008.
2. FARMACOPÉIA BRASILEIRA. 5. ed. Brasília, 2010.
3. DESTRUTI, A. B. C. B. Noções básicas em farmacotécnica. 4.ed. São Paulo: SENAC, 2010.
4. MAGALHAES, J. L. Tendências Tecnológicas no Setor Farmacêutico. 1ª Ed. São Paulo: Synergia, 2012.
5. ROWE, R. C.; SHESKEY, P. J.; COOK, W. G. Handbookofpharmaceuticalexcipients. 7 ed. London: The Pharmaceutical Press, 2012.

DISCIPLINA: GESTÃO EM SAÚDE (EAD)

EMENTA: Histórico das políticas de saúde no Brasil. Reforma sanitária: o SUS em seus princípios. Redes de Atenção à Saúde. Modelos de Atenção à Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Organização do setor saúde no contexto atual - as políticas e as condições
de saúde da sociedade brasileira contemporânea

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. SOLHA, Raphaela Karla de Toledo. Sistema Único de Saúde: componentes, diretrizes diretrizes e políticas públicas. São Paulo: Erica, 2014.
2. SILVA, Silvio Fernandes da (Org.) Redes de atenção à saúde no SUS. 2.ed. São Paulo: Saberes, 2011
3. CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 9.ed. São Paulo: Manole, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. AGUIAR, Zenaide Neto. SUS - Sistema Único de Saúde. 2.ed. São Paulo: Martinari, 2015.
2. PAIM, Jairnilson Silva; ALMEIDA-FILHO, Naomar de. Saúde coletiva: teoria e prática. Rio de Janeiro: Medbook, 2013.
3. RODRIGUES, Paulo Henrique; SANTOS, Isabela Soares. Saúde e cidadania: uma visão histórica e comparada do SUS. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2011.
4. BURMESTER, Haino. Manual de gestão hospitalar. Rio de Janeiro: FGV, 2012
5. GONÇALVES, Ernesto Lima. Gestão hospitalar: administrando o hospital moderno. São Paulo: Saraiva, 2011.

9º PERÍODO

DISCIPLINA: CITOPATOLOGIA CLÍNICA

EMENTA: Compreende o estudo dos aspectos fisiopatológicos, diagnósticos e clínicos da citologia cérvicovaginal, líquido seminal, líquido céfalo-raquidiano, líquidos cavitários e sinovial. Aspectos morfofuncionais do sistema genital feminino. Aspectos técnicos em citologia esfoliativa do colo uterino. Citologia nas diversas fases da vida hormonal, gravidez e pósparto. Colpocitograma. Elementos citológicos normais do

esfregaço cérvico-vaginal. Microbiota vaginal normal. Aspectos citológicos de infecções específicas. Alterações inflamatórias do colo uterino e vagina. Classificações Citológicas, Sistema de Bethesda e Nomenclatura brasileira para laudos citológicos. Citologia do tecido Escamoso de colo uterino. Controle Hormonal e aspectos morfofuncionais do sistema genital masculino. Espermatocitogênese. Espermograma.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ARAÚJO, Samuel. Regis. Citologia cérvico-vaginal passo a passo. 2ª Ed. São Paulo: Dilivros, 2011.
2. MIZIARA, Elias Fernando; GAMBONI, Mercedes. Manual de citopatologia diagnóstica. São Pauo: Manole, 2012.
3. SILVA NETO, Jacinto da Costa. Citologia do trato genital feminino. Rio de Janeiro: Revinter, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CONSOLARO, Márcia Edilaine Lopes; MARIA-ENGLER, SilvyaStuchi. Citologia clínica cérvicovaginal: texto e atlas. São Paulo: Roca/Guanabara Koogan, 2012.
2. KOSS, Leopold G.; GOMPEL, Claud. Introdução à citopatologia ginecológica com correlações histológicas e clínicas. São Paulo: Roca, 2006.
3. LENT, Roberto. Cem bilhões de neurônios? Conceitos fundamentais de neurociências. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2010.
4. NEVES, Paulo Augusto. Manual Roca técnicas de laboratório: líquido cefalorraquiano. São Paulo: Roca, 2011.
5. PEREZ, Erika, Fundamentos de patologia. São Paulo: Erica, 2014.

DISCIPLINA: TOXICOLOGIA APLICADA À FARMÁCIA

EMENTA: Introdução à toxicologia; Estudos de toxicocinética e toxicodinâmica; Toxicologia Ambiental; Toxicologia Ocupacional; Toxicologia de Medicamentos; Toxicologia Social; Toxicologia de Alimentos; Toxicologia da Reprodução; Toxicologia forense; Toxicovigilância; Dopagem no Esporte; Métodos de análise empregados em toxicologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. KLAASSEN, C. D.; WATKINS III, J. B. Fundamentos de Toxicologia de Cassarett e Doull. 2.ed. Porto Alegre: Amgh, 2012.
2. OGA, S. Fundamentos de Toxicologia. 4.ed. São Paulo: Atheneu, 2014.
3. PASSAGILI, M. F. Toxicologia forense: teoria e prática. 4.ed. São Paulo: Millenium, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DIEHL, A., et al. Tratamentos farmacológicos para dependência química: da evidência científica à prática clínica. Porto Alegre: Artmed, 2010.
2. GRAFF, S. Fundamentos de toxicologia clínica. São Paulo: Atheneu, 2006.
3. OLSON, K. R. Manual de toxicologia clínica. 6.ed. Porto Alegre: Amgh, 2013.
4. SHIBAO, J. et al. Edulcorantes em alimentos: aspectos químicos, tecnológicos e toxicológicos. São Paulo: Phorte, 2009.
5. SISINNO, S. C. L.; OLIVEIRA-FILHO, E. C. Princípios de Toxicologia Ambiental. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2013

DISCIPLINA:TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

EMENTA: Fundamentos sobre planejamento e execução de projetos de pesquisa. Critérios sobre a elaboração e apresentação de monografia de Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC-I), de acordo com as normas da ABNT. Apresentação e definição dos temas a serem desenvolvidos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FACULDADE DO NORTE GOIANO. Manual para elaboração e formatação de trabalhos acadêmicos e trabalho de conclusão de curso (TCC). Porangatu, GO: FNG, 2012.
2. GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
3. SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 23ª Ed. São Paulo: Corez, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ANDRADE, Maria M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

2. BASTOS, L. R. et al. Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisas, teses, dissertações e monografias. 5ª Ed. Rio de Janeiro: LCT, 2000.
3. SANTOS, I.E. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica. 6ª ed. Niterói: Impetus, 2009.
4. MARCOPITO, L.F.; SANTOS, F.R.G. Um Guia para o Leitor de Artigos Científicos na Área de Saúde. São Paulo: Atheneu, 2006.
5. KOLLER, Silvia Helena; COUTO, Maria Clara P. de Paula; VON HOHEDORFF, Jean. Manual de produção científica. Porto Alegre: Penso, 2014

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO IV

EMENTA: Prática em Análises Clínicas, envolvendo a prática com os conteúdos teóricos desenvolvidos ao longo do curso, viabilizando o relacionamento ético-profissional e interdisciplinar nos setores de Bioquímica, Hematologia, Parasitologia, Imunologia e Microbiologia Clínica. Estágio em análises Toxicológicas abordando toxicologia forense e análise de água. Estágio em alimentos: Coleta e preparação de alimentos para análise. Metodologias usuais empregadas na determinação de carboidratos, proteínas, lipídios, minerais, fibras e vitaminas. Determinação prática do teor de umidade e cinzas. Boas práticas de fabricação (BPF's) e higiene alimentar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CECCHI, H. M. Fundamentos teóricos e práticos em análise de alimentos. 2.ed. Campinas: UNICAMP, 2011.
2. CAQUET, René. 250 exames de laboratório: prescrição e interpretação. 10.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.
3. WILLIAMSON, Nery A. Interpretação de exames laboratoriais. 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. HARMENING. DENISE M. Administração de Laboratórios – Princípios e Processos. 2.ed. São Paulo: LMP, 2009.

2. MOURA, R. DE A.; WADA, CARLOS SUEHITA; PURCHIO, ADHEMAR; VERRASTRO, ALVES, V.L.S. Gestão da qualidade: ferramentas utilizadas no contexto contemporâneo da saúde. Editora Martinari, 2009
3. NICOLL, Diana.; LU, Chuanyi Mark.; PIGNONE, Michael [et al.] Manual de exames diagnósticos. 6ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
4. MIDIO, A. F.; MARTINS, D. I. Toxicologia de Alimentos. São Paulo: Varela, 2000.
5. ANVISA. Métodos Físico-Químicos para Análise de Alimentos. IV Edição; Instituto Adolfo Lutz, Brasília; Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Ministério da Saúde, 2008.

10º PERÍODO

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

EMENTA: Elaboração de trabalho de conclusão de curso: coleta de dados, análise dos dados, elaboração do relatório final. Apresentação do trabalho de conclusão de curso. Elaboração de Artigo Científico, elaboração da apresentação para banca.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FACULDADE DO NORTE GOIANO. Manual para elaboração e formatação de trabalhos acadêmicos e trabalho de conclusão de curso (TCC). Porangatu, GO: FNG, 2012.
2. GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
3. SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 23ª Ed. São Paulo: Corez, 2012

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ANDRADE, Maria M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
2. BASTOS, L. R. et al. Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisas, teses, dissertações e monografias. 5ª Ed. Rio de Janeiro: LCT, 2000.
3. SANTOS, I.E. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica. 6ª ed. Niterói: Impetus, 2009.

4. MARCOPITO, L.F.; SANTOS, F.R.G. Um Guia para o Leitor de Artigos Científicos na Área de Saúde. 1ª Ed. São Paulo: Atheneu, 2006.
5. KOLLER, Silvia Helena; COUTO, Maria Clara P. de Paula; VON HOHEDORFF, Jean. Manual de produção científica. Porto Alegre: Penso, 2014

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO V

EMENTA: Estágio supervisionado em Farmácia Hospitalar (aplicação dos princípios básicos de gestão de serviços farmacêuticos, atenção farmacêutica, farmacologia clínica e terapêutica); (aplicação dos princípios básicos de farmacologia geral, farmacodinâmica e farmacoepidemiologia). Conhecimento das normas de comercialização dos produtos controlados pela Portaria 344 MS/SVS. Exercício de práticas da assistência farmacêutica como: avaliação de prescrições; pesquisa de prescrições médicas mais frequentes por patologia; identificação de situações mais frequentes de procura direta do consumidor às farmácias e drogarias e também de consulta ao farmacêutico; orientação no ato da dispensação; acompanhamento de pacientes; análise da automedicação; coleta e registro de ocorrência de reações adversas e efeitos colaterais relativos ao uso de medicamentos, informando a autoridade sanitária local. Participação dos processos de controle de estoques. Princípios de administração e legislação aplicados a farmácia hospitalar; Suprimento de materiais e medicamentos; Padronização, Aquisição, Armazenamento; Participação do farmacêutico nas comissões de controle infecção hospitalar; Farmacovigilância, Farmacoterapêutica e nutrição parenteral; Integração do farmacêutico à equipe multiprofissional da área de saúde; Assistência voltada para o uso correto dos medicamentos e seus correlatos; Prevenção, Recuperação e Promoção da Saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CARVALHO, PR. R. A. CARVALHO, C. G.; TORRIANE, M. S.; SANTOS, L.; BARROS, E. C. Medicamentos de A a Z. Porto Alegre: Artmed, 2013.
2. GAHART, B. L.; NAZARENO, A. R. Medicamentos Intravenosos. 26 Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

3. CHAVES, L C. Medicamentos – Cálculos de dosagem e vias de Administração. São Paulo: Monole, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. COSTA, Edina Alves. Vigilância sanitária: proteção e defesa da saúde. São Paulo: Sobravime, 2004.
2. CRAIG, C.R.; STITZEL, R. E. Farmacologia Moderna. 6ªed. Rio de Janeiro Guanabara Koogan, 2005.
3. DEF – Dicionário de especialidades farmacêuticas. São Paulo: Editora de Publicações Científicas, última edição.
4. FARMACOPÉIAS (Brasileira, Americana, Britânica, Européia). Última edição.
5. PORTH, C. M. Fisiopatologia. 6 ed. Guanabara Koogan. 2004

DISCIPLINA: DEONTOLOGIA E LEGISLAÇÃO FARMACÊUTICA

EMENTA: O exercício, âmbito e estrutura organizadora da profissão farmacêutica: Conselhos, Sindicatos e Associações. Responsabilidade civil, penal, administrativa e ética do profissional farmacêutico. Legislação aplicável à dispensação de medicamentos. Legislação aplicável à indústria farmacêutica, de alimentos, hospitais e laboratórios. Fiscalização de registros e controle de medicamentos em geral e psicotrópicos. Órgão de classe. Fiscalização profissional e sanitária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CONSELHO Federal de Farmácia. Código de Ética da profissão farmacêutica. Resolução n.º 596, de 21 de fevereiro de 2014.
2. OLIVEIRA, S. T. Tópicos em Deontologia e Legislação para Farmacêuticos. Belo Horizonte: Coopmed, 2009.
3. ZUBIOLI, A. Ética farmacêutica: deontologia, ética e direito. São Paulo: Sobravime, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ALMEIDA-MURADIAN, L. B.; PENTEADO, M. V. C. Vigilância sanitária. Tópicos sobre legislação e análise de alimentos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007
2. FORTES, P. A. C. Ética e saúde: questões éticas, deontológicas e legais. São Paulo: EPU, 2007.

3. REGO, S.; PALACIOS, M.; SIQUEIRA-BATISTA, R. Bioética para profissionais de saúde. Rio deJaneiro: Fiocruz, 2009.
4. SEGRE, M. A questão ética e a saúde humana. São Paulo: Atheneu, 2006.
5. FINKEL, R.; P., W. S. Guia de dispensação de produtos terapêuticos que não exigem prescrição. Porto Alegre: Artmed, 2007.

OPTATIVAS

DISCIPLINA: ETHICS, SUSTENTABILITY AND HUMAN RIGHTS IN BRAZIL (EAD)

EMENTA: Principles of classical ethics. Models of ethics. Applied ethics and Interdisciplinarity. Bioethics, Health and Environment. Ethics in research. Globalization and sustainability. Power and the new technologies. Ethics, Education and Culture. Human rights and Human dignity. Economic and politics ethics. Management and entrepreneurship.

BASIC BIBLIOGRAPHY

1. BENHABIB, Seyla. Dignity in adversity: human rights in troubled times. Cambridge: Polity Press, 2011
2. BOERSEMA, David. Philosophy of human rights: theory and practice. Colorado: Westview Press, 2011
3. HARARI, Yuval Noah. Homo Deus: a brief history of tomorrow. London: Random House, 2017.

COMPLEMENTARY BIBLIOGRAPHY

1. CLAPHAM, Andrew. Human rights: a very short introduction. Oxford: Oxford Uk, 2007
2. DRESNER, Simon. Thi principles of sustainability. New York: Routledge, 2008
3. HOLSTON, James. Insurgent citizenship: disjunctions of democracy and modernity in Brazil. New Jersey: Princeton University Press, 2009
1. SANTOS, Boaventura de Sousa. Human rights: a fragile hegemony. IN.: CREPEAU, Françoisande Sheppard. Human rights and diverse societies: challenges and possibilities. Newcastle: Cambrigde Schlars Publishing, 2013
2. SHAFER-LANDAU, Russ. The fundamentals ethics. Oxford: Oxfor Uk, 2011

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO EM SAÚDE E PROCESSOS PEDAGÓGICOS (EAD)

EMENTA: Concepção de educação em saúde e o processo de ensino-aprendizagem, a partir das perspectivas educacionais. Análise da evolução histórica da educação em saúde, seus modelos e práticas. Representações sociais e estratégicas educacionais para a promoção da saúde numa visão holística. O farmacêutico como agente de mudança no processo de educação em saúde. Técnicas e criatividades para promoção da educação em saúde no contexto socioambiental. Estratégias pedagógicas na execução das diversas técnicas de ensino e orientação. A internet como recurso para aprendizagem, por meio de redes sociais. Tecnologia e pesquisa científica: plataformas educacionais, portais de periódicos e bibliotecas digitais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida de.Ensinando a cuidar em saúde pública. 3ºEd, 2009/2013.

2. LEITE, Maria Madalena Januário; PRADO, Claúdia; PERES, Heloisa Helena Ciqueto. Educação em saúde: desafios para uma prática inovadora. São Paulo: Difusão, 2017 (Série Educação em Saúde)

3. GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e cultura política. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GARCIA, Maria Lúcia Bueno. Manual de saúde da família. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015

2. ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia; COLOMBER, Teresa [et.al.] Didática geral. São Paulo: Penso, 2016.

3. BEHRENS, Marilda Aparecida. Conexão paradigmática da saúde e educação: desafio do reencontro possível, In: ATOSO, Elizete Lúcia Moreira; TORRES, Patrícia Lupion

4. Teoria e prática na pedagogia hospitalar: novos cenários, novos desáfios. 2ª Ed. Curitiba: Champagnat, 2011.

5. LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê? 4ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

DISCIPLINA: EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO (EAD)

EMENTA: Empreendedorismo: características; oportunidades; desenvolvimento de atitudes empreendedoras. Novos paradigmas. Administração do crescimento da empresa. Prospecção Empresarial. Plano de Negócios. Inovação e Criatividade. Modelagem Organizacional. Pesquisa de Mercado. Técnicas de Vendas. Técnicas de Negociação. Qualidade. Formação de Preços. Ferramentas Gerenciais. Marco Legal de Empresas. Linhas de Financiamento. Empreendedorismo Sustentável.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DORNELAS, José. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014
2. DRUCKER, Peter Ferdinand. Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): práticas e princípios. São Paulo: Cengage Learning, 2011
3. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Empreendedorismo: vocação, capacitação e atuação direcionadas para o plano de negócios. São Paulo: Atlas, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BERNARDI, Luiz Antonio. Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas. São Paulo: Atlas, 2010.
2. CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. 4.ed. São Paulo: Manole, 2012.
3. HASHIMOTO, Marcos. Espírito empreendedor nas organizações: aumentando a competitividade através do intra-empreendedorismo. São Paulo: Saraiva, 2006.
4. HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. Empreendedorismo. 9.ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.
5. SEIFFERT, Peter Quadros. Empreendendo novos negócios em corporações: estratégias, processo e melhores práticas. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

DISCIPLINA: ENGLISH FOR THE JOB MARKET (EAD)

EMENTA: Development of communication skills in English with emphasis on disciplines focused on the work market. Focus on the vocabulary of the area. Coaching activities.

BASIC BIBLIOGRAPHY

1. MURPHY, Raymond. Essential grammar in use com respostas. (Gramática básica da língua inglesa). 2.ed. São Paulo: Martins, 2010.
2. SOUZA, Adriana Grade Fiori; ABSY, Conceição A.; COSTA, Gisele C. da. [et al.] Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental. 2.ed. São Paulo: Disal, 2010.
3. SWICK, Ed. A prática leva à perfeição: gramática prática da língua inglesa para estudantes de inglês (nível básico). Rio de Janeiro: Alta Books, 2012.

COMPLEMENTARY BIBLIOGRAPHY

1. COLLINS, W & Son. Dicionário Português-Inglês / Inglês-Português. São Paulo: Siciliano, 2011.
2. DAVIES, Ben Parry. O ABC do inglês: nível intermediário. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
3. IGREJA, José Roberto A. Como se diz em inglês? Termos coloquiais, expressões comuns e curiosidades da língua inglesa. São Paulo: Disal, 2010.
4. SANTOS, Denise. Ensino de língua inglesa: focos em estratégias. São Paulo: Disal, 2012.
5. SILVA, Andrea Stahel M. da. Passaporte: guia de conversação (inglês). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

DISCIPLINA: LÍNGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS (EAD)

EMENTA: Introdução: aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. A Língua de Sinais brasileira – Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audiovisuais; Noções de variação. Praticas Libras: desenvolver a expressão visual-espacial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.
2. QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.
3. PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; CHOI, Daniel; VIEIRA, Maria Inês; GASPAR, Priscila; [et al.]. Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CARVALHO, RositaEdler. A nova LDB e a educação especial. 4.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2007.
2. CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURICIO, Alice Cristina L. Novo dicionário deit-Libras: sinais de A a Z. 2vols. 3.ed. São Paulo: EDUSP, 2013.
3. HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais desvendando a comunicação usadas pelas pessoas com surdez. v.1. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.
4. _____. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais desvendando a comunicação usadas pelas pessoas com surdez. v.2. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.
5. QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DISCIPLINA: RESPONSABILIDADE SOCIAMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE (EAD)

EMENTA: Visão histórica e os conceitos ambientais. O paradigma do Desenvolvimento Sustentável. A inovação e a responsabilidade socioambiental como estratégia de competitividade. Políticas públicas e responsabilidade socioambiental. A preservação do meio ambiente e recursos naturais da Amazônia. Educação ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. PAPINI, Solange. Vigilância em saúde ambiental: uma nova área da ecologia. Rio de Janeiro: Atheneu, 2012
2. PHILLIPI JR, Arlindo. Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. 3. Ed. São Paulo: Manole, 2013
3. SOLHA, Raphaela Karla de toledo; CALLEGUILLOS, Tatiana Gabriela Brassea. Vigilância em saúde ambiental e sanitária. São Paulo: Érica, 2015 (Série Eixos. Ambiente e Saúde)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DIAS, Genebaldo. Educação ambiental: princípios e práticas. 9.ed. São Paulo: Gaia, 2010
2. MIRANDA, Sonia Maria Rezende Camargo de; MALAGUTTI, Willian. Educação em saúde. São Paulo, 2010
3. MEDRONHO, Roberto Andrade. Epidemiologia. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2011.
4. PHILLIPI JR, Arlindo; PELICONI, Maria Cecília Focesi. Educação ambiental e sustentabilidade. 2.ed. São Paulo: Manole, 2014
5. RICKLEFS, Robert E. A economia da natureza. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012

DISCIPLINA: SAÚDE DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS, RIBEIRINHAS E ÉTNICO-RACIAIS (EAD)

EMENTA: Política Nacional de Saúde dos Povos Indígenas. Subsistema de Saúde Indígena. Etnias: suas organizações, hábitos, crenças e costumes. Conceitos básicos para compreensão da cultura e das práticas de saúde e cura dos povos indígenas e amazônicos. Morbimortalidade e transição epidemiológica. Práticas sanitárias dos profissionais de saúde. Educação para as relações étnico-raciais. Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Cultura afro-brasileira e indígena. Políticas de Ações Afirmativas e Discriminação Positiva – a questão das cotas. Trabalho, produtividade e diversidade cultural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BARROS, Sônia; CAMPOS, Paulo Fernando de Souza; FERNANDES, João José Santos. Atenção à saúde das populações vulneráveis. São Paulo: Manole, 2014 (Série Enfermagem e Saúde).
2. PAIXÃO, Marcelo. 500 anos de solidão: ensaios sobre as desigualdades raciais no Brasil. Curitiba: Appris, 2013.
3. TEIXEIRA, Carla Costa; CARNEIRO, Luiza (Orgs.) Saúde indígena em perspectiva: explorando suas matrizes históricas e ideológicas. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Lei Arouca: a Funasa nos 10 anos de saúde indígena. Brasília: Funasa, 2009 http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/files_mf/livro-lei-arouca-10anos.pdf
2. GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia. Saúde indígena: uma introdução ao tema. Brasília: MEC/SECADI, 2012 http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_indigena_uma_introducao_tema.pdf
3. BRASIL. Política Nacional de atenção à saúde dos povos indígenas. 2.ed. Brasília: Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde, 2002 http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf
4. BATISTA, Luis Eduardo; WERNECK, Jurema; LOPES, Fernanda (Orgs.) Saúde da população negra. Rio de Janeiro: Depetrus, 2012
5. SOUZA, Elias Brasilino de. Cidadania indígena, políticas públicas e desafios da sustentabilidade no Alto Rio Negro. Manaus: EDUA, 2012

DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS I (EAD)

EMENTA: Componente curricular que articula formação científica e profissional na atuação do profissional farmacêutico em medicamentos, planejado a cada semestre, visando favorecer o aperfeiçoamento de conhecimentos, competências e habilidades desenvolvidos em períodos anteriores, levando o estudante a pensar criticamente sobre os conteúdos estudados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BRUNTON, L.L.; LAZO, J. S.; PARKER, K. L. As bases farmacológicas da terapêutica de Goodman e Gilman. 12.ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
2. DIEHL, A. Tratamentos farmacológicos para dependência química: da evidência científica à prática clínica. Porto Alegre: Artmed, 2010
3. OBRELI, P. R.; BALDONI, A. O.; GUIDONI, C. N. Farmacoterapia – Guia Terapêutico de Doenças Mais Prevalentes. São Paulo: Pharmabooks, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DADER, M. J. F.; MARTÍNEZ, F. M.; MUNOZ, P. A. Atenção Farmacêutica – Conceitos, Processos e Casos Práticos. São Paulo: RCN, 2008.
2. LACY, C. F.; ARMSTRONG, L. L.; GOLDMAN, M. P.; LANCA, L. L. Medicamento: uma fonte abrangente para médicos e profissionais da saúde. São Paulo: Manole, 2009.
3. OLIVEIRA, M. A.; BERMUDEZ, J. A. Z.; OSÓRIO-DE-CASTRO, C. G. S. Assistência Farmacêutica e Acesso a Medicamentos. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2007.
4. GOODMAN & GILMAN. As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
5. PENILDON, SILVA. Farmacologia. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012

DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS II (EAD)

EMENTA: Componente curricular que articula formação científica e profissional na atuação do profissional farmacêutico em análises clínicas, biologia molecular e alimentos, planejado a cada semestre, visando favorecer o aperfeiçoamento de conhecimentos, competências e habilidades desenvolvidos em períodos anteriores, levando o estudante a pensar criticamente sobre os conteúdos estudados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GARCIA, M. A. T.; KANAAN, S. Bioquímica Clínica. 2ª Ed. São Paulo: Atheneu, 2014.
2. COX, M.M.; DOUDNA, J.A.; O´DONNELL, M. Biologia molecular: princípios e técnicas. Porto Alegre: Artmed, 2012.

3. PASTORE, G. M. B.; J. L.; MARÓSTICA JUNIOR, M. R. Biotecnologia de Alimentos: Princípios e Aplicações. Vol. 12. 1ª Ed. São Paulo: Atheneu, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BURTIS, C. A.; ASHWOOD, E. R.; BRUNS, D. E. Tietz fundamentos de química clínica. 6ª Ed.. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
2. CHANDAR, N.; VISELLI, S. Biologia celular e molecular ilustrada. Porto Alegre: Artmed, 2011.
3. JUNQUEIRA, L.C.; CARNEIRO, J.Biologia Celular e Molecular. 9ª ed. Rio de Janeiro: GuanabaraKoogan, 2012.
4. ANVISA. Métodos Físico-Químicos para Análise de Alimentos. IV Edição; Instituto Adolfo Lutz, Brasília; Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Ministério da Saúde, 2008.
5. GAVA, A. J. Tecnologia de Alimentos: Princípios e Aplicações. São Paulo: Nobel, 2009.

1.5 CONTEÚDO CURRICULARES

1.5.1 Relação das Disciplinas da Matriz com os Conteúdos Curriculares Exigidos nas DCNs.

A formação em Farmácia requer conhecimentos e o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes, abrangendo, além de pesquisa, gestão e empreendedorismo, as seguintes ciências, de forma integrada e interdisciplinar:

I - Ciências Humanas e sociais aplicadas, ética e bioética, integrando a compreensão dos

determinantes sociais da saúde, que consideram os fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, de gênero e de orientação sexual, étnico-raciais, psicológicos e comportamentais, ambientais, do processo saúde-doença do indivíduo e da população;

Os componentes curriculares da matriz que irão contemplar os conhecimentos de **Ciências Humanas e sociais aplicadas serão:** Sociologia e Antropologia (EAD) (88h), Leitura, Interpretação e Produção Textual (EAD) (88h), Ethics, Sustentability and Human Rights in Brazil (Optativa) (88h), English for the Job Market (Optativa) (88h), Empreendedorismo e Inovação (Optativa) (88h) e Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (Optativa) (88h).

II - Ciências Exatas, contemplando os campos das ciências químicas, físicas, matemáticas,

estatísticas e de tecnologia de informação, que compreendem seus domínios teóricos e práticos, aplicados às ciências farmacêuticas. Os componentes curriculares da matriz que irão contemplar os conhecimentos de **Ciências Exatas serão:** Química Geral (66h), Físico-Química (66h), Química Orgânica (66h), Química Analítica (66h), Metodologia do Trabalho Científico (EAD) (88h), Tecnologia da Informação e Comunicação (EAD) (88h).

III - Ciências Biológicas, contemplando as bases moleculares e celulares, a organização estrutural de protistas, fungos e vegetais de interesse farmacêutico, os processos fisiológicos, patológicos e fisiopatológicos da estrutura e da função dos tecidos, dos órgãos, dos sistemas e dos aparelhos, e o estudo de agentes infecciosos e parasitários, dos fatores de risco e de proteção para o desenvolvimento de doenças, aplicadas à prática, dentro dos ciclos de vida; Os componentes curriculares da matriz que irão contemplar os conhecimentos de **Ciências Biológicas serão:** Funções Biológicas (66h), Aspectos Morfofuncionais (66h), Biologia Tecidual e do Desenvolvimento Humano (66h), Processos Patológicos (66h), Mecanismo de Agressão e Defesa (66h) e Fundamentos de Bioquímica e Metabolismo (66h).

IV - Ciências da Saúde, contemplando o campo da saúde coletiva, a organização e a gestão de pessoas, de serviços e do sistema de saúde, programas e indicadores de qualidade e segurança dos serviços, políticas de saúde, legislação sanitária, bem como epidemiologia, comunicação, educação em saúde, práticas integrativas e complementares, que considerem a determinação social do processo saúde-doença. Os componentes curriculares da matriz que irão contemplar os conhecimentos de **Ciências da Saúde serão:** Práticas Profissionais em Saúde Coletiva I (66h), Práticas Profissionais em Saúde Coletiva II (66h), Gestão em Saúde (EAD) (88h), Psicologia em Saúde (EAD) (88h), Educação em Saúde e Processos Pedagógicos (Optativa) (88h), Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade (Optativa) (88h) e Saúde das Populações Indígenas, Ribeirinhas e Étnico-Raciais (Optativa) (88h).

V - Ciências Farmacêuticas, que contemplam:

a) assistência farmacêutica, serviços farmacêuticos, farmacoepidemiologia, farmacoeconomia, farmacovigilância, hemovigilância e tecnovigilância, em todos os níveis de atenção à saúde;

b) farmacologia, farmacologia clínica, semiologia farmacêutica, terapias farmacológicas e não farmacológicas, farmácia clínica, toxicologia, serviços clínico-farmacêuticos e procedimentos dirigidos ao paciente, família e comunidade, cuidados farmacêuticos e segurança do paciente;

c) química farmacêutica e medicinal, farmacognosia, química de produtos naturais, fitoterapia e homeopatia;

d) farmacotécnica, tecnologia farmacêutica e processos e operações farmacêuticas, magistrais e industriais, aplicadas a fármacos e medicamentos alopáticos, homeopáticos, fitoterápicos, cosméticos, radiofármacos, alimentos e outros produtos para a saúde, planejamento e desenvolvimento de insumos, de fármacos, de medicamentos e de cosméticos;

e) controle e garantia da qualidade de produtos, processos e serviços farmacêuticos;

f) deontologia, legislação sanitária e profissional;

g) análises clínicas, contemplando o domínio de processos e técnicas de áreas como microbiologia clínica, botânica aplicada, imunologia clínica, bioquímica clínica, hematologia clínica, parasitologia clínica e citopatologia clínica;

h) genética e biologia molecular;

i) análises toxicológicas, compreendendo o domínio dos processos e técnicas das diversas áreas da toxicologia;

j) gestão de serviços farmacêuticos;

k) farmácia hospitalar, farmácia em oncologia e terapia nutricional;

l)análises de água, de alimentos, de medicamentos, de cosméticos, de saneantes e de

domissanitários;

m) pesquisa e desenvolvimento para a inovação, a produção, a avaliação, o controle e a garantia da qualidade de insumos, fármacos, medicamentos, cosméticos, saneantes, domissanitários, insumos e produtos biotecnológicos, biofármacos, biomedicamentos, imunobiológicos, hemocomponentes, hemoderivados, e de outros produtos biotecnológicos e biológicos, além daqueles obtidos por processos de farmacogenética e farmacogenômica, insumos e equipamentos para diagnóstico clínico-laboratorial, genético e toxicológico, alimentos, reagentes químicos e bioquímicos, produtos para diagnóstico in vitro e outros relacionados à saúde, bem como os seus aspectos regulatórios;

n) pesquisa e desenvolvimento para a inovação, produção, avaliação, controle e garantia da

qualidade e aspectos regulatórios em processos e serviços de assistência farmacêutica e de atenção à saúde;

o)gestão e empreendedorismo, que contemplam:

1. projetos e processos;
2. empreendimentos farmacêuticos;
3. assistência farmacêutica e estabelecimentos de saúde;
4. serviços farmacêuticos.

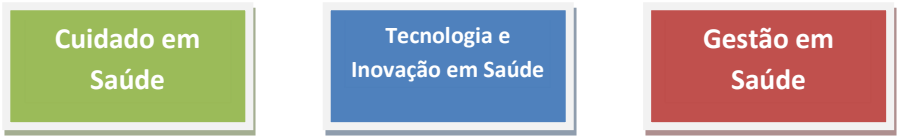
Os componentes curriculares da matriz que irão contemplar os conhecimentos de **Ciências Farmacêuticas serão:** Práticas Farmacêuticas (66h),Bases Farmacológicas (66h), Farmacologia Clínica (66h), Atenção e Assistência Farmacêutica (66h), Farmácia Clínica e Hospitalar (66h), Farmacobotânica e Farmacognosia (66h),Tópicos de Farmacoterapia e Homeopatia (66h), Bioquímica Clínica (66h), Parasitologia Clínica e Urinálise (66h), Hematologia e Imunologia Clínica (66h),Microbiologia e Micologia Clínica (66h), Citopatologia Clínica (66h),Toxicologia Aplicada a Farmácia (66h), Química Farmacêutica e Medicinal (66h), Análise de Alimentos e Bromatologia (66h),Tecnologia de Alimentos (66h), Tecnologia

Farmacêutica (66h),Farmacotécnica e Cosmetologia (66h),Controle de Qualidade de Produtos Farmacêuticos e Cosméticos(66h), Trabalho de Conclusão de Curso I(66h), Trabalho de Conclusão de Curso II(66h), Tópicos Especiais I (Optativa) (88h), Tópicos Especiais II (Optativa) (88h), Deontologia e Legislação em Farmácia (66h), Epidemiologia e Bioestatística (EAD) (88h) e Bioética e Aspectos Legais do Exercício Profissional (EAD) (88h).

Adotando o regime de semestralidade, a estrutura curricular compreendida como uma matriz de conhecimentos, aponta para três eixos articulados entre si:

I) Cuidado em Saúde;
II) Tecnologia e Inovação em Saúde;
III) Gestão em Saúde.

Vale ressaltar que esses três eixos e os conteúdos curriculares que os mesmos ensejam estão organizados na perspectiva da formação de uma unidade que se consolida ao final no perfil do egresso.



1º período	2° período	3º período	4º período	5º período	6º período	7º período	8º período	9° período	10° período
Funções Biológicas	Processos Patológicos	Química Geral	Química Orgânica	Farmacologia Clínica	Tecnologia Farmacêutica	Bioquímica Clínica	Farmacotécnica e Cosmetologia	Citopatologia Clínica	Trabalho de Conclusão de Curso II
Aspectos Morfofuncionais	Mecanismo de Agressão e Defesa	Físico-Química	Química Analítica	Química Farmacêutica e Medicinal	Farmácia Clínica e Hospitalar	Parasitologia e Urinálise Clínica	Microbiologia Clínica	Toxicologia Aplicada a Farmácia	Deontologia e Legislação em Farmácia
Práticas Profissionais em Saúde Coletiva I	Práticas Profissionais em Saúde Coletiva II	Práticas Farmacêuticas	Bases Farmacológicas	Atenção e Assistência Farmacêutica	Farmacobotânica e Farmacognosia	Hematologia e Imunologia Clínica	Controle de Qualidade de Produtos Farmacêuticos e Cosméticos	Trabalho de Conclusão de Curso I	Optativa II (EAD)
Biologia Tecidual e do Desenvolvimento Humano	Fundamentos de Bioquímica e Metabolismo	Estágio Supervisionado Obrigatório I	Análise de Alimentos e Bromatologia	Tecnologia de Alimentos	Tópicos de Farmacoterapia e Homeopatia	Estágio Supervisionado Obrigatório II	Estágio Supervisionado Obrigatório III	Optativa I (EAD)	Estágio Supervisionado Obrigatório V

Leitura, Interpretação e Produção Textual (EAD)	Metodologia do Trabalho Científico (EAD)	Sociologia e Antropologia (EAD)	Psicologia em Saúde (EAD)	Epidemiologia e Bioestatística (EAD)	Tecnologia da Informação e Comunicação (EAD)	Bioética e Aspectos Legais do Exercício Profissional (EAD)	Gestão em Saúde (EAD)	Estágio Supervisionado Obrigatório IV	

Todos os elementos presentes foram organizados observando a correta proposição em carga horária teórica e prática e ainda com bibliografia atualizada privilegiando títulos com edições dos últimos três anos, sempre que possível.

A bibliografia básica e complementar presente no ementário do curso foi indicada pelos professores das respectivas disciplinas – especialistas da área, observando a pertinência da mesma e a adequada relação entre o que indica a ementa das unidades curriculares.

Ressaltamos que os conteúdos curriculares de **educação ambiental, educação étnico-racial, de direitos humanos, artístico cultural, memória cultural e patrimônio cultural** serão abordados de maneira transversal e interdisciplinar a partir de projetos de trabalhos organizados e desenvolvidos a partir da integração das disciplinas.

Além dos componentes curriculares obrigatórios (disciplinas, atividades complementares e práticas profissionais), são ofertadas disciplinas optativas, atendendo à parte flexível do currículo, com o objetivo de possibilitar ao estudante selecionar disciplinas que atendam a seus interesses e ampliem os conhecimentos, contribuindo para o desenvolvimento de sua autonomia. Todos os elementos presentes foram organizados observando a correta proposição em carga horária teórica e prática e ainda com bibliografia atualizada privilegiando títulos com edições dos últimos três anos, sempre que possível.

Consideramos ainda que a Estrutura Curricular deverá compreender as competências profissionais, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do graduado. Portanto, a estrutura curricular do curso é:

Perfil do egresso (Eixos de formação e os conteúdos curriculares da diretriz)	Estrutura curricular (disciplinas da matriz que atendem os conteúdos curriculares da diretriz)	Contexto educacional (demandas do curso)
EIXO I CUIDADO EM SAÚDE	Funções Biológicas (66h), Aspectos Morfofuncionais (66h), Práticas Profissionais em Saúde Coletiva I (66h), Biologia Tecidual e do Desenvolvimento Humano (66h), Processos Patológicos (66h), Mecanismo de Agressão e Defesa (66h), Práticas Profissionais em Saúde Coletiva II (66h), Fundamentos de Bioquímica e Metabolismo (66h), Práticas Farmacêuticas (66h), Sociologia e Antropologia (EAD) (88h), Bases Farmacológicas (66h), Farmacologia Clínica (66h), Atenção e Assistência Farmacêutica (66h), Epidemiologia e Bioestatística (EAD) (66h), Farmácia Clínica e Hospitalar (66h), Farmacobotânica e Farmacognosia (66h), Tópicos de Farmacoterapia e Homeopatia (66h), Bioquímica Clínica (66h), Parasitologia Clínica e Urinálise (66h), Hematologia e Imunologia Clínica (66h), Microbiologia e Micologia Clínica (66h), Citopatologia Clínica (66h), Toxicologia Aplicada a Farmácia (66h)	O conjunto de ações e de serviços ofertados ao indivíduo, à família e à comunidade, que considera a autonomia do ser humano, a sua singularidade e o contexto real em que vive, sendo realizado por meio de atividades de promoção, proteção e recuperação da saúde, além da prevenção de doenças, e que possibilite às pessoas viverem melhor.
EIXO II TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE	Leitura, Interpretação e Produção Textual (EAD) (88h), Metodologia do Trabalho Científico (EAD) (88h), Química Geral (66h), Físico-Química (66h), Química Orgânica (66h), Química Analítica (66h), Análise de Alimentos e Bromatologia (66h), Química Farmacêutica e Medicinal (66h), Tecnologia de Alimentos (66h), Tecnologia Farmacêutica (66h),Tecnologia da Informação e Comunicação (EAD) (88h), Farmacotécnica e Cosmetologia (66h), Controle de Qualidade de Produtos Farmacêuticos e Cosméticos (66h), Trabalho de Conclusão de Curso I (66h), Trabalho de Conclusão de Curso II (66h), Optativa I (EAD) (88h) e Optativa II (EAD) (88h)	O conjunto organizado de todos os conhecimentos científicos, empíricos ou intuitivos, empregados na pesquisa, no desenvolvimento, na produção, na qualidade e na provisão de bens e serviços; a inovação em saúde, por sua vez, diz respeito à solução de problemas tecnológicos, compreendendo a introdução ou melhoria de processos, produtos, estratégias ou serviços, tendo repercussão positiva na saúde individual e coletiva.
EIXO III GESTÃO EM SAÚDE	Gestão em Saúde (EAD) (88h), Bioética e Aspectos Legais do Exercício Profissional (EAD) (88h), Psicologia em Saúde (EAD) (88h) e	Processo técnico, político e social, capaz de integrar recursos e ações para a produção de resultados.

Perfil do egresso (Eixos de formação e os conteúdos curriculares da diretriz)	Estrutura curricular (disciplinas da matriz que atendem os conteúdos curriculares da diretriz)	Contexto educacional (demandas do curso)
	Deontologia e Legislação em Farmácia (66h)	
ESTÁGIOS	Estágio Supervisionado Obrigatório I (88h), Estágio Supervisionado Obrigatório II (110h), Estágio Supervisionado Obrigatório III (132h), Estágio Supervisionado Obrigatório IV (242h) e Estágio Supervisionado Obrigatório V (242h)	Alinhados com todo o processo de saúde-doença do indivíduo, da família e da comunidade; com a realidade epidemiológica, socioeconômica, cultural e profissional, proporcionando a integralidade das ações de Cuidado em Saúde, Tecnologia e Inovação em Saúde e Gestão em Saúde.

1.6 METODOLOGIA

1.6.1 Metodologia de Ensino da Educação a Distância e sua Acessibilidade

A IES busca desenvolver os talentos e competências de seus estudantes para que se tornem profissionais éticos, críticos, empreendedores e comprometidos com o desenvolvimento social e ambiental. Para que esse objetivo seja atingido, incorpora as premissas apontadas pela Unesco como norteadoras da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser e apoia-se no referencial cognitivista das teorias de aprendizagem para fundamentar suas ações pedagógicas. Os novos conhecimentos são, pois, construídos por meio da relação estabelecida entre o novo conhecimento e o pré-existente.

É esse movimento que torna a aprendizagem significativa. Quanto mais os novos conceitos se relacionam, de maneira substancial e não arbitrária, com aqueles que já estão na estrutura cognitiva do indivíduo, mais significativa é a aprendizagem. O que torna necessária a atenção do docente em relação ao levantamento de conhecimentos prévios, que são sempre o ponto de partida para a aprendizagem, já que as informações a que o estudante é exposto devem sempre adquirir significado para serem incorporadas a um repertório já existente.

Nesse contexto, a Educação a Distância – EaD surgiu como uma experiência de aprendizagem flexível, dinâmica e conectada, que permite utilizar multimeios de aprendizagem e recursos de interação, tratando-se de um aprendizado colaborativo e conectado com o conhecimento em rede. A concepção para modalidade EaD adotada pela Instituição é coerente com as bases legais, e encontra-se em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI), resultando da construção de um processo educativo fortemente baseado em novas tecnologias e metodologias apoiadas na modalidade web-based.

No modelo web-based o processo educativo é realizado com base na aprendizagem colaborativa e significativa mediada por docentes e tutores, por meio das TICs. O objetivo é proporcionar uma relação de aprendizagem que supere as dimensões de espaço/tempo e que desenvolva competências, habilidades e atitudes necessárias para a formação dos futuros profissionais. Com base nessa concepção foram estruturadas as metodologias de planejamento, design e acompanhamento de atividades de aprendizagem, tendo como valores essenciais a autonomia do estudante para estudar e o exercício constante de articulação entre teoria e prática, currículo e vida profissional.

É entendimento institucional que a melhor forma de garantir a qualidade dos processos pedagógicos depende de uma metodologia que sirva de referência para a construção paulatina de recursos de ensino e de aprendizagem. Alinhada com esse pressuposto, na Instituição a modalidade a distância está alicerçada nos seguintes pilares pedagógicos:

- **Estudo Individualizado**: apoiado no conjunto de materiais didáticos que permitem ao estudante ter acesso aos fundamentos necessários para pesquisar, estudar e resolver problemas com autonomia, tendo seu ritmo de aprendizagem respeitado;
- **Estudo Mediado:** a interação entre estudantes, docentes e tutores auxilia no processo de aprendizagem com trocas síncronas e assíncronas; Estudo Colaborativo: a interação e socialização de conhecimentos construídos nas disciplinas permitem uma troca constante entre estudantes, docentes e tutores;

• **Estudo Mobile:** dispositivos móveis ampliam as oportunidades de participação e interação na construção do conhecimento e, consequentemente, melhores resultados de aprendizagem e de pesquisa.

A metodologia apresentada ao estudante tem por característica principal a proximidade estrutural das disciplinas ofertadas no cotidiano presencial. Dessa feita, não há diversificação ou diferenças substanciais que possam causar estranheza por parte do estudante ao cursar tais disciplinas. O planejamento das atividades e experiências de aprendizagem que coloca o estudante no centro do processo de aprendizagem e utiliza a aprendizagem ativa não pode prescindir do uso de tecnologias. Nessa perspectiva são utilizadas inúmeras estratégias, adequadas ao desenvolvimento de profissionais das mais diferentes áreas, propiciando uma experiência segura e sobretudo, mais próxima da realidade.

A aprendizagem ativa implica ainda o desenvolvimento de atividades práticas realizadas nos laboratórios, oficinas, cozinhas e outros ambientes de experimentação, totalmente equipados com o que há de mais atual para cada curso. Neles os estudantes, com supervisão dos docentes especialistas, poderão desenvolver atividades práticas que garantam que os objetivos de aprendizagem sejam alcançados. Essas perspectivas teóricas sobre aprendizagem se concretizam a partir do desenho do currículo de cada curso, que começam sempre a partir de um conjunto de competências que os profissionais egressos devem apresentar. Uma vez definidos os objetivos de aprendizagem do curso, passa-se a desenvolver os objetivos de cada disciplina, alinhando-os sempre com as competências finais e exprimindo-os em comportamentos, habilidades e atitudes observáveis e mensuráveis.

Tendo-se clareza de onde se quer chegar, o momento seguinte é desenvolver as avaliações necessárias para verificar o domínio de conhecimentos e habilidades. As metodologias ativas combinadas a diferentes esforços de diferentes áreas e setores da Instituição, permitem que se garanta a acessibilidade em sua magnitude, compreendendo a eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas/metodológicas, atitudinais, comunicações e digitais.

Dentre as principais metodologias de ensino adotadas pela instituição destacamos: Estudo dirigido e exercícios de fixação; Mapas mentais e conceituais;

Estudos de casos; Treino de Habilidades; Simulação; Práticas laboratoriais ativas com uso de estações de aprendizagem; Problematização; Aprendizagem baseada em problemas (ABP), dentre outras.

Tendo em vista a necessidade de atender aos requisitos da formação acadêmica, os estudantes participarão de experiências de articulação entre teoria e prática referentes aos conhecimentos específicos da área em atividades laboratoriais desenvolvidas internamente e estendem-se para as atividades de visitas técnicas e oficinas pedagógicas, além de estágio curricular supervisionado em campo de atividade profissional.

• As aulas práticas de laboratório, as visitas técnicas, as oficinas pedagógicas, serão realizadas no pólo EAD sob tutoria e o estágio supervisionado, monitorado em campo por docentes e/ou supervisores que realizam o acompanhamento dos estudantes na realização das atividades e as orientações de Estágio e TCC ocorrerão no pólo EAD sob tutoria. Sendo, portanto, assim definidas:

• Aulas Práticas de Laboratório: realizam-se preferencialmente nos laboratórios, nas instalações da IES e atendem a diferentes componentes curriculares, sobretudo das disciplinas específicas do curso;

• Visitas Técnicas: consistem no propósito de levar o estudante ao local de uma atividade profissional relacionada à sua formação, para que o mesmo possa aprofundar sua percepção sobre as rotinas profissionais a partir do conhecimento teórico obtido em sala de aula, desenvolvendo estudos, análises e avaliações;

• Oficinas Pedagógicas: são atividades de ensino e aprendizagem realizadas em ambientes destinados ao desenvolvimento das aptidões e habilidades, mediante atividades orientadas por docentes capacitados ou profissionais convidados. Nestas oficinas deverão estar disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino ou aprendizagem, nas diversas modalidades do desempenho profissional, podendo ocorrer em espaços da instituição ou fora dela.

• Estágio Supervisionado: é considerado o momento em que as teorias aprendidas pelos acadêmicos são aliadas à prática bem como o momento em que o futuro profissional experimenta e atua efetivamente em seu campo de formação; TCC: um trabalho acadêmico para a avaliação final para contemplar os aspectos da formação universitária.

1.6.2 Metodologia das Atividades Presenciais Obrigatórias

Para a F.A a aprendizagem está relacionada com a atividade de pesquisa tanto do aluno quanto do professor, e a aprendizagem universitária está associada ao aprender a pensar e ao aprender a aprender. Acreditamos que o ensino universitário precisa hoje ajudar o aluno a desenvolver habilidades de pensamento e identificar procedimentos necessários para aprender.

Mais do que isto, pensamos que o ensino superior deve adotar outra lógica epistemológica que favoreça a ruptura com modelos disciplinares e fechados em si mesmos. Assim as metodologias de ensino, entendidas, como o caminho da mediação entre o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento, devem favorecer a aproximação desses dois polos, a partir de mediações qualitativas que permitam ao aluno a construção do conhecimento, tendo em vista a formação das competências que se deseja no perfil de cada curso de graduação.

Considerando que os métodos de ensino constituem um ponto fundamental do planejamento da disciplina e do planejamento das aulas, propomos que os mesmos devem conter uma visão dialógica do processo de construção do conhecimento.

Para garantir esse tipo de dinâmica, propomos a interdisciplinaridade e a transversalidade como modos de integração do conhecimento a partir de uma pedagogia de projetos.

A metodologia de ensino aprendizagem assim delineada deve buscar:

- Superar as aulas meramente expositivas por aulas dialógicas, seminários, debates e mesas-redondas, onde se procurará estimular o aluno a atividades individuais e coletivas de construção do conhecimento, e não a assimilar um conjunto de saberes, como usualmente acontece;

• Conferir maior ênfase aos trabalhos de pesquisa para as diversas disciplinas do curso, sendo sugerido que os docentes possam exigir, sempre que possível, a realização de trabalhos e artigos de conclusão das disciplinas;

• Recorrer à utilização de recursos multimídias postos à disposição dos professores na Instituição, através de mecanismos que, preferencialmente, o aproximem da atividade profissional a ser futuramente desempenhada;

• Valer-se das Tecnologias da Informação como ferramenta de multiplicação do saber.

• Realizar a problematização para a elaboração dos projetos tendo em vista as temáticas de interesse do aluno e que estejam pertinentes ao momento da formação dos mesmos.

Há ainda que se considerar o trabalho com as temáticas voltadas para as questões étnico-raciais e aquelas relativas à educação ambiental, que devem ser incorporadas ao dia a dia da sala de aula de modo permanente e continuo como apregoa a legislação**.** Neste sentido é previsto que a abordagem desses temas se realize de maneira transversal nos currículos da graduação promovendo discussões que ressaltem a importância da compreensão de tais temáticas no contexto geral da formação dos alunos.

Isto significa afirmar que tais abordagens dar-se-ão na oportunidade do desenvolvimento das disciplinas do curso, sendo contemplada, como mecanismo de reflexão e de sensibilização para as discussões sociais que essas implicam.

Neste sentido, como já afirmamos a opção pela Pedagogia de Projetos deve-se à orientação metodológica para o desenvolvimento das atividades de ensino/aprendizagem, que coloquem o aluno como sujeito ativo do seu processo de

ensino-aprendizagem, tendo em vista a necessidade de desenvolver o perfil do egresso do curso.

Neste sentido, outras técnicas de ensino devem ser incorporadas para que os objetivos, as competências e as habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico possam se consolidar.

Assim está indicado que o professor assuma o conhecimento dentro de uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar, que incorpore técnicas e atividades variadas no dia a dia da sala de aula, que realize o **planejamento de projetos** que contenham situações didáticas que privilegiem o aluno como protagonista da construção do saber e que por fim demonstre a importância do papel social de todos na construção de uma sociedade mais justa a partir de uma inserção consciente e cidadã no mundo do trabalho.

Como técnicas de ensino, indicamos, dentre outros, o uso de:

- Aulas Expositivas Dialogadas: a aula expositiva dialogada deve permitir que a partir da exposição realizada o aluno possa interagir com o conteúdo sendo provocado, a partir das questões apresentadas pelo professor, mais do que expor um assunto numa perspectiva definida e acabada, o professor deve a partir do que apresenta indagar o aluno, para que a partir do que este já sabe, avançar na construção de um novo conhecimento. Neste sentido o professor deve sempre iniciar sua exposição a partir de uma pergunta problematizadora que tenha o poder de mobilizar o já sabido em direção ao não-sabido

- Aulas Expositivas dialogadas com uso de recursos audiovisuais: semelhante ao processo da aula expositiva está diferencia-se da primeira por incluir recursos audiovisuais na dinâmica da exposição. Esses recursos audiovisuais podem ser desde o uso do Datashow com projeções de imagens ou textos, até a apresentação de pequenos vídeos, ou trechos de filmes, músicas, manchetes de jornais, trechos de programas de televisão, telejornais, ou seja, as possibilidades do trabalho pedagógico são ampliadas pela quantidade significativa de informações que os professores podem acessar e apresentar, encontrando neste recurso os elementos

problematizadores para a partir de então inserir os elementos teóricos necessários a reflexão.

- Atividades em grupo tais como seminário; painel integrado; grupos de observação e de verbalização: estas atividades além de favorecerem a construção do conhecimento e o aprendizado de conteúdos conceituais, são também excelentes fontes para o desenvolvimento de competências e conteúdos atitudinais, para que isso aconteça, estas devem ser muito bem preparadas, devendo ter seus objetivos e procedimentos claros e compartilhados com os alunos. Estas atividades conferem bastante dinamismo à sala de aula, além de serem excelente fonte de construção coletiva de conhecimento.

- Estudos Dirigidos: os estudos dirigidos privilegiam as habilidades destinadas fundamentalmente a capacidade de leitura e escrita, devendo também ser objeto de planejamento do professor, onde a partir de um texto ou conjunto de textos, localiza as informações pertentes ao estudo, sinalizando onde deseja que os alunos realizem o devido aprofundamento.

- Exercícios de Fixação de Conteúdos: realização de exercícios teóricos para a fixação de conteúdo, ou treino de habilidades específicas

- Estudos de Caso: realização de estudos como um problema que reproduz os questionamentos, as incertezas e as possibilidades de um determinado contexto mobilizando conhecimentos para a tomada de decisão. O processo de chegar a uma decisão, por meio da análise e discussão individual e coletiva das informações expostas no estudo de caso, promove o raciocínio crítico e argumentativo dos alunos. Em função dessas características, o caso é considerado um valioso instrumento pedagógico, que desafia o aluno a raciocinar, argumentar, negociar e refletir – habilidades bastante demandantes do ponto de vista cognitivo e social.

• Elaboração de projetos de ação ou de investigação: elaboração, desenvolvimento e aplicação de ações ou ainda realização de pesquisas acerca de temas relativos as disciplinas do currículo que por sua relevância mereçam aprofundamento.

• Visitas Técnicas: visitas em espaços externos que promovam a integração entre conteúdos teóricos e práticos, possibilitando ao aluno a integração entre aquilo que se sabe sobre um determinado conhecimento e aquilo que se produz a partir desse conhecimento.

• Atividades de extensão: atividades que proporcionem a execução de atividades na comunidade externa a partir de conteúdos aprendidos e produzidos no transcurso da graduação, favorece a integração de conhecimentos em caráter interdisciplinar e transversa, além de proporcionar excelente articulação entre teoria e prática

• Atividades Práticas Supervisionadas em Laboratórios ou Espaços Externos: atividades de aplicação de conhecimentos ou de treinos de habilidades no sentido da

integração entre teoria e prática que podem ser simuladas quando realizadas em laboratório, ou reais quando realizadas em espaços externos à instituição.

- Workshops ou oficinas pedagógicas: a partir de um conceito ou um problema, o professor proporciona a interação e a troca de experiências em sala de aula, tendo em vista a elaboração de um produto. Este produto pode ser desde um produto material, quando um produto conceitual. O sentido do Workshop e das Oficinas pedagógicas e o aprender fazendo, ou seja, integrando teoria e prática mediadas pelo professor com vista a alcançar um objetivo comum.

- Jogos; Gincanas; Feiras e Exposições Temáticas: realização das atividades em grupo que tenham como objetivo o exercício de algum conhecimento específico, o treino de uma habilidade ou a exposição do produto final de uma aprendizagem consolidada pelos alunos.

- Minipalestras: integração dos alunos com profissionais da área no sentido de atualização do conhecimento a partir da abordagem de temas atuais pertinentes ao exercício da profissão. As mini palestras devem ser realizadas em sala de aula, e deve priorizar conhecimentos atuais e inovadores.

- Círculo de debates ou discussões: atividades de sala de aula, orientadas e mediadas pelo professor que deve organizá-la de modo a favorecer a participação de todos os envolvidos. Estas atividades podem ser realizadas como forma de socialização do conhecimento a partir da leitura de textos, ou de qualquer outra atividade que tenham os conceitos teóricos como fundamento. Nestas atividades os professores têm a excelente oportunidade de promover o desenvolvimento da autonomia do pensamento, da capacidade de argumentação e de negociação para a criação de consensos.

- Elaboração de paper/artigos científicos; resumos, resenhas e textos escritos argumentativos ou dissertativos: atividades que devem considerara a capacidade de integração conceitual dos alunos, além de excelentes oportunidades para o exercício da capacidade de articulação de conceitos e de treino das capacidades de leitura e escrita dos alunos.

Aulas Práticas em Laboratórios, tendo em vista a necessidade de atender aos requisitos da formação proporciona experiências acadêmicas de articulação entre teoria e prática referentes aos conhecimentos específicos da química, até aqueles referentes aos conhecimentos pertinentes ao exercício da docência, estas atividades aulas práticas são proporcionadas em espaços internos que são nossos laboratórios e estende-as as atividades de visita técnicas e oficinas pedagógicas além de estágio curricular utilizando instituições públicas e privadas conveniadas.

As aulas práticas, as visitas técnicas, as oficinas pedagógicas, assim como os estágios, são atividades acadêmicas monitorada em campo por professores e/ou preceptores que realizam o acompanhamento dos alunos na realização das atividades em diferentes disciplinas do currículo. Sendo, portanto, assim definidas:

- As aulas práticas: nos primeiros períodos do Curso realizam-se nos laboratórios de química, nas instalações da F.A e atendem a diferentes componentes curriculares, sobretudo das disciplinas básicas do curso. Nos laboratórios os alunos desenvolvem suas atividades acadêmicas deste as bases de teóricas e experimentais referentes aos conhecimentos específicos da área de química.
- As Visitas Técnicas: consiste no propósito de levar o aluno ao local de uma atividade profissional relacionada a sua formação, para que o mesmo possa a partir do conhecimento teórico obtido em sala de aula, aprofundar o mesmo através de estudo, análise e avaliação. A mesma não deve ser encarada como um passeio, mas sim, com uma atividade formal, a qual precisa de planejamento prévio. Durante a Visita, o registro e as anotações devem ser atividades prioritários. As visitas devem

ser realizadas com objetivos didáticos, sendo orientada e operacionalizada com técnica e discutida previamente. Os professores, na oportunidade, estarão avaliando: postura, pontualidade, conhecimento técnico e respeito com os colegas. O relatório final deverá ser elaborado e entregue para que o professor possa avaliar a efetividade da atividade na aprendizagem dos alunos.

- Oficinas Pedagógicas: são atividades de ensino e aprendizagem realizadas em ambientes destinados ao desenvolvimento das aptidões e habilidades, mediante atividades orientadas por professores capacitados. Nestas oficinas deverão estar disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino ou aprendizagem, nas diversas modalidades do desempenho profissional, podendo ocorrer em espaços da instituição ou fora dela.

Tanto as Aulas Práticas como os Estágios, ocorrem em instituições que possuam convênio ou termo de cooperação com a IES.

1.6.3 Metodologia das Atividades Interdisciplinares

No âmbito da IES, entendemos Interdisciplinaridade por uma abordagem de tratamento do conhecimento em que duas ou mais disciplinas/unidades curriculares ofertadas simultaneamente estabelecem relações de análise e interpretação de conteúdo, com o fim de propiciar condições de apropriação, pelo discente, de um conhecimento mais abrangente e contextualizado. Na F.A, a interdisciplinaridade será uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de projetos interdisciplinares, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração horizontal dos componentes curriculares de um determinado período.

Assim, o Projeto Interdisciplinar tem como objetivo geral a aplicação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos em situações ou problemas teórico-práticos, selecionados de maneira a permitir a integração entre disciplinas, aprofundamento da socialização dos alunos, contextualização dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, organização, pontualidade e desenvolvimento de habilidades. Além de promover e incentivar atividades de pesquisa e trabalho em equipe, identificar habilidades e aplicar conceitos.

O Projeto Interdisciplinar deve também contribuir para:

a) Desenvolver uma proposta de intercomunicação entre disciplinas;

b) Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações;

c) Despertar nos discentes o gosto pela investigação científica;

d) Orientar o desenvolvimento de trabalhos seguindo normas específicas;

e) Oportunizar aos alunos atividades práticas nas quais possam vivenciar os conteúdos trabalhados em sala de aula;

f) Registrar as conclusões dos participantes do projeto expondo-as aos demais integrantes da série.

A interdisciplinaridade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, de uma situação problema, de necessidades de intervenção práticas, do desenvolvimento de novas técnicas, de soluções inovadoras para problemas pertinentes as disciplinas, os alunos desenvolverão atividades de teórico e práticas, utilizando como referência os conteúdos curriculares das disciplinas com a finalidade de compreender e analisar o tema, resolver o problema, ou desenvolver novas técnicas que os remetam a compreensão da interligação e da intercomunicação do conhecimento numa perspectiva integradora.

Este tema gerador, a situação problema, ou atividade teórico-prática a ser realizada deve necessariamente concorrer para a integração das disciplinas de um mesmo período letivo, prevendo a utilização dos conteúdos previstos para as mesmas em acordo com as suas ementas, sempre com foco na articulação temática com as necessidades do mundo do trabalho.

Os projetos interdisciplinares fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto, sendo planejados ao início de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando a integração horizontal das disciplinas de um mesmo período.

Já as atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, deve obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência como as competências e

habilidade previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso, com a finalidade de fortalecer o perfil do egresso, para seu pleno desenvolvimento O projeto interdisciplinar é de caráter obrigatório e para a sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida, com descrição da atividade a ser realizada como projeto interdisciplinar deverá estar contido obrigatoriamente no plano de aprendizagem em espaço reservado para este fim.

1.6.4 Metodologia das Atividades Transversais de Educação Ambiental e Educação Étnico Racial

Por Transversalidade a IES entende ser à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). Assim, a Transversalidade será uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de Projetos Transversais, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração vertical e horizontal dos componentes curriculares de um determinado período em duas áreas temáticas específicas, a saber:

a) Educação Ambiental
b) Relações Étnico-Raciais

O Projeto Transversal tem como finalidade proporcionar aos alunos a compreensão da importância de debater esses temas para a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde atuam e vivem, e para uma atuação cidadã dos futuros profissionais formados pela instituição.

O Projeto Transversal deve também contribuir para:

- Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações; debater e obter conhecimento acerca de temas contemporâneos relativos as áreas temáticas identificadas;

- Despertar nos discentes o gosto pelo debate, pela troca de experiência, pela intercomunicação de conhecimentos e vivência e pela tolerância na perspectiva da acessibilidade atitudinal e da consciência ambiental.

Neste escopo a Transversalidade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, os alunos desenvolverão atividades teóricas e/ou práticas, utilizando como referência temáticas pertinentes a Educação Ambiental e as Relações Étnico-raciais, com destaque para as temáticas culturais locais.

Este tema gerador, por sua vez, deve necessariamente concorrer para a integração da realidade refletida a luz de conhecimentos adquiridos e desenvolvidos no percurso formativo dos alunos, nesta direção os projetos Transversais fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma reflexão acerca das questões ambientais e étnico-raciais, proporcionando aos alunos uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto.

Os projetos serão planejados ao início de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando à integração transversal dos conteúdos relacionados à Educação Ambiental e Relações Étnico-Raciais, e terão caráter permanente e contínuo, devem conter ainda, a indicação de quais professores, e de quais disciplinas, estarão envolvidas no projeto, trazendo também, a indicação de quais temas serão abordados referentes às áreas temáticas indicadas neste regulamento. De caráter curricular o projeto transversal terá para sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida.

As atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, devem obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência como as competências e habilidade previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso.

1.6.5 Metodologia da Educação para os Direitos Humanos

Esta ocorre como conteúdo específico de disciplinas da grade e também como disciplina optativa, cujo ementário trata dos princípios de: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das

diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.

Direitos Humanos são modernamente, entendidos como aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política. Pelo contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de consagrar e garantir. O conceito de “Direitos Humanos” resultou de uma evolução do pensamento filosófico, jurídico e político da Humanidade. O retrospecto dessa evolução permite visualizar a posição que o homem desfrutou, aqui e ali, dentro da sociedade, através dos tempos.

Mas a ressalva maior está no que condiz ao sistema de ensino. Este deve ter uma responsabilidade de enquadrar-se na formação do Estado Democrático, pois o sistema de ensino deve contemplar a formação do cidadão, desenvolvendo uma visão moderna e bem fundamentada dos direitos civis, políticos e sociais, e também uma consciência mais abrangente dos direitos humanos.

Frente a pergunta de como abarcar o ensino e aprendizagem dos Direitos Humanos no sistema educativo, alinham-se diversas respostas, pois por um lado estão todas aquelas que podem denominar-se de incorporação dos conteúdos. Estas consideram que é suficiente a inclusão desta temática em alguma das disciplinas existentes, ou, no máximo, o estudo de uma disciplina específica, para que os acadêmicos logrem os objetivos que, sobre este aspecto, orientam a ação do sistema educativo.

Duas objeções podem ser formuladas a esta postura. Uma delas consiste em que atrás desta posição, existe uma concepção meramente declaratória, nominalista, dos Direitos Humanos, que os reduz a um conjunto de informações cuja formulação é suficiente para assegurar sua existência real. Por outro lado, se fundamenta na difundida crítica que se faz dos sistemas educativos em relação ao enciclopedismo curricular. O conjunto de temas ou disciplinas reforça este enciclopedismo e torna mais questionável a ação das instituições de ensino.

O tema direito humanos e cidadania assume papel importante em nossa sociedade, principalmente através das transformações ocorridas nos últimos séculos. A noção de cidadania foi fortalecida, e ganhou novo significado a partir da Constituição

Federativa de 1988 que reforçou a ideia de cidadãos como sujeitos sociais ativos que contribuem para o desenvolvimento de um Estado Democrático Social de Direito.

A educação está intimamente ligada à cidadania, desde o ensino primário até o superior, pois é neste cenário imbuído de significação que são apresentados aos estudantes o real valor em ser cidadão. Desta maneira trabalha-se para despertar no aluno este anseio em se tornar um ser partícipe das transformações sociais. A educação torna-se o pilar para o desenvolvimento e crescimento do sujeito como cidadão, assim:

A educação para a cidadania e os programas educacionais voltados para esse fim pressupõem a crença na tolerância, a marca do bom senso, da razão e da civilidade que faz com que os homens possam se relacionar entre si. Pressupõem também a crença na possibilidade de formar este homem, ensinando a tolerância e a civilidade dentro do espaço e do tempo da escola (SANTOS, 2001).

Os Direitos Humanos e Fundamentais constituem o pilar para a organização de um sistema constitucional e do próprio Estado. As normas constitucionais elaboradas pelo Estado para a organização da sociedade têm como alguns de seus fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana. A consolidação de tais direitos eleva a condição do cidadão que vive em uma sociedade e zela pelo respeito mútuo. É de grande importância o reconhecimento, pelos cidadãos de seus direitos visto que desta maneira os mesmos podem lutar por melhorias na qualidade de vida.

Ao exercer o papel de cidadão na sociedade, o sujeito visa participar da efetivação dos direitos que o tutelam e da afirmação dos Direitos Humanos e Fundamentais. Desta forma a educação passa a ter um papel essencial no conhecimento e construção de tais Direitos.

Assim, se o conhecimento dos Direitos Humanos deve ser divulgado na sociedade, tanto mais se deve exigi-lo quando se trata de estudantes do ensino superior pois estes, em face de sua posição privilegiada na sociedade brasileira, devem conhecer a fundo seus direitos e buscar seu reconhecimento na sociedade. Tratar da questão dos Direitos Humanos significa não apenas defender os direitos próprios, é também buscar a defesa dos direitos que envolvem a sociedade como um todo.

Certos desse propósito a IES, atendendo ao chamado de sua vocação institucional expressa na sua missão institucional, a Educação para os Direitos

Humanos será ofertada como prevê os termos legais, conforme dispõe as Diretrizes Nacionais em Direitos Humanos CNE/CP No. 08 de 06/03/2012, em formato de uma disciplina “Educação e Direitos Humanos” em todas as matrizes curriculares dos cursos.

Ademais, a IES já vem desde 2017, trabalhará com a Temática das Relações étnico-raciais e indígenas no formato dos projetos transversais, fato que reafirma o compromisso institucional da IES com o desenvolvimento de competências atitudinais em nossos alunos como nosso contributo para a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e tolerante para com as diferenças.

1.6.6 Metodologia da Articulação do Ensino, Pesquisa e Extensão

SEGUEM ORIENTAÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA O **PAPEERI-PROGRAMA DE ARTICULAÇÃO PESQUISA, ENSINO, EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL INSTITUCIONAL**, abaixo relacionadas:

MARCO LEGAL, METAS E ORIENTAÇÕES PARA CUMPRIMENTO:

Artigo 3º. da Resolução N 7/2018: “A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade **que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico,** que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”.

Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos;

MET 01 - Conforme o estabelecido nos Artigos acima, devem ser inseridas nas matrizes dos cursos 10% do total da carga horária de cada disciplina para desenvolvimento de atividades do Projeto PAPEERI;

Art. 5º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

Art. 6º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:
I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;

III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

IV - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;
V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

Art. 8º As atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades:
I - Programas;
II - Projetos;
III - Cursos e oficinas;
IV - Eventos;
V - Prestação de serviços

META 02 - A Extensão da IES deve ser caracterizada por:
I-PROGRAMAS: a IES possui o PAPEERI;
II-PROJETOS: os cursos desenvolvem projetos interdisciplinares, (ENVOLVENDO
TODAS AS DISICIPLINAS DO PERÍODO) e multiprofissionais (COM PARTICIPAÇÃO DE OUTROS CURSOS/ÁREAS);

III-CURSOS E OFICINA: devem ser planejados e ministrados, na comunidade, por discentes acompanhados por docentes;
IV-EVENTOS: que devem ser planejados e realizados, na comunidade, por discentes acompanhados por docentes;
V-PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: constituem as atividades desenvolvidas nos projetos dos cursos beneficiando a comunidade assistida.

Art. 11 A auto avaliação da extensão, prevista no artigo anterior, deve incluir:
I - a identificação da pertinência da utilização das atividades de extensão na creditação curricular;
II - a contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos Projetos Pedagógico dos Cursos;
III - a demonstração dos resultados alcançados em relação ao público participante.
Parágrafo Único. Compete às instituições explicitar os instrumentos e indicadores que serão utilizados no auto avaliação continuada da extensão.

META 03 - A auto avaliação da IES será realizada através da Comissão Própria de

Avaliação-CPA, com os objetivos

a) **Melhoria contínua**
b) **Identificação do cumprimento das diretrizes junto ao discente.**

Art. 12 Art. 12 A avaliação externa *in loco* institucional e de cursos, de responsabilidade do Instituto Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) deve considerar para efeito de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, bem como para o credenciamento e recredenciamento das instituições de ensino superior, de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação (SINAES), os seguintes fatores, entre outros que lhe couber:
I - a previsão institucional e o cumprimento de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação para as atividades de extensão tipificadas no Art. 8º desta Resolução, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos;

II - a articulação entre as atividades de extensão e as atividades de ensino e pesquisa realizadas nas instituições de ensino superior;

Parágrafo único. Aos estudantes, deverá ser permitido participar de quaisquer atividades de extensão, mantidas pelas instituições de ensino superior, respeitados os eventuais pré-requisitos especificados nas normas pertinentes.

Art. 13 Para efeito do cumprimento do disposto no Plano Nacional de Educação (PNE), as instituições devem incluir em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), os seguintes termos, entre outros:
I - a concepção de extensão, que se ajuste aos princípios estabelecidos na presente Resolução, a ser aplicado na formulação dos projetos pedagógicos dos cursos superiores, quando necessários;
II - o planejamento E as atividades institucionais de extensão;
III - a forma de registro a ser aplicado nas instituições de ensino superior, descrevendo as modalidades de atividades de extensão que serão desenvolvidas;
IV - as estratégias de creditação curricular e de participação dos estudantes nas atividades de extensão;
V - a política de implantação do processo auto avaliativo da extensão, as estratégias e os indicadores que serão utilizados para o cumprimento das disposições constantes no art. 4º desta Resolução;
VI - a previsão as estratégias de financiamento das atividades de extensão.

META 04 - METODOLOGIA DO PAPEERI

Os projetos do PAPEERI devem ter duração de um ano (1º. E 2º. Semestre de cada ano):

Atividade do projeto durante o 1º. Semestre:

I-CONTEXTUALIZAÇÃO DA COMUNIDADE

- Perfil étnico racial na comunidade.
- Perfil de educação ambiental na comunidade.
- Direitos humanos e educação indígena (quando for o caso).

II-LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADE DA COMUNIDADE

- Com base em questionário previamente elaborado pelos cursos do envolvidos no projeto.
- Atividade interdisciplinar com base em PESQUISA BIBLIOGRÁFICA relacionando os conteúdos das disciplinas a serem trabalhados no projeto e contemplando os eixos ÉTNICO RACIAL, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DIREITOS HUMANOS.

III-CONTIBUIÇÃO INTERDISCIPLINAR, na qual cada disciplina deve apresentar o conteúdo da ementa a ser trabalhado no projeto;

Cada disciplina tem que propor 1 objetivo especifico para contribuir com o projeto E relacionar com os resultados a serem alcançados para atender ao objetivo proposto;

Atividade do projeto durante o 2º. Semestre:

I-INTERVENÇÃO NA COMUNIDADE PELOS CURSOS ENVOLVIDOS NO PROJETO, RELACIONANDO TEORIA E REALIDADE.

-Responsável: colegiado dos cursos e coordenadores.

-Submissão do projeto e aprovação do Comitê de Ética.

II-INTERVENÇÃO

- Aplicar a proposta do projeto na comunidade.
- Responsáveis: Alunos e docentes (tutor).

III-PRODUTO FINAL DO PROJETO: ARTIGO

Deve ser elaborado pelos docentes tutores e mais os das outras disciplinas do período.

Apresentação dos resultados das atividades, **explicitando os benefícios na comunidade e o sentimento do discente como agente transformador da teoria e da realidade** no Seminário de Extensão e Iniciação Cientifica da IES.

Será organizada uma coletânea de todos os artigos do PAPEERI e publicados em e-book.

Art. 14 Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de graduação devem ressaltar o valor das atividades de extensão, caracterizando-as adequadamente quanto à participação dos estudantes, permitindo-lhes, dessa forma, a obtenção de créditos curriculares ou carga horária equivalente após a devida avaliação.

META 05-As atividades de Extensão nos projetos devem ser informadas ao discente (NOTA E CARGA HORÁRIA) no início do período.

Art. 15 As atividades de extensão devem ter sua proposta, desenvolvimento e conclusão, devidamente registrados, documentados e analisados, de forma que seja possível organizar os planos de trabalho, as metodologias, os instrumentos e os conhecimentos gerados.

Parágrafo único. As atividades de extensão devem ser sistematizadas e acompanhadas, com o adequado assentamento, além de registradas, fomentadas e avaliadas por instâncias administrativas institucionais, devidamente estabelecidas, em regimento próprio.

META 06-Deve constar no Regimento Interno da IES, a obrigatoriedade de registro no histórico do discente (NOTA E CARGA HORÁRIA).

Art. 17 As atividades de extensão podem ser realizadas com parceria entre instituições de ensino superior, de modo que estimule a mobilidade interinstitucional de estudantes e docentes.

META 07-Os cursos podem fazer parcerias com outras IES e empresas para desenvolvimento das atividades de Extensão.

1.6.7 Metodologia de Avaliação do Ensino Aprendizagem Obrigatórias das Disciplinas Ofertadas à Distância

De acordo com a Portaria Normativa MEC n.22/2017, o PPC deve prever as atividades presenciais obrigatórias capazes de contribuir para a construção do perfil que atenda as competências e habilidades exigidas pelas DCNs do curso, informando

quais serão as atividades presenciais obrigatórias, onde ocorrerão com qual carga horária e competências e habilidades a serem desenvolvidas.

O art.8º da Portaria Normativa MEC n. 11 de 20/06/2017, dispõe que as **atividades presenciais são**: tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais de laboratório, defesa de trabalhos, realizadas na sede da IES, nos pólos EAD ou em ambiente profissional. A **tutoria presencial é:** o momento em que o tutor presencial auxilia os alunos no uso dos materiais recebidos para as atividades presenciais, participa de momentos presenciais obrigatórios, tais como avaliações, aulas práticas em laboratórios, visitas técnicas, estágios supervisionados e defesa de TCC. Assim, descritas conforme tabela a seguir:

Atividades Presenciais obrigatórias referentes às disciplinas ofertadas em EAD	**Competências ou Habilidades do Perfil de Egresso abrangidas com as atividades presenciais**	**Local da atividade presencial obrigatória**	**Carga Horária destinada à atividade presencial**
Avaliações N1 - Atividade Interdisciplinar (De acordo com a Política PAPERI - Projeto de Articulação entre Pesquisa, Ensino, Extensão e Responsabilidade Social Institucional – PAPEERI) • Abordagem Interdisciplinar dos conteúdos das disciplinas aplicadas no contexto regional; • Painel Integrado – Apresentações das discussões e apontamentos construídos no âmbito do desenvolvimento do trabalho acompanhado pelo tutor. N2- Atividade Interdisciplinar (De acordo com a Política PAPERI - Projeto de Articulação entre Pesquisa, Ensino, Extensão e Responsabilidade Social Institucional – PAPEERI) • Os alunos deverão participar de fórum na MODALIDADE PRESENCIAL apresentando as atividades interdiciplinares relacionadas ao conteúdo da	- cuidado em saúde, com atenção especial à gestão, àtecnologia e à inovação como elementos estruturais da formação; - tomada de decisão com base na análise crítica econtextualizada das evidências científicas, da escuta ativa do indivíduo,da família e da comunidade; - liderança, ética, empreendedorismo, respeito, compromisso,comprometimento, responsabilidade, empatia, gerenciamento e execução de ações, pautadas pela interação, participação e diálogo; - pesquisar, desenvolver, inovar, fiscalizar, gerenciar e garantir a qualidade de tecnologias de processos e serviços aplicados à área da saúde;	No Pólo intermediada pelos tutores presenciais em Salas de tutoria	30h - (Carga horária distribuída em planejamento, construção, organização e apresentação)

disciplina, contexto regional e de acordo com o PAPEERI • Produção de banner digital para entrega e discussão por intermédio da tutoria nos fóruns das disciplinas. • A avaliação N2 de todas as disciplinas EAD também será presencial, onde o aluno agendará um horário para realizar a avaliação nos laboratórios de informática			
Aulas práticas de laboratório do curso	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica
Visitas Técnicas	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica
Tutoria presencial O tutor cumpre papel fundamental em todas as atividades do curso EaD, já que suas atribuições não se limitam ao acompanhamento das atividades dos alunos. Como parte da equipe acadêmica dos cursos, o tutor é aquela pessoa que o aluno toma como referência na condução do seu processo de aprendizagem, pois é ele que faz a mediação entre os conteúdos desenvolvidos pelos professores e as atividades realizadas pelos alunos, dando vida às propostas e princípios definidos nos projetos pedagógicos de curso. Elo importante entre a instituição e o aluno, o tutor tem como atribuição principal a orientação do aluno para que se conscientize de que estuda para seu próprio desenvolvimento profissional, por cujo sucesso é o principal responsável para isso, o tutor deve motivá-lo a agir de forma responsável quanto às tarefas, prazos e tempo de dedicação ao estudo e pesquisa. A atividade presencial será acompanhada por tutores. O tutor presencial é responsável pela condução, mediação e orientação das atividades desenvolvidas nas oficinas presenciais e também pelo	- cuidado em saúde, com atenção especial à gestão, àtecnologia e à inovação como elementos estruturais da formação; - tomada de decisão com base na análise crítica econtextualizada das evidências científicas, da escuta ativa do indivíduo,da família e da comunidade; - liderança, ética, empreendedorismo, respeito, compromisso,comprometimento, responsabilidade, empatia, gerenciamento e execução de ações, pautadas pela interação, participação e diálogo; - pesquisar, desenvolver, inovar, fiscalizar, gerenciar e garantir a qualidade de tecnologias de processos e serviços aplicados à área da saúde;	No Pólo intermediada pelos tutores presenciais em Salas de tutoria	Cada Atividade de Tutoria Presencial será realizada em 3 encontros de 4h. Tutoria 1 – 3 Encontros de 4h (12h) Tutoria 2 – 3 Encontros de 4h (12h) Tutoria 3 – 3 Encontros de 4h (12h)

acompanhamento dos alunos nos plantões realizados nos polos de apoio presencial. O trabalho dos tutores presenciais será acompanhado pelo Supervisor dos Tutores, responsável pela orientação e supervisão das atividades: **- Tutoria presencial 1.** Momento tira dúvidas no acompanhamento das disciplinas em cada semestre. Com a presença de tutor de disciplina. **- Tutoria presencial 2.** Alinhamento das atividades interdisciplinares – N1, troca de ideias e momento tira dúvidas **- Tutoria presencial 3.** Alinhamento das atividades interdisciplinares– N2, troca de ideias e momento tira dúvidas			
Estágio supervisionado	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica
Defesa de TCC	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica

Carga horária total de atividades presenciais	**Percentual de disciplinas EAD na carga horária do curso**
66 h de atividades presenciais por disciplina	21,7%

1.7 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

1.7.1 Determinação das DCNS para o estágio supervisionado

Os estágios curriculares devem corresponder, no mínimo, a 20% (vinte por cento) da carga horária total do Curso de Graduação em Farmácia, e serem desenvolvidos conforme os percentuais estabelecidos abaixo, em cenários de prática

relacionados a: I - fármacos, cosméticos, medicamentos e assistência farmacêutica: 60% (sessenta por cento); II - análises clínicas, genéticas e toxicológicas e alimento: 30% (trinta por cento); III - especificidades institucionais e regionais: 10% (dez por cento). Os estágios obrigatórios, mencionados no parágrafo anterior, devem contemplar cenários de prática do Sistema Único de Saúde (SUS) nos diversos níveis de complexidade.

1.7.2 Áreas de Estágio, Período Forma de Integralização da Carga Horária, Critério de Avaliação e Produto do estágio

O estágio é realizado nas áreas definidas pela Diretriz Curricular do Curso de Farmácia, Resolução n° 6, de 19 de outubro de 2017: fármacos, cosméticos, medicamentos, assistência farmacêutica, análises clínicas, genéticas e toxicológicas, alimento e especificidades institucionais e regionais. E de acordo com a diretriz curricular nacional o estágio curricular poderá ser realizado na Instituição de Ensino Superior e/ou fora dela, em instituição/empresa credenciada, com orientação docente e supervisão local, devendo apresentar programação previamente definida em razão do processo de formação.

O Estágio Curricular Supervisionado será cumprido pelo aluno a partir do terceiro período letivo do curso e corresponde à carga horária total de 814 horas. Observada, por parte do estagiário, a carga horária no Termo de Compromisso, documento obrigatório (Lei nº 11.788 de 25/09/2008), firmado entre a Coordenação de Estágio, Entidade Concessionária e o Estagiário, quando for o caso. A divisão dos estágios na matriz curricular está da seguinte forma:

a. 3º PERÍODO: Estágio Supervisionado Obrigatório I (88h) – Estágio em Saúde Pública;
b. 7º PERÍODO: Estágio Supervisionado Obrigatório II (110h) – Estágio em Drogarias;
c. 8º PERÍODO: Estágio Supervisionado Obrigatório III (132h) – Estágio em Farmacotécnica e Cosméticos;
d. 9º PERÍODO: Estágio Supervisionado Obrigatório IV (242h) – Estágio em Análises Clínicas, Biologia Molecular, Toxicologia e Alimentos;

e. 10º PERÍODO: Estágio Supervisionado Obrigatório V (242h) – Estágio em Assistência Farmacêutica, Medicamentos e Farmácia Hospitalar.

1.7.3 Convênios Para Estágio Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório deverá ser realizado em convênio com rede de saúde pública ou privada. Dessa forma, a IES possui convênio com as Secretarias Municipal e Estadual de saúde.

1.7.4 Forma de Orientação e Planejamento para Acompanhamento pelo Docente Orientado do Estágio Supervisionado

Atendendo os preceitos legais, as práticas são consideradas como uma forma de complementar o ensino e a aprendizagem acadêmica subsidiando a formação profissional e devem ser: “planejadas, executadas, acompanhadas e avaliadas em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano”.

A prática profissional é estabelecida para permitirão estudante qualificar seu processo de formação ao longo do curso. Nesse sentido, a prática profissional na IES pode ser realizada tanto no ambiente interno da Instituição, quanto na comunidade, mas de forma que estabeleça interação com essa comunidade.

Na Faculdade, a formação do Bacharel em Farmácia incluirá como etapa integrante da graduação o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, deverá ser realizado em convênio com rede de saúde pública ou privada, e sob supervisão direta dos docentes da própria IES e/ou profissionais contratados como supervisores de Estágio. As atividades serão orientadas de forma planejada e programada conjuntamente com o(s) professor(es) da disciplina sendo submetidas a aprovação da Coordenação de Curso. A carga horária máxima do Estágio Curricular Supervisionado deverá atingir 814h.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Bacharel em Farmácia será realizado a partir do terceiro período, com uma pausa no quarto, quinto e sexto, retomando no sétimo até o décimo período de forma a fazer com que o aluno-

estagiário compreenda a prática profissional do farmacêutico, e realize a devida articulação entre teoria e prática tendo na vivência do estágio local privilegiado para a compreensão da dinâmica das relações entre ensino e aprendizagem.

Ademais, os estágios obedecem às normas Gerais dos Regimentos Interno e ao seu Regulamento próprio.

1.7.5 Forma de Supervisão do Estágio Supervisionado

A supervisão e a avaliação serão realizadas diretamente pelos dos docentes da própria IES e/ou profissionais contratados como supervisores de Estágio. A co-responsabilidade da FAMETRO estará sempre envolvida nesse processo, observando o nível de formação e a etapa do curso em que se encontra o estagiário.

1.7.6 Forma de Coordenação do Estágio Supervisionado

Os estágios são coordenados pela Coordenação de Curso, respeitando normas Gerais dos Regimentos Interno e ao seu Regulamento próprio.

1.7.7 Práticas do Estágio e Estratégias para a Gestão da Integração entre o Ensino e o Mundo do Trabalho

O Curso de Farmácia da FAMETRO possui uma estratégia para integrar essas atividades considerando as competências e perfil do egresso preconizado pela DCN.

O Estágio Curricular Não-Obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, o qual se constitui em atividade de formação acadêmico-profissional do estudante.

a. A carga horária realizada poderá ser validada para fins de cumprimento das Atividades Complementares que integram a estrutura do curso;
b. A carga horária realizada poderá ser utilizada para validar até 50% da carga horária do estágio curricular desde que as atividades do estágio extracurricular sejam compatíveis com a modalidade na qual o aluno deseja aproveitamento;

c. Para que a integralização do estágio não-obrigatório ocorra o aluno deve trazer o termo de compromisso ou contrato assinado original para conferência juntamente com uma cópia;

O estudante que realiza atividades profissionais (estágios com ou sem remuneração) em Organizações, Empresas ou Instituições públicas ou privadas, Programas de Iniciação Científica, pode requerer aproveitamento para validar até 50% da carga horária do estágio curricular desde que as atividades realizadas sejam compatíveis com a modalidade na qual o aluno deseja aproveitamento. Para que a integralização das atividades profissionais ocorra o aluno deve trazer:

- Cópia do contrato ou termo de compromisso mais original para conferência ou;
- Cópia da carteira assinada mais original para conferência;
- Declaração contendo as atividades realizadas durante a atividade profissional assinada pelo empregador/supervisor/orientador

Regulamento do Estágio Supervisionado

I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1. Tendo em vista a consolidação do perfil do egresso das Diretrizes Curriculares Nacionais, o Estágio Supervisionado é uma atividade de capacitação indispensável para a formação profissional, pois, objetiva a integração do conhecimento teórico com a realidade prática nas diversas áreas de atuação. Como importante instrumento da formação acadêmica deve possibilitar a articulação entre o pensar e o agir, da teoria e da prática, constituindo-se como um momento privilegiado do processo ensino e aprendizagem e de desenvolvimento profissional.

II - DA LEGISLAÇÃO

Art. 2. O presente instrumento tem como fundamento a legislação abaixo relacionada:

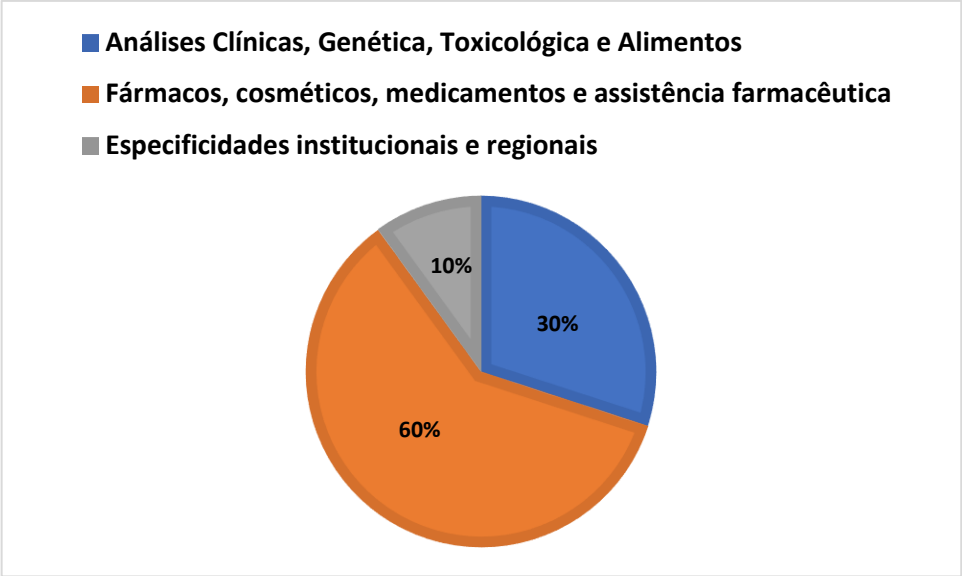
I. Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, publicada no DOU de 26.09.2008;
II. Lei 9.394 de 20 de 20 de dezembro de 1996 Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Artigo 82).
III. Resolução n° 6, de 19 de outubro de 2017, Diretriz Curricular do Curso de Farmácia.

III - DA DEFINIÇÃO

Art. 3. Considera Estágio Curricular como ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido em ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo dos estudantes que estejam frequentando o ensino regular, em instituições de educação superior, de educação profissional, conforme Projeto Pedagógico do Curso.

IV- DA CARGA HORÁRIA E DISTRIBUIÇÃO

Art. 4. O estágio supervisionado curricular é cumprido pelo aluno subdividindo-se nas seguintes modalidades, de acordo com a DCN do Curso de Graduação em Farmácia nº 6 de 19 de outubro de 2017:



V - DOS OBJETIVOS

O Estágio Curricular Supervisionado para os Farmacêuticos objetiva:

- Integrar os alunos em espaços profissionais que se utilizem da aplicação do saber didático-científico na área de conhecimento, visando a elevar o nível do seu aprendizado dos nossos alunos;
- Conscientizar os futuros profissionais da importância da qualidade nos serviços que haverão de prestar;
- Melhorar o nível do ensino-aprendizagem dos processos, princípios, métodos e técnicas aplicados na área de conhecimento em questão;
- Aperfeiçoar o aprendizado mediante um maior aprofundamento técnico científico no campo de estágio;
- Oferecer ao aluno a oportunidades de conhecimento, in loco, das diferentes atividades próprias do exercício da profissão;
- Oportunizar, mediante a observação e a intervenção na prática, a articulação das informações obtidas em diversas disciplinas que integram o currículo do Curso;
- Promover o contato com pessoas, instituições e profissionais, a fim de que possa aquilatar, melhor, as necessidades e carências dos que buscam os serviços profissionais nas diversas áreas de conhecimento;
- Desenvolver atividades de prática pré-profissional, em situações reais de trabalho.

VI - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 7. A disciplina Estágio Supervisionado Obrigatório é oferecida para os acadêmicos do 3º ao 9º, Semestres do Curso de Graduação em Farmácia, subdivididos de acordo com a Resolução n° 6, de 19 de outubro de 2017, Diretriz Curricular do Curso de Farmácia.

a. O acadêmico estagiário deve, obrigatoriamente, cursar todos os ciclos previsto na disciplina, e avaliado em todas as suas etapas, sendo, ao final de cada uma,

atribuída uma nota. Ao término desse processo, é obtida uma média final de todas as etapas cursadas, que deverá ser igual ou maior que 5,0 (cinco) para fim de aprovação na disciplina;

b. Os grupos são formados pela divisão aleatória do conjunto de alunos matriculados na disciplina, respeitando a relação de, no máximo 10 alunos por preceptor. A seguir, será designada uma área de concentração para cada grupo. No último dia de cada ciclo, haverá entrega de notas e rodízio entre os grupos, dando início a um novo ciclo. Ao final do Estágio, todos os grupos deverão passar por todas as áreas de concentração.

Art. 8. Os Estágios serão organizados sob a supervisão da Coordenação de Curso e orientação e supervisão do professor de estágio.

Art. 9. Fica a cargo da coordenação do curso a escolha da organização para realização do estágio.

Art. 10. Os estágios ocorrerão somente após convênios firmados entre as instituições privadas e/ou públicas e a FAMETRO.

Art. 11. O Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso de Bacharelado em Farmácia será integralizado após o aluno/estagiário cumprir a carga horária em todas as áreas de concentração.

a. Não haverá prorrogação nem antecipação do Estágio Supervisionado Obrigatório, devendo o aluno/estagiário concluir a programação dentro do prazo estabelecido;
b. O aluno/estagiário que, por qualquer motivo, deixar de frequentar a uma área de atuação, não poderá concluir o curso enquanto não cumprir a carga horária da mesma.
c. Não será permitido ao aluno/estagiário a interrupção ou abreviamento do Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso.
d. Serão considerados feriados (dias sem atividades) somente os que constam do calendário oficial da IES. e) Cada aluno/estagiário deverá, diariamente, por ocasião de sua entrada e saída, assinar o livro ponto de frequência que ficará sob a responsabilidade do preceptor da área de atuação.
e. Será dada uma tolerância de 10 (dez) minutos de atraso no registro da frequência diária. Após esse prazo, o aluno será considerado ausente para fins de registro de presença, acarretando em falta no 1◦ tempo de aula e perda de ponto no critério pontualidade. 6
f. Todo horário não cumprido (atraso, saída antes do término das atividades, falta justificada) deverá ser comunicado com antecedência, por escrito, ao Professor Supervisor da área de atuação.
g. A justificativa à falta só será aceita pelo Professor Supervisor, mediante abono de faltas segundo os critérios previstos em Lei.
h. A pontualidade, a assiduidade e a participação serão consideradas como fatores de avaliação do aluno/estagiário.

i. Para prevenção de diversas patologias, todos os alunos deverão atualizar suas carteiras de vacinação (tríplice do adulto, tétano, hepatite, febre amarela) e apresentá-las ao Professor Supervisor para conferência.

Art. 12. Para realização dos estágios o aluno deverá estar devidamente matriculado no curso.

Art. 13. O estágio curricular não estabelece vínculo de qualquer natureza devendo o estagiário estar segurado contra acidentes pessoais.

VII - DA REALIZAÇÃO

Art. 14. Os horários de estágio curricular obedecerão à dinâmica de funcionamento da Instituição onde estiverem ocorrendo, respeitando a carga horária diária.

Art. 15. Os estágios curriculares são considerados disciplinas componentes da grade curricular contendo frequência e avaliação devidamente regulamentada em cada curso.

VIII - DAS FUNÇÕES

Art. 16. Coordenador do curso:

a. Constatar as instituições potencialmente concedentes de estágio, escolhidas pela própria IES ou sugerida pelos alunos;
b. Solicitar os convênios com instituições públicas e/ou privadas para a realização dos estágios;
c. Realizar reuniões periódicas com os preceptores de estágio, com o objetivo de manter um processo contínuo de avaliação das atividades desenvolvidas;
d. Participar de decisões quanto a questões extra-normativas ocorridas no decorrer dos estágios curriculares do curso;
e. Receber ao final de cada semestre dos preceptores de estágio os processos individualizados de cada estagiário, que se constituem na documentação comprobatória da realização do estágio curricular;

Art. 17. Preceptor de Estágio:

a. Fornecer todos os formulários referentes ao estágio supervisionado aos alunos no início do semestre; b) Supervisiona as atividades e frequências dos alunos do estágio supervisionado;
b. Realizar a escala de tarefas dos alunos regularmente;
c. Redimensionar a escala de atividades dos alunos quando julgar conveniente;
d. Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de normas;
e. Estimular a participação dos alunos para a avaliação das práticas realizadas;
f. Avaliar o desempenho do aluno nas atividades propostas pelo plano de ensino de estágio;
g. Participar das reuniões e atividades programadas pelo Coordenador do Curso;
h. Comunicar por escrito, imediatamente à coordenação do curso qualquer ocorrência que possa prejudicar o bom relacionamento entre a instituição conveniada e a FAMETRO;

i. Realizar o fechamento do diário com as notas e número de faltas dos estagiários ao final do semestre.
j. Exigir do estagiário a apresentação periódica, em prazo não superior a seis meses, de relatório final das atividades de estágio;

IX - DAS OBRIGAÇÕES

Art. 18. Parte concedente:

a. Celebrar convênio e Termo de Compromisso de Estágio para realização do Estágio Curricular;
b. Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estagiário, atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
c. Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, para a função de Supervisor, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no transcurso do estágio, para orientar e acompanhar os estagiários, assim como assinar a documentação relativa à comprovação do estágio curricular;
d. Conceder vagas de estágio curricular sobre a forma de treinamento, dentro de suas possibilidades e limites, aos estagiários que estiverem em condições de estagiar, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso e encaminhado pela IES;
e. Facilitar o acesso do coordenador e/ou professor orientador do CEUNI-FAMETRO aos locais destinados ao estágio;
f. Informar aos estagiários sobre os regulamentos internos da concedente informando os das sanções cabíveis, em caso de descumprimento;
g. Manter em seu arquivo toda a documentação comprobatória da concessão do campo de estágio para fins de fiscalização;
h. A jornada de atividades de estágio curricular deverá ser cumprida, conforme legislação vigente;
i. Aplicar ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho.

Art. 19. Do estagiário:

a. Cumprir, com eficiência e eficácia, as tarefas que lhe forem pertinentes, exercitando o espírito de equipe junto a Concedente;
b. Respeitar as normas regimentais e disciplinares estabelecidas no local de estágio;
c. Informar ao Preceptor de Estágio as dificuldades encontradas e os problemas relativos ao Estágio Supervisionado;
d. Comparecer, pontual e assiduamente, ao local de estágio;
e. Vestir-se adequadamente e usar os equipamentos de segurança e proteção necessários ao exercício das atividades de estágio;
f. Elaborar e entregar, dentro dos prazos fixados, os relatórios de avaliação de estágio.
g. Observar e cumprir com rigor o cronograma de atividades, as normas gerais e a carga horária pré-estabelecidas para a frequência;
h. Zelar pelo patrimônio das instituições conveniadas;
i. Observar os princípios da ética profissional durante o desenvolvimento das atividades diárias;

j. Atuar com iniciativa, conhecimento e habilidade na resolução das atividades teóricas e práticas que se apresentarem;
k. Comunicar com antecedência, de no mínimo 24 horas, eventuais faltas decorrentes de situações previsíveis;
l. Participar efetivamente das reuniões de orientação e das entrevistas individuais ou coletivas;
m. Comunicar imediatamente, por escrito ao professor orientador qualquer ocorrência durante o desenvolvimento das atividades do estágio;
n. Assinar e fazer cumprir o termo de compromisso de estágio, obedecendo as suas cláusulas.

X - DAS AVALIAÇÕES

Art. 20. A avaliação será realizada através do acompanhamento sistemático do aluno pelo professor orientador, no desenvolvimento das ações técnicas; da apreciação dos relatórios de estágio; da participação ativa e contínua do aluno nas reuniões individuais e em grupo.

Art. 21. A avaliação do desempenho do aluno será efetivada em todos os momentos do processo, considerando-se os critérios específicos de cada curso, conforme seus Projetos Pedagógicos.

Art. 22. Nenhum aluno pode ser dispensado do estágio, nem mesmo os beneficiados pelo Decreto Lei nº 1044/69 e a discente gestante, beneficiada pela Lei nº 6.202/65.

Art. 23. A falta do cumprimento do estágio ou reprovação da disciplina de estágio resultará na não obtenção do grau respectivo, devendo matricular-se e cursar novamente a disciplina no período seguinte.

Art. 24. Para que seja atribuído a média com nota mínima de cinco pontos (5,0) e máxima de 10 pontos (10,0) na disciplina de Estágio Supervisionado Obrigatório, o estagiário deverá obter:

a. Suficiência na carga horária total comprovada por meio de frequência comprovada (anexo I);
b. Suficiência na ficha de avaliação socio-afetiva do estagiário (anexo III);
c. Suficiência nas avaliações prática ou escrita realizadas pelo preceptor;
d. Suficiência no relatório final de estágio (modelo no anexo IV);

XI - DA INTEGRALIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO, ATIVIDADES PROFISSIONAIS/CIENTÍFICAS E APROVEITAMENTO ACADÊMICO

Art. 25. O Estágio Curricular Não-Obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, o qual se constitui em atividade de formação acadêmico-profissional do estudante.

d. A carga horária realizada poderá ser validada para fins de cumprimento das Atividades Complementares que integram a estrutura do curso;
e. A carga horária realizada poderá ser utilizada para validar até 50% da carga horária do estágio curricular desde que as atividades do estágio extracurricular sejam compatíveis com a modalidade na qual o aluno deseja aproveitamento;

f. Para que a integralização do estágio não-obrigatório ocorra o aluno deve trazer o termo de compromisso ou contrato assinado original para conferência juntamente com uma cópia;

Art. 26. O estudante que realiza atividades profissionais (estágios com ou sem remuneração) em Organizações, Empresas ou Instituições públicas ou privadas, Programas de Iniciação Científica, pode requerer aproveitamento para validar até 50% da carga horária do estágio curricular desde que as atividades realizadas sejam compatíveis com a modalidade na qual o aluno deseja aproveitamento.

a) Para que a integralização das atividades profissionais ocorra o aluno deve trazer:

- Cópia do contrato ou termo de compromisso mais original para conferência ou;
- Cópia da carteira assinada mais original para conferência;
- Declaração contendo as atividades realizadas durante a atividade profissional assinada pelo empregador/supervisor/orientador.

XII - DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 27. São documentos necessários para registro das atividades de estágio e para avaliação e controle de frequência:

a. Carta de apresentação do estagiário para empresa concedente (Anexo I);
b. Controle de frequência de estágio (Anexo II);
c. Avaliação sócio-afetiva em campo de estágio (Anexo III);
d. Relatório de estágio (Anexo IV)

Art. 28. O Coordenador de Curso deverá receber ao final de cada semestre, do professor orientador de estágio, os processos individuais com toda documentação de estágio dos alunos.

Art. 29. O coordenador de curso deverá regular a forma e data para que tais documentos deem entrada nas suas coordenações, bem como efetuar seu controle e arquivamento.

Art. 30. Ao aluno é facultado o direito de apresentar o Relatório Final, para uma correção antes da entrega definitiva.

a. O aluno pode apresentar uma versão digital do relatório em até 2 (dois) dias úteis antes do término do estágio para o preceptor realizar uma verificação geral antes da entrega definitiva;
b. A data da entrega definitiva será estipulada pela coordenação de curso, para cada ciclo de estágio. O relatório no ato da entrega deve estar impresso e protocolado no local pelo preceptor;
c. Caso o aluno não entregue no prazo, serão descontados 0,5 ponto por cada dia de atraso.

XIII CUMPRIMENTO DAS NORMAS

Art. 31. Toda falta ao cumprimento das normas deverá ser notificada por escrito pelo preceptor que a encaminhará à Coordenação de Curso. A coordenação de Curso poderá fazer advertências por escrito ao aluno que cometer infrações às Normas do Estágio, sempre que julgar necessário;

Art. 32. Os casos omissos e extraordinários deste manual serão resolvidos pela Coordenação do Curso de Farmácia, obedecendo às resoluções e regimentos internos do CEUNI-FAMETRO e das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Farmácia do MEC.

Art. 33. Parágrafo Único: O desrespeito às Normas de Estágio implicará em sanções previstas no Regimento Interno do CEUNI-FAMETRO.

Anexo I
CURSO DE FARMÁCIA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO
CARTA DE APRESENTAÇÃO

_____, ___ de _____ de 20__

Prezado Senhor (a),

Estamos encaminhando, para sua seleção, o(a) discente_____que deseja pleitear uma vaga para estágio neste estabelecimento, salientando que o discente ora encaminhado está devidamente matriculado(a) sob o n.º _____ e frequentando o __º Período do Curso de Farmácia.

Atenciosamente,

_____

CAMILA FABBRI

Coordenador do Curso Farmácia

Anexo II
CURSO DE FARMÁCIA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO
CONTROLE DE FREQUÊNCIA DE ESTÁGIO

ALUNO:			TURMA:	MATRÍCULA	MÊS:
LOCAL DE ESTÁGIO:				ANO/SEMESTRE:	
PRECEPTOR:			MODALIDADE DO ESTÁGIO:		
DIA	HORA ENTRADA	HORA SAÍDA	VISTO DO ALUNO	VISTO DO PRECEPTOR	HORAS DIÁRIAS
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					
26					
27					
28					
29					
30					
31					
				TOTAL DE HORAL MENSAL	

_____ _____

PRECEPTOR (A) DO ESTÁGIO **ALUNO (A)**

Anexo III

CURSO DE FARMÁCIA

ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

FICHA DE AVALIAÇÃO SOCIO-AFETIVA

ALUNO:	TURMA:	MATRÍCULA	MÊS:
LOCAL DE ESTÁGIO:		ANO/SEMESTRE:	
PRECEPTOR:		MODALIDADE DO ESTÁGIO:	

RUIM	REGULAR	BOM	ÓTIMO	EXCELENTE
1,0	5,0	7,0	9,0	10,0

Nota da avaliação de desempenho do (a) estagiário (a) conforme conceitos da tabela anterior:

INDICADORES	PONTOS
1. Capacidade de Aprendizagem	
2. Qualidade do Trabalho Realizado	
3. Produtividade	
4. Responsabilidade	
5. Iniciativa	
6. Relacionamento no Trabalho	
7. Cooperação	
8. Conhecimentos Prévios	
9. Multidisciplinaridade	
MÉDIA	

DESCRIÇÃO DOS INDICADORES

1. Capacidade de Aprendizagem	Aprende as tarefas e absorve as informações com rapidez.
2. Qualidade do Trabalho Realizado	Executa as tarefas determinadas de maneira a alcançar a maior precisão possível.
3. Produtividade	A quantidade do trabalho apresentado é compatível com o solicitado ao estagiário.
4. Responsabilidade	Executa as tarefas visando sempre os objetivos propostos no prazo estabelecido.
5. Iniciativa	Sabe resolver sozinho novas situações imprevistas. Frequentemente tem ideias próprias e faz sugestões sobre o trabalho.
6. Relacionamento no Trabalho	Bom entrosamento, tanto individual, quanto em equipe.
7. Cooperação	Disponibilidade, boa vontade.
8. Conhecimentos Prévios	Possui os conhecimentos absorvidos em sala de aula.
9. Multidisciplinaridade	Relação com outras áreas de atuação farmacêutica.

_____ _____

PRECEPTOR (A) DO ESTÁGIO **ALUNO (A)**

Anexo IV
ITENS PARA CONFECÇÃO DO RELATÓRIO

O Relatório Final de Estágio é o resultado escrito de tudo o que foi desenvolvido no Estágio. Deverá ser composto das seguintes partes:

- Capa – seguir modelo - (item II);
- Folha de rosto – seguir modelo (item II);
- Sumário;
- Corpo do relatório – composto pelos seguintes itens, obrigatoriamente: Introdução
- (uma página), Objetivo geral, Objetivos específicos, Atividades realizadas e Conclusão;
- Referências – nas normas ABNT;
- Anexos (se necessário).

FORMATAÇÃO:

- Capa e folha de rosto com fonte Arial e tamanho 14, em negrito. Texto com fonte Ariale tamanho 11. Títulos em fonte 12 e em negrito;
- As folhas do trabalho devem ser contadas sequencialmente a partir da folha de rosto enumeradas a partir da introdução;
- Espaçamento de linha 1.15.

1.8 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Não se aplica

1.9 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

Não se aplica

1.10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1.10.1 Carga Horária das Atividades Complementares do Curso

As atividades complementares são componente curricular obrigatório e terão por objetivo propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento ao Currículo Pleno, uma trajetória diversificada, autônoma e particular, com conteúdo extracurriculares que lhe permitam enriquecer o conhecimento propiciado pelo Curso. Elas serão sempre ajustadas entre o corpo discente e a Coordenação do Curso, a qual tornará público às modalidades admitidas, de sorte a permitir a sua livre escolha pelo aluno. O estudante deve apresentar 120 horas de atividades complementares como requisito para a conclusão do curso de graduação.

As atividades complementares devem se converter em oportunidades de atualização e de enriquecimento complementando o perfil do formando, possibilitando o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

1.10.2 Forma de Aproveitamento das Atividades Complementares

A realização de atividades complementares, vem se tornado cada vez mais comum entre os estudantes de graduação, por permitir o desenvolvimento de habilidade específicas, em muitos casos não trabalhadas em sala de aula e que não pelo mercado de trabalho, em recintos escolares que são exigidas pelo mercado de trabalho, tais como comunicação, criatividade, pro atividade, trabalho em equipe etc. Dentre essas atividades, as semanas acadêmicas possibilitam o crescimento profissional e pessoal de todas as partes envolvidas, desde a idealização até a sua concretização.

Nº	Atividade	Documento Requerido	Certificação Mínima	Certificação Máxima	Total Acumulado
1	Palestras relacionadas ao Curso	Certificado de participação	2h	20h	40h
2	Certificado de participação	Certificado de participação	2h	20h	40h
3	Minicursos online ou presenciais relacionados ao curso	Certificado de participação	2h	20h	40h
4	Monitoria em disciplina do Curso	Certificado de participação	2h	60h	60h
5	Participação em Pesquisas Institucionais	Declaração ou certificado de participação	2h	80h	80h
6	Atividades práticas relacionadas ao Curso	Declaração ou certificado de participação	2h	20h	40h
7	Artigos relacionados ao curso publicados em revistas acadêmicas indexadas ou como capítulos de livros	Artigo ou o capítulo publicado	10h	40h	40h
8	Apresentação em Eventos Científicos de Trabalhos relacionados ao Curso	Certificado de participação	2h	30h	30h
9	Membro de Diretoria de Associações Estudantis, Culturais e Esportivas (Associação atlética, Centro Acadêmico, Diretório Acadêmico, Comissão de formatura)	Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida, Instituição e ou Organização.	4h	4h	8h
10	Participação em Atividades Socioculturais, Artísticas e Esportivas (coral, música dança, bandas, vídeos, cinema, fotografia, cineclubes, teatro, campeonatos esportivos etc. (não curriculares)).	Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida, Instituição e ou Organização.	2h	8h	8h
11	Participação em Projetos Sociais, trabalho voluntário em entidades vinculadas a compromissos sóciopolíticos	Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida,	2h	12h	12h

	(OSIPS, ONGS, Projetos comunitários, Creches, Asilos etc).	Instituição e ou Organização.			
12	Realização de Estágios não computados na carga horária relativa ao Estágio Curricular Supervisionado nem nas Atividades Práticas vinculadas às disciplinas da matriz curricular do PPC.	Declaração da realização ou termo de compromisso ou contrato	20h	100h	60h
13	Atividades realizadas como Agente Cívico.	Certificado de participação	30h	30h	30h
14	Disciplinas optativas e Estudos Dirigidos que constam nos Planos de Ensino realizadas de forma complementar.	Aprovação na disciplina	40h	80h	80h
15	Concursos de Monografias com trabalhos sobre temas da área de cada curso orientados por professores do curso.	Monografia elaborada e aprovada	4h	12h	12h
16	Cursos ou atividades de extensão.	Certificado de participação	2h	20h	40h
17	Seminários, Semana Acadêmica e Congressos.	Certificado de participação	2h	20h	40h
18	Realização de Estágios não computados na carga horária relativa ao Estágio Curricular Supervisionado nem nas Atividades Práticas vinculadas às disciplinas da matriz curricular do PPC.	Certificado de participação	20H	100H	60H
19	Outras atividades previamente autorizadas pelo Colegiado do Curso como AC. Comprovante determinado pelo Colegiado do Curso. Cursos on-line.	Certificado de participação	2	20	40

Outras atividades previamente autorizadas pelo Colegiado do Curso como AC. Comprovante determinado pelo Colegiado do Curso. Cursos on-line limitados a 40 h.

1.10.3 Aderência das Atividades Complementares à Formação Geral e Específica do Discente

O Mundo no seu atual estágio de desenvolvimento nunca experimentou mudanças de maneira tão aceleradas, e de tanto impacto na vida das pessoas e das organizações. Novas abordagens técnicas, mídias e inovadoras formas de comunicação forçam o espírito humano a repensar suas práticas enquanto indivíduos membros da sociedade e como partícipes do mundo do trabalho.

Nesta perspectiva, assim como mudam as relações humanas, se alteram também as relações organizacionais, tornando o mercado de trabalho um espaço muito mais dinâmico e flexível. O que outrora era mais duradouro, e podia se dá a partir de modelos fixos de formação está sendo substituído por formas mais flexíveis de caráter interdisciplinar e transversal.

Assim, embora as unidades curriculares de um curso ofereçam as bases teóricas e conceituais de uma formação e habilitem para o exercício da profissão, as atividades complementares ocupam uma significativa importância na direção de favorecer também a construção de itinerários próprios de formação que atendam os interesses, às necessidades e às vocações inerentes a cada aluno. Elas permitem a diversificação e ampliação do currículo formal por meio de experiências integradoras no âmbito da pesquisa, da extensão e formação cultural. Desse modo, considerando as habilidades previstas ao perfil do egresso dispostas no dispositivo legal das Diretrizes Curriculares, é fundamental ofertar este espaço ampliado de formação para além da sala de aula.

Os projetos pedagógicos dos Cursos de Graduação contemplarão atividades complementares criando diversos mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, mediante estudos e práticas independentes, presenciais e/ou a distância, a saber: monitorias e estágios; programas de iniciação científica; programas de extensão; estudos complementares e cursos realizados em outras áreas afins.

A instituição fornecerá um conjunto significativo de oportunidades formativas, que ajude no conjunto do currículo a fortalecer o objetivo do curso e as competências e habilidades também previstas nas Diretrizes Curriculares, as quais estão detalhadas no Projeto Político Pedagógico do Curso. Trata-se, assim, de um esforço para ofertar

as condições mais favoráveis para o desenvolvimento de competências, quer sejam aquelas necessárias hoje quer sejam aquelas que nasceram no futuro próximo, o domínio destas no contexto da trabalhabilidade futura.

1.10.4 Mecanismos Inovadores na Regulação, Gestão e Aproveitamento das Atividades Complementares.

As Atividades Complementares se constituem em parte integrante o currículo dos cursos de Graduação da Instituição, e devem ser desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido em seu Projeto Pedagógico carga horária e ao longo dos semestres letivos, cabendo ao aluno participar de Atividades Complementares que privilegiem a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais.

Ressaltamos que estas poderão ser desenvolvidas na própria Instituição ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando a diversidade de enfoque e de espaços formativos para os alunos, quando ofertadas pela Instituição, devem ser ofertadas de modo a não comprometer a carga horária das atividades acadêmicas curriculares, não sendo, portanto, justificativa para faltas em outras disciplinas/componentes curriculares. Neste sentido para melhor organização delas, o Coordenador de Curso, o Colegiado de Curso e o Núcleo docente estruturante, possuem papel fundamental na identificação daquelas atividades promovidas pela instituição que contribuirão para o fortalecimento do perfil do egresso do curso.

Neste sentido para melhor organização delas, o Coordenador de Curso, o Colegiado de Curso e o Núcleo docente estruturante, possuem papel fundamental na identificação daquelas atividades promovidas pela instituição que contribuirão para o fortalecimento do perfil do egresso do curso.

Ao Coordenador do Curso compete:

I. coordenar a oferta e a divulgação das atividades complementares no âmbito de seu curso;

I. avaliar e realizar o registro de horas complementares dos alunos no âmbito do seu curso validando as mesmas;

II. supervisionar o desenvolvimento das atividades complementares quando organizadas pelo seu curso;

III. definir, ouvido o Colegiado de Curso, as atividades complementares que poderão ser ofertadas em calendário acadêmico do respectivo ano letivo.

IV. encaminhar à Secretaria Acadêmica – SECAD, o resultado da avaliação das Atividades Complementares, quando for o caso;

V. informar sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora da Instituição que propiciem pontuações para atividades Complementares;

VII. participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às Atividades Complementares.

Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelos alunos, serão considerados:

a. A compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento, e os objetivos do curso em que o aluno estiver matriculado;
b. O total de horas dedicadas à atividade. As Atividades Complementares deverão possuir um importante portfólio de habilidades e competências que serão conquistadas pelos alunos do Curso de Graduação em consonância com as Diretrizes Curriculares no que compete ao perfil do egresso a ser construído.

1.10.5 Regulamento das Atividades Complementares

CAPÍTULO I - DAS FINALIDADES

Art. 1º - As Atividades Complementares se constituem em parte integrante o currículo dos cursos de Graduação.

§1º - As Atividades Complementares são desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido em seu Projeto Pedagógico, sendo componente curricular obrigatório para a graduação do aluno.

§2º - Caberá ao aluno participar de Atividades Complementares que privilegiem a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais. Tais atividades serão

adicionais às demais atividades acadêmicas e deverão contemplar os grupos de atividades descritos neste Regulamento.

Art. 2º - As Atividades Complementares têm por objetivo enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando:

I. atividades de complementação da formação social, humana e cultural;
II. atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo;
III. atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional.

CAPÍTULO II - DO LOCAL E DA REALIZAÇÃO

Art. 3º - As Atividades Complementares poderão ser desenvolvidas na própria IES ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando o alcance dos objetivos previstos nos Artigos 1º e 2º deste Regulamento.

Parágrafo único - As Atividades Complementares deverão ser realizadas preferencialmente aos sábados ou no contra turno do aluno, não sendo justificativa para faltas em outras disciplinas/unidades curriculares.

CAPÍTULO III - DAS ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I

DO COORDENADOR DO CURSO

Art. 4º - Ao Coordenador do Curso compete:

I. indicar à Gerência de Ensino e Pesquisa o professor responsável por coordenar as ações das Atividades Complementares no âmbito de seu curso;
II. propiciar condições para o processo de avaliação e acompanhamento das Atividades Complementares;
III. supervisionar o desenvolvimento das Atividades Complementares;
IV. definir, ouvido o Colegiado de Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
V. validar, ouvido o Colegiado de Curso, as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
VI. julgar, ouvido o Colegiado de Curso, a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO II
DO COLEGIADO DO CURSO

Art. 5º - Ao Colegiado do Curso compete:

I. propor ao Coordenador do Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
II. propor ao Coordenador do Curso as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
III. propor ao Coordenador do Curso a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO III
DO PROFESSOR RESPONSÁVEL

Art. 6º - Ao professor responsável pelas Atividades Complementares compete:

I. analisar e validar a documentação das Atividades Complementares apresentadas pelo aluno, levando em consideração este Regulamento;
II. avaliar e pontuar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, de acordo com os critérios estabelecidos, levando em consideração a documentação apresentada;
III. orientar o aluno quanto à pontuação e aos procedimentos relativos às Atividades Complementares;
IV. fixar e divulgar locais, datas e horários para atendimento aos alunos;
V. controlar e registrar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, bem como os procedimentos administrativos inerentes a essa atividade;
VI. encaminhar à Secretaria Acadêmica – SECAD, o resultado da matrícula e da avaliação das Atividades Complementares;
VII. participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às Atividades Complementares.

SEÇÃO IV
DO ALUNO

Art. 7º - Aos alunos da IES, matriculados nos cursos de Graduação, compete:

I. informar-se sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora da IES que propiciem pontuações para Atividades Complementares;

II. inscrever-se e participar efetivamente das atividades;

III. solicitar a matrícula e a avaliação em Atividades Complementares, conforme prevê este Regulamento;

IV. providenciar a documentação comprobatória, relativa à sua participação efetiva nas atividades realizadas;

V. entregar a documentação necessária para a pontuação e a avaliação das Atividades Complementares, até a data limite estabelecida no Calendário Acadêmico; VI. arquivar a documentação comprobatória das Atividades Complementares e apresentá-la sempre que solicitada;

VII. retirar a documentação apresentada junto ao professor responsável em até 60 dias corridos após a publicação do resultado.

§1º - A documentação a ser apresentada deverá ser devidamente legitimada pela Instituição emitente, contendo carimbo e assinatura ou outra forma de avaliação e especificação de carga horária, período de execução e descrição da atividade.

§2º - A documentação não retirada no prazo estabelecido neste Regulamento será destruída.

CAPÍTULO IV
DO PROCESSO DE MATRÍCULA

Art. 8º - O aluno deverá protocolar junto ao professor responsável a entrega da documentação comprobatória para avaliação em Atividades Complementares, no momento que julgar ter os pontos necessários para avaliação.

§1º - A documentação comprobatória deverá ser entregue até a data limite prevista em Calendário Acadêmico.

§2º - Caso o aluno complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula será realizada, sendo o aluno considerado aprovado.

§3º - Caso o aluno não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula não será realizada.

§4º - Caso o aluno tenha como único requisito faltante para conclusão do curso as Atividades Complementares e não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação, a matrícula será realizada e o aluno será considerado reprovado.

Art. 9º - A matrícula e a avaliação em Atividades Complementares deverão ser realizados até a data limite para lançamento de notas estabelecida no Calendário Acadêmico.

Art. 10 - Não será aceita matrícula em enriquecimento curricular em Atividades Complementares.
Art. 11 - Não haverá dispensa ou convalidação das Atividades Complementares.

CAPÍTULO V
DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 12 - Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelo aluno, serão considerados:

I. a compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento, e os objetivos do curso em que o aluno estiver matriculado;
II. o total de horas dedicadas à atividade.

Parágrafo único - Somente será considerada, para efeito de pontuação, a participação em atividades desenvolvidas a partir do ingresso do aluno no Curso.
Art. 13 - Poderão ser validadas como Atividades Complementares:
Grupo 1 - Atividades de complementação da formação social, humana e cultural, estando inclusas:

I. atividades esportivas - participação nas atividades esportivas;
II. cursos de língua estrangeira – participação com aproveitamento em cursos de língua estrangeira;
III. participação em atividades artísticas e culturais, tais como: banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, radioamadorismo e outras;
IV. participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultural;
V. participação como expositor em exposição artística ou cultural.

Grupo 2 - Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo, estando Inclusas:

I. participação efetiva em Diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselhos e Colegiados internos à Instituição;
II. participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, CIPAS, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares;
III. participação em atividades beneficentes;

IV. atuação como instrutor em palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, desde que não remunerados e de interesse da sociedade;
V. engajamento como docente não remunerado em curso s preparatórios e de reforço escolar;
VI. participação em projetos de extensão, não remunerados, e de interesse social.

Grupo 3 - Atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional, estando inclusas:

I. participação em cursos extraordinários da sua área de formação, de fundamento científico ou de gestão;
II. participação em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;
III. participação como apresentador de trabalhos em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;
IV. participação em projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do Curso;
V. participação como expositor em exposições técnico-científicas;
VI. participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter acadêmico;
VII. publicações em revistas técnicas;
VIII. publicações em anais de eventos técnico-científicos ou em periódicos científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional;
IX. estágio não obrigatório na área do curso;
X. trabalho com vínculo empregatício, desde que na área do curso;
XI. trabalho como empreendedor na área do curso;
XII. estágio acadêmico;
XIII. participação em visitas técnicas organizadas pela IES;
XIV. participação e aprovação em disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular de interesse do Curso, desde que tais disciplinas/unidades curriculares tenham sido aprovadas pelo Colegiado de Curso e estejam de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.
XV. participação em Empresa Júnior, Hotel Tecnológico, Incubadora Tecnológica;
XVI. participação em projetos multidisciplinares ou interdisciplinares.

§1º - Os estágios previstos referem-se a estágios de característica opcional por parte do discente (estágio não obrigatório). O Estágio Curricular Obrigatório não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga

horária e registro de nota próprios.
§2º - Os projetos multidisciplinares ou interdisciplinares referem-se àqueles de característica opcional por parte do discente, não previstos no currículo do curso do aluno. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga horária e registro de nota próprios.

CAPÍTULO VI
DA PONTUAÇÃO

Art. 14 - As Atividades Complementares serão avaliadas, segundo a carga horária ou por participação efetiva nas atividades, atendendo ao disposto no parágrafo 1º do Art. 7º deste Regulamento.
Parágrafo único - As atividades que se enquadram em mais de um item serão pontuadas por aquele que propiciar maior pontuação.
Art. 15 - O aluno deverá participar de atividades que contemplem os Grupos listados no Artigo 13 deste Regulamento, completando no mínimo 20 pontos em cada um dos grupos.
Art. 16 - O aluno poderá integralizar:

I. no grupo 1 o máximo de 30 pontos;
II.no grupo 2 o máximo de 30 pontos;
III. no grupo 3 o máximo de 40 pontos.

Art. 17 - Caberá ao Colegiado de Curso propor ao Coordenador do Curso a pontuação dos itens de cada Grupo, respeitados os Artigos 15 e 16.
Parágrafo único - O Anexo 1 deste Regulamento será utilizado como referência para definição dos pontos em cada item.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18 - Os casos omissos neste Regulamento serão tratados pela Coordenação do Curso.

1.11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

1.11.1 Determinação das DCNS para o Trabalho de Conclusão do Curso - TCC

De acordo com a DCN do Curso de Farmácia é recomendável a elaboração do Trabalho de Conclusão decurso (TCC) pelos estudantes, sendo esse realizado sob orientação de docente da IES, em conformidade com sua área de atuação específica, atendendo à regulação por ela definida. Ao optar pelo TCC, a IES deve fazê-lo de forma regulamentada, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos de carga horária, formas de apresentação, orientação e coordenação.

1.11.2 Áreas, período, carga horária e produto do TCC

O TCC é realizado em dois períodos: 9º período com a disciplina TCC I e 10º período com a disciplina TCC II. Cada disciplina possui carga horária de 66 horas, totalizando assim 132 horas. O produto do TCC no Curso de Farmácia é um artigo científico.

1.11.3 Forma de Apresentação do TCC

A forma de apresentação do TCC será um artigo científico, produzido individualmente pelo(s) aluno(s) com orientação de um docente.

1.11.4 Forma de Orientação do TCC

Poderão ser orientadores de TCC os professores efetivos do curso de Farmácia e demais docentes da Instituição com experiência na temática a ser desenvolvida. Sendo que o TCC precisa ter como tema conteúdo específico de Ciências Farmacêuticas.

Poderão ser co-orientadores os docentes da IES ou de outras Instituições de Ensino Superior e de Instituições de Serviço de Saúde com experiência relacionada à temática e à metodologia do TCC.

Estes deverão assinar o termo de compromisso para cada orientação e co-orientação.

São atribuições do orientador de TCC:

a. Atender seu(s) orientando(s) em horários previamente fixados;
b. Preencher e entregar à Coordenação o formulário de avaliação do TCC, relativo à apresentação escrita;
c. Participar das apresentações e defesas para as quais estiver designado;
d. Preencher e assinar juntamente com os demais membros da Banca Examinadora, a Ata de apresentação do TCC e entregá-la à Coordenação ao final da sessão de apresentação;
e. Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

1.11.5 Forma de Coordenação do TCC

Da coordenação compete:

I - divulgar as normas do TCC para todos os alunos a partir do 9º período do curso bem como avisar aos professores o início do planejamento do TCC;
II - divulgar os nomes dos professores orientadores do TCC, no 9º período do curso, com suas respectivas disponibilidades de vagas para orientação e áreas de conhecimento;
III - divulgar, caso seja pertinente, normas complementares que passarão a compor o TCC;
IV - formalizar a escolha dos orientadores e seus respectivos orientados a partir do 9º período do curso;
V - elaborar o calendário de TCC e da apresentação do trabalho final, compatível com o calendário acadêmico;
VI - cuidar para que o calendário seja rigorosamente cumprido;
VII - convocar, quando necessário, reunião com os professores orientadores e/ou orientandos;
VIII - mediar se necessário, as relações entre orientador e orientando(s);
IX - avaliar possíveis desistências de orientação;

X – propor a formação das Bancas Examinadoras juntamente com o professor orientador e o aluno orientando;
XI – Excepcionalmente, dada à natureza do trabalho, analisar a indicação e a pertinência da participação, em Banca Examinadora, de profissional externo à IES;
XII - receber as avaliações dos orientandos realizadas pelo orientador e os resultados da avaliação conduzida pela Banca Examinadora;
XIII - receber o TCC em sua forma final e definitiva, para divulgação em internet e arquivamento no banco de dados da Coordenação do Curso de Farmácia.

1.11.6 Forma de Divulgação de Manuais Atualizados de Apoio à Produção dos Trabalhos

Os manuais são disponibilizados semestralmente aos alunos com as devidas atualizações. Os docentes das disciplinas são responsáveis em divulgar aos alunos, apresentar e deixar disponível de forma online (portal do aluno) e de forma física para cópia.

1.11.7 Forma de Disponibilização dos TCC's em Repositórios Institucionais

A versão final e corrigida do TCC, após a sua defesa perante a Banca Examinadora, deverá ser entregue à Coordenação do Curso de Farmácia, uma via em formato impresso e encadernado aspiral e outra via em mídia digital eletrônica (CD) salvo no formato de *.pdf, dentro dos padrões deste regulamento para posterior arquivamento, até 5 dias após a apresentação oral da mesma.

A mídia eletrônica é entregue e protocolada na biblioteca que fica responsável em transferir o conteúdo para a bibliotecal virtual, ficando assim acessível a todos os alunos da IES.

1.11.8 Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso

CAPÍTULO I – DO CONCEITO

Art. 1º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade de integração curricular obrigatória do Curso de Farmácia da IES. Conceitualmente, consistirá de um trabalho formal escrito, redigido com formatação normatizada nos moldes de artigo científico.

Art. 2º - Abordando temas correlatos às áreas de atuação do Farmacêutico definidas no Plano Pedagógico do Curso e a ser elaborado pelo aluno sob a orientação de um professor orientador, sendo ao término submetido à avaliação de Banca Examinadora, tudo segundo as normas deste regulamento e demais instrumentos normativos pertinentes.
Parágrafo Único – O TCC terá carga horária total de 132 horas, distribuídas no 9º e 10º período do Curso. Os alunos deverão proceder com a organização de ideias e a elaboração do artigo, sob responsabilidade do professor da disciplina e do professor/orientador.

Art. 3º - O TCC poderá ser um trabalho de revisão bibliográfica, uma pesquisa de campo, um trabalho experimental ou um relato de caso clínico, produzido pelo(s) aluno(s) com orientação docente e que atenda as normas constantes deste regulamento.

§ 1º - Não será permitida a orientação de TCC com o mesmo título ou objetivos, por um mesmo orientador, no mesmo período.

§ 2º - Caberá à Banca Examinadora do TCC o julgamento da coincidência de títulos ou objetivos de trabalhos e a reprovação na disciplina.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS

Art. 4º O TCC é um trabalho científico que tem por finalidade propiciar ao aluno:

I - estímulo à produção científica;
II - aprofundamento teórico e/ou prático em uma área temática da profissão;
III-conscientização do dinamismo e interdisciplinaridade das atividades laborais e científicas;
IV - desenvolvimento de criatividade e capacidade de produção científica;
V - realização e documentação de experiências laborais, de pesquisa e de extensão;
VI - internalização do correlação entre teoria e prática e entre as áreas de atuação do Farmacêutico;

VII - interação entre o Corpo Docente e Discente.

CAPÍTULO III – DA COORDENAÇÃO

Art. 5º - Da coordenação compete:

I - divulgar as normas do TCC para todos os alunos a partir do 9º período do curso bem como avisar aos professores o início do planejamento do TCC;
II - divulgar os nomes dos professores orientadores do TCC, no 9º período do curso, com suas respectivas disponibilidades de vagas para orientação e áreas de conhecimento;
III - divulgar, caso seja pertinente, normas complementares que passarão a compor o TCC;
IV - formalizar a escolha dos orientadores e seus respectivos orientados a partir do 9º período do curso;
V - elaborar o calendário de TCC e da apresentação do trabalho final, compatível com o calendário acadêmico;
VI - cuidar para que o calendário seja rigorosamente cumprido;
VII - convocar, quando necessário, reunião com os professores orientadores e/ou orientandos;
VIII - mediar se necessário, as relações entre orientador e orientando(s);
IX - avaliar possíveis desistências de orientação;
X – propor a formação das Bancas Examinadoras juntamente com o professor orientador e o aluno orientando;
XI – Excepcionalmente, dada à natureza do trabalho, analisar a indicação e a pertinência da participação, em Banca Examinadora, de profissional externo à IES;
XII - receber as avaliações dos orientandos realizadas pelo orientador e os resultados da avaliação conduzida pela Banca Examinadora;
XIII - receber o TCC em sua forma final e definitiva, para divulgação em internet e arquivamento no banco de dados da Coordenação do Curso de Farmácia.

CAPITULO IV – DOS ITENS QUE COMPÕEM O TCC

Art. 7º - A estrutura da apresentação de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) deve possuir elementos pré-textuais, elementos textuais e elementos pós-textuais de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

§ 1º - A Distribuição dos itens que compõe o TCC em forma de artigo científico em relação aos elementos da estrutura básica são:

a. Pré-textuais ou parte preliminar: Título; Sub-título (quando for o caso); Autor; Resumo; Palavras-chave, Abstract, Jey-words;
b. Textuais ou corpo do artigo: Introdução; Material e Métodos; Resultados e Discussões; Conclusão;
c. Pós-textuais ou referencial: agradecimentos; Suporte Financeiro (quando for o caso), referências bibliográficas.

Parágrafo Único - Cada um desses elementos, e seus respectivos componentes, são imprescindíveis na composição do TCC, apresentando informações e dados fundamentais para a compreensão do trabalho como um todo, sendo importante não omiti-los.

CAPÍTULO V - DOS REQUISITOS GERAIS

Art. 8º - O TCC deverá ser desenvolvido individualmente.

Art. 9º - Para elaboração e defesa do TCC, o aluno deve estar regularmente matriculado nas disciplina de TCC.

Art. 10º - O TCC compõem-se de:
I – matrícula na disciplina de TCC;
II – trabalho final redigido na forma de artigo científico, de acordo com as normas deste regulamento e de seus apêndices;
III – formulário de avaliação do TCC, relativo à apresentação escrita;
IV – apresentação pública do TCC perante uma Banca Examinadora;
V – entrega da versão final do trabalho incorporando as alterações demandadas pela Banca Examinadora, se houver.

Art. 11º - O TCC poderá ser desenvolvido com a participação de um professor co-orientador, indicado pelo professor orientador, que o auxiliará nos aspectos relacionados com o desenvolvimento do trabalho.

CAPÍTULO VI - DA ORIENTAÇÃO

Art. 12º - Poderão ser orientadores de TCC os professores efetivos do curso de Farmácia do CEUNI-FAMETRO e demais docentes da Instituição com experiência na temática a ser desenvolvida.

Art. 13º - Poderão ser co-orientadores os docentes da IES ou de outras Instituições de Ensino Superior e de Instituições de Serviço de Saúde com experiência relacionada à temática e à metodologia do TCC.

Parágrafo Único - O co-orientador externo a IES deverá preencher os seguintes requisitos:

I - conhecer este regulamento e demais normas pertinentes da IES;
II –apresentar *curriculum vitae*;

Art. 14º - Os professores do colegiado do curso de Farmácia deverão orientar no máximo 06 (seis) TCC por período.

Parágrafo Único – O TCC deverá ser defendido individualmente.

Art. 15º - O professor/orientador e o coorientador, se houver, deverão assinar o termo de compromisso para cada orientação e coorientação.
Art. 16º - A desistência por parte do orientador/orientando deverá ser formalizada em documento elaborado pelo proponente, contendo declaração de ciência do pedido por parte dos demais envolvidos, dirigido à coordenação do Curso, especificando as razões da desistência.
Art. 17º - É de responsabilidade conjunta do professor/orientador e orientando(s) a sugestão de datas para apresentação do TCC perante a Banca Examinadora, de acordo com o calendário divulgado pela coordenação:

Parágrafo Único - É de inteira responsabilidade do aluno/orientando e seu professor/orientador a forma impressa do TCC que deverá ser entregue à Banca Examinadora com pelo menos 20 dias de antecedência em relação à data aceita para sua apresentação, sendo esta composta por três membros, e devendo ser entregue uma cópia para cada membro.

Art. 18º - As sessões de orientação ocorrerão a critério do orientador, de forma a cumprir os prazos determinados e promover uma orientação efetiva.

Art. 19º - São atribuições do orientador de TCC:

I - atender seu(s) orientando(s) em horários previamente fixados;

II - preencher e entregar à Coordenação o formulário de avaliação do TCC, relativo à apresentação escrita;
III - participar das apresentações e defesas para as quais estiver designado;
IV - preencher e assinar juntamente com os demais membros da Banca Examinadora, a Ata de apresentação do TCC e entregá-la à Coordenação ao final da sessão de apresentação;
V - cumprir e fazer cumprir este regulamento.

CAPÍTULO VII - DOS ALUNOS MATRICULADOS EM TCC

Art. 20º - O(s) aluno(s) em fase de desenvolvimento de TCC terá(ão) as seguintes atribuições específicas:
I - comparecer às reuniões convocadas pelo seu orientador dias e horários estabelecidos;
II - cumprir o calendário divulgado pela Coordenação para a entrega do TCC;
III - elaborar o TCC na forma de artigo científico, de acordo com o presente regulamento e as instruções do orientador;
IV - assinar a ficha de avaliação de TCC em sua defesa juntamente com o orientador;
V - comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar seu TCC;
VI - cumprir este regulamento.

CAPÍTULO VIII - DOS REQUISITOS DO TCC

Art. 21º - O TCC deverá ser entregue em 03 (três) vias encadernadas em espiral para a Banca Examinadora no prazo determinado, com no mínino de 20 dias antecedentes à defesa pública.

Art. 22º - A apresentação pública oral e a defesa do TCC seguirá o calendário definido e divulgado pela Coordenação.

Art. 23º - O processo de apresentação oral e da defesa obedecerá às seguintes normas:
I – atribuição de no máximo de vinte minutos ininterruptos para apresentação oral do TCC pelo orientando;
II – atribuição de no máximo dez minutos a cada componente da Banca Examinadora para argüições e respostas do(s) orientando(s).
Art. 24º - No caso de impedimento devidamente justificado, o presidente da Banca Examinadora fixará nova data de apresentação, observando o prazo determinado pela Coordenação.

Art. 25º - No caso de ocorrências excepcionais no decorrer da apresentação do trabalho, o presidente da Banca Examinadora poderá suspender a sessão, fixando, se necessário, nova data para a apresentação, observando o prazo determinado pela Coordenação.

Art. 26º - Caso o aluno não entregue o TCC no prazo determinado, ou o trabalho seja reprovado pela Banca Examinadora na defesa, ele será considerado reprovado na disciplina e deverá refazer novamente a disciplina de TCC nos períodos seguintes, de acordo com a disponibilidade da mesma.

CAPÍTULO IX - DA BANCA EXAMINADORA

Art. 27º - A Banca Examinadora será proposta pelo aluno/orientando e o professor/orientador, sendo este último membro nato, dois outros membros titulares e um membro suplente escolhidos em uma lista proposta pelo orientador no formulário próprio.

§ 1º - Caso haja co-orientador, este poderá ser indicado como componente da banca examinadora.
§ 2º - Somente um dos componentes da Banca Examinadora poderá ser externo a IES, desde que preencha os seguintes requisitos:
I - ser graduado na área do conhecimento;
II - ter conhecimento do regulamento do TCC do curso de Farmácia;

Art. 28º - O orientador presidirá a Banca Examinadora na sessão de apresentação e defesa do TCC.

Art. 29º - Ao final da apresentação e defesa do trabalho a Banca Examinadora, em reunião, avaliará e consolidará as avaliações de seus Membros em formulários próprios. Compete ao Presidente da Banca Examinadora consolidar as avaliações do TCC e emitir o parecer de aprovação ou de reprovação do orientando na disciplina de TCC.

Art. 30º - A Banca Examinadora comprovará a sua avaliação do TCC pela apresentação de ficha de avaliação própria devidamente preenchida.

CAPÍTULO X - DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 31º - No processo de avaliação do TCC serão consideradas as notas atribuídas pelo professor responsável pela disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso.

Parágrafo Único – O aluno deverá obter média igual ou superior a 5,0 para conseguir aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 32º - No processo de avaliação do TCC serão consideradas 04 (quatro) etapas de avaliações, de acordo com o cronograma de atividades pré-estabelecidas pela Coordenação.

§ 1º - Na 1ª avaliação será feita a apreciação do TCC na forma escrita exclusivamente pelo orientador sendo o resultado expresso em nota e obedecendo a uma escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, conforme formulário próprio. Em sua avaliação o orientador deverá observar o trabalho escrito quanto a:
I - qualidade da apresentação gráfica, da redação, e a correção da linguagem;
II – presença e a qualidade do resumo com todas as informações necessárias e adequadas à elucidação do trabalho;
III – delimitação do tema, a formulação do problema, a hipótese e/ou suposição e se os objetivos estão claramente definidos;
IV - fundamentação teórica e sua adequação ao trabalho;
V - ideias arroladas com a devida autoria e citações coerentes, obedecendo às normas de forma e corretamente referenciadas;
VI - metodologia adequada e coerente com os objetivos propostos;
VII - discussão fundamentada em teoria e coerente com os objetivos propostos;
VIII - conclusão estabelecida de forma clara e coerente com a proposição, resultados obtidos e discussão;
IX – coerência e formatação normatizada da bibliografia.

§ 2º - A 2ª, 3ª e 4ª avaliações do TCC serão de responsabilidade da Banca Examinadora. A 2ª avaliação será de responsabilidade do presidente, a 3ª avaliação, do primeiro membro e a 4ª avaliação, do segundo membro da Banca Examinadora. Os resultados dessas avaliações serão expressos por notas, obedecendo a uma escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos. A Banca Examinadora deverá observar a versão final e definitiva na sua forma escrita e oral, considerando os critérios a seguir:

I - qualidade da apresentação gráfica, da redação, e a correção da linguagem;
II - presença e a qualidade do resumo com todas as informações necessárias e adequadas à elucidação do trabalho;
III - delimitação do tema, formulação do problema, hipótese e/ou suposição e objetivos claramente definidos;

IV - fundamentação teórica adequada ao trabalho;
V - ideias arroladas com a devida autoria e citações coerentes, obedecendo a formato adequado e corretamente referenciadas;
VI - metodologia adequada e coerente com os objetivos propostos;
VII - discussão fundamentada em teoria e coerente com os objetivos propostos;
VIII - conclusão estabelecida de forma clara e coerente com a proposição, resultados obtidos e discussão;
IX - coerência e formatação normatizada da bibliografia.
X - qualidade do material didático apresentado e seu uso adequado;
XI - capacidade de síntese;
XII - apresentação de forma clara e consistente;
XIII - utilização adequada do tempo de apresentação;
XIV - respostas corretas e convincentes às argüições da Banca Examinadora.

§ 3º - Os componentes da Banca Examinadora utilizarão formulário próprio (anexo) para registrar a pontuação emitida para o TCC.

Art. 33º - A nota final do TCC será obtida pela média aritmética das notas das 4 (quatro) avaliações, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver no mínimo 5,0 pontos.

Art. 34º - O aluno que não obtiver a pontuação mínima de 5,0 pontos e/ou não apresentar o TCC dentro do prazo estabelecido por motivo não justificado será considerado reprovado.

Art. 35º - A versão final e corrigida do TCC, após a sua defesa perante a Banca Examinadora, deverá ser entregue à Coordenação do Curso de Farmácia, uma via em formato impresso e encadernado modelo capa dura e outra via em mídia digital eletrônica (CD) salvo no formato de *.pdf, dentro dos padrões deste regulamento para posterior arquivamento, até 15 dias após a apresentação oral da mesma.

Art. 36º - A aprovação do orientando será encaminhada somente após o cumprimento dos Artigos 34º e 35º.

CAPÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37º - Este regulamento se aplica aos alunos do Curso e a sua divulgação será feita pela Comissão do TCC.
Art. 38º - Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso de Farmácia

ANEXO I - TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR ORIENTADOR

Eu, _____discente do curso de Farmácia Matrícula:_____Convido o professor_____ _____a ser orientador voluntário do Projeto intitulado _____ _____ _____ _____.

Sendo assim, eu professor(a) _____ declaro estar ciente do regulamento que rege o TCC do curso de Farmácia da IES e que as horas destinadas para orientação não serão remuneradas por esta IES, tendo em vista o aceite voluntário deste professor para orientação dos discentes vinculados ao Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

_____

Professor Orientador Voluntário

ANEXO II - TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR COORIENTADOR

Eu,_____
_____CPF: _____RG: _____

Professor co-orientador voluntário do aluno da disciplina TCC no projeto: _____

Declaro estar ciente do regulamento que rege o TCC do Curso de Farmácia da IES, que as horas destinadas para coorientação não serão remuneradas por esta IES, tendo em vista o aceite voluntário deste professor para orientação dos discentes vinculados ao Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

_____

Professor Co-orientador Voluntário

ANEXO III – AVALIAÇÃO TCC (N1)

TRABALHO ESCRITO = TOTAL 10,0		
ITEM AVALIADO	VALOR	NOTA
Relevância e Contribuição Acadêmica do Tema.	1,0	
Redação clara e organizada, boa pontuação e uso correto de termos técnicos.	3,0	
Critérios básicos de formatação.	1,0	
Referências e citações, adequadas e atuais.	1,0	
Introdução clara, objetivos e descrição dos capítulos.	1,0	
Fundamentação teórica coerente, consistente e atual.	1,0	
Metodologia apropriada, explicitada e organizada.	1,0	
Considerações finais coerentes com os objetivos.	1,0	
TOTAL		

_____

Nome completo - Examinador(a)

ANEXO IV – AVALIAÇÃO TCC (N2)

TRABALHO ESCRITO = TOTAL 4,0		
ITEM AVALIADO	VALOR	NOTA
Relevância e Contribuição Acadêmica do Tema.	0,5	
Redação clara e organizada, boa pontuação e uso correto de termos técnicos.	0,5	
Critérios básicos de formatação.	0,5	
Referências e citações, adequadas e atuais.	0,5	
Introdução clara, objetivos e descrição dos capítulos.	0,5	
Fundamentação teórica coerente, consistente e atual.	0,5	
Metodologia apropriada, explicitada e organizada.	0,5	
Considerações finais coerentes com os objetivos.	0,5	
TOTAL		

APRESENTAÇÃO ORAL = TOTAL 6,0		
ITEM AVALIADO	VALOR	NOTA
Domínio do Conteúdo.	1,0	
Organização da Apresentação e do banner.	1,0	
Habilidade de Comunicação e Expressão.	1,0	
Capacidade de Argumentação e Inovação.	0,5	
Uso de Recursos Audiovisuais.	0,5	
Linguagem Corporal, Vestuário e Comportamento.	1,0	
Uso Adequado do Tempo.	1,0	
TOTAL		

_____

Nome completo - Examinador(a)

ANEXO V - ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO DE FARMÁCIA

Às_____horas do dia_____ do mês de _____do ano de _____, na sala _____, compareceu para defesa pública do trabalho de conclusão de curso, como requisito obrigatório à Colação de Grau no Curso de Farmácia, oS alunoS(a):_____, _____ e _____ tendo o trabalho o seguinte título: _____.

Constituíram a Banca Examinadora os professores abaixo indicados. Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, ficou definido que o trabalho foi considerado _____ com nota_____, de acordo com os itens avaliados constantes de formulário anexo, que integra a presente ata para todos os feitos legais.

Eu,_____(Presidente da banca Examinadora), lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelos demais membros da Banca Examinadora.

Membros da Banca Examinadora:

_____

Nome completo - Examinador(a)

_____

Nome completo - Examinador(a)

_____

Nome completo - Examinador(a)

ANEXO VI - TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS E AUTORIZAÇÃO PARA INSERÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO NOS MEIOS ELETRÔNICOS E, OU, IMPRESSOS DE DIVULGAÇÃO DISPONIBILIZADOS E UTILIZADOS PELA IES

O aluno _____, _____ e _____ do Curso de Farmácia, matriculado sob número _____,_____ e _____ venho, por meio do presente, AUTORIZAR, em caso de aprovação na respectiva disciplina, a inserção do meu Trabalho de Conclusão do Curso intitulado "_____ _____ _" nos meios eletrônicos de divulgação disponibilizados e utilizados pela universidade, bem como em qualquer outro meio eletrônico ou impresso de divulgação utilizado pela Instituição, para os específicos fins educativos, técnicos e culturais de divulgação institucional e não-comerciais. DECLARO, dessa forma, que cedo, em caráter gratuito e por tempo indeterminado, o inteiro teor do meu Trabalho de Conclusão do Curso acima identificado, cuja cópia, por mim rubricada e firmada, segue em anexo, para que possa ser divulgada através do(s) meio(s) acima referido(s). DECLARO, ainda, que sou autor e único e exclusivo responsável pelo conteúdo do mencionado Trabalho de Conclusão do Curso.

AUTORIZO, ainda, a IES a remover o referido Trabalho do(s) local(is) acima referido(s), a qualquer tempo e independentemente de motivo e/ou notificação prévia à minha pessoa.

_____

Aluno do curso de Farmácia

_____

Aluno do curso de Farmácia

_____

Aluno do curso de Farmácia

ANEXO VII - CARTA DE ENCAMINHAMENTO DE ALUNO PARA BANCA DE DEFESA DE TCC

Eu, docente da IES _____,
encaminho o aluno (a) _____, para defender o seu Trabalho de Conclusão de Curso.

_____,____ de _____ de _____

_____ _____

Assinatura do Professor Assinatura do Aluno

ANEXO VIII - FICHA DE ORIENTAÇÃO DO ALUNO

1. IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO:

Curso: Farmácia
Disciplina: TCC
Nome do Aluno (a):
Professor (a):
Carga horária: 66 Período: 10º Semestre: Turno:

Dia da Orientação	Conteúdo Tratado na Orientação	Assinatura do Aluno Confirmando sua Presença na Orientação. Caso esse não tenha comparecido, constará assinatura do Professor.
/ /		
/ /		
/ /		

1.12 APOIO AO DISCENTE

POLÍTICA:

A Política de atendimento aos estudantes consiste no suporte acadêmico que a IES oferece por meio de uma gama de serviços como: acolhimento ao ingressante; atendimento extraclasse; nivelamento; monitoria; estímulo à representatividade discente; diretório acadêmico; ouvidoria; portal acadêmico; formação de escola de líderes; formação de empreendedores; apoio psicopedagógico e de acessibilidade; acompanhamento de egressos; internacionalização; e apoio financeiro.

E por meio do atendimento proporcionado aos discentes pelos núcleos: NAPA- Núcleo de apoio psicopedagógico e de acessibilidade responsável pelo atendimento de demandas espontâneas e dirigidas de alunos com dificuldade de aprendizagem, relacionamento ou psicológica na qual o NAPA atende, orienta e acompanha, e ainda promove palestras sobre temáticas ligadas a questões como: suicídio, drogadição, respeito à diversidade, gênero entre outros, e do NADI- Núcleo de atendimento ao discente responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos.

PROGRAMA:

A política de atendimento aos estudantes se dá por meio dos programas (regulamento em anexo):

- **PAD** – Programa de Apoio ao Discente,
- **PROACESSO** – Programa de Acessibilidade e Inclusão Social

AÇÕES:

Tais programas ofertam melhores condições de continuidade acadêmica aos alunos de nossa instituição, a saber:

Programas de Bolsas e Financiamento Estudantil (NADI)

Serão concedidas bolsas de estudos aos alunos que desenvolverem projetos de iniciação científica/pesquisa/extensão, sob a orientação docente. Atualmente, a IES disponibiliza bolsas na forma de desconto nas mensalidades.

a. Bolsa Desconto de Iniciação Científica: A IES, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica –oferece bolsas de iniciação científica, como forma de estimular e apoiar a participação dos estudantes nos projetos de pesquisa desenvolvidos pela Instituição. É um instrumento que proporciona a melhor forma de trabalho com o aluno, incentivando-o a novas iniciativas e valorizando o seu espírito de empreendimento, de curiosidade, de interesse e gosto pela investigação.

b. Política de desconto: A IES mantém uma política de desconto de 10% para o vencimento e 10% para convênios. E para os colaboradores há um desconto de 50%. Convênios Empresa por Contratos.

Financiamento Estudantil:

- Programas Governo Federal: FIES E PROUNI;
- Programa Municipal: Bolsa Universidade
- Participação nos Programas: Quero Bolsa e Educa mais Brasil.

1.12.1 Acolhimento ao Ingressante

Para a chegada dos novos alunos, propomos ações de acolhida aos calouros, que vão desde as visitas guiadas às instalações da IES, palestras de esclarecimento sobre a vida acadêmica e serviços da IES, minicursos para orientação aos estudos, distribuição do manual do aluno e programa de nivelamento e atendimento psicopedagógico.

1.12.2 Controle de Evasão

O NADI - Núcleo de Apoio ao discente é o setor responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos, como forma de

controlar a evasão. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra apensado a este documento.

As coordenações de curso também fazem acompanhamento da evasão e encaminham alunos para o NADI quando levantadas questões como necessidade de apoio financeiro ou de falta de adaptação ao curso para que o discente seja encaminhado para vagas de emprego ou estágio, setor de bolsa, ou para teste vocacional possibilitando a transferência interna para outro curso, e ainda, se tratando de alguma questão como conflitos interpessoais com colegas de classe ou docente a intervenção é feita via NAPA- Núcleo de Apoio Psicopedagógico.

1.12.3 Acessibilidade Metodológica e Instrumental

Outro aspecto relevante no campo metodológico está a acessibilidade pedagógica e atitudinal, acerca desta questão vale a pena destacar é o da **Acessibilidade.** O aumento crescente de estudantes com necessidades educativas especiais e de atendimento pedagógico diferenciado, tem demandando das instituições de ensino superior a implantação e a consolidação de políticas de inclusão e de acessibilidade, que estão para além de garantir o acesso as instalações físicas das IES, mas que sejam ofertadas todo um conjunto de ações que garantam que estes alunos estejam inclusos em condições excelentes de aprendizagem e desenvolvimento.

Neste sentido, o conceito de acessibilidade exige a formulação de políticas institucionais, das quais emergem ações articuladas no âmbito pedagógico e da gestão. Sendo assim a acessibilidade e a inclusão passam a ser integrante de outro conceito fundamental que é o da Responsabilidade Social, conforme preconiza o documento *REFERENCIAIS DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO IN LOCO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES),* publicado em 2013. Como indicado neste documento especificamente a responsabilidade social ultrapassa a perspectiva do compromisso para se tornar um dever constituindo a essência de ser das instituições de ensino superior.

Citando a Lei do SINAES, a finalidade de uma instituição de educação superior deve ser a de promover:

> […] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia

> institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (Lei nº 10.861/04 – SINAES).

É neste sentido que a IES, concebeu o seu Programa Institucional de Acessibilidade e Inclusão, observando Decreto nº 5.296/2004, onde as Barreiras de Acessibilidade no campo das edificações, na dimensão urbanística, de transportes, de comunicação e de informações devem ser retiradas e ainda no campo da **acessibilidade atitudinal/pedagógica** para onde devem convergir todos os esforços para garantir acesso ao currículo onde haja:

- adequação nos materiais didáticos e pedagógicos;
- adequação nos mobiliários e equipamentos;
- adequação de objetivos;
- adequação de conteúdos;
- adequação de métodos e didática;
- adequação nas avaliações;
- adequação de tempo.

Estas adequações, por sua vez encontram respaldo legal principalmente no Decreto n° 3.298/1999, o qual afirma que as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência. E também no conceito de a**cessibilidade como** a condição para utilização, com segurança e autonomia, **total ou assistida**, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por **pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida** presente no Decreto nº 5.296/2004.

Para a IES, a acessibilidade pedagógica entende que a comunidade acadêmica deve desenvolver medidas pedagógicas diferenciadas, compreendendo que as

necessidades educacionais são específicas, podendo ser permanentes ou temporárias, a ser consideradas as seguintes características dos/as alunos/as com:

I. altas habilidades e superdotação;
II. deficientes físicos, intelectuais, sensoriais e múltiplos;
III. transtornos mentais, distúrbios de humor e outras situações classificadas pelo CID ou DSMV-TR;
IV. transtornos globais;
V. alterações orgânicas como insuficiências.

Neste sentido, nosso programa defende acessibilidade integral enquanto prática institucional entendendo como um dos fundamentos das práticas pedagógicas e de gestão no ensino superior, considerando,

1) mapeamento das necessidades dos estudantes: preenchimento de ficha cadastral; registro de observação em sala de aula; registro de impressões dos professores; registro das impressões dos próprios acadêmicos; mapeamento de estudos e rotina realizados;
2) orientação pedagógica aos coordenadores de cursos e professores;
3) encaminhamento/solicitação de adequações didático-pedagógicas;
4) encaminhamento de adequações de materiais didáticos;
5) promoção de cursos, palestras e eventos de capacitação de funcionários e docentes;
6) trabalho colaborativo com outros profissionais por meio de convênio com entidades e/ou associações que possam contribuir com o desenvolvimento de práticas de acessibilidade;
7) os estudantes e funcionários surdos são acompanhados por profissional intérprete de LIBRAS;
8) empréstimos de materiais para estudantes e servidores: notebooks, gravadores, lupas e ampliadores eletrônicos, bengala;
9) formação em Libras para funcionários, alunos e professores.

1.12.4 Intermediação e Acompanhamento do Estágio Não Obrigatório

O NADI- é o setor responsável pela intermediação e acompanhamento do estágio não obrigatório para os alunos dos cursos da IES. O NADI faz a captação das vagas, prepara os alunos para o processo seletivo e acompanha estatisticamente os alunos com estágio não obrigatório.

1.12.5 Apoio psicopedagógico e de acessibilidade- NAPA

O apoio psicopedagógico na IES dar-se-á por meio de uma estrutura pedagógico-administrativa denominada Núcleo e Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade. Neste espaço a partir da intersecção da pedagogia com outras áreas de conhecimento, a IES realiza ações de prevenção e de apoio aos alunos com problemas, distúrbios, dificuldades de aprendizagem e ainda aqueles com necessidades educativas especiais específicas de natureza permanente.

O NAPA tem como objetivo geral de promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem e inclusão do aluno para seu pleno desenvolvimento. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra apensado a este.

1.12.6 Nivelamento

Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes da IES oferece aos seus alunos cursos de nivelamento. Considerando a importância do uso correto da língua portuguesa e dos fundamentos de matemática são ministrados cursos de gramática e redação e também matemática básica. Estes cursos visam suprir as deficiências básicas dos alunos que não consigam acompanhar adequadamente o aprendizado. Dessa maneira, acredita-se estar atendendo os alunos que estavam temporariamente afastados da vida escolar e aqueles que necessitam de reforço das bases de ensino médio. As aulas são realizadas aos sábados, sem nenhum custo adicional aos alunos.

1.12.7 Representatividade Discente e Diretório Acadêmico

A IES compreende que a representatividade discente é um dos pilares do funcionamento de uma gestão democrática, neste sentido estimulamos a organização dos alunos valorizando a participação dos mesmos a partir do Colegiado Discente, formado pelo conjunto de representantes discentes escolhidos de maneira livre por seus pares. Este Colegiado possui um calendário de reuniões semestrais, além disso, os representantes discentes possuem assento no Colegiado de Curso com direito a voz e voto.

A IES ofertará infraestrutura para o funcionamento de seu Diretório Acadêmico e incentiva a organização estudantil, conforme prevê o seu Regimento Interno.

1.12.8 Internacionalização e Mobilidade Acadêmica

A IES mantém convênio com instituições de ensino estrangeiras a fim de disponibilizar o intercâmbio e a troca de experiências entre diferentes culturas, bem como a oferta de disciplinas em língua estrangeira.

1.12.9 Ações Inovadoras

1.12.9.1 Projeto de Formação de Líderes e Formação de Empreendedores

Escola de Líderes: Oficinas de formação ofertadas gratuitamente e vinculadas à extensão para a formação de lideranças em especial para a qualificação da representatividade discente.

Formação de Empreendedores: Oficinas de formação ofertadas gratuitamente e vinculadas à extensão para a formação de empreendedores em especial para a qualificação da representatividade discente.

1.12.9.2 Workshop de Empregabilidade

A Instituição é rica também em virtude de seus paradoxos, que a fazem ao mesmo tempo criar o germe da mudança e resistir a mesmo. Por outro lado, pode assumir um papel importante na nova realidade econômica mundial em que empresas de conhecimento se transformam em uma das principais forças do desenvolvimento econômico (DOLABELA, 1999c).

O Workshop de Empregabilidade será ofertado a todos os alunos dos cursos de graduação e tecnológicos, beneficiando muitos alunos que tem o interesse em abrir seu próprio negócio ou se inserir no mundo do trabalho.

O Programa visa à preparação do universitário e surge em um momento muito importante tanto para a empregabilidade quanto para o desenvolvimento do Estado e municípios. As universidades estão diante de um desafio que é a adoção de uma nova postura pedagógica para formar pessoas preparadas não só no quesito técnico, mas também nos aspectos comportamentais, que são tão importantes, ou até mais, comparativamente aos conhecimentos de técnicas.

A IES, busca a geração de riquezas por meio da capacitação dos seus alunos para a aquisição do conhecimento, da comunicação e da criatividade, podendo conscientizar os seus alunos sobre a riqueza na forma de bens e na forma de capital (humano, social, intelectual, monetário, entre outros). Essa construção passa, evidentemente, pelos processos de produção, concentração, distribuição e ampliação desses capitais (VOLKER, 2001).

O papel da universidade na formação ganha cada vez mais relevância no contexto do ensino formal. É necessário preparar o estudante para participar de um novo mundo do trabalho no qual a capacidade de iniciativa, flexibilidade e adaptação às mudanças são fundamentais para o êxito profissional.

1.12.9.3 Monitoria

Para o estímulo da atividade acadêmica e docente a IES, oferece o programa de Monitoria, como parte integrante de sua política de Ensino. Após a abertura do edital há uma seleção dos discentes interessados e os selecionados realizam a monitoria semestral tutoreados pelos docentes. O Manual de Monitoria se encontra apensado a este documento.

1.13 GESTÃO DO CURSO E AS AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA DO CURSO

O Projeto de Avaliação Institucional baseia-se em quatro nortes que serviram para um processo avaliativo na perspectiva de aperfeiçoamento institucional:

a) conscientização e adesão voluntária - a avaliação deve ser algo conquistado e não imposto, a fim de que tenha legitimidade política, pois a imposição não produz absolutamente nada, ao contrário, faz do ato de avaliar algo punitivo e não construtivo;

b) avaliação total e coletiva - é preciso que a instituição seja avaliada como um todo e não fragmentada, ou seja, em todos os seus setores e com envolvimentos de todos os seus colaboradores;

c) unificação da linguagem – para que não haja ruídos na comunicação, é preciso que se unifiquem os conceitos, princípios e finalidades do projeto de avaliação institucional;

d) competência técnico-metodológica – deve-se ter uma base científica que direcione o projeto e que propicie legitimidade aos dados coletados.

Além destes parâmetros, a autoavaliação foi desenvolvida tendo em vista as seguintes características:

- processo democrático – possibilitou aos colaboradores envolvidos conhecer os objetivos, procedimentos e aspectos que serão utilizados;
- contextualizada – norteou a instituição a conhecer a demanda de ensino superior no ambiente social onde está inserida; respeitando as diversidades, a história e a cultura institucional;
- flexível – aberta as discussões e mudanças necessárias durante o processo, sem perder de vista a veracidade de seus objetivos;
- incentivadora – promoveu o envolvimento e a participação de toda a comunidade institucional, afastando a insegurança e a desconfiança. Incentivou, também, a veracidade, o livre arbítrio de opiniões, criando valores de aperfeiçoamento e desenvolvimento constante;
- ética – pautou-se em valores morais e éticos, de acordo com a práxis acadêmica e de autoavaliação institucional das comunidades interna e externa à instituição;
- sistemática – o processo avaliativo foi contínuo, regular e sistemático de conhecimento e aprimoramento da realidade educacional avaliada e do próprio processo avaliativo.

Nesta perspectiva, o processo avaliativo se constitui em uma oportunidade ímpar para a comunidade acadêmica refletir sobre suas ações e a possibilidade de

conhecer e analisar de forma crítica a instituição com vista à qualidade das ações empreendidas acontecendo em dois momentos distintos, ou seja, no âmbito do próprio curso e no âmbito da Instituição, por meio da CPA - Comissão Própria de Avaliação.

A Avaliação de Curso será feita regularmente anualmente sempre no início do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos, considerando, também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação *in loco* e no ENADE.

1.13.1 Objetivos do Processo de Auto Avaliação Institucional e de Curso

Objetivo Geral:

Promover a Cultura da Auto avaliação entendendo a mesma e seus resultados, como instrumento de gestão acadêmica e administrativa;

Objetivos Específicos:

- Realizar auto avaliação institucional em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;
- Realizar auto avaliação de curso em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;
- Analisar os dados coletados tendo em vista o subsídio das ações acadêmico/administrativas realizadas no âmbito dos cursos e da instituição.

1.13.2 Planejamento da Avaliação Institucional e do Curso

O processo de auto avaliação é assumido dentro de duas dimensões:

a) a primeira se define como **avaliação externa**, ou seja, diz respeito aos índices alcançados pela IES (ENADE; IGC; CPC e Avaliação In Loco), o processo de avaliação desses índices é realizado a partir da ampla divulgação dos resultados e da análise detalhada dos indicadores aferidos pelos membros da CPA e do Conselho Maior da

Instituição. Os relatórios emitidos pelos organismos oficiais de avaliação são também objeto de análise das instâncias colegiadas (NDE e Colegiado de Curso), os quais por meio de convocação extraordinária analisam, debatem e propõem soluções de melhoria que serão viabilizadas, por meio de ações previstas, planejadas e executadas nos Planos Acadêmicos Administrativos (semestrais) e Plano de Gestão (anual) da IES;

b) a segunda se define como **avaliação interna**, está dimensão se desdobra em dois níveis, a saber: O primeiro nível é o Macro institucional, onde a comunidade acadêmica e a sociedade civil avaliam os determinantes macro-institucionais da IES, incluindo a Infraestrutura. O segundo nível compreende os determinantes internos do curso identificados com os itens de natureza pedagógica e acadêmica.

A avaliação Interna é composta por duas avaliações:

Primeiro Nível: Avaliação Macro Institucional

Em acordo com a legislação vigente e atendendo o que preconizam os documentos que norteiam o processo de avaliação institucional, o primeiro nível de avaliação diz respeito à avaliação da instituição a partir de 10 dimensões, da lei 10.861, que institui o SINAES, a saber:

1ª Missão Institucional
2ª Política de Ensino/ Pesquisa e Extensão
3ª Responsabilidade Social
4ª A Comunicação com a Sociedade
5ª Política de Pessoal
6ª Gestão Institucional
7ª Infraestrutura
8ª Planejamento e Avaliação
9ª Atendimento ao Estudante
10ª Sustentabilidade Financeira

Focada nos aspectos macro institucional e protagonizada pela CPA, a avaliação interna tem como foco principal captar os aspectos administrativos e a maneira como os alunos, colaboradores e sociedade organizada percebem o conjunto

de atividades que a instituição oferta. Esta avaliação terá como função a complementação da avaliação interna (curso) realizada pela IES. Desta avaliação é gerado o plano de gestão Institucional, o qual possui os seguintes eixos:

Eixo 1 - Políticas de Gestão:

1.1.1 Políticas de Pessoal;

1.1.2 Organização e Gestão da Instituição;

1.1.3 Sustentabilidade Financeira.

Eixo 2. Infraestrutura Física:

2.1.2 Melhorias das Instalações Físicas;

2.1.1 Equipamentos; Máquinas;

2.1.2 Plano de Manutenção.

Eixo 3. Políticas Acadêmicas

3.1 Ações de Estímulo ao Ensino;

3.2 Ações de Estimulo a Extensão;

3.3 Ações de Estímulo à Produção Científica e Inovação Tecnológica;

3.4 Ações de Apoio ao Discente;

3.5 Ações de relacionamento com a comunidade externa e interna.

Este plano é elaborado mediante a análise e discussões dos indicadores obtidos pela IES, sendo elaboradas medidas corretivas e de melhorias dos aspectos críticos e estratégicos da IES. Com vigência de 12 meses essas medidas tomadas são reavaliadas em função de sua efetividade na obtenção de melhores resultados e podem ser revistas, ampliadas e ou substituídas por outras de maior eficácia.

Segundo Nível: Avaliação de Curso

A Avaliação de Curso será feita regularmente anualmente sempre no início do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos considerando também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação in loco e no ENADE.

Etapas da avaliação institucional e ações de melhoria institucional:

As avaliações preveem as seguintes etapas:

Definição dos Instrumentos e Coleta de Dados: Nesta etapa serão definidos as técnicas e os instrumentos para coletar dados quantitativos e qualitativos. Com relação aos docentes, técnico-administrativos e integrantes da direção, toda a população preencherá o instrumento de avaliação. Enquanto, aos discentes a mostra corresponderá a 50% ou 100% do número de matrículas. Os instrumentos serão elaborados pela CPA, mas discutidos com o colegiado de curso e reformulados se necessário, conforme os parâmetros estabelecidos, a partir dos indicadores selecionados pela comissão, dentre as relacionadas previamente pelos envolvidos no processo avaliativo.

Os questionários terão um campo comum que visará à avaliação dos Cursos da IES e um específico para a auto avaliação do discente, do docente, dos integrantes da direção e dos colaboradores da área técnica administrativa.

Eles serão constituídos, prioritariamente, de questões fechadas, embora se reserve o espaço para a expressão de opiniões pessoais que propiciem o aprofundamento qualitativo dos itens previamente construídos. Além do questionário, será utilizada a técnica de grupo focal, a fim de conhecer as concepções e posicionamentos dos discentes e docentes e técnicos - administrativos sobre questões que envolvem o curso, que vão desde a estrutura física a dimensão pedagógica e administrativa.

Sensibilização da Comunidade Acadêmica e Técnica Administrativa: visando o envolvimento acadêmico, técnico e docente a uma participação efetiva de todos os níveis serão realizadas reuniões com todas as turmas dos diferentes cursos, com docentes e técnicos administrativos para sensibilizá-los quanto à importância da participação e os objetivos de todo o processo avaliativo. Este processo de sensibilização se dá também por meio da divulgação no site institucional, nas páginas oficiais das redes sociais e nos blogs´s dos cursos de maneira sistemática. É também realizado um calendário de atendimento aos cursos nos nossos laboratórios de informática, com um monitor disponível para orientações, a fim de garantir os meios

de preenchimento online para alunos que não possuem acesso a equipamentos e informática.

Tratamento dos Dados e Comunicação dos Resultados: a comissão de avaliação encarregar-se-á de apurar os instrumentos e de interpretar os dados por meio do programa de Avaliação Institucional. Os resultados obtidos por meio de questões fechadas serão submetidos a estatísticas descritivas do programa. Enquanto, que os disponibilizados por meio de questões abertas serão categorizados por uma análise de conteúdo (busca de sentido das citações). Os resultados serão comunicados e divulgados a toda a comunidade acadêmica por meio de relatório que incluirá também conclusões e recomendações. A utilização dos resultados será motivo de discussão em reunião com a comunidade acadêmica, após a divulgação do relatório.

Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso: o plano setorial de curso é um instrumento de planejamento interno das coordenações de curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES, e para a qualidade de ensino que está propõe. São objetivos do Plano:

- realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre;
- organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas;
- propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso;
- elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

1.13.3 Relatório Analítico do Resultado da Avaliação de Curso

O coordenador de curso receberá o resultado da autoavaliação de curso realizada pela CPA e elabora um relatório analisando os principais pontos positivos e negativos do curso com base na avaliação.

O relatório de autoavaliação apresentará resultados, análises, reflexões e proposições de forma excelente para subsidiar planejamento e ações. Ele constitui-se em um importante instrumento para a revisão das ações institucionais. Nesse sentido, deverá ser elaborado obedecendo à legislação vigente, incluindo a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES N°. 065, a qual prevê um roteiro a ser seguido. Sendo assim, o Relatório será composto de:

- introdução - onde deve constar os dados da instituição, a composição da CPA e o planejamento estratégico de autoavaliação. Deverão ser informados o ano e o período ao qual o relatório se refere. Deve ser também informado se o relatório é parcial ou integral.
- metodologia - deverão ser descritos os instrumentos utilizados para coletar os dados, os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil, consultados e as técnicas utilizadas para a análise dos dados.
- desenvolvimento - nesse campo devem ser apresentados os dados e as informações relativas a cada eixo/dimensão, de acordo com o PDI e a identidade da instituição.
- análise dos dados e das informações - devem ser apresentados os dados conclusivos obtidos no conjunto das avaliações, apontando para as medidas que serão tomadas com relação a eles.
- ações previstas com base na análise dos dados - deverá ser apresentado o planejamento das ações, no sentido de conferir sempre maior qualidade aos processos de gestão acadêmica, infraestruturas e de ensino da nossa instituição.

1.13.4 Plano de Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso

O Plano de Gestão Acadêmico Administrativo é um instrumento decorrente do processo de auto avaliação de curso e que serve de plano de ação interno de gestão da do curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base no auta avaliação de curso, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:

i) Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.

ii) Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.

iii) Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.

iv) Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria continua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter à apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a continua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da IES, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI.

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao

desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidades específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e outros. As atividades extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo, considerada como atividades complementares.

Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feito projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares e que as primeiras

são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extracurriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção dos nossos alunos no mundo do trabalho.

Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.

Auto avaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.

Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.

Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

Atividades de Incentivo à Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo à produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.

Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos

Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

Plano Acadêmico Administrativo na documentação anexa.

1.13.5 Plano de Ação de Melhoria de Gestão Institucional

O Plano de Melhoria de Gestão Institucional é um instrumento decorrente do processo de auto avaliação institucional e que serve de planejamento de ação interno de gestão da IES, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base na auto avaliação de curso. Após receber os resultados da auto avaliação institucional a direção da IES elabora o Plano de Melhoria de Gestão Institucional que tem como eixos de ação:

1.1.1 Políticas de Pessoal
1.1.2 Organização e Gestão da Instituição
1.1.3 Sustentabilidade Financeira
2. Infraestrutura Física:
2.1.2 Melhorias das Instalações Físicas
2.1.1 Equipamentos; Máquinas
2.1.2 Plano de Manutenção
3. Políticas Acadêmicas
3.1 Ações de Estímulo ao Ensino
3.2 Ações de Estimulo a Extensão
3.3 Ações de Estímulo a Produção Científica e Inovação Tecnológica

3.4 Ações de Apoio ao Discente

1.13.6 Divulgação dos Resultados para a Comunidade a Acadêmica

A divulgação dos resultados da auto avaliação conduzida pela CPA ocorre por meio de um Fórum permanente de discussão, que tem nas nossas instâncias colegiadas, o local privilegiado, os resultados dos processos internos e externos de avaliação e ainda os índices oficiais que dizem respeito aos resultados alcançados pelos alunos no ENADE, nos cursos pelas avaliações in loco, e ainda o CPC e o IGC, serão cuidadosamente analisados. Estes dados serão cruzados com os resultados obtidos pela CPA e servirão de base para o processo e tomada de decisão tanto no âmbito da gestão como no âmbito pedagógico, tendo em vista a constante melhoria de nossos processos institucionais e de nossas ações educativas.

1.14 ATIVIDADES DE TUTORIA

A comunicação com os estudantes envolve todos os atores partícipes do modelo pedagógico EaD adotado pela IES, porém, a assistência direta aos estudantes depende da boa mediação pedagógica, que ocorre com o apoio permanente de docentes, tutores EaD e tutores presenciais (tecnológicos).

O docente é responsável pelo planejamento e desenvolvimento das disciplinas, precisa criar estratégias de mediação pedagógica que sejam significativas para o estudante, responsabilizando-se por acompanhar o andamento dos estudantes, intervir quando necessário, contribuir, incentivar e somar esforços em prol da construção da aprendizagem, em consonância com a coordenação do curso e coordenação acadêmica e pedagógica do NEaD.

Nesse contexto os tutores EaD colaboram com as discussões no AVA, publicam os avisos, acompanham o programa de qualidade e estimulam a participação dos estudantes.

As atividades de tutoria garantem que o estudante tenha um acompanhamento permanente, auxiliado por meio de encontros midiatizados ao longo do processo educativo. A tutoria EaD garante a efetividade da interação, do atendimento, do suporte aos estudantes e do estímulo ao aprendizado, estabelecendo-se uma relação

de proximidade aos docentes no que compete ao planejamento e à condução das disciplinas.

Para apresentação dos materiais instrucionais, organizados em referenciais e complementares, o docente e o tutor trabalham juntos na composição das trilhas de aprendizagem. Aos tutores EaD cabe apoiar a estruturação das trilhas de aprendizagem de acordo com o planejamento e orientação conferida pelo docente. Da mesma forma ocorre no desenvolvimento e compilação de materiais complementares convergentes aos materiais referenciais. Além disso, o tutor EaD apoia o docente nos eventos síncronos e assíncronos, mantém os estudantes informados sobre os eventos da disciplina e faz o acompanhamento dos fóruns e de outras atividades.

Conta-se ainda com a participação do tutor presencial, que é um interlocutor acadêmico presencial a quem cabe organizar, desenvolver e manter o devido registro das atividades de acompanhamento pedagógico, dos encontros presenciais e das atividades que promovem a interação entre os estudantes.

O tutor EaD tem como atribuições:

- Prestar informações, sanar dúvidas dos estudantes, e registrá-las;
- Encaminhar ao setor competente os pedidos, as solicitações de informação e as dúvidas dos estudantes;
- Incentivar os estudantes a participarem dos encontros presenciais, dos eventos síncronos (*web* conferências), dos fóruns e das demais atividades;
- Auxiliar os estudantes na interlocução com o docente da disciplina;
- Mediar os recursos de interação, seguindo as orientações fornecidas pelo docente da disciplina;
- Alertar os estudantes sobre o cumprimento do cronograma de realização e sobre a entrega das atividades de aprendizagem;
- Orientar os estudantes na realização das atividades de estudo, de interação e de avaliação;

- Ter uma atitude proativa de estímulo à aprendizagem, ao sucesso escolar e à permanência;
- Ter participação ativa nas ações direcionadas ao sucesso acadêmico, à permanência acadêmica e à contenção da evasão;
- Sob orientação dos docentes, auxiliar na correção de avaliações e de outros materiais instrucionais quando solicitado.

O tutor presencial tem como atribuições:

- Organizar e desenvolver atividades e encontros presenciais, registrando-as;
- Planejar, desenvolver e orientar ações pedagógicas que contribuam para o desenvolvimento acadêmico;
- Encaminhar ao setor competente os pedidos, as solicitações de informação e as dúvidas apresentadas pelos estudantes;
- Aplicar as avaliações presenciais;
- Dar suporte aos estudantes nas dúvidas de utilização do AVA e de seus recursos de aprendizagem.

1.14.1 Mediação Pedagógica junto aos Discentes em Momentos *Online*

A mediação pedagógica na EAD é feita a distância, presencialmente e por meio dos materiais didáticos. A distância, essas mediações ocorrem através do uso das ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e de ferramentas de interação *online* fora do AVA apropriadas para chats. São interações diárias, sistemáticas e de extrema importância para o desenvolvimento de uma consciência crítica e social em relação à formação pessoal e profissional.

Na EaD, a mediação pedagógica adquiriu papel de suma importância uma vez que o distanciamento físico sempre esteve a exigir recursos, estratégias, habilidades, competências e atitudes diferentes dos convencionais – pautados na exposição oral e no contato face a face. Com a inserção das tecnologias digitais de comunicação na EaD e o desenvolvimento de ambientes virtuais de aprendizagem, a função mediadora tomou um forte impulso, pelas possibilidades e também pelas exigências da configuração desse novo “espaço”. Em ambientes virtuais de aprendizagem, a

mediação ocorre por meio de diversos dispositivos que viabilizam a comunicação, tanto síncrona como assíncrona, possibilitando a criação de diversas estratégias para favorecer o diálogo e a participação ativa dos estudantes.

A utilização dos dispositivos de comunicação implica tanto na aquisição de habilidades e competências comunicativas por parte de todos, docentes e discentes, quanto uma preocupação maior com a criação de momentos de interação e de possibilidades concretas da execução de trabalhos colaborativos, com os quais a aprendizagem ocorre de modo participativo. Para isso, o tutor conta com dispositivos de comunicação, como chats, fóruns, entre outros, e necessita planejar como cada um deles e em que momento serão utilizados e preparar-se para atuar conforme as características e peculiaridades de cada dispositivo para que a mediação aconteça. Cada um destes dispositivos exige habilidades mediadoras diferenciadas e propiciam diferentes estratégias pedagógicas, que exigem participação em tempo real ou diferida, possibilitando a expressão, a intervenção e a colaboração para a construção coletiva do conhecimento.

1.14.2 Mediação Pedagógica em Momento Presencial

A EaD caracteriza-se por ser um processo composto por duas mediações: a mediação humana e a mediação tecnológica, imbricadas uma na outra. A primeira pelo sistema de tutoria, a segunda pelo sistema de comunicação que está a serviço da primeira para viabilizar a mediação pedagógica. A mediação pedagógica, resultante da concepção planejada entre estas duas mediações, é potencializada pela convergência digital que disponibiliza acesso e portabilidade por meio de dispositivos de comunicação síncrona e assíncrona cada vez mais integrados, velozes e potentes. As tecnologias da comunicação utilizadas na EaD oferecem diversas linguagens que favorecem a aprendizagem. As linguagens oral, escrita, audiovisual e multimídica fazem-se presente de modo a facilitar a aprendizagem, tornando o processo mais desafiador, por um lado, e, por outro, sintonizado com a base sociotécnica de nossa sociedade, o que ativa matrizes culturais e abre perspectivas para a EaD. Além das perspectivas, impõe desafios que colocam a odos os atores envolvidos nesse processo em frente a diversas questões relativas à qualidade do ensino, às perspectivas dos alunos quanto à modalidade educativa que estão conhecendo e de novas possibilidades pedagógicas para a prática docente.

A mediação pedagógica em momento presencial, deverá ocorrer de forma planejada e sistemática para e provisionada para o apoio pedagógico necessário às atividades práticas do curso, a fim de se ampliar o papel pedagógico e formativo de tais atividades. Além disso será utilizado para ampliar as fontes de materiais e metodologias disponíveis aos alunos, além de propiciar sua interação e troca de experiências.

A mediação pedagógica em momento presencial, favorecerá um modo de interação entre o mundo interior e o exterior do sujeito de forma que esse indivíduo possa desenvolver e ampliar suas capacidades. O tutor presencial, nesse processo, será o propositor de atividades que agregam diferentes instrumentos, saberes culturais e ambientes diferenciados oferecendo uma possibilidade de maior desenvolvimento humano. A ele é dada a tarefa de, através da interação em sala de aula, despertar no aluno o interesse de resolver os desafios de cada nova etapa de seu aprendizado e ir aproximando-se cada vez mais de um nível mais elevado de aculturamento.

Essas considerações nos levam a refletir sobre a importância de uma ação pedagógica consistente devendo ser bem fundamentada teoricamente, na qual, o tutor possa exercer de forma mais satisfatória seu papel de mediador do conhecimento propondo indagações, questionamentos e desafios por meio de uma prática contextualizada rumo a uma aprendizagem significativa.

1.14.3 Domínio de Conteúdo, de Recursos e dos Materiais Didáticos

Para atuar como tutor na modalidade de Educação a Distância, é necessário que o profissional é necessário a este conhecer os fundamentos, estruturas, metodologias em EAD assim como o PPC dos cursos, ter experiência em docência, conhecimento em relação ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, habilidade em tecnologia, principalmente no que diz respeito à informática básica e uso de planilhas e documentos office, conhecimento básico sobre a disciplina e sobre o curso, habilidade para comunicação oral ou escrita, conhecimentos das rotinas de trabalho na modalidade de EAD, tem que ser proativo, ter equilíbrio emocional e habilidade para lidar com as dificuldades de entendimento dos alunos e assim trabalhar com a interação e valorização dos aprendizes, ter organização e planejamento em relação

às suas atribuições, ser assíduo, ter comprometimento e saber trabalhar em equipe.

Os tutores, presenciais e a distância, devem apresentar, em seu perfil, as seguintes competências:

- Atuar como mediador: conhecer a realidade de seus alunos em todas as dimensões, pessoal, social, familiar, escolar etc.;
- Oferecer a possibilidade permanente de diálogo, saber ouvir, ter empatia e manter uma atitude de cooperação, assim como proporcionar experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;
- Possuir conhecimento dos fundamentos, metodologias e estrutura da educação a distância, a fim de sustentar as bases pedagógicas da aprendizagem;
- Possuir habilidades de comunicação, relacionamento interpessoal, liderança, dinamismo, iniciativa, entusiasmo, criatividade e capacidade para trabalhar em equipes;
- Oferecer experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;
- Saber lidar com os ritmos diferentes, individuais de cada aluno.

No caso do tutor a distância, deverá ter formação em curso no qual exercerá a tutoria ou em áreas afins e, preferencialmente, com experiência em EaD, como aluno ou professor. Receberão contínuo treinamento interno para melhoria de desempenho e para eventuais adequações na forma de condução do trabalho, que será avaliado semestralmente por alunos, professores e coordenadores

Todo o material didático da disciplina é disponibilizado com antecedência ao Tutor para que este possa se apropriar do conhecimento, dirimir suas dúvidas e fazer propostas de estudos, assim como o conhecimento dos recursos e ferramentas necessários às suas atividades na tutoria.

À tutoria ainda são evidenciados todos os fluxos de produção das referidas disciplinas.

O ponto de partida para a elaboração dos materiais instrucionais são os Planos de Ensino das disciplinas, alinhados ao projeto pedagógico do curso. A partir deles, uma equipe multidisciplinar, composta pelo(s) docente(s) autor(es) do Plano de

Ensino, NDE do curso e equipe técnica de produção EaD (designers e profissionais de tecnologia de informação) definem os elementos basilares dos materiais referenciais e os validam, considerando uma linguagem inclusiva, área de abrangência, coerência teórica e, acessibilidade metodológica e instrumental, além das orientações e indicações para a organização dos materiais complementares disponibilizados aos estudantes.

De maneira objetiva o material didático institucional é composto de material referencial e complementar.

O material referencial é composto pelo conteúdo de referência da disciplina, desenvolvido por um Professor Autor (Professor Conteudista) com titulação e aderência especializado na área de conhecimento das disciplinas e disponibilizado em formato de livro eletrônico e objetos de aprendizagem.

A organização dos *E-books* respeita os conteúdos previstos nas ementas das disciplinas e seu respectivo Plano de Ensino, com adequação das bibliografias do material didático às exigências de formação, em consonância com o projeto pedagógico do curso. Eles podem ser impressos ou visualizados em meios eletrônicos, e em sua elaboração predominam a linguagem dialógica e a concepção andragógica e significativa, relacionando os conteúdos ao cotidiano a partir de exemplos, exercícios e práticas.

Os objetos de aprendizagem destacam conceitos, reforçando ideias contidas no livro eletrônico. Eles podem ser apresentados em forma de ilustração, animação, vídeo, arquivo sonoro, e têm como objetivo principal proporcionar a interação.

O material complementar é composto por conteúdos criados ou selecionados pelos docentes e tutores para auxiliar os estudantes na compreensão do material referencial.

Trata-se de uma seleção de materiais de apoio, em diferentes formatos, reunindo sugestões de leituras complementares, arquivos sonoros, vídeos, softwares, ilustrações, entrevistas, indicações de sites, sugestões de filmes e softwares. Seu principal objetivo é contextualizar o tema de estudo, e estimular o aprofundamento no tema.

A elaboração de materiais é feita por docente com titulação na área de conhecimento. O docente além da parte escrita dos conteúdos e das vídeoaulas, é responsável também pela elaboração do banco de questões que será utilizado como exercício e avaliação. O material para ser inserido no AVA precisa passar pela aprovação de um revisor de conteúdo e gramatical, estar dentro dos padrões solicitados para materiais instrucionais em EAD, estar com todas as etapas concluídas e ter sido ajustado quando solicitado pelo revisor. Após passar por essas etapas, o material então é validado e inserido no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Os materiais disponibilizados no AVA para estudo vêm acompanhados do plano de aprendizagem da disciplina, onde o estudante tem a possibilidade de verificar os objetivos do curso e da disciplina, a metodologia utilizada para o desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem. Os estudantes têm acesso ao material no próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem, assim como das atividades de desenvolvimento pedagógico e fisicamente, baixando a versão em PDF para impressão.

O docente conteudista é orientado a utilizar como base bibliográfica para a elaboração dos materiais, fontes atualizadas e que estejam de acordo com o que pede a ementa e o PPC do curso. A estruturação do material é voltada para a interdisciplinaridade e com isso, para a formação profissional que o curso propõe.

1.14.4 Acompanhamento dos Discentes no Processo Formativo

O engajamento do aluno é de extrema importância para sua formação acadêmica. Esse engajamento é possível de ser acompanhado por meio da verificação dos acessos aos materiais didáticos, participação nos fóruns de debates, participação às vídeo conferências e em alguns momentos presencialmente por meio de agendamento com os tutores. Isso ocorre para que o aluno esteja sempre em comunicação com tutores e professores para melhor envolvimento e compreensão do que está sendo estudado.

O processo avaliativo, por meio de provas e outras atividades desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, é uma maneira tanto dos tutores, como dos professores e dos alunos, verificarem o aproveitamento e o desenvolvimento em

relação a sua aprendizagem. Serve como um parâmetro para perceber se precisa retomar o estudo de algum conteúdo e aprimorar a questão da prática em relação a esse conteúdo e para que tutores e professores revejam suas práticas e busquem diferentes processos didáticos que possibilitem ao aluno, sanar as lacunas que existirem em relação ao seu aprendizado.

A avaliação é composta por atividades de aprendizagem que são desenvolvidas em cada unidade e são formuladas em questões de múltipla escolha, relacionamento, lacunas, verdadeiro/falso, correspondência, ordenação;

Para o acompanhamento do processo educativo são utilizados os seguintes recursos: Acompanhamento das atividades do estudante: conjunto de recursos disponíveis no AVA que permitem acompanhar a evolução do estudante e auxiliam docentes e tutores a fazerem orientações pontuais; Avaliação do processo pedagógico: recursos oriundos do *Analytics* que permitem fazer o acompanhamento processual dos indicadores de sucesso acadêmico, da permanência, da evasão, do êxito e do fracasso escolar.

1.14.5 Planejamento de Avaliação Periódica por Estudantes e Equipe Pedagógica do Curso e Ações Corretivas e de Aperfeiçoamento das Atividades

Todos os Componentes Curriculares voltados para a modalidade de EAD, assim como as avaliações, são trabalhados tendo como foco principal o aluno e sua aprendizagem. O planejamento pedagógico é elaborado tendo como base os parâmetros específicos da modalidade, atendendo as diretrizes curriculares, o perfil do aluno que irá fazer parte do curso e ao desenvolvimento das habilidades e competências destes. Uma das características da EAD é o acompanhamento sistemático ao aluno e o uso de instrumentos de avaliação que possibilitem a verificação do desenvolvimento do aluno periodicamente, com a finalidade de perceber as deficiências de aprendizagem e com isso fazer uso de outras estratégias que contribuam para que o aluno se sinta seguro em relação à sua formação acadêmica. Os tutores fazem o acompanhamento individual dos alunos, verificando seu desenvolvimento, atendendo às suas dificuldades que muitas vezes são expressadas por meio dos chats, verificando o rendimento desses alunos de forma a

detectar os níveis de aprovação e reprovação e assim ter um parâmetro que mostre o nível em que este aluno se encontra individualmente e em relação à turma. Tendo como base esse acompanhamento e esses parâmetros, é feito um trabalho pela equipe pedagógica no sentido de buscar novas estratégias que atuem sobre as deficiências encontradas, com melhorias das atividades, com novas ferramentas se for o caso, mas que seja possibilitado a esse aluno ter suas deficiências supridas e sua aprendizagem efetivada. Os tutores, através das ferramentas síncronas e assíncronas buscam realizar o atendimento sistematizado aos alunos com o objetivo de acompanhar e desenvolver nestes as habilidades e competências necessárias à sua formação.

1.14.6 Atividades Presenciais Obrigatórias

As disciplinas ofertadas em EaD têm um grande diferencial no qual o aluno não precisa comparecer à instituição física para estudar e assistir as suas aulas, assim como para tirar as suas dúvidas. Mas há momentos, como para realizar avaliações, defender trabalhos de conclusão de curso, estágios curriculares, visitas técnicas e aulas práticas que o estudante deve comparecer à IES. As atividades presenciais devem ser provisionadas no calendário acadêmico e divulgadas amplamente à toda comunidade acadêmica para que estes possam se preparar para os encontros presenciais. O corpo tutorial precisa planejar as atividades para realizar a mediação pedagógica com objetivo de desenvolver as habilidades e competências dos alunos, estimular nestes a autonomia acadêmica e sobretudo assegurar a qualidade da relação ensino-aprendizagem.

1.15 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES DOS TUTORES

1.15.1 Adequação dos Conhecimentos, Habilidades e Atitudes dos Tutores para as Ações Alinhados ao PPC, às Demandas Comunicacionais e às Tecnologias Previstas no Curso

Para atuar como tutor na modalidade de Educação a Distância, é necessário que o profissional tenha titulações em programas de Pós-graduação. É necessário

conhecer os fundamentos, estruturas, metodologias em EAD assim como o PPC dos cursos, ter experiência em docência, conhecimento em relação ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, habilidade em tecnologia, principalmente no que diz respeito à informática básica e uso de planilhas e documentos office, conhecimento básico sobre a disciplina e sobre o curso, habilidade para comunicação oral ou escrita, conhecimentos das rotinas de trabalho na modalidade de EAD, tem que ser proativo, ter equilíbrio emocional e habilidade para lidar com as dificuldades de entendimento dos alunos e assim trabalhar com a interação e valorização dos aprendizes, ter organização e planejamento em relação às suas atribuições, ser assíduo, ter comprometimento e saber trabalhar em equipe.

Os tutores, presenciais e a distância, devem apresentar, em seu perfil, as seguintes competências:

- Atuar como mediador: conhecer a realidade de seus alunos em todas as dimensões, pessoal, social, familiar, escolar etc.;
- Oferecer a possibilidade permanente de diálogo, saber ouvir, ter empatia e manter uma atitude de cooperação, assim como proporcionar experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;
- Possuir conhecimento dos fundamentos, metodologias e estrutura da educação a distância, a fim de sustentar as bases pedagógicas da aprendizagem;
- Possuir habilidades de comunicação, relacionamento interpessoal, liderança, dinamismo, iniciativa, entusiasmo, criatividade e capacidade para trabalhar em equipes;
- Oferecer experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;
- Saber lidar com os ritmos diferentes, individuais de cada aluno.

Os tutores deverão ter a titulação mínima de Especialista, em curso de Pós-graduação lato sensu, com carga horária mínima de 360 horas, e serão selecionados por meio de um processo de análise curricular, entrevista, testes no ambiente virtual e dinâmicas de grupo. É pré-requisito para a contratação ter participado e ter sido aprovado na Oficina de Tutores oferecida e coordenada pelo NEAD.

No caso do tutor a distância, deverá ter formação em curso no qual exercerá a tutoria e, preferencialmente, com experiência em EaD, como aluno ou professor.

Os tutores serão incentivados a participar de congressos, fóruns, workshops e poderão receber bolsa parcial em curso ou programa de pós-graduação na área de EaD. Receberão contínuo treinamento interno para melhoria de desempenho e para eventuais adequações na forma de condução do trabalho, que será avaliado semestralmente por alunos, professores e coordenadores.

1.15.2 Planejamento de Avaliações Periódicas de Identificação de Necessidade de Capacitação de Tutores

A capacitação e preparação do tutor continuamente é primordial para o desenvolvimento de suas funções. Mesmo possuindo todos os pré-requisitos necessários para atuar com a tutoria, esse profissional passa por constante avaliação a fim de sejam verificados os pontos positivos de sua atuação e àqueles pontos que precisam ser trabalhados para que sua atuação mediante a aprendizagem do aluno, leve aos resultados e objetivos traçados. Essas atualizações são feitas por meio de treinamentos virtuais através de sites voltados à EAD assim como presencialmente em momentos com a coordenação pedagógica, por meio de estudos de casos, análise de artigos e reflexão sobre as ações e desenvolvimento de habilidades e atitudes e estudo do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Para garantir a formação do corpo de tutores com o objetivo de formatar as atitudes e habilidades dentro das funções relacionadas, a define algumas características e perfis profissionais fundamentais para processo labutar do tutor. Para a garantia de cumprimento da qualidade e excelência já conhecidos desta IES políticas para a formação continuada de tutores são estas que fomentam as políticas de capacitação e formação continuada para tutores.

São elas:

POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA TUTORES			
Meta	Ações	2020	2021
	Ampliar os incentivos para participação em eventos científicos/técnicos e culturais.	X	X
	Promover Formação Continuada didático-pedagogicamente, no início de cada semestre com oficinas, palestras etc.	X	X

Ter o seu corpo de tutoria atendidos com projetos de qualificação; formação e capacitação docente.	Valorizar a titulação acadêmica, experiência na tutoria e fora dela, produção científica e tecnológica como critério de seleção para admissão de tutores;	X	X
	Valorizar a produção científica como critério de ascensão horizontal para níveis sucessivos das categorias docentes.	X	X
	Disponibilizar acervo bibliográfico online aos tutores.	X	X
	Disponibilizar cursos de extensão realizados pela IES sem custo aos docentes.	X	X
	Disponibilizar cursos de pós-graduação com descontos de 50% para atualização.	X	X
	Criar programa de Inter formação entre os tutores EAD e professores da graduação presencial.	X	X
Garantir expansão de domínio dos tutores de novas tecnologias e ferramentas para uso na modalidade EAD.	Disponibilizar BLOGS e outras ferramentas sociais para aumento de interação com os alunos com a devida formação dos tutores para uso. Criação de fanpage (FACEBOOK) por disciplina.	X	X
	Promover Formação específica para criação de vide e audioaulas por meio digital.	X	X
	Valorizar e capacitar o uso de ferramentas móveis para complemento do ambiente virtual de aprendizagem.	X	X

1.15.3 Apoio Institucional para Adoção de Práticas Criativas e Inovadoras para Permanência e Êxito dos Discentes

Para que haja a inserção de disciplinas e cursos na modalidade de EAD, há a realização de planejamento com a finalidade de organizar todo o desenvolvimento do curso. O desenvolvimento das habilidades e atitudes dos alunos é um dos pontos principais. A instituição atua dentro de um modelo pedagógico que é voltado para a prática por meio das metodologias ativas. As atividades que são desenvolvidas pelos professores fazem a relação entre a teoria e situações reais do cotidiano do aluno e do mercado de trabalho dentro da formação que o discente está recebendo.

A Instituição entende que teoria não alinhada com a prática não forma pessoas e não constrói profissionais capacitados. As atividades aplicadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem são elaboradas tendo sempre como ponto principal a aprendizagem do aluno e para isso, essas atividades têm o perfil voltado para o

dinamismo, para atividades que desenvolvam a criatividade do aluno e que desafiem esse aluno à pesquisa e à inovação.

1.16 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

1.16.1 TICs Planejadas para o Processo de Ensino Aprendizagem

Entende-se por tecnologia da Informação os recursos tecnológicos utilizados para mediar a comunicação e mediar os processos de ensino e aprendizagem. Dessa forma, as ferramentas tecnológicas desenvolvidas para a EAD pela Instituição, tem uma característica, recursos voltados para o aprender a aprender e o aprender a fazer. São ferramentas que possuem uma característica intuitiva, de fácil manuseio, que permitem aos discentes utilizar sem dificuldade por meio do Ambiente Virtual Moodle, de todos os materiais didáticos disponibilizados para estudo assim como interagir com atividades, com professores e com tutores.

Por meio dessas ferramentas, o aluno tem acesso aos seus materiais didáticos e às suas atividades de fixação da aprendizagem. Todos os recursos utilizados por meio do AVA foram pensados com o objetivo de viabilizar aos alunos que o estudo por meio da modalidade de EAD ocorra de maneira tranquila e seja eficiente, que o aluno sinta segurança ao acessar seu ambiente de estudo.

1.16.2 Viabilização Acessibilidade Digital e Comunicacional por Meio das TICs

Atualmente os Ambientes Virtuais de Aprendizagem vem preparados para ser ferramentas de aprendizagem capazes de diminuir as barreiras e atender as necessidades de quem o utiliza como meio de estudo.

São ambientes que estão em constante atualização, facilitando o cesso a todas a pessoas, com ou sem deficiência. O Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela Instituição de Ensino, o Moodle possibilita aos discentes acessos a ferramentas diversificadas que permitem o elo entre a tecnologia e a aprendizagem, adotando formas inovadoras de relacionamento e interação.

1.16.3 Interatividades entre Discente, Docentes e Tutores e Acesso a Materiais e Recursos Didáticos por meio das TICs a quaisquer horas e lugar

Por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela IES, a interação entre docentes, discentes e tutores é facilitado, tornado possível um elo entre todos os polos da Instituição que atuam com EAD. É um diferencial por possibilitar a troca de experiências, de informação e de práticas, que dão solidez na construção do conhecimento. Para a Região Amazônica que tem problemas de logística entre seus municípios, as TICs oportunizam acesso ao conhecimento e à formação acadêmica, abrindo assim, novas possibilidades a seus educandos, ao mercado de trabalho. É esse elo de comunicação que existe entre os educandos, os tutores e docentes que fortalece toda a prática pedagógica que o EAD possibilita, apesar da distância física existente.

O aluno que estuda por meio da modalidade de EAD na Instituição, tem acesso a materiais e recursos didáticos que estão disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Esses materiais podem ser utilizados para estudo no próprio AVA assim como possibilita ao aluno a impressão, para que ele possa fazer uso físico dos materiais. É uma forma flexível de viabilizar ao aluno estudar da maneira que melhor se adeque ao seu modo de aprendizagem.

Para ter acesso a esses materiais e aos recursos tecnológicos possibilitados pelo AVA, o aluno precisa acessar com o uso de um login e senha. Após esse acesso, o aluno passa a ter a sua disposição todos os recursos didáticos como material escrito, atividades de fixação da aprendizagem, avaliações, jogos, fóruns de debates, chats de interação, vídeo aulas, slides e caderno de anotações. Todos esses recursos didáticos são elaborados e disponibilizados aos alunos com o objetivo de atuar na sua formação acadêmica e profissional.

1.16.4 Experiências Diferenciadas de Aprendizagem Baseadas no uso das TICs

As ferramentas de Tecnologia da Informação e do Comunicação, possibilita aos alunos da IES, a troca de experiência, ideias, visões diversificadas, dentre os

diversos polos que a Instituição possui e os diversos cursos. Para a aprendizagem do aluno, é uma forma de fazer a relação entre o conteúdo estudado e todas essas interações, possibilitando uma reflexão que o leve a aplicar esses conhecimentos à sua realidade de vida e à sua formação profissional. Dentre os diferenciais oferecidos pela IES por meio das TICs temos os momentos das videoconferências que possibilitam aos alunos um contato síncrono e ao vivo com os tutores, dando a eles a oportunidade de sanar dúvida e trocar informações e experiências.

1.17 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM – AVA

1.17.1 Materiais, Recursos e Tecnologias do AVA para a Cooperação e Reflexão sobre Conteúdos entre Tutores, Discentes e Docentes

O Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment), que é utilizado pela IES, foi preparado para receber materiais didáticos e recursos de aprendizagem adequados aos projetos pedagógicos dos cursos e à qualidade de ensino pela qual a Instituição preza. São materiais diversificados, escritos, de áudio, de vídeo, além dos recursos de interação, que possibilitam ao educando todo o suporte pedagógico necessário para sua aprendizagem.

O AVA implantado possui as seguintes características gerais, conforme os desenvolvedores e distribuidores da ferramenta:

- Promove uma pedagogia socio-construcionista (colaboração, atividades, reflexão crítica, etc.);
- Adequado para aulas 100% on-line assim como complementando a aprendizagem face-a-face;
- Simples, leve, eficiente, compatível, interface baseada em navegadores de tecnologia simples;
- Fácil de instalar em qualquer plataforma que suporte o PHP. Exige apenas uma base de dados (e pode compartilhá-la);
- Independência total da base de dados suporta todas as principais marcas de base de dados (exceto pela definição na tabela inicial);

- A lista de cursos mostra as descrições de cada curso existente no servidor, incluindo acessibilidade para convidados;
- Cursos podem ser categorizados e pesquisados – um site Moodle pode suportar milhares de cursos;
- Ênfase em total segurança o tempo todo. Os formulários são todos checados, os dados validados, os cookies codificados, etc;
- A maioria das áreas de entrada de texto (recursos, postagens nos fóruns, etc.) podem ser editadas usando um editor HTML WYSIWYG incorporado.

Por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela IES, é possível a cooperação entre docentes, discentes e tutores o que possibilita um trabalho em equipe, com a finalidade de atingir a um objetivo comum. Academicamente essa cooperação é importante, porque tem o aluno como o objetivo principal de todo o processo ensino e aprendizagem.

Com relação à Administração do site pode-se relacionar a possibilidade de:

- O site é administrado por um usuário administrador, definido durante a instalação;
- A extensão (plug-in) Temas permite que o administrador ajuste as cores, fontes, aparência, etc. do site, para atender as preferências personalização;
- Extensões (plug-in) com módulos de atividade podem ser adicionadas a instalações existentes do Moodle;
- Extensões (plug-in) com pacotes de idioma permitem total compatibilidade com qualquer idioma. Estes podem ser editados usando um editor embutido baseado em web. Atualmente existem pacotes de idioma para mais de 60 idiomas;
- O código é PHP escrito de forma clara sob licença GNU General Public License (Licença Pública Geral GNU) – fácil de modificar para se ajustar às suas necessidades.

O administrador do ambiente pode, dentro de suas permissões e necessidade realizar os procedimentos de:

- Os objetivos são de reduzir o envolvimento do administrador ao mínimo, ao mesmo tempo em que assegura alta segurança;

- Suporta uma variedade de mecanismos de autenticação através de extensões (plug-in) com módulos de autenticação, permitindo fácil integração com sistemas existentes;
- Método padrão de email: os alunos podem criar suas próprias contas de acesso. Os endereços de email são verificados por confirmação;
- Cada pessoa necessita apenas de uma conta para todo o servidor – cada conta pode ter diferentes acessos.
- Uma conta de administrador controla a criação de cursos e cria professores através da inscrição de usuários aos cursos.
- A uma conta de criador de cursos somente é permitida criar e dar aula nos cursos.
- Os professores podem ter os privilégios de edição removidos de modo que não possam modificar o curso (por exemplo os tutores de tempo parcial).
- Segurança – os professores podem acrescentar uma “chave de inscrição” a seus cursos para manter fora os não inscritos. Eles podem fornecer essa chave diretamente ou através do e-mail particular de cada um, etc.
- Os alunos são encorajados a colocar um perfil on-line incluindo fotos e descrição. Os endereços de e-mail podem ser protegidos contra exposição, se solicitados.
- Cada usuário pode especificar faixas de horário, e cada compromisso no Moodle é ajustado a esses horários (por exemplo, datas de postagem, datas de cumprimento de tarefas, etc.

Os conteúdos instrucionais desenvolvidos pelos docentes, tem como base além da ementa da disciplina, um perfil reflexivo e crítico, por levar em conta o modelo de aprendizagem que embasa os cursos, o público alvo para o qual o material é desenvolvido, as habilidades e competências a ser desenvolvidas e os recursos motivacionais que esse material vai proporcionar.

1.17.2 Acessibilidade Metodológica, Instrumental e Comunicacional no AVA

O Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle é uma ferramenta de aprendizagem utilizado por meio das TICs, de fácil manuseio. A metodologia aplicada

pela IES, que é uma metodologia voltada para a construção do conhecimento, é facilmente percebida por meio dos materiais didáticos disponibilizados e das ferramentas de interação e interatividade. Todos os recursos são disponibilizados de maneira clara com o objetivo de não apresentar nenhum obstáculo ao aluno em relação aos seus estudos.

Alguns módulos usados em nossa ferramenta são: Módulo Tarefa, Módulo Chat, Módulo Pesquisa de Opinião, Módulo Fórum, Módulo Questionário, Módulo Recursos, Módulo Pesquisa de Avaliação e Módulo Laboratório de avaliação.

FERRAMENTAS SÍNCRONAS:

São ferramentas cuja principal característica é que todos os participantes iniciem e terminem suas atividades em datas e horários específicos simultaneamente. No AVA da IES as ferramentas síncronas disponibilizadas são:

- CHAT de suporte;
- CHAT de tutoria;
- VIDEOAULA Live com canal de retorno;
- Avaliação online.

Todas as atividades realizadas sob o aspecto síncrono quando se tratar de mídias digitais serão disponibilizadas em modo assíncrono no AVA e postadas no BLOG da disciplina.

FERRAMENTAS ASSÍNCRONAS:

Neste cenário as atividades são completadas de acordo com a disponibilidade do estudante. No AVA da IES as ferramentas assíncronas disponibilizadas são:

- FÓRUNS DE CURSO;
- FÓRUNS DE TEMAS;
- QUESTIONÁRIOS ONLINE;
- VIDEOAULA.

1.17.3 Avaliação Periódica do AVA documentadas e Ações de Melhoria Contínua

O Ambiente Virtual *Moodle*, é um software que passa por constantes atualizações, trazendo sempre inovações que facilitam cada vez mais o processo educacional. A Instituição, sistematicamente, atua na atualização de seus recursos didáticos e ferramentas para AVA que possibilitem ao aluno uma visão sempre atualizada de todos os mecanismos de aprendizagem. Um dos critérios utilizados como fonte dessas atualizações, é o resultado das pesquisas de satisfação que são aplicadas no decorrer do semestre letivo que possibilitam à IES entender as necessidades e dificuldades dos alunos e buscar então a solução e as atualizações e os pontos positivos apontados por eles em relação ao AVA. A IES realiza avaliação disponibilizada no AVA de forma periódica junto aos alunos e tutores com o propósito de oportunizar a estes atores a possibilidade de colaborar com a melhoria do espaço comum entre estes e sobretudo atuar nas fragilidades e potencializar os fortes apontados como fortes.

1.18 MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL

1.18.1 Planejamento da Elaboração e Validação pela Equipe Multidisciplinar do EAD do Material Didático das Disciplinas EAD, em termos de Abrangência, Coerência, Acessibilidade Adequação de Bibliografia, Linguagem Inclusiva e Recursos Inovadores

A elaboração de materiais é feita por professor da área de conhecimento, selecionado pela coordenação do curso, com título de mestre. É feita uma orientação em relação a todo o processo da parte escrita dos materiais e da gravação das vídeo aulas. Os materiais são elaborados dentro de 5 temas e cada tema em duas partes, para facilitar a organização dos alunos nos momentos de estudo. Para cada parte existe uma videoaula com as respectivas explicações.

O professor além da parte escrita dos conteúdos e das vídeo aulas, é responsável também pela elaboração do banco de questões que serão utilizadas como exercícios e avaliações. O material para ser inserido no AVA precisa passar pela aprovação de um revisor de conteúdo e gramatical, estar dentro dos padrões solicitados para materiais instrucionais em EAD, estar com todas as etapas concluídas

e ter sido ajustado quando solicitado pelo revisor. Após passar por essas etapas, o material então é validado e inserido no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Os materiais didáticos elaborados para as disciplinas/cursos em EAD são elaborados com base na Ementa que compõe o PPC de cada curso. As ementas são elaboradas de acordo com as DCNs e os objetivos de formação profissional do curso. Todo o material didático precisa estar de acordo com o que propõe o Projeto do curso.

Os materiais disponibilizados no AVA para estudo, vem acompanhado do plano de ensino da disciplina, onde o aluno tem a possibilidade de verificar os objetivos do curso e da disciplina, a metodologia utilizada para o desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem. Os alunos têm acesso ao material no próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem, assim como das atividades de desenvolvimento pedagógico e fisicamente, baixando a versão em PDF para impressão.

O professor conteudista é orientado a utilizar como base bibliográfica para a elaboração dos materiais, fontes atualizadas e que estejam de acordo com o que pede a ementa e o PPC do curso. A estruturação do material é voltada para a interdisciplinaridade e com isso, para a formação profissional que o curso propõe.

O curso produz material didático próprio para as disciplinas oferecidas na modalidade EAD. A produção do conteúdo ou cadernos de estudo segue regras de qualidade bem especificas para a garantia de qualidade e rastreabilidade de erros. Além de possuir design instrucional planejado de forma a garantir o cumprimento do contexto processual da aprendizagem.

Após a criação todo o material será exportado a um revisor que fará as devidas considerações quando à estrutura gramatical e normas pertinentes, assim como a verificação da coerência do material produzido frente à proposta didático-pedagógica da IES. E se houverem alterações serão realizadas pelo próprio produtor.

A etapa seguinte é a validação por parte da COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA para que sejam realizadas as devidas considerações em consonância com as diretrizes acadêmicas da IES.

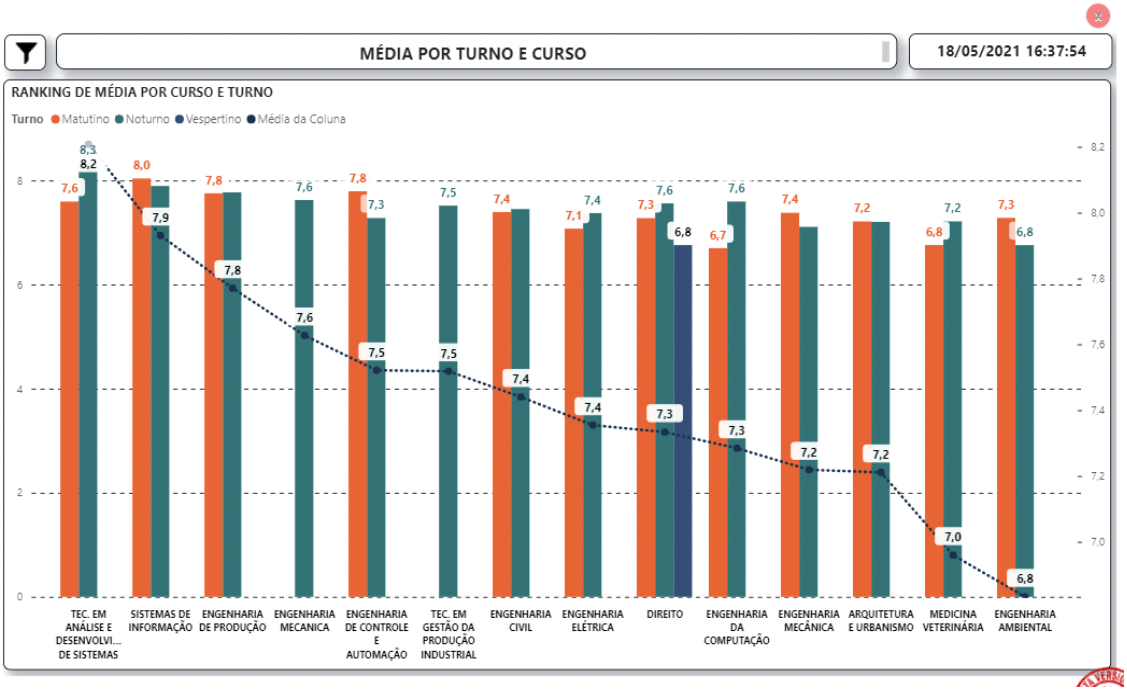
Após o processo de validação pedagógica o conteúdo é diagramado e postado nos devidos repositórios digitais para compartilhamento e distribuição no ambiente

virtual e para os alunos. Quando ao material produzido em estúdio, as videoaulas e audioaulas, após a sua produção e edição, realizada pela EQUIPE DE PRODUÇÃO, passa por um processo de validação de qualidade realizado pela EQUIPE DE APOIO DO NEAD. São verificados itens como qualidade de vídeo, qualidade de áudio, caracteres, edição entre outros indicadores. Após aprovação os arquivos de mídia são postados nos repositórios em nuvem para integração com o ambiente virtual de aprendizagem e disponibilização aos alunos.

1.19 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

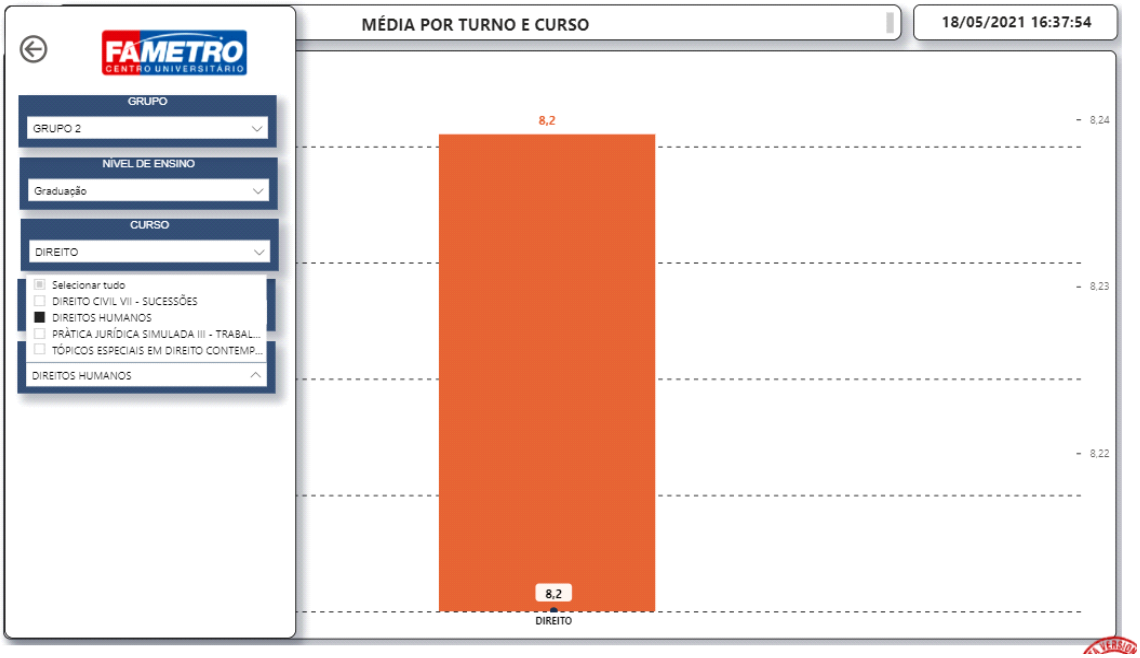
1.19.1 Atendimento do Acompanhamento e de Avaliação para a Concepção do Curso

As avaliações da aprendizagem são entendidas como ferramentas de interpretação e análise das condições de oferta dos cursos. Por meio dos resultados avaliativos implantados pelo curso o Coordenador e os professores poderão realizar quase que em tempo real os resultados através do acesso ao Portal de Serviços da IES, neste ambiente os coordenadores têm a visão completa das notas alcançadas pelos alunos com a visão do rendimento acadêmico por turma, por disciplina e por professor. Esta ferramenta, desenvolvida pelos especialistas em TI da instituição, ofertam indicadores que devem ser objeto de análise do colegiado de curso.

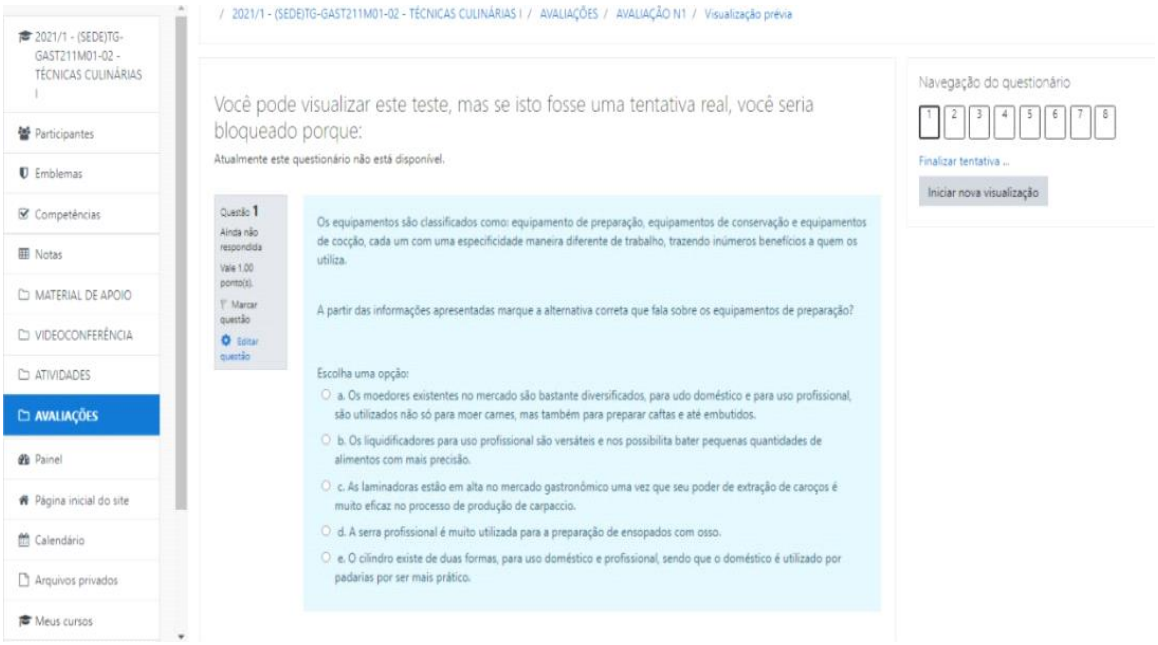


Exemplo: Gráfico de Rendimento Turno/Curso

Exemplo: Gráfico de Rendimento Disciplina/Curso



Outra estratégia de acompanhamento se dá pelo acesso ao *imput* de questões da avaliação institucional no ambiente digital, o coordenador de curso pode ajustar o nível dos itens avaliativos solicitados aos alunos, para que os mesmos contribuam no processo de formação visando o alcance do objetivo do curso, o perfil do egresso com as competências preditas no Projeto Pedagógico de Curso.



1.19.2 Avaliação do Ensino Aprendizagem e Autonomia Discente

A avaliação tem um significado muito profundo, à medida que oportuniza a todos os envolvidos no processo educativo momentos de reflexão sobre a própria prática. Através dela, direciona o trabalho, privilegiando o aluno como um todo, como um ser social com suas necessidades próprias e também possuidor de experiências que devem ser valorizadas na escola. Devem ser oportunizados aos alunos os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade.

Nesse sentido, faz-se necessário redimensionar a prática de avaliação no contexto escolar, onde o professor e o aluno, estão mutuamente implicados, portanto o acesso aos resultados de seu desempenho proporcionará um maior engajamento nas atividades formativas.

Isto posto é recomendável aos professores que procedam junto aos alunos um momento de reflexão acerca dos erros e também acerca do próprio desempenho ao final do semestre. Neste sentido o professor pode utilizar uma ferramenta de autoavaliação aberta onde se recomenda a abordagem dos seguintes pontos pelos alunos:

- Determine uma periodicidade.
- Liste seus pontos fortes e fracos.
- Identifique como você reflete os pontos fortes listados.
- Potencialize seus pontos fortes no dia a dia.
- Compreenda seus pontos fracos.
- Encontre meios para utilizar os pontos fracos a seu favor.
- Saiba aonde você quer chegar.

Ou ainda utilizar um instrumento com questões fechadas com um foco mais determinado em certas competências que sejam essenciais ao desenvolvimento do aluno, contudo, tanto em questões abertas, quanto em questões fechadas é fundamental compreender que esse processo de autoavaliação deverá ser incorporado as práticas pedagógicas, mostrando claramente as implicações positivas desse processo não só para a formação, como para a vida profissional em curso, ou futura.

1.19.3 Avaliação Diagnóstica

A avaliação diagnóstica é utilizada para melhor desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, com objetivo de compreender o estágio de aprendizagem em que se encontra o discente para ajustar e adequar o processo a realidade de cada turma. Se dá por meio de enquetes, questões ou testes realizados pelos docentes no início de cada semestre.

1.19.4 Avaliação Formativa

A avaliação formativa se dará no desenvolver do processo ensino-aprendizagem quando os sujeitos serão os próprios reguladores da ação educativa,

tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando o redirecionamento das atividades educativas planejadas, no sentido de adquirir as competências estabelecidas.

1.19.5 Avaliação Somativa

A avaliação somativa tem como objetivo conferir notas, tendo como referência as normas e exigências institucionais, acompanhará a avaliação formativa através da auto avaliação discente e avaliação do moderador da aprendizagem. A verificação do rendimento escolar se fará ao longo do ano letivo, em cada componente curricular, compreendendo:

i) Apuração de frequência às atividades escolares;

ii) Avaliação do aproveitamento escolar.

O rendimento escolar será aferido com base no cômputo da frequência e dos resultados do aproveitamento nas atividades didático-pedagógicas previstas na programação do componente curricular, sob orientação acadêmica.

A avaliação do aproveitamento escolar deve ser entendida como instrumento de acompanhamento contínuo e de caráter construtivo, visando a melhoria da qualidade da aprendizagem através de um processo formativo, permanente e de progressão continuada.

Será considerado aprovado no componente curricular o aluno que obtiver:

- Frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) às atividades didático-pedagógicas programadas em cada componente curricular;
- Média aritmética das notas obtidas nos componentes curriculares, igual ou superior a 5 (cinco);

Aos componentes curriculares semestrais serão atribuídas 2 notas com no mínimo 2 atividades de avaliação. No final de cada semestre letivo, o aluno que obtiver média inferior a 5 (cinco) estará reprovado.

A média final em cada disciplina é obtida mediante a seguinte fórmula:

$$\frac{M\ (N1 + N2) + PF =}{2} \geq 5$$

Onde:

M = Média

N1 e **N2** = nota

PF = Prova Final

N1 = média da **N1** e **AV1** (média de 2 atividades avaliativas)

N2 = média da **N2** e **AV2** (média de 2 atividades avaliativas)

1.19.6 Disponibilização dos Resultados das Avaliações de Ensino Aprendizagem

Fica assegurado ao aluno o direito de revisão do resultado da avaliação, que será regulamentado em norma específica. Terá direito a matricular-se na série seguinte, o aluno aprovado nos componentes curriculares da série na qual está matriculado. O aluno reprovado em 50% (igual e superior) dos componentes curriculares fará matrícula na série seguinte em regime de progressão parcial. Em caso de nova reprovação, será vedado a matrícula na série subsequente, devendo o aluno cursar apenas os componentes curriculares que determinaram à progressão parcial.

A avaliação adotada em sala de aula tem impacto direto e indireto no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, a IES busca um aperfeiçoamento constante de novas técnicas e metodologias mais eficientes e eficazes através do melhor planejamento e implementação cuidadosa.

Outro aspecto de extrema importância é a utilização constante de outros processos intelectuais de extrema relevância na formação profissional e acadêmica, como, por exemplo, debates, seminários, palestras e outros, que fornecem os mecanismos necessários para o raciocínio crítico, resolução de problemas e facilidade na transformação de informação em conhecimento. Além disso, a avaliação está aliada a um processo crítico e construtivo a serviço da aprendizagem dos alunos, no que diz respeito às suas capacidades cognitivas e sociais.

A avaliação integra as diversas práticas utilizadas como base do sistema de avaliação institucional. A disponibilização e analise dos resultados dos métodos avaliativos garantem o melhor caminho para garantir a evolução dos alunos. Assim podemos perceber uma ampla discussão sobre os resultados da avaliação, que se dá pela avaliação diagnóstica, formativa e somativa, podendo vir a ser transformada, para uma educação mais libertadora que tem em sua essência alguns ,pontos positivos e a partir de velhos elementos, fazer emergir novos, que contribuam, de fato, para a formação do educando de modo coerente com as exigências do atual contexto histórico.

1.19.7 Planejamento de Ações para Melhoria da Aprendizagem

O rendimento acadêmico será monitorado pelo Coordenador de Curso por meio dos relatórios de notas expedidos pelo sistema acadêmico, a partir daí o Coordenador poderá acompanhar o desenvolvimento das turmas e localizar problemas importantes que podem ser mitigados por uma ação preventiva e em tempo hábil. O rendimento das turmas deve ser objeto de discussão em Colegiado de Curso e o Núcleo Docente Estruturante, este último para corrigir possíveis distorções no projeto Pedagógico do Curso, a análise do rendimento acadêmico deve contar também com apoio da CPA.

Por outro lado, a cultura da IES será a do reconhecimento do Mérito Acadêmico, assim uma vez ao ano a IES celebra em Cerimônia oficial o maior coeficiente acadêmico por curso e turno, colocando em relevo o esforço e a superação de nossos alunos. Para o acompanhamento, o aluno responde por aplicativo um questionário de percepção acerca da avaliação, o qual se encontra em anexo a este documento.

Em caso mais graves na questão do desempenho de turmas ou individual dos alunos, o Coordenador deve buscar elaborar um trabalho com NAPA, (Núcleo de Apoio Psicopedagógico Acessibilidade e Inclusão) para atendimento individual ou da turma.

1.20 NÚMERO DE VAGAS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO

1.20.1 Número de Vagas Pleiteado

Matutino	Noturno
100 vagas	100 vagas.

1.20.2 Estudo Qualitativo e Quantitativo de Adequação do Número de Vagas e Adequação à Dimensão do Corpo Docente e à Infraestrutura Física e Tecnológica

Em acordo com o instrumento de avaliação para atos autorizativos o número de vagas para o curso deve estar fundamentado em estudos periódicos, quantitativos e qualitativos, e em pesquisas com a comunidade acadêmica, que comprovam sua adequação à dimensão do corpo docente além de considerar as condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino e a pesquisa.

Neste sentido, é importante destacar que o número de vagas solicitado pela IES, se apresenta consubstanciado em alguns aspectos relevantes, a saber:

i. Cenário loco-regional da oferta de saúde a população local;
ii. Oferta local de espaços de formação e demanda por serviços de saúde na Região.

i. Cenário loco-regional da oferta de saúde a população local.

O Estado do Amazonas é um estado com características geográficas bastante peculiares, com seus 62 municípios, formado pelo encontro de várias culturas. Entre as regiões brasileiras, a Região Norte é a mais extensa, com uma área de 3.869.637km², correspondendo a 42,27% do território brasileiro, sendo formada por sete Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Grande parte do Estado do Amazonas é ocupada pela Floresta Amazônica, extensa, variada e densa floresta, um importante ecossistema para o planeta. O Estado também é cortado por um grande número de rios de grande dimensão e a presença de vasta quantidade de água caracteriza o estado por uma grande

população ribeirinha, o trânsito de pessoas, materiais e serviços, à região é feito por via fluvial ou aérea. Ainda assim, o Estado do Amazonas apresenta um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Estado do Amazonas é de 06 a 0,7 que caracteriza um avanço em seu desenvolvimento (BRASIL, 2011a).

A necessidade de profissionais de saúde capacitados vem atrelada a proposta governamental de ampliação e implementação de serviços em prol da Saúde Brasileira dentro do SUS, sob a lógica da universalidade de direitos, da integralidade e da integração entre redes e níveis de complexidade de ações e serviços, intenção confirmada pelo Plano Estadual de Saúde 2016-2019, o qual prevê onze objetivos estratégicos que demandam para a sua pena realização, a formação de profissionais em todas as áreas da saúde, dentre os quais destacamos a qualificação do quadro já existente, a partir da educação permanente e continuada, além é claro na formação de novos quadros que possam contribuir para reverter o quadro de atendimento em saúde no Amazonas, elevando os padrões de qualidade do que se tem ofertado a população até então.

Oferta local de espaços de formação e demanda por serviços de saúde na região.

São inúmeros os desafios que se apresentam para os profissionais de saúde numa região marcada por desigualdades sociais e de tamanha diversidade no campo da natureza e da sociedade, as inúmeras transformações operadas no campo da ciência e da pesquisa, impulsionadas pelo desenvolvimento tecnológico sem precedentes, tem feito sentir seus efeitos em todos os campos da vida em sociedade.

Além disso, o desenvolvimento e implementação de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de vida da população, e o entendimento consolidado pelo conjunto legal brasileiro que coloca a saúde e a educação como um direito inalienável de todos, evidenciam que formar recursos humanos para a saúde (perspectiva consolidada pelas DCN´s de Farmácia), colocam também desafios importantes aos espaços acadêmicos, tradicionalmente responsável pela formação de profissionais em todas as áreas do conhecimento, incluindo aqui os novos farmacêuticos, os quais devem estar preparados para o desempenho hábil dos serviços tradicionais em saúde, mas sobretudo para novos campos profissionais que

se abrem com a mudança do perfil epidemiológico e social experimentadas pelo Brasil e sobretudo para as novas demandas do mundo do trabalho.

Trata-se de um proposta fundamentada em um modelo metodológico, baseado em metodologias ativas, na permanente articulação entre ensino, pesquisa e extensão, na inserção precoce do profissional nos cenários de prática simulados e reais, proporcionado pelas aulas práticas dos componentes curriculares, em um modelo de avaliação de aprendizagem que de fato promove a avaliação diagnóstica e formativa, e por fim, pela inserção de novas propostas de componentes curriculares que se pretendem pensar, a inovação, a pesquisa na área de saúde, com base em evidências, além é claro de uma infraestrutura diferenciada, número de alunos limitado por turma - o que permite maior interação professor-aluno - além de todo o suporte do Programa de Atendimento ao Discente já apresentado neste projeto.

Este conjunto de diferenciais, aliado a um corpo docente altamente qualificado, com experiência docente e profissional fora do magistério, em quantidade proporcional ao número de alunos, garantirá uma formação com aspectos distintos do que se observa no cenário educacional local.

1.20.3 Formas de Acesso ao Curso

O ingresso de alunos a qualquer curso ministrado pelo IMEse dá, conforme exigência da legislação em vigor, sempre através de um processo seletivo.

O ingresso em um curso de graduação se dará através de:

i) Processo Seletivo;
ii) Transferência;
iii) Transferência ex officio
iv) Portador de Diploma de Curso Superior;
v) Reopção;
vi) ENEM.

1.20.4 Do Processo Seletivo

O Processo Seletivo é um exame seletivo e classificatório a que se submetem aqueles que concluíram o ensino médio ou equivalente e que desejam ingressar em curso de graduação. O Processo Seletivo será aberto por edital e será elaborado em articulação com o ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade.

A classificação dos candidatos aprovados obedece a ordem decrescente de pontos obtidos, até o preenchimento das vagas definidas para cada curso e turno da preferência do candidato registrados no ato de sua inscrição. O Processo Seletivo, com validade exclusiva para o ano ao qual se destina, será realizado antes do início de cada ano letivo, sob a responsabilidade do Diretor Acadêmico.

Processo Seletivo Continuo

O Processo Seletivo Contínuo é um processo seletivo sequenciado destinado aos estudantes que ainda estão cursando o ensino médio e que pretendem, após sua conclusão, ingressar em curso de graduação.

O Processo Seletivo Contínuo, aberto por edital, só terá validade para o estudante que se submeter aos três exames correspondentes a 1ª, 2ª e 3ª ano do ensino médio e terá validade exclusiva para o ano imediatamente subsequente ao ano de conclusão do ensino médio.

A média final do aluno que se submeter ao Processo Seletivo Contínuo corresponde à média aritmética dos resultados dos três exames mencionados no parágrafo anterior.

A classificação dos candidatos para o preenchimento das vagas definidas pelo Conselho Maior para o Processo Seletivo Contínuo obedecerá à ordem decrescente das médias obtidas na forma do parágrafo anterior.

O Processo Seletivo contínuo será planejado e coordenado pelo Diretor Acadêmico.

1.20.5 Da Transferência Externa

Transferência é a forma de admissão de estudantes oriundos de outra Instituição de Ensino Superior - IES no decorrer de um curso de graduação. A transferência facultativa depende da existência de vaga no curso ou curso afim e sua autorização está condicionada ao atendimento das exigências das normas estabelecidas pelo Conselho Maior, mediante processo seletivo. O processo de transferência facultativa inicia-se com o pedido de declaração de vaga.

A IES, ao deferir o pedido de declaração de vaga, deverá solicitar da IES de origem do candidato a respectiva guia de transferência acompanhada da seguinte documentação:

i) Histórico escolar completo do aluno a ser transferido, no qual conste inclusive o semestre e ano letivo em que foi aprovado no processo seletivo;
ii) Currículo pleno do curso, com a indicação do programa e carga horária de cada disciplina cursada;
iii) Regime ou critério de aprovação.

1.20.6 Transferência ex officio

A Transferência *ex officio* a que se refere o Parágrafo Único do Art.49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 se opera independente de época e disponibilidade de vaga sendo assegurada aos servidores públicos efetivos federais e estaduais, civis e militares e/ou seu(s) dependente(s) estudante(s) que sejam removidos ou transferidos compulsoriamente implicando em mudança de domicílio. A Transferência deverá ser concedida para curso idêntico ao de origem, ou na inexistência deste, para curso afim.

O interessado deverá solicitar à SECAD, por meio de requerimento junto ao Setor de Protocolo Geral da IES, acompanhado dos seguintes documentos:

a – Histórico Escolar completo e atualizado, constando as notas do vestibular (doc. original);

b – Declaração de regularidade de matrícula na IES – Instituição de Ensino Superior de origem, no período letivo em exercício; (doc. original)

c – Programas das disciplinas cursadas; (doc. original)

d – Declaração de Reconhecimento do Curso pelo MEC e/ou Conselho Estadual de Educação, no caso de Instituição Estadual de Ensino Superior, onde conste o número do Decreto ou Portaria e data de publicação no Diário Oficial da União ou do Estado; (doc. original)

e – Portaria de remoção ou equivalente, de publicação em Boletim, Diário Oficial;

f – Comprovação de dependência, quando for o caso; (Certidão de Nascimento, Casamento, Sentença Judicial ou Declaração de IR.)

g – Documento comprobatório que indique a mudança de domicílio para a área de atuação da IES.

Após a conclusão do processo e aprovada a transferência compulsória, caso o período letivo regular da FA já tenha iniciado, a matrícula em componentes curriculares será autorizada.

A SECAD encaminhará o processo à coordenação do curso que deverá definir, conforme o aproveitamento de estudos, em qual período letivo o (a) requerente deverá ser matriculado (a)

A matrícula somente poderá ser efetivada após a confirmação do recebimento da Guia de Transferência do (a) requerente por parte da SECAD- Secretaria Acadêmica da IES.

1.20.8 Do Portador de Diploma de Curso Superior

Transferência é a forma de admissão de estudantes oriundos de outra IES no decorrer de um curso de graduação. A transferência facultativa depende da existência de vaga no curso ou curso afim e sua autorização está condicionada ao atendimento das exigências das normas estabelecidas pelo Conselho Maior, mediante processo seletivo. O processo de transferência facultativa inicia-se com o pedido de declaração de vaga.

A IES, ao deferir o pedido de declaração de vaga, deverá solicitar da IES de origem do candidato a respectiva Guia de Transferência acompanhada da seguinte documentação:

i) histórico escolar completo do aluno a ser transferido, no qual conste inclusive o semestre e ano letivo em que foi aprovado no processo seletivo;

ii) currículo pleno do curso, com a indicação do programa e carga horária de cada disciplina cursada;
iii) regime ou critério de aprovação.

1.20.8 Da Reopção

Reopção é transferência interna de um curso de graduação para outro da mesma área permitida a alunos regulares da FA, através de seleção. Os critérios exigidos para o deferimento do pedido de re-opção são:

i) Existência de vaga no curso pretendido;
ii) Comprovação de regularidade de matrícula no curso de origem; e
iii) Comprovação de que o estudante já tenha cursado, pelo menos, dois semestres do curso de origem.

1.20.9 Do Enem

Através do resultado do ENEM, o candidato concorre às vagas sem precisar fazer o vestibular, desde que obtenha média igual ou superior a 450 (QUATROCENTOS E CINQUENTA PONTOS).

1.20.10 Matrícula

A primeira matrícula institucional é o cadastramento do candidato selecionado por uma das formas de admissão a um curso de graduação ou pós-graduação, tornando-se por este ato, um aluno regular vinculado ao Curso a FA.

Por ocasião do cadastramento o aluno recebe um número permanente no curso, o qual indica o ano de seu ingresso, o código da área de estudo e a sequência numérica do curso.

A matrícula institucional é feita pela secretaria Acadêmica no prazo fixado no calendário acadêmico, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado e aceito pelo Conselho Superior.

A não efetivação da primeira matrícula institucional, expirados todos os prazos de chamada, implica na perda do direito a vaga.

A solicitação de matrícula institucional é feita em formulário próprio pelo acadêmico ou seu representante legal, anexando a esta, a seguinte documentação:

I- certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente;

II- histórico escolar do ensino médio;

III- diploma do ensino superior;

IV- título de eleitor;

V- comprovante de estar quites com o serviço militar, para os homens;

VI- uma foto ¾.

Os itens I e II são exigidos para os cursos de graduação e os itens III e IV para os cursos de pós-graduação ou cursos de graduação com ingresso como portador de diploma de nível superior.

A solicitação de matrícula institucional, sem qualquer exceção só poderá ser feita à vista de toda documentação exigida. Será anulada a matrícula efetuada quando não tenham sido observadas todas as exigências legais e regimentais, o que deve ser notificado.

1.21 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO (LICENCIATURAS)

1.21.1 Convênios e ações previstas para integração com a rede pública de ensino

Não se aplica

1.21.2 Ações e uso de tecnologias educacionais de desenvolvimento, testagem, execução e avaliação de estratégias didático-pedagógicas

Não se aplica

1.21.3 Forma de documentação das experiências na rede pública de ensino

Não se aplica

1.21.4 Resultados esperados/atingidos para discentes e para rede pública de escolas de educação básica

Não se aplica

1.21.5 Planejamento/execução de ações inovadoras na integração com a rede pública de escolas de educação básica

Não se aplica

1.22 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE - SUS

1.22.1 Convênios e Integração com o Sistema Local e Regional de Saúde

O Convênio e parceria com a Secretaria de Saúde de Municipal e Estadual prevê medidas que mantenham a promoção da atenção contínua, coordenada, compartilhada e integral, respeitando-se a relação aluno-usuário de serviço de saúde, de modo a evitar a descontinuidade do atendimento, a superlotação do serviço e prejuízos a atenção à saúde ao usuário do SUS.

Os alunos deverão promover a realização de ações, focado na melhoria da saúde das pessoas, a partir de diretrizes e de normas técnicas para a realização de processos e procedimentos com vistas à qualidade e segurança do usuário do SUS fundamentado em princípios éticos e contribuir de maneira corresponsável com os profissionais dos serviços, gestores e usuários.

1.22.2 Formação Discentes em Serviço e sua Inserção em Equipes Multidisciplinares e Multiprofissionais nos Diferentes Cenários do Sistema e Diferentes Níveis de Complexidade

A organização curricular foi desenvolvida de forma a acompanhar o processo de trabalho nos vários pontos que compõem a rede de saúde, na perspectiva da

continuidade do cuidado de saúde, ou seja, o estudante estará inserido em uma Equipe de Saúde que tem um território adscrito e a partir da necessidade de saúde, o mesmo percorrerá o sistema de saúde municipal em todos os pontos da rede que for necessário, sendo estimulado a exercer sua capacidade de compreensão, estruturação dos problemas e busca por soluções.

A vivência com os usuários e sua família permitirá a construção do olhar crítico sobre a realidade, atuando com o professor como facilitador para que o aprendizado se dê em articulação com a equipe de saúde e seus colegas de curso. A inserção do estudante na atenção primária, secundária e terciária de saúde favorece lidar com diferentes aspectos da vida e seus ciclos, na sua complexidade clínica e cultural.

O aluno atuará na promoção, manutenção e recuperação da saúde e para a prevenção de doenças de indivíduos ou grupos populacionais com uma equipe multiprofissional, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Os critérios e tapas estão definidos de acordo com o amadurecimento do discente ao longo dos semestres, proporcionando níveis de complexidade de acordo com sua experiência acadêmica, apreendidas pelos conteúdos ministrados. Sendo assim, segue a tabela abaixo:

Disciplina	Período	Nível de complexidade	Cenários envolvidos	Profissionais envolvidos
Práticas Profissionais em Saúde Coletiva I	1º	Baixo	Prática na atuação primária, secundária e terciária de atenção à saúde. Atenção básica no Serviço Público em Centro de Idosos, Escolas, Centros Social Comunitário	Biomédicos; Enfermeiros; Farmacêuticos; Fisioterapeutas; Fonoaudiólogos; Nutricionistas.
Prática Profissionais em Saúde Coletiva II	2º		Prática na atuação primária, secundária e terciária de atenção à saúde. atenção básica no Serviço Público em Centro de Idosos, Escolas, Centros Social Comunitário	Biomédicos; Enfermeiros; Farmacêuticos; Fisioterapeutas; Fonoaudiólogos; Nutricionistas.
	3º		Estágio em Saúde Pública nas redes de atenção básica no Sistema Único de Saúde – SUS. Desenvolvimento das atividades de práticas farmacêuticas em serviços de saúde através de acompanhamento de pacientes com hipertensão auxiliando no controle da	

Estágio Supervisionado Obrigatório I			pressão arterial, realização de seminários e desenvolvimento de palestras. Visitas técnicas em instituições de pesquisa, hospitais, unidades públicas de saúde, entidades de classe e conselho.	Enfermeiros; Farmacêuticos; Fisioterapeutas.
Epidemiologia e Bioestatística (EAD)	5º	Médio	Estudo dos principais indicadores epidemiológicos e sua importância no planejamento de ações de saúde em todos os níveis de atenção. Tópicos de Farmacoepidemiologia e Farmacovigilância em todos os níveis de atenção à saúde.	Biomédicos; Enfermeiros; Farmacêuticos; Fisioterapeutas; Fonoaudiólogos; Nutricionistas.
Atenção e Assistência Farmacêutica	5º		Atenção Farmacêutica na atenção básica de saúde. Importância da atividade profissional farmacêutica no processo de incremento da adesão do paciente à terapia medicamentosa. Solução e prevenção dos problemas relacionados ao uso de medicamentos (PRM). Planejamento da Atenção Farmacêutica.Metodologias de seguimento/acompanhamento Farmacoterapêutico. Visitas técnicas em hospitais com atenção secundária e unidades básicas de saúde	Enfermeiros; Farmacêuticos; Médicos;
Farmácia Clínica e Hospitalar	7º	Alto	Disciplina que envolve a farmácia hospitalar nos três níveis de complexidade da atenção básica. Farmacovigilância, Controle de Infecção Hospitalar, Armazenamento e Controle de Estoque. RENAME.	Enfermeiros; Farmacêuticos; Médicos;
Estágio Supervisionado Obrigatório V	10º		Farmacovigilância;Farmacoterapêutica. Conhecimento das normas de comercialização dos produtos controlados pela Portaria 344 MS/SVS. Orientação no ato da dispensação; acompanhamento de pacientes; Princípios de administração e legislação aplicados a farmácia hospitalar, Assistência voltada para o uso correto dos medicamentos e seus correlatos; Prevenção, Recuperação e Promoção da Saúde. Integração do farmacêutico à equipe multiprofissional da área de saúde.	Enfermeiros; Farmacêuticos; Médicos;

1.23 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA ÁREAS DE SAÚDE

O Curso de Graduação em Farmácia, bacharelado, deve ser estruturado em três eixos de formação, contemplando atividades teóricas, práticas, estágios

curriculares obrigatórios, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares, articulando a formação acadêmica à atuação profissional, de forma contextualizada e problematizada. Dessa forma, as atividades práticas de ensino estão voltadas a ciências da saúde, ciências biológicas, dentro dos estágios supervisionados obrigatórios (inclusive envolvendo o SUS) sempre contando com a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, articulando ensino, pesquisa e extensão.

Tendo em vista a necessidade de atender aos requisitos da formação acadêmica, os alunos participam de experiências de articulação entre teoria e prática referentes aos conhecimentos específicos da área em atividades laboratoriais desenvolvidas internamente e estendem-se para as atividades de visitas técnicas e oficinas pedagógicas, além de estágio curricular supervisionado em campo de atividade profissional.

As aulas práticas, as visitas técnicas, as oficinas pedagógicas, assim como os estágios, são atividades acadêmicas monitoradas em campo por professores e/ou supervisores que realizam o acompanhamento dos alunos na realização das atividades. Sendo, portanto, assim definidas:

a. As Aulas Práticas: realizam-se preferencialmente nos laboratórios, nas instalações da IES e atendem a diferentes componentes curriculares, sobretudo das disciplinas específicas do curso.

b. As Visitas Técnicas: consistem no propósito de levar o aluno ao local de uma atividade profissional relacionada à sua formação, para que o mesmo possa aprofundar sua percepção sobre as rotinas profissionais a partir do conhecimento teórico obtido em sala de aula, desenvolvendo estudos, análises e avaliações.

c. Oficinas Pedagógicas: são atividades de ensino e aprendizagem realizadas em ambientes destinados ao desenvolvimento das aptidões e habilidades, mediante atividades orientadas por professores capacitados ou profissionais convidados. Nestas oficinas deverão estar disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino ou aprendizagem, nas diversas modalidades do desempenho profissional, podendo ocorrer em espaços da instituição ou fora dela.

1.23.1 Atividades Práticas de Ensino da Saúde em Conformidade com as DCNs.

Período	Atividades Práticas	Competências da DCN (vide Perfil do Egresso)	Contexto Regional de Saúde
1°	- Noções de Biossegurança; - Microscopia óptica; - Leitura e interpretação de lâmina; - Microscopia de divisão celular; - Extração de DNA; - Microscopia dos tecidos patológicos e não patológicos - Fases do desenvolvimento embrionário; - Microscopia de tecidos não patológicos;	- cuidado em saúde, com atenção especial à gestão, à tecnologia e à inovação como elementos estruturais da formação; - tomada de decisão com base na análise crítica e contextualizada das evidências científicas, da escuta ativa do indivíduo, da família e da comunidade; - liderança, ética, empreendedorismo, respeito, compromisso, comprometimento, responsabilidade, empatia, gerenciamento e execução de ações, pautadas pela interação, participação e diálogo; - planejamento, coordenação e realização de diagnóstico situacional de saúde, com base em estudos epidemiológicos, demográficos, farmacoepidemiológicos, farmacoeconômicos, clínicolaboratoriais e socioeconômicos, além de outras investigações de caráter técnico, científico e social, reconhecendo as características nacionais, regionais e locais; - pesquisar, desenvolver, inovar, produzir, controlar e garantira qualidade de: a) fármacos, medicamentos e insumos; b) biofármacos, biomedicamentos, imunobiológicos, hemocomponentes,hemoderivados e outros produtos biotecnológicos e biológicos; c) reagentes químicos, bioquímicos e outros produtos para diagnóstico; d) alimentos, preparações parenterais e enterais,	As disciplinas de base são essenciais para inserir o aluno no contexto da saúde e da Farmácia. O docente tem o papel de contextualizar o conteúdo com aspectos regionais, levando em conta as doenças emergentes e doenças regionais sempre voltado ao âmbito da saúde pública. Além disso, as práticas são voltadas para realidades regionais, levando em conta as necessidades locais.
2º	- Microscopia dos tecidospatológicos; - Visualização de Parasitas intestinais e extraintestinais; - Visualização de Protozoários intestinais e extraintestinais; - Visualização de bactérias gram-positivas e gram-negativas (coloração de gram); - Estrutura e Morfologia microscópica de fungos; - Desnaturação de Proteínas; - Identificação de aminoácidos; - Identificação de Carboidratos.		
3º	- Conhecimento de vidrarias da área química e farmacêutica; - Medidas de massa, volume e densidade; - Separação de misturas: filtração e evaporação; - Destilação simples; - Preparo de soluções; - Evidências da ocorrência de reações químicas;		

	- Estequiometria; - Desinfecção e Esterilização; - Equilíbrio ácido- básico; - Técnicas de pipetagem; - Técnicas básicas de Farmácia Magistral; - Noções de Primeiros Socorros.	suplementos alimentares e dietéticos; e) cosméticos, saneantes e domissanitários; f) outros produtos relacionados à saúde.	
4º	- Solubilidade de Compostos Orgânicos; - Extração Líquido-Líquido; - Desidratação de álcoois; - Reação de Saponificação; - Extração Sólido Líquido; Ponto de Fusão, Ebulição e Densidade; - Destilação Fracionada. - Determinação de umidade; - Determinação de cinzas; - Determinação de proteínas; - Determinação de lipídios; - Determinação de Fibra bruta. - Cálculo para diluição de medicamentos; - Demonstração de dissolução de medicamentos		

1.23.2 Regulação para a Orientação, Supervisão e Responsabilidade Docentes para a Inserção nos Cenários do SUS e Outros Ambientes Profissionais

Os Convênios e parcerias com as Secretarias de Saúde preveem medidas que mantenham a promoção da atenção contínua, coordenada, compartilhada e integral, respeitando-se a relação aluno-usuário de serviço de saúde, de modo a evitar a descontinuidade do atendimento, a superlotação do serviço e prejuízos à atenção à saúde ao usuário do SUS. Os alunos deverão promover a realização de ações, focado na melhoria da saúde das pessoas, a partir de diretrizes e de normas técnicas para a realização de processos e procedimentos com vistas à qualidade e segurança do usuário do SUS fundamentado em princípios éticos e contribuir de maneira corresponsável com os profissionais dos serviços, gestores e usuários.

O Sistema Municipal de Saúde está integrado ao SUS, preconiza a regionalização na prestação dos serviços de saúde e a hierarquização das atribuições, onde cada esfera governamental deve cumprir funções e competências específicas, porém articuladas entre si.

O PPC foi elaborado de forma que expresse integração com ensino-serviço, assim, a organização curricular foi desenvolvida de forma a acompanhar o processo de trabalho nos vários pontos que compõem a rede de saúde, na perspectiva da continuidade do cuidado de saúde, ou seja, o estudante estará inserido em uma Equipe de Saúde que tem um território adscrito e a partir da necessidade de saúde, o mesmo percorrerá o sistema de saúde municipal em todos os pontos da rede que for necessário, sendo estimulado a exercer sua capacidade de compreensão, estruturação dos problemas e busca por soluções.

A vivência com os usuários e sua família permitirá a construção do olhar crítico sobre a realidade, atuando com o professor como facilitador para que o aprendizado se dê em articulação com a equipe de saúde e seus colegas de curso.

O estudante terá a possibilidade de vivenciar ações de promoção à saúde, prevenção de doenças, diagnóstico e tratamento dos agravos mais prevalentes à saúde do indivíduo, família e comunidade. A inserção do estudante na atenção primária a saúde favorece lidar com diferentes aspectos da vida e seus ciclos, na sua complexidade clínica e cultural.

E esta atuação a partir da atenção primária em saúde procurará se produzir a articulação dos conhecimentos na saúde coletiva, na clínica ampliada e no conceito de saúde. O estudante vivenciará o processo de trabalho na atenção primaria e sua equipe multiprofissional, atenção programática para crianças, adolescentes, mulheres, homens, idosos e agravos de grande frequência. Participará de visitas domiciliares para acamados, gestantes, situações de risco e faltosos. Participará em atividades de Educação em Saúde na unidade e na comunidade como escolas, creches e outros. Acompanhará ações em gestão do cuidado em saúde, monitoramento e acompanhamento de prioridades em saúde.

O curso de Farmácia da IES está pautado pela superação da dicotomia entre a teoria e a prática, e com o objetivo de inserir o estudante no Sistema Único de Saúde

desde o início da formação e em cooperação com o município possibilitará aos estudantes vivenciar todos os âmbitos da atenção à saúde. Os estudantes serão inseridos nos territórios adscritos de cada Unidade de Saúde. A proposta do curso prevê a valorização do trabalho articulado com os serviços de saúde e atuação no SUS na esfera municipal, estadual e federal.

1.23.3 Desenvolvimento de Competências Específicas da Profissão relacionadas ao Contexto de Saúde da Região

Em consonância com as diretrizes curriculares, a qual preconiza que a formação deve levar em consideração os aspectos da região, alinhado ao perfil do egresso com o desenvolvimento de competências especificas, o qual é tratado com afinco nas atividades transversais de Educação Ambiental e Educação Étnico Racial. Ainda, na concepção do curso foi articulado disciplinas que possam abranger e dotar os discentes de tais competências, dentre os quais podemos citar as disciplinas de:

- Mecanismos de Agressão e Defesa;
- Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade;
- Práticas Profissionais em Saúde Coletiva I e II;
- Saúde das Populações Indígenas, Ribeirinhas e Étnico – Raciais;
- Parasitologia Clínica e Urinálise.

1.24 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS

1.24.1 Relação das atividades práticas de ensino da licenciatura com as DCNs da Educação Básica, da formação de formação de professores e da área de conhecimento da licenciatura

Não se aplica

1.24.2 Distribuição das Atividades Práticas de Ensino para a Licenciatura Relacionando Teoria e Prática de Forma Reflexiva ao Longo de Todo o Curso

Não se aplica

DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL

2.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

As normas do NDE compreendem os seguintes itens:

- o NDE de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso;
- o NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso;
- são atribuições do NDE: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- a IES, por meio dos seus colegiados superiores, devem definir as atribuições e os critérios de constituição do NDE, atendidos, no mínimo, os seguintes: ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso; ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*; ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral; assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso;

O NDE constituído deverá se reunir no mínimo 2 vezes por semestre em reuniões ordinárias previstas em calendário acadêmico;

i) Caso haja necessidade de outras reuniões o Presidente do NDE, poderá convocar reuniões extraordinárias;

ii) As reuniões ordinárias e extraordinárias deverão ser registradas em ata aprovada por todos os membros;

iii) O presidente nato do NDE é o Coordenador de Curso de Graduação;

iv) O NDE não se constitui em instância deliberativa devendo suas propostas serem submetidas aos Colegiados de Curso.

2.1.1 Composição do NDE

Seguindo as novas diretrizes do MEC, em resposta ao novo instrumento de Avaliação de Cursos de graduação presencial, a Direção da IES designou os professores relacionados no quadro a seguir para, sob coordenação do curso, constituir o Núcleo Docente Estruturante (NDE), responsável pela formação, implementação e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso e outras atividades pertinentes ao curso, que constam em regulamento próprio.

2.1.2 Atribuições do NDE

O Núcleo Docente Estruturante do Curso é formado por professores, contratados em regime integral ou parcial, que participaram efetivamente da construção do Projeto Pedagógico e juntos com o coordenador são responsáveis pela implantação do curso, os mesmos possuem formação *stricto sensu* e experiência na área. As reuniões do NDE ocorrem duas vezes ao semestre em caráter ordinário, convocadas pelo presidente do Núcleo. As demais reuniões ocorrem em caráter extraordinário, podendo também acontecer em conjunto com o colegiado de curso, devendo ser convocada pelo presidente do núcleo e o coordenador de curso.

2.1.3 Planejamento dos Estudos e Avaliação Periódica o PPC pelo NDE

Semestralmente serão realizadas ao mínimo duas reuniões do NDE para debate e discussão de melhorias do curso, assim como avaliação e adequação (se necessário) do PPC, o qual será levado para discussão e deliberação por parte do colegiado do curso.

2.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A equipe multidisciplinar atua na relação entre a coordenação do Curso e o Núcleo de Educação a Distância (NEaD), que é a unidade institucional responsável pela gestão dos processos acadêmicos e pedagógicos de cursos e atividades educacionais na modalidade a distância, o que inclui: organizar, implantar e gerenciar as atividades a distância nos cursos, inclusive orientando e supervisionando os docentes envolvidos nessa modalidade de ensino.

O NEaD é composto por um grupo de profissionais com grande experiência acadêmica e tecnológica na área, com passagem por renomadas instituições de ensino, que trabalham de forma sistêmica e colaborativa. O NEaD tem regimento próprio (Regimento da Graduação Modalidade a Distância), com *status* de uma Unidade com autonomia para gerir suas ações, bem como para garantir a implantação, implementação, e desenvolvimento do processo educativo utilizando a modalidade a distância, por meio de ações didático-pedagógicas, tecnológicas e administrativas adequadas.

Coordenação Pedagógica

Responsável pelo desenvolvimento dos projetos pedagógicos, manuais e regulamentos junto com os coordenadores de cursos, revisão, controle e acompanhamento do ambiente virtual do aluno; organização, planejamento e controle dos tutores e conteudistas. Tem conhecimento na área pedagógica, incluindo didática e metodologias, gestão educacional, técnicas de ensino-aprendizagem, docência e uso de mídias e tecnologias.

Composição:

- 01 Revisor: com conhecimento e formação na área de Língua Portuguesa;
- 01 Supervisor de Tutores: com formação e experiência na área de supervisão:

- Tutores (20 h) presencial (de polo): com formação de nível superior e atua na área de conhecimento de sua formação. Responsável por acompanhar os alunos no polo, preparar a sala de aula, passar as dúvidas dos alunos para os professores, via chat, aplicar as provas e as encaminhar ao Núcleo de Educação a Distância e auxiliar o aluno na utilização do AVA;
- Tutores (20 h) à distância: com formação de nível superior e atua na área de conhecimento de sua formação. Responsável por dar suporte às atividades dos docentes;
- 01 Psicopedagogo: com formação em Psicologia para atendimento aos alunos:
- 01 Professor por disciplina: 06 horas semanais.

Supervisor de Tutores

Tem como atribuições:

- Receber e emitir parecer sobre propostas de cursos de graduação, modalidade a distância, e enviá-los ao CONSUP da IES;
- Exercer a supervisão pedagógica dos cursos de graduação, modalidade EaD, observando as normas e desenho curricular do Projeto Pedagógico Institucional do NEaD;
- Supervisionar a observância das normas e qualidade exigida na produção dos materiais didáticos a serem elaborados pelos professores;
- Revisar os elementos que irão compor o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- Acompanhar o desempenho dos coordenadores e supervisionar o cumprimento de suas atribuições;
- Quando solicitado, representar o curso perante as instâncias superiores institucionais e órgãos avaliadores do Ministério da Educação.

Coordenação de Mídias e Tecnologias

Tem como atividades a escolha das tecnologias e mídias a serem utilizadas nas atividades e nos cursos oferecidos pelo NEaD e a operacionalização da construção do material didático.

Composição:

- 01 Analista de Sistema: esse profissional deve ter formação em análise de sistema e experiência técnica comprovada;
- 01 Analista Designer Web: esse profissional deve ter ótimos conhecimentos sobre softwares para design de recursos e páginas web; 01 Analista de Ambiente Virtual de Aprendizagem: o profissional dessa área deve ter ótimos conhecimentos nas áreas de programação e, em especial, sobre as especificidades do software escolhido para hospedar os cursos e as atividades;
- 02 Assistentes de Produção: acompanhamento das gravações de vídeo aulas, agendamento com os professores, controle e organização dos estúdios.

Tem como atribuições:

- Apresentar mídias e tecnologias apropriadas para atender à sociedade;
- Coordenar todos os processos que visam ao funcionamento do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- Coordenar a operacionalização dos materiais didáticos, o design institucional do AVA, o design institucional dos estúdios de gravações; o design dos materiais didáticos.

Coordenação de Produção

Setor responsável pela produção, gerenciamento e orientação aos docentes no processo de produção e gravação de vídeo aulas com vistas a garantir a qualidade técnica e pedagógica desse recurso didático.

Tem como atribuições:

- Produzir recursos para vídeo aulas;
- Gerenciar demandas relativas à vídeo aulas;
- Gerenciar demandas da agenda dos estúdios;
- Produzir locais para gravações externas e entrevistas;
- Orientar professores quanto ao conteúdo de vídeo aulas e sua relação com o conteúdo escrito.
- Orientar professores quanto à estrutura e recursos para a gravação de vídeo aulas;

- Recepcionar e dar apoio aos docentes durante sua estada no Núcleo de Educação a Distância;
- Acompanhar gravações;
- Acompanhar produção da locução e da tradução da Língua de Sinais;
- Criar, implantar e otimizar processos referentes à vídeo aulas e suas demandas; e
- Produzir relatórios sobre o andamento das gravações.

Secretaria Acadêmica (SEaD):

Setor responsável por todos os processos, registros e controles acadêmicos, e pelo relacionamento com alunos e com os polos de apoio presencial.

Sua composição inclui:

- 04 Assistentes administrativos acadêmicos para a secretaria: atendimento on-line e por telefone aos alunos;
- 01 Assistente administrativo acadêmico para logística: controle materiais didáticos e documentos;
- 02 Assistentes administrativos acadêmicos para apoio ao aluno: atendimento on-line e por telefone aos alunos;
- 01 Ouvidor: atendimento on-line e por telefone aos alunos.

2.3 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO

2.3.1 Regime de Trabalho do Coordenador do Curso.

O coordenador tem regime parcial (26h) com carga horária dividida:

- 20h de Coordenação
- 03h de Núcleo Docente Estruturante
- 03h de sala de aula

2.3.2 Atribuições do Coordenador de Curso

A IES entende que coordenar um curso no Ensino Superior requer responsabilidades cada vez mais abrangentes dentro do processo de transformação

pelas quais as instituições passam atualmente. Por isso tem definido claramente qual o perfil que deseja de seus coordenadores e por consequência as suas atribuições.

O perfil de atuação do coordenador que se deseja é de alguém que seja mais que um simples mediador entre alunos e professores, ou seja, deseja-se um gestor para promover as alterações e introduzir propostas inovadoras no ambiente universitário. Sendo capaz de transformar, diariamente, conhecimento em competência.

A atuação do coordenador de curso é definida pelas seguintes competências:

I. Reconhecer as necessidades da área em que atua;
II. Tomar decisões que possam beneficiar toda a comunidade acadêmica;
III. Atender as exigências legais do Ministério da Educação;
IV. Gerir e executar o projeto político-pedagógico do curso;
V. Operar novas tecnologias;
VI. Avaliar o trabalho dos docentes;
VII. Estar comprometido com a missão, crença e valores da instituição;
VIII. Estar atento às mudanças impostas pelo mercado de trabalho a fim de adequar e modernizar o curso com foco na garantia de qualidade;
IX. Gerir equipes e processos, pensando e agindo estrategicamente;
X. Colaborar com o desenvolvimento dos alunos e com o crescimento da instituição em que trabalha.

Assim, ser coordenador de curso pressupõe possuir competências nos aspectos: legal, mercadológico, científico, organizacional e de liderança.

Trata-se não apenas de competência técnica, centrada no saber fazer de modo operacional, mas no conhecer, no saber ser e no saber viver junto, ou seja, o conhecimento dos dados isolados é insuficiente; é preciso articulá-los à iniciativa, a motivação para o trabalho, às relações interpessoais, aliando saberes sócio afetivo e cognitivo.

No que compete a representatividade do coordenador nas instâncias colegiadas institucionais, possuindo acento no Conselho Maior da Instituição, sendo ainda, presidente nato do colegiado de curso e membro do Núcleo Docente Estruturante.

2.3.3 Relação do Coordenador com Docentes, Discentes, Tutores

O coordenador de curso, dentro das suas atribuições e de acordo com o regime de trabalho no qual atua, possui dentro da sua organização de trabalho, a disponibilidade necessária para dar suporte e atendimento aos seus discentes. Sua atuação é voltada para a formação dos discentes em relação a importância da modalidade em EAD relacionada à sua formação profissional e acadêmica, quanto aos conhecimentos do Ambiente Virtual de Aprendizagem, para o esclarecimento de dúvidas voltadas ao componente curricular em estudo.

Para que sua atuação seja eficaz, possui amplo conhecimento sobre a modalidade de EAD e conta com a participação dos docentes em momentos destinados à sua atuação. Essa parceria é de grande importância, uma vez que estes são os especialistas nos componentes curriculares e após também ter passado por formação, estão aptos a junto com os tutores, atuar como construtores e mediadores da aprendizagem. Esse elo entre a coordenação do curso e seu corpo de professores e de tutores é o que permite que o aluno por meio da modalidade e do componente curricular em estudo, tenha segurança em relação à sua aprendizagem e veja no seu coordenador, o suporte necessário para que seu desenvolvimento e sua relação com o copo docente e de tutores, ocorra sem dificuldades.

Toda a atuação da coordenação está pautada no PCC do curso e nas suas atribuições enquanto coordenador.

2.3.4 Representatividade do Coordenador nos Colegiados Superiores

Em acordo com a política institucional que promove a participação dos setores da instituição nos órgãos colegiados, os coordenadores dos cursos de graduação participam efetivamente do colegiado de curso do NDE do Comitê de Qualidade de Ensino e possui uma representatividade no Conselho Superior a partir de membro eleito pelos seus pares.

2.3.5 Plano Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso sua Documentação e Compartilhamento

O Plano de Gestão Acadêmico Administrativo é um instrumento decorrente do processo de auto avaliação de curso e que serve de plano de ação interno de gestão da do curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base na auto avaliação de curso, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:

iv) Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.

v) Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.

vi) Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.

vii) Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter à apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a continua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da F.A, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI.

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

i) Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidades específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e outros. As atividades extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo, considerada como atividades complementares.

ii) Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feito projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas

Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares e que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extracurriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

iii) Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção dos nossos alunos no mundo do trabalho.

iv) Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.

v) Autoavaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.

vi) Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.

vii) Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

viii) Atividades de Incentivo à Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo à produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.

ix) Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos

x) Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

Plano Acadêmico Administrativo segue como documentação anexa.

2.3.6 Indicadores de Desempenho do Coordenador e sua Publicação

Para a definição dos indicadores, realiza-se um simples ciclo de especificação, implementação, acompanhamento e avaliação. A parte final (avaliação) é realizada por meio de observação e entrevista do coordenador. Por fim, é utilizado uma ficha padrão, que possibilite a clara avaliação do desempenho do coordenador.

A seguir, estão os indicadores para avaliação do desempenho do coordenador que são realizados semestralmente:

ESFERA 1 – ACADÊMICA		
ITEM	PARECER (SIM/NÃO)	OBSERVAÇÃO
O número de disciplinas com alto grau de reprovação é de acordo com a média?		
Realiza feedback com o corpo docente durante e ao final de cada semestre?		
Realiza e/ou disponibiliza treinamento para o seu corpo docente?		
Possui estratégias pedagógicas para minimizar a evasão de alunos?		
Possui boa relação com seu corpo docente?		
Possui boa relação com seu corpo discente?		
É pontual?		

Possui um alto índice de resolubilidade de protocolos?		
Detém um alto rendimento em avaliações de alta escala externa?		
ESFERA 2 - AVALIAÇÃO INTERNA		
Para as esferas 2 e 3, realizar parecer de acordo com a Escala Likert: PARECER — LEGENDA 1 — Discordo totalmente 2 — Discordo parcialmente 3 — Não concordo, nem discordo 4 — Concordo parcialmente 5 — Concordo totalmente		
ITEM	PARECER (1 a 5)	OBSERVAÇÃO
Média do curso de satisfação por disciplina básica;		
Média do curso satisfação por disciplina específica;		
Média de satisfação por docente em relação ao aluno;		
Quantidade de aulas práticas por semestre;		
Quantidade de visitas técnicas por semestre;		
Quantidade de atividades extensionistas do Curso;		
ESFERA 3 - AVALIAÇÃO EXTERNA		
Titulação docente;		
Estimulação ao corpo docente para educação continuada: cursos, palestras, congressos e treinamentos;		
Publicações do corpo docente em revistas científicas indexadas.		

2.3.7 Planejamento da Administração do Corpo Docente

O corpo docente dos cursos de graduação da Faculdade Amazonas encontra-se ligado hierarquicamente à Coordenação do curso. Esta, a partir de calendário interno e plano acadêmico administrativo, realiza o planejamento e administração das ações do corpo docente no âmbito do curso semestralmente. Este planejamento é revisto sistematicamente, tendo em vista os resultados alcançados no período anterior e a prospecção de ações futuras que possam colocar o corpo docente, de maneira mais eficiente, alinhado aos objetivos do curso ao perfil profissional do egresso.

2.4 CORPO DOCENTE

O Corpo Docente é constituído por professores com titulação no mínimo de especialização e que tenham sido admitidos após banca de seleção de docentes organizada pela Coordenação de Ensino.

A F.A tem procurado contratar, preferencialmente, profissional com doutorado ou mestrado concluído ou em andamento, mas leva em conta, também, a experiência profissional na docência e a produção científica dos candidatos. Quanto à titulação dos docentes da IES incluem:

I- Doutores;

II- Mestres;

III- Especialistas

Os professores são contratados pela Entidade Mantenedora, conforme as normas do Plano de Cargos e Salários homologado no Ministério do Trabalho.

O processo seletivo de docentes incluiu os seguintes passos:

I. Análise do currículo dos candidatos previamente selecionados na "banca de currículos" da IES ou dos que apresentarem, mediante divulgação do processo seletivo, em edital publicado em jornal de grande circulação desta capital;
II. Banca de avaliação de uma aula dos candidatos sobre um tema relacionado à disciplina em questão;
III. Entrevista com o candidato;
IV. Argumentação oral sobre um tema relacionado à disciplina para cuja vaga o candidato estiver concorrendo.

2.4.1 Relação do Corpo com a Respectiva Titulação

Os professores que atuarão no curso foram contratados mediante a realização de processo seletivo, executado por comissão designada para esse fim, e que incluiu os seguintes passos:

- Análise do currículo dos candidatos previamente selecionados na "banca de currículos" da IES e ou dos que apresentarem, mediante divulgação do processo seletivo, em edital publicado em jornal de grande circulação desta

capital;

- Banca de avaliação de uma aula dos candidatos sobre um tema relacionado à disciplina em questão;
- Entrevista com o candidato;
- Argumentação oral sobre um tema relacionado à disciplina para cuja vaga o candidato estiver concorrendo.

A IES tem procurado contratar, preferencialmente, profissional com doutorado ou mestrado concluído ou em andamento, mas leva em conta, também, a experiência profissional na docência e a produção científica dos candidatos.

Os professores previstos para o curso estão elencados no quadro em anexo na pasta da dimensão 2.

2.4.2 Relação da titulação dos docentes com seu desempenho em sala de aula, capacidade de analisar conteúdos curriculares e fomentar o raciocínio crítico e relevância para atuação profissional e acadêmica.

Entendendo que a análise crítica da realidade existente é imprescindível para sua transformação o nosso quadro de docentes analisam as competências dos componentes curriculares na fomentação do raciocínio crítico, reflexivo e dialógico. O conhecimento acadêmico do corpo docente traz contribuições para o alargamento da consciência crítica dos educandos nas práticas institucionais concretamente situadas na construção da democracia social e educacional.

A coordenação irá inserir o relatório na pasta da dimensão 2 do curso.

2.5 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE

2.5.1 Relação do Corpo Docente com o Respectivo Regime de Trabalho

O regime de trabalho do corpo docente possibilita o atendimento integral da demanda, considerando a docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de

aprendizagem, os documentos comprobatórios encontram-se no anexo na pasta da dimensão 2.

2.5.2 Atribuição dos Docentes e Forma de Registro das Atribuições Individuais Considerando a Carga Horaria por Atividade

Os professores horistas exclusivamente às atividades de sala de aula. Os professores que trabalham em regime parcial contratados para atuar com 12h ou mais horas semanais reservam ao menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes. E os docentes contratados em regime integral atuam 40h semanais na IES, sendo destas 20h semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação.

2.6 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE

2.6.1 Relação do corpo docente com as respectivas experiências profissionais FORA do magistério superior.

A IES considera a importância da relação entre a experiência profissional do corpo docente visto que tal conhecimento reflete diretamente no desempenho em sala de aula. Segue em anexo na pasta da dimensão 2, a relação dos docentes e as respectivas experiências profissionais fora do magistério superior.

2.6.2 Relação da experiência do corpo docente previsto e seu desempenho fora do magistério superior.

A IES considerando o perfil do egresso constante no PPC traça um relatório evidenciando a importância da experiência profissional do corpo docente para o bom desempenho em sala de aula ao aplicar, analisar e exemplificar de forma contextualizada, problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional.

O referido relatório está em anexo na pasta da dimensão 2 do curso.

2.7 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Não se aplica.

2.7.1 Estudo que Demonstra e justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Educação Básica do Corpo Docente

Não se aplica

2.8 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE NA DOCÊNCIA SUPERIOR

2.8.1 Relação do Corpo Docente com as Respectivas Experiências no Magistério Superior

Considerando o perfil do egresso a IES ressignifica a relação entre a experiência no exercício da docência superior do corpo docente e seu desempenho em sala de aula, neste contexto as ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos, expor o conteúdo em linguagem adequada e apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, além de promover avaliações coerentes com os objetivos da aprendizagem.

A tabela com os docentes e as respectivas experiências no ensino superior serão apresentadas em anexo na pasta da dimensão 2.

2.9 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

2.9.1 Estudo que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Docência na Educação a Distância do Corpo Docente e seu Desempenho na Identificação das Dificuldades de Aprendizagem, Contextualização dos Conteúdos, Avaliação diagnóstica, formativa e somativa, Liderança e Produção reconhecida.

Abordar sobre saberes docentes é uma tarefa difícil devido à complexidade desta análise, uma vez que os saberes nascem de conhecimentos e experiências no decorrer de suas práxis educativas.

Tardif (2014), em seus estudos, considera dois importantes aspectos relacionados aos professores: o saber em seu trabalho e o saber em sua formação. Para o autor, não há como estudar o saber do docente sem fazer a relação com o contexto e com os condicionantes em que os professores estão inseridos. Portanto, os saberes só possuem sentido quando estão relacionados com o trabalho dos docentes. Tudo aquilo que já foi vivenciado como processo educativo faz parte e fará parte da prática profissional do docente, seja de forma positiva ou não. Quando o docente se deparar com as necessidades é quando ele fará sua atuação de fato.

> O saber não é uma coisa que flutua no espaço: o saber dos professores é o saber deles e está relacionado com a pessoa e a identidade deles, com a experiência de vida e com a sua história profissional, com as suas relações com os alunos em sala de aula e com os outros atores escolares na escola, etc. Por isso, é necessário estudá-lo relacionando-o com esses elementos constitutivos do trabalho docente (TARDIF, 2014, p. 11)

A função do docente não está dissociada do saber docente. Todavia não há como dissociar estes papéis. Embora haja uma rotina de trabalho diferenciado na modalidade a distância, o trabalho acontece da mesma forma, de forma colaborativa e coletiva.

As experiências vivenciadas pelos docentes nas salas de aulas de cursos presenciais, no que diz respeito aos processos metodológicos, técnicas inovadoras, processos avaliativos serão de suma importância para aquele docente que vai atuar no ensino a distância, uma vez que o mesmo se depara com todas essas situações, seja através de um ambiente virtual, ou mesmo de encontros semipresenciais.

Para isso, é preciso que o docente além destas experiências desenvolva competências e habilidades inerentes a função de um docente EAD. Sobre esse contexto, afirma Masetto (2015, p.143):

> (...) compreende-se melhor a função docente do professor, “colocando-o na contingência de conhecer novos recursos tecnológicos, adaptar-se a eles, usá-los e compreendê-los em prol de um processo de aprendizagem mais dinâmico e motivador para seus alunos”.

Para Belloni (2015, p. 89), é crucial a redefinição do papel do docente para que ocorra o sucesso dos processos educacionais, tanto presencial como a distância. A atuação desse profissional na EaD passará do [...] monólogo sábio da sala de aula para o diálogo dinâmico dos laboratórios, salas de meios, e-mail, telefone e outros meios de interação mediatizada; do monopólio do saber à construção coletiva do conhecimento, por meio da pesquisa; do isolamento individual ao trabalho em equipes

interdisciplinares e complexas; da autoridade à parceria no processo de educação para a cidadania.

Para Tenório, Santos e Tenório (2016), as competências impostas ao professor na modalidade presencial, igualmente, são imprescindíveis ao tutor na educação a distância, devendo ser adaptadas de acordo com as especificidades da modalidade. Com isso, percebe-se que as duas figuras, compartilham das mesmas competências, mesmo que com funções diferentes.

Desta forma, é possível perceber que é de suma importância os saberes e experiências dos docentes adquiridos durante sua trajetória, mas também é muito mais importante que ele inove e se renove a cada dia, principalmente no que diz respeito aos recursos tecnológicos.

2.10 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

2.10.1 Relação da experiência no exercício da tutoria na educação à distância do corpo tutorial e a capacidade de fornecer suporte às atividades dos docentes, realizar mediação pedagógica, relacionar-se com docentes, incrementar processos de ensino aprendizagem, orientar e sugerir atividades e leituras complementares.

A capacitação e preparação do tutor continuamente é primordial para o desenvolvimento de suas funções. Mesmo possuindo todos os pré-requisitos necessários para atuar com a tutoria, esse profissional passa por constante avaliação a fim de sejam verificados os pontos positivos de sua atuação e àqueles pontos que precisam ser trabalhados para que sua atuação mediante a aprendizagem do aluno, leve aos resultados e objetivos traçados. Essas atualizações são feitas por meio de treinamentos virtuais através de sites voltados à EAD assim como presencialmente em momentos com a coordenação pedagógica, por meio de estudos de casos, análise de artigos e reflexão sobre as ações e desenvolvimento de habilidades e atitudes e estudo do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Para garantir a formação do corpo de tutores com o objetivo de formatar as atitudes e habilidades dentro das funções relacionadas, é necessário estabelecer características e perfis profissionais fundamentais para processo labutar do tutor. Para assegurar o cumprimento da qualidade e excelência já conhecidos desta IES são realizadas formações continuadas ao corpo tutorial.

Nessa perspectiva, para ter o seu corpo de tutoria atendidos com projetos de qualificação a IES busca promover;

- Ampliar os incentivos para participação em eventos científicos/técnicos e culturais.
- Promover Formação Continuada didático-pedagogicamente, no início de cada semestre com oficinas, palestras etc.
- Valorizar a titulação acadêmica, experiência na tutoria e fora dela, produção científica e tecnológica como critério de seleção para admissão de tutores;
- Valorizar a produção científica como critério de ascensão horizontal para níveis sucessivos das categorias docentes.
- Disponibilizar acervo bibliográfico online aos tutores.
- Criar programa de Inter formação entre os tutores EAD e professores da graduação presencial.

Garantir expansão de domínio dos tutores de novas tecnologias e ferramentas para uso na modalidade EAD

- Disponibilizar ferramentas para aumento de interação com os alunos com a devida formação dos tutores para uso.
- Promover Formação específica por meio digital.
- Valorizar e capacitar o uso de ferramentas móveis para complemento do ambiente virtual de aprendizagem.

É importante ainda destacar que a IES busca correlacionar todas as experiências no exercício da tutoria para que estes profissionais se sintam valorizados e sobretudo aptos a desenvolver todas as atividades inerentes ao seu respectivo papel no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, assegurando a estes o pleno desenvolvimento de suas competências e habilidades necessárias à sua formação. Nesse escopo, realizar mediação pedagógica, relacionar-se com Docentes, incrementar processos de ensino-aprendizagem, orientar e sugerir atividades e leituras complementares.

No anexo da pasta da dimensão 2 do curso está disposto a relação comprobatória da experiência do corpo docente na educação à distância.

2.11 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO

O coordenador, os professores do curso e um representante discente participam ativamente dos órgãos colegiados da IES, nos termos do Regimento Institucional, especialmente o Colegiado de Curso.

O Conselho de Curso é o órgão colegiado da unidade do curso, sendo integrado pelos seguintes membros:

- Coordenador, que o preside;
- Corpo docente do curso;
- Um representante do corpo discente.

Compete ao Colegiado de Curso:

I. aprovar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas elaborados pelo NDE;
II. aprovar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectivas cargas horárias de acordo com as diretrizes curriculares elaborado pelo NDE;
III. acompanhar os resultados da auto avaliação do curso realizado pela CPA;
IV. colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;
V. articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional e formação de professores;
VI. exercer outras atribuições de sua competência.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre, estas reuniões possuem caráter deliberativo e pauta voltada para as questões de organização acadêmico-administrativa do curso. As demais reuniões ocorridas no semestre são convocadas pelo coordenador de curso em caráter extraordinário. Algumas reuniões extraordinárias podem ocorrer em conjunto com reuniões do NDE, desta maneira a convocação é realizada pelo presidente do núcleo e o coordenador do curso.

O conteúdo das reuniões é registrado em ata e os pleitos encaminhados via Comunicação Interna com cópia da ata para a Direção geral a qual cabe tomar as medidas acadêmico-administrativas pertinentes as demandas do curso.

2.11.1 Institucionalização do Colegiado com Representatividade dos Segmentos e Periodicidade e Registro das Reuniões.

O coordenador, os professores do curso e um representante discente participam ativamente dos órgãos colegiados da IES, nos termos do Regimento Institucional, especialmente o Colegiado de Curso.

O Conselho de Curso é o órgão colegiado da unidade do curso, sendo integrado pelos seguintes membros:

- Coordenador, que o preside;
- Corpo docente do curso;
- Um representante do corpo discente.

Compete ao Colegiado de Curso:

I. aprovar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas elaborados pelo NDE;

II. aprovar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectivas cargas horárias de acordo com as diretrizes curriculares elaborado pelo NDE;

III. acompanhar os resultados da auto avaliação do curso realizado pela CPA;

IV. colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;

V. articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional e formação de professores;

VI. exercer outras atribuições de sua competência.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre, estas reuniões possuem caráter deliberativo e pauta voltada para as questões de organização acadêmico-administrativa do curso. As demais reuniões ocorridas no semestre são convocadas pelo coordenador de curso em caráter extraordinário.

Algumas reuniões extraordinárias podem ocorrer em conjunto com reuniões do NDE, desta maneira a convocação é realizada pelo presidente do núcleo e o coordenador do curso. Os conteúdo das reuniões são registrados em ata.

2.11.2 Fluxo para Encaminhamentos das Decisões, Encaminhamento e Execução.

Após o registro das reuniões em ata, os pleitos devem ser encaminhados via Comunicação Interna com cópia da ata para a Direção geral a qual cabe tomar as medidas acadêmico-administrativas pertinentes as demandas do curso, e assim responder também por meio de Comunicação Interna a decisão para execução por parte da coordenação e do colegiado.

2.11.3 Avaliação Periódica do Desempenho das Decisões Colegiadas para Implementação ou Ajuste de Práticas de Gestão

A avaliação periódica das decisões colegiadas e a implementação dos ajustes de práticas de gestão, dar-se-ão mediante os resultados apontados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e pela autoavaliação do curso a partir de práticas democráticas de discussão e reflexão acerca dos resultados alcançados no período de um semestre. Essa avaliação alicerça a possibilidade de planejamento de ações futuras e ajusta a prática de gestão, sempre em busca da melhoria da qualidade de ensino e demais ações praticadas no interior do curso.

2.12 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES PRESENCIAIS E TUTORES A DISTÂNCIA

2.12.1 Demonstração que todos os Tutores são Graduados na Área da Disciplina e da Titulação da sua Maioria

A IES considerando o perfil do egresso constante no PPC, apresenta em anexo na pasta da dimensão 2, a relação do corpo de tutores presenciais e a distância com suas respectivas titulações e formação.

2.13 EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES

2.13.1 Estudos que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência dos Tutores em Educação a Distância e seu Desempenho na Identificação de Dificuldades de Aprendizagem, Exposição do Conteúdo em Linguagem Aderente, Contextualização dos Conteúdos, Adoção de Práticas Exitosas ou Inovadoras

No que se refere ao trabalho do docente tutor Mill (2014, p. 26) o define como polidocência. “O termo [...] não é necessariamente novo e [...] poderia ser definido como uma docência coletiva, isto é, onde cada parte é realizada por um trabalhador distinto”. Nesta concepção, uma nova situação acontece no processo de ensino e de aprendizagem, sobretudo na educação a distância: o uso das TDIC. Para Masetto (2015), o desenvolvimento das TDIC impactou na educação, a partir do uso de computadores e da internet; do acesso em tempo real e imediato às informações, às experiências, ao conhecimento e projetos transformadores. Fica evidente que não é suficiente apenas conhecer as ferramentas, cabendo ao docente saber utilizá-los na prática.

Com o desenvolvimento da cultura digital, a mediação pedagógica, baseada no uso das TDIC, entra em discussão. Masetto (2015) entende por mediação pedagógica a atitude do professor que se posiciona como um facilitador, um motivador ou um incentivador da aprendizagem. Para o autor, esse comportamento se apresenta como uma ponte entre a aprendizagem e seu aprendiz, colaborando ativamente para o alcance dos objetivos do aluno. Suas experiências docentes, seja de saberes (conhecimentos), técnicas e metodologias diferenciadas, bem como suas experiências como um tutor, mediador e um “professor digital”, contribui significativamente para sua atuação enquanto tutor, na interação com os estudantes, na exposição de conteúdos e consequentemente resultando em práticas exitosas e inovadoras para o processo de ensino e aprendizagem.

Contudo, muitos tutores encontram algumas dificuldades no desenvolvimento de seu fazer pedagógico. Oliveira e Santos (2013) verificaram em seus estudos, que muitos profissionais que atuam na EaD não possuem experiências nessa modalidade em sua formação. Configura-se, então, um ambiente de novos desafios e descobertas, porém com o enfrentamento de certas dificuldades. Cabe a Instituição, deixar claro o papel do tutor EAD, bem como do seu fazer pedagógico, promovendo reuniões periódicas para deixá-los a par de orientações gerais, bem como de alteração em documentos legais relacionados ao EAD e promovendo formações continuadas que desenvolvam habilidades no seu corpo docente.

> Quando o tutor possui habilidades desenvolvidas para a mediação pedagógica possibilita vivenciar aspectos que surgem do e no Ambiente

> Virtual de Aprendizagem (AVA), gerando situações em que o estudante seja capaz de realizar conexões entre os conhecimentos construídos e os conteúdos do curso, de modo que a aprendizagem seja realmente incorporada em diversos contextos, aponta Schlunzenet al. (2016).

Nessa perspectiva, fica evidente a necessidade de conhecer e entender as competências de um tutor. Por competência, Perrenoud (2000, p. 35) entende ser "[...] a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc.), para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações". Sobre as competências necessárias ao tutor, conforme os estudos de Maggio (2001, p. 41) aponta uma série de conhecimento necessários como: conhecimento de conteúdo e pedagógico, conhecimento do contexto educacional, bem como de valores educativos de suas raízes históricas e filosóficas.

Desta forma, para se desenvolver competências para a tutoria são necessárias situações e experiências que demonstrem a precisão de mobilizar o saber e executá-lo. Ao considerar o tutor como a figura fundamental na educação a distância, torna-se necessário falar sobre a sua capacitação e sua formação para atuar nos vários cursos disponibilizados pelas instituições. De acordo com Belloni (2015, p. 92) a formação inicial objetiva "[...] prepará-los para a inovação tecnológica e suas consequências pedagógicas e também para a formação continuada, numa perspectiva de formação ao longo da vida".

REFERÊNCIAS

BELLONI, M. L. Educação a distância. 7. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

MASETTO, M. T. Mediação Pedagógica e tecnologias de informação e comunicação. In: MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. Novas Tecnologias e mediação Pedagógica. Campinas: Papirus, 2015.

MAGGIO, M. O tutor na educação a distância. In: LITWIN. Edith (org.). Educação a distância: temas para o debate de uma agenda educativa. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

MILL, D. Sobre o conceito de polidocência ou sobre a natureza do processo de trabalho pedagógico na Educação a Distância. In: MILL, D.; RIBEIRO, L. R. C.; OLIVEIRA, M. R. G. (orgs) Polidocência na Educação a Distância: múltiplos enfoques. 2. ed. EdUFSCar: São Carlos, 2014.

PERRENOUD, P. "Construindo Competências". In Revista Fala Mestre! Setembro de 2000.

SCHLUNZEN, E. T. M. et al. Mediação Pedagógica on-line em educação inclusiva. Journalof Research in Special Educacional Needs. v. 16, n. 1, 2016. Disponível em: Acesso em: 31 mai. 2018.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TENÓRIO, A.; SANTOS, A. dos; TENÓRIO, T. Levantamento de competências pedagógicas necessárias a tutores da educação a distância. RIED. v. 19, n. 1, p. 183-207, 2016. Disponível em: Acesso em: 31 mai. 2018.

2.14 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADOR DE CURSO

A interação entre os tutores presenciais, tutores a distância, docentes e coordenador de curso, ocorre de forma sistemática e programada tanto presencialmente quanto no AVA, com o objetivo de desenvolver estratégias e implementar ações que contribuam para o melhor andamento das disciplinas e conforme as DCNs do curso.

As tutorias *online* e as tutorias presenciais têm atribuições distintas com o objetivo de melhor apoiar o estudante no processo de ensino-aprendizagem. Contudo, ambas formas de tutorias são amparadas e estão sob responsabilidade de um professor denominado aqui, como docente responsável. Todos esses atores, envolvidos nesse processo são definidos de forma conjunta entre coordenador de curso e coordenação acadêmica e pedagógica do NEaD. A interação entre os tutores presenciais, tutores a distância, docentes e coordenadores de curso, ocorre de forma sistemática e programada tanto presencialmente quanto no AVA, com o objetivo de desenvolver estratégias e implementar ações que contribuam para o melhor andamento das disciplinas e conforme as DCNs do curso.

A interação com o Estudante é potencializada de diversas formas, seja de forma presencial, via contato telefônico, e-mails e pelo uso criativo dos recursos do Ambiente Virtual de Aprendizagem. A proposta pedagógica do Ensino a distância da IES utiliza a Plataforma Moodle para gerenciar seu ambiente virtual de aprendizagem. O AVA é estruturado para atender os estudantes de forma que se sintam em uma sala de aula. Utiliza ferramentas síncronas e assíncronas. Cada participante desse cenário

e que faz parte do processo de aprendizagem utiliza canais específicos de comunicação.

Os tutores EAD são responsáveis pelo gerenciamento da disciplina, pelo acompanhamento das atividades realizadas pelos estudantes no AVA, cria fóruns de discussão e interage nestes fóruns, aplica atividades avaliativas, interage com o estudante através de comunicação síncrona e assíncrona, orienta e tira dúvidas de forma *online* e presencial e realiza encontros presenciais. Estão divididos entre Tutores EAD e presenciais, interagindo de forma diferenciada.

2.14.1 Planejamento da Interação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso

Por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela IES, é possível a cooperação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso o que possibilita um trabalho em equipe, com a finalidade de atingir a um objetivo comum. Academicamente essa cooperação é importante, porque tem o aluno como o objetivo principal de todo o processo ensino e aprendizagem.

Segundo a proposta da IES, o coordenador de curso é o responsável pelo acompanhamento das disciplinas quanto à adequação ao projeto pedagógico do curso. A interação entre coordenador de curso e tutores ocorre em vários momentos e de formas diferentes. A primeira forma a ser citada é através de reuniões presenciais para relato de problemas e soluções, assim como compartilhamento de experiências entre tutores.

O planejamento da Interação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso ocorre de forma sistematizada e sempre voltado para a melhoria dos resultados e otimização dos processos em que esses atores atuam.

De forma síncrona, o meio de reuniões através de ferramentas específicas para tal, a exemplo do *meet* e do *jitsi*. Entretanto, para otimizar o fluxo de comunicação e oportunizar uma maior interação entre esses atores, a solução adotada foi a criação no *Moodle* de uma sala chamada “Sala Multidisciplinar”. Nesta sala estão inseridos tanto o coordenador do curso, coordenação acadêmica e pedagógica, tutores presenciais e de tutores EaD. Com base na atuação dos tutores na Sala Multidisciplinar, através da criação de fóruns e o registro das discussões, o processo

de gestão das várias disciplinas e principalmente o acompanhamento das dificuldades enfrentadas pelos tutores presenciais e a distância, conseguem ser identificadas e sanadas a contento evitando maiores prejuízos para o aluno e garantindo a qualidade do acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem. Na Sala Multidisciplinar são disponibilizados além de fóruns outros recursos como arquivos para download, enquetes, questionários de avaliação, entre outros. A garantia da disponibilidade de material em um local único e a possibilidade de estabelecer troca de informações e compartilhar problemas e soluções é de grande valia como uma forma de garantir o alinhamento das informações, estabelecer um fluxo de comunicação e acompanhar as etapas do processo de ensino-aprendizagem do aluno.

2.14.2 Avaliação Periódica para Incremento na Interação entre os Interlocutores

Na contextualização da interação entre professores e tutores presenciais e a distância, são realizadas por meio de comunicação de grupos de estudos, sistema de comunicação interna, distribuição de materiais entre os mesmos sempre prezando pela qualidade de ensino em EAD. Neste sentido, a gestão do ensino a distância, é responsável pela promoção de planejamento de interação que possibilite condições de mediação e articulação entre tutores, docentes e coordenação do curso, considerando uma análise sobre a interação para encaminhamento de questões de gestão acadêmica do curso.

A interação garante a mediação e a articulação entre tutores, docentes e coordenador do curso, para a realização de avaliações periódicas para a identificação de problemas ou incremento na interação entre os interlocutores. Os mecanismos de interações dos alunos com os docentes e tutores são pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), sala multiprofissional virtual e de forma oportuna, presencialmente. Nesses ambientes são criados links para facilitar os processos de comunicação multimídia em tempo real e off-line. Esses mecanismos permitem processos de interação com os professores e tutores em grupo e individual. Além disso, o serviço de tutoria acessa os mecanismos de interação periodicamente para realizar atendimento ao aluno. Os tutores têm a função de mediação pedagógica entre os alunos e os conteúdos com atendimento periódicos das demandas dos alunos em horário de trabalho pré-definido pela coordenação do curso. O serviço de tutoria

também tem a função de animação pedagógica dos alunos com monitoria permanente para saber se estão participando ou afastados das atividades pedagógicas de ensino e aprendizagem.

2.15 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

2.15.1 Relação do Corpo Docente Previsto e suas Respectivas Produções

A IES considerando o perfil do egresso constante no PPC, apresenta em anexo na pasta da dimensão 2, a relação do corpo docente e suas respectivas produções.

DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA

3.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

O curso oferece gabinetes de trabalho equipados, na proporção de um gabinete de trabalho para cada professor de tempo integral lotado na respectiva unidade acadêmica. Esses gabinetes encontram-se equipados com internet, terminais de computador para livre acesso dos docentes e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.

3.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR

A coordenação possui uma sala própria com condições adequadas em termo de dimensão, equipamentos e conservação para comportar o gabinete individual do coordenador e o gabinete para a funcionária auxiliar. A sala dispõe de arquivos e prateleiras para a organização da documentação do curso. O coordenador e a funcionária possuem acesso a impressora na própria sala e a internet irrestrita. As acomodações do espaço permitem o atendimento individualizado de discentes e docentes tanto pelo coordenador como pela funcionária que auxilia nos processos administrativos do setor.

3.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES

As instalações para docentes (salas de professores) estão equipadas segundo a finalidade e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade como mesas, cadeiras, sofás, bebedouro, necessária à atividade proposta.

3.4 SALAS DE AULA

As salas de aula estão equipadas, segundo a finalidade e atendem, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta e contém uma média de 50 cadeiras estofadas com braço, um quadro branco, ar condicionado, uma mesa de professore recursos pedagógicos à disposição.

3.5 ACESSO DOS ALUNOS AOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

A IES possui laboratórios de informática com terminais, softwares e acesso à internet para o uso de professores e alunos mediante sistema de agendamento. Nos laboratórios os alunos contam com suporte de um técnico de informática que assessora a utilização dos mesmos.

Laboratório de Informática

LABORATÓRIO INFORMÁTICA MÓVEL		
Relação de Equipamentos		
Equipamento	**Quant.**	**Local**
Armário em aço inox escovado para acondicionamento Notebook	1	UNIDADE III
Carrinho de transporte	1	UNIDADE III
Notebook Positivo Master N170I	48	UNIDADE III
Suporte para notebook em madeira	48	UNIDADE III
Teclado em braille para PC adaptado com USB	1	UNIDADE III

3.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR

São 03 títulos por unidade curricular com exemplares na proporção de 01 exemplar para cada 09 vagas, atualizados e tombados junto ao patrimônio da IES.

3.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR

São 05 títulos por unidade curricular, com no mínimo 02 exemplares de cada título disponíveis**,** estando tombados e cadastrados junto ao patrimônio da IES e ao sistema da biblioteca.

LISTAGEM DE PERIÓDICOS ASSINATURA CORRENTE – CURSO DE FARMÁCIA

1. Cosmetics & Toiletries (Nacional)
2. Guia da Farmácia
3. ABCFarma
4. Pharmaceutical Technology
5. Newlab: Laboratório Moderno
6. Revista Portuguesa de Farmacoterapia
7. Anais brasileiros de Dermatologia

PERIÓDICOS DE LIVRE ACESSO – CURSO DE FARMÁCIA

1. ACTA Bioethica (Santiago, Chile)

https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_serial&pid=1726-569X&lng=pt&nrm=iso

2. Revista Brasileira em Promoção da Saúde

https://periodicos.unifor.br/rbps

3. ACTA Scientiarum (Health Sciences)

http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHealthSci

4. American Journal of Pharmacy and Health Research

http://www.ajphr.com/

5. Arquivos de Ciências da Saúde

http://www.cienciasdasaude.famerp.br/index.php/racs/index

6. Boletim do Centro de Pesquisa de Processamento de Alimentos da USP

https://revistas.ufpr.br/alimentos

7. Epidemiologia e Serviços de Saúde – Revista do Sistema Único de Saúde do Brasil

http://ress.iec.gov.br/ress/?lang=pt

8. INFARMA: Ciências Farmacêuticas

http://revistas.cff.org.br/?journal=infarma/

9. Innovation in Pharmacy

https://pubs.lib.umn.edu/index.php/innovations

10. International Journal of Pharmacy and Pharmaceutical Sciences

https://innovareacademics.in/journals/index.php/ijpps/issue/view/86

11. Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1676-2444&lng=pt&nrm=iso/

12. Revista Brasileira de Análises Clínicas

http://www.rbac.org.br/

13. Revista Bioética

http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/index

14. Revista de Ciências Médicas de Campinas

http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/cienciasmedicas

15. Revista Eletrônica de Farmácia

https://www.revistas.ufg.br/REF/index

16. Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR

http://revistas.unipar.br/index.php/saude

17. Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde

http://www.sbrafh.org.br/rbfhss/index/edicoes/

18. Revista Cubana de Plantas Medicinais

http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_serial&pid=1028-4796

19. Revista Brasileira de Farmacognosia (Brazilian Journal of Pharmacognosy)

http://www.scielo.br/scielo.php/script_sci_serial/pid_0102-695X/lng_pt/nrm_iso

20. Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada (Journal of Basic and Applied Pharmaceutical Sciences)

http://seer.fcfar.unesp.br/rcfba/index.php/rcfba/issue/archive

3.8 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA

3.8.1 Laboratórios Básicos do 1º Ano do Curso

Para o desenvolvimento de atividades práticas a unidade onde está localizado o curso conta com laboratórios básicos e especializados, locais em que a partir das disciplinas ministradas, os alunos podem realizar atividades acadêmicas de natureza prática. Estes laboratórios estão disponíveis à comunidade acadêmica e atendem aos alunos de Graduação a partir de agendamento de horários, respeitando o limite de capacidade dos mesmos, garantindo que todos os alunos possam ter acesso equipamentos de maneira qualitativa.

Os referidos laboratórios possuem normatização própria que regula disciplina e confere as normas de segurança para as atividades a serem realizadas. Essas informações estão à disposição em regulamento acessível para alunos e professores nos respectivos laboratórios.

Para a organização e manutenção dos laboratórios estão alocados técnicos com formação técnica para junto com os professores prever as atividades que ali serão realizadas e manter o pleno funcionamento dos mesmos.

Os laboratórios abaixo estão vinculados as seguintes disciplinas de formação básica:

LABORATÓRIO	DISCIPLINAS
LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR I	- ASPECTOS MORFOFUNCIONAIS
LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR II	- FUNÇÕES BIOLÓGICAS; - BIOLOGIA TECIDUAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO; - PROCESSOS PATOLÓGICOS; - MECANISMO DE AGRESSÃO E DEFESA;
	- FUNDAMENTOS DE BIOQUÍMICA E METABOLISMO;

LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR III	- PRÁTICAS FARMACÊUTICAS; - QUÍMICA GERAL; - QUÍMICA ORGÂNICA; - QUÍMICA ANALÍTICA; - FÍSICO – QUÍMICA

3.8.2 Normas de Funcionamento, Utilização e Segurança

NORMAS GERAIS PARA DOCENTES E DISCENTES DURANTE AS AULAS PRÁTICAS NA ÁREA DA SAÚDE E TECNOLÓGICO.

Todos os laboratórios da área da saúde da IES, mesmo que sejam voltados para áreas específicas, deverão seguir estas normas gerais, uma vez que estas envolvem responsabilidade, compromisso e disciplina. São elas:

• A **reserva de laboratórios** e solicitação de **materiais** para aulas práticas deverá ser feita com 48 h de antecedência no apoio técnico **com a presença do professor** solicitante. Em caso de cancelamento, o apoio técnico deverá ser informado com antecedência;

• No início da aula prática, o professor solicitante pegará a chave do laboratório no apoio técnico, e o mesmo ficará responsável pelo laboratório. Ao término da aula fechar o laboratório e devolver a chave no apoio técnico;

• É permitida a entrada somente de pessoas autorizadas (alunos, professores e funcionários do setor) nos laboratórios ou salas de preparo, **NÃO** sendo autorizada a entrada ou permanência de parentes, cônjuge, filho, namorado, amigo, alunos de outras instituições etc;

• É obrigatória a utilização de ***BLUSA, CALÇA e TÊNIS BRANCO*** para que proporcione maior segurança;

• Usar **JALECOBRANCO DE MANGAS LONGAS** sempre que estiver dentro de um laboratório, mesmo que não esteja realizando algum procedimento laboratorial;

• Utilizar os EPI’s (equipamento de proteção individual): luvas, máscara, óculos e touca de acordo com a orientação do professor, técnico ou auxiliar técnico;

• Não será permitida a entrada de alunos nos laboratórios trajando shorts, minissaias, camiseta tipo regata, chinelos e bonés;

• Não será permitido beber, comer ou fumar dentro do laboratório, em decorrência do alto risco de contaminação;

• Não será permitido o uso de aparelhos celulares dentro dos laboratórios, como também, fotos ou filmagens;

• Não utilizar produtos químicos ou qualquer equipamento sem o auxílio e autorização do professor, técnico ou monitor;

• Cabe ao Professor e ao aluno serem responsáveis pelos materiais usados durante as aulas práticas, portanto, ao término de cada aula, tudo o que foi usado deverá ser limpo e guardado em seus respectivos lugares;

• Em casos de extravios, quebras ou danos de materiais ou aparelhos dos laboratórios os responsáveis deverão ressarcir o material à instituição;

• Não deixar sobre a bancada vidrarias quentes e frascos abertos;

• Não trabalhar com vidrarias que tenham bordas cortantes;

• O material disponível no laboratório é de uso exclusivo para as aulas práticas, portanto, não realize brincadeiras com os mesmos;

• Em caso de dúvidas ou se algo anormal estiver acontecendo no laboratório, chame imediatamente o professor responsável, técnico ou monitor;

• Não é permitido o acesso de alunos com caneta, pincel, lápis, nos laboratórios de simulação.

• É obrigatório a utilização de luvas de procedimento no manuseio dos simuladores.

• Laboratório é local de estudo e trabalho sério, portanto, desenvolva a aula prática com responsabilidade e profissionalismo;

OBS: *O não cumprimento destas normas poderá acarretar punição.*

DAS POSTURAS E PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

Os usuários do Laboratório devem, obrigatoriamente, observar os procedimentos de segurança que são:

• Usar os Equipamentos de Segurança Individual: jaleco, batas, luvas e demais equipamentos que se façam necessários no interior dos laboratórios.

• Tomar os devidos cuidados com os cabelos, mantendo-os presos.

• Abster-se de trabalhar com patógenos humanos, se estiver com corte recente, com lesão na pele ou com ferida aberta.

• Usar os equipamentos e/ou reagentes do laboratório apenas para seu propósito designado.

• Conhecer a localização e o uso correto dos equipamentos de segurança disponíveis.

• Evitar perturbar ou distrair quem esteja realizando algum trabalho no laboratório.

• Desligar, por motivos de segurança, todos os equipamentos eletrônicos dos laboratórios (microscópios, estufas, autoclave etc.), após o uso.

• Evitar retirar, deslocar ou arrastar os equipamentos (microscópios, autoclaves, estufas etc.) das posições originais, pois o ato danifica o equipamento e traz problemas relacionados ao bom funcionamento.

• Assegurar-se que todos os agentes que ofereçam algum risco estejam rotulados e estocados corretamente;

• Consultar os dados de segurança existentes antes de utilizar reagentes químicos com os quais não esteja familiarizado e seguir os procedimentos apropriados ao manusear ou manipular agentes perigosos;

• Utilizaras lixeiras conforme a sua destinação (lixo comum e lixo contaminado);

• Não descartar resíduo infectante dentro da pia ou rede de esgoto comum;

• Nunca pipetar ou sugar diretamente com a boca: água, materiais biológicos perigosos, cáusticos, tóxicos, radioativos ou cancerígenos. Usar sempre um pipetador;

• Seguir os procedimentos de descarte adequados para cada reagente ou material de laboratório;

• Evitar a exposição a gases, vapores e aerossóis. Utilizar sempre uma capela ou fluxo laminar ou de exaustão para manusear esse tipo de material;

• Após o término das atividades, recolher o lixo espalhado nos laboratórios, eliminar os materiais perfuro cortantes no descarpack, descartar as luvas na lixeira específica, retirar o jaleco e lavar bem as mãos;

• Lavar as mãos antes e após a realização de qualquer procedimento laboratorial, bem como antes de sair do laboratório ao final das práticas, para

minimizar o risco de contaminação pessoal, bem como de outras pessoas e ambientes.

- Não consumir alimentos e bebidas no interior dos laboratórios (com exceção dos laboratórios de Gastronomia e Nutrição).
- É expressamente proibido fumar dentro do laboratório.
- Guardar nas prateleiras bolsas, mochilas, pastas, sacolas e qualquer outro tipo de objeto pessoal.
- Evitar o uso de EPI fora dos Laboratórios.
- Devem ser resguardadas as posturas e procedimentos de segurança diferenciada para os laboratórios e clínicas com especificidades inerentes a sua utilidade.

DA PERMANÊNCIA NO LABORATÓRIO

A permanência no laboratório é permitida para realização de aulas práticas previstas nos horários designados com roteiro previamente informado; caso o professor queira utilizar um laboratório diferente do designado, será permitido através de agendamento.

- Por razões de segurança, o aluno não deve permanecer sozinho no laboratório.
- O professor que permanecer no laboratório sozinho deverá comunicar a coordenação de apoio técnico dos laboratórios.
- Quando o laboratório estiver vazio, deve permanecer trancado. Isto se aplica não somente ao período noturno, mas também durante o dia, quando não houver nenhum técnico ou professor responsável no seu interior.

BIOSSEGURANÇA

- As áreas de trabalho devem estar limpas e livres de obstruções;
- As áreas de circulação e passagem dos laboratórios devem ser mantidas limpas;
- Os acessos aos equipamentos e saídas de emergência nunca devem estar bloqueados;
- Os equipamentos e os reagentes químicos devem ser estocados de forma apropriada;

• Reagentes derramados devem ser limpos imediatamente de maneira segura;

• Os materiais descartados devem ser colocados nos locais adequados e etiquetados;

• Materiais não identificados não serão mantidos nos laboratórios e terão como destino o descarte.

• São considerados equipamentos comuns de segurança e emergência: Extintor de incêndio, kit de primeiros socorros, chuveiro de emergência com lava olhos e saída de emergência.

CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO

• Os equipamentos de laboratório devem ser inspecionados e mantidos por pessoas qualificadas.

• A frequência de inspeção depende do risco que o equipamento possui, das instruções do fabricante ou quando necessário pela utilização.

• Os registros contendo inspeções, manutenções e revisões dos equipamentos, devem ser guardados e arquivados pelo técnico responsável pelo laboratório.

• Todos os equipamentos devem ser guardados e identificados adequadamente para prevenir quebras ou perda de componentes do mesmo.

• Os materiais e equipamentos dos laboratórios devem ser mantidos limpos para preservação e manutenção dos mesmos.

DO EMPRÉSTIMO DE MATERIAL PARA OS DOCENTES

Se o empréstimo for para o ambiente interno da IES, o material só será liberado mediante a assinatura de um **TERMO DE RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR**. Se o empréstimo for para o ambiente externo da IES o material só será liberado mediante a assinatura de uma **CAUTELA.**

DO AGENDAMENTO DE LABORATÓRIO

O fluxo laboratorial é controlado através de um **calendário de agendamento de aulas práticas**, este calendário fica sob responsabilidade do apoio técnico dos

laboratórios. Os docentes procuram o setor e através da disponibilidade das datas marcam suas aulas práticas. Assim que é feito o agendamento, os técnicos ou estagiários do setor entregam uma **lista de solicitação do material** da aula prática para o professor solicitante, e esta lista deve ser entregue ao apoio técnico em até 48 horas de antecedência, preenchida com os respectivos materiais que irão ser utilizados na aula prática. Sem a entrega desta solicitação, a aula prática não será preparada com antecedência. Além disso, o docente irá assinar o **Termo de Responsabilidade 2**onde se responsabiliza pelos patrimônios e biossegurança dos alunos durante as aulas práticas nos laboratórios.

A **reserva de laboratórios** e solicitação de **materiais** para aulas práticas deverá ser feita no apoio técnico **com a presença do professor** solicitante para assinatura de confirmação, com antecedência de 48h. Em caso de cancelamento, o apoio técnico deverá ser informado com antecedência.

As situações omissas ou de interpretação duvidosas surgidas da aplicação das normas deste Regulamento, deverão ser anuladas pela Coordenação do Laboratório, Coordenação de ensino e Pró-reitora. As normas deste regulamento se aplicam, a todas as pessoas da comunidade acadêmica.

3.9 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

3.9.1 Laboratórios Especializados do 1º Ano do Curso

Para o Curso de Farmácia, estarão disponíveis os seguintes laboratórios específicos para utilização somente a partir do 5º período do curso:

1. **LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR III:** laboratório equipado para as disciplinas de Análise de Alimentos e Bromatologia (4º período), Bases Farmacológicas (4º período) e Tecnologia de Alimentos (5º período)
2. **LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR IV:** laboratório equipado para as disciplinas de, Química Farmacêutica Medicinal (5º período) e Farmacobotânica e Farmacognosia (6º período);
3. **LABORATÓRIO MULTIDICIPLINAR V:** laboratório equipado para as disciplinas de Tecnologia Farmacêutica (6º período), Farmacotécnica e

Cosmetologia (8º Período) Controle de Qualidade de Produtos Farmacêuticos e Cosméticos (8º período), Toxicologia Aplicada a Farmácia (9º período);

4. **LABORATÓRIO EM ANÁLISES CLÍNICAS I:** laboratório equipado para as disciplinas de Bioquímica Clínica e Hematologia e Imunologia Clínica, ambas do 7º período;
5. **LABORATÓRIO EM ANÁLISES CLÍNICAS II:** laboratório equipado para a disciplina de Parasitolologia Clínica e Urinálise (7º período) e Citopatologia Clínica (9º período);
6. **LABORATÓRIO EM ANÁLISES CLÍNICAS III:** laboratório equipado para as disciplinas de Microbiologia e Micologia Clínica (8º período).

3.9.2 Normas de Funcionamento, Utilização e Segurança

NORMAS GERAIS PARA DOCENTES E DISCENTES DURANTE AS AULAS PRÁTICAS NA ÁREA DA SAÚDE E TECNOLÓGICO.

Todos os laboratórios da área da saúde da IES, mesmo que sejam voltados para áreas específicas, deverão seguir estas normas gerais, uma vez que estas envolvem responsabilidade, compromisso e disciplina. São elas:

• A **reserva de laboratórios** e solicitação de **materiais** para aulas práticas deverá ser feita com 48 h de antecedência no apoio técnico **com a presença do professor** solicitante. Em caso de cancelamento, o apoio técnico deverá ser informado com antecedência;

• No início da aula prática, o professor solicitante pegará a chave do laboratório no apoio técnico, e o mesmo ficará responsável pelo laboratório. Ao término da aula fechar o laboratório e devolver a chave no apoio técnico;

• É permitida a entrada somente de pessoas autorizadas (alunos, professores e funcionários do setor) nos laboratórios ou salas de preparo, **NÃO** sendo autorizada a entrada ou permanência de parentes, cônjuge, filho, namorado, amigo, alunos de outras instituições etc;

• É obrigatória a utilização de ***BLUSA, CALÇA e TÊNIS BRANCO*** para que proporcione maior segurança;

• Usar **JALECOBRANCO DE MANGAS LONGAS** sempre que estiver dentro de um laboratório, mesmo que não esteja realizando algum procedimento laboratorial;

• Utilizar os EPI's (equipamento de proteção individual): luvas, máscara, óculos e touca de acordo com a orientação do professor, técnico ou auxiliar técnico;

• Não será permitida a entrada de alunos nos laboratórios trajando shorts, minissaias, camiseta tipo regata, chinelos e bonés;

• Não será permitido beber, comer ou fumar dentro do laboratório, em decorrência do alto risco de contaminação;

• Não será permitido o uso de aparelhos celulares dentro dos laboratórios, como também, fotos ou filmagens;

• Não utilizar produtos químicos ou qualquer equipamento sem o auxílio e autorização do professor, técnico ou monitor;

• Cabe ao Professor e ao aluno serem responsáveis pelos materiais usados durante as aulas práticas, portanto, ao término de cada aula, tudo o que foi usado deverá ser limpo e guardado em seus respectivos lugares;

• Em casos de extravios, quebras ou danos de materiais ou aparelhos dos laboratórios os responsáveis deverão ressarcir o material à instituição;

• Não deixar sobre a bancada vidrarias quentes e frascos abertos;

• Não trabalhar com vidrarias que tenham bordas cortantes;

• O material disponível no laboratório é de uso exclusivo para as aulas práticas, portanto, não realize brincadeiras com os mesmos;

• Em caso de dúvidas ou se algo anormal estiver acontecendo no laboratório, chame imediatamente o professor responsável, técnico ou monitor;

• Não é permitido o acesso de alunos com caneta, pincel, lápis, nos laboratórios de simulação.

• É obrigatório a utilização de luvas de procedimento no manuseio dos simuladores.

• Laboratório é local de estudo e trabalho sério, portanto, desenvolva a aula prática com responsabilidade e profissionalismo;

OBS: *O não cumprimento destas normas poderá acarretar punição.*

DAS POSTURAS E PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

Os usuários do Laboratório devem, obrigatoriamente, observar os procedimentos de segurança que são:

- Usar os Equipamentos de Segurança Individual: jaleco, batas, luvas e demais equipamentos que se façam necessários no interior dos laboratórios.
- Tomar os devidos cuidados com os cabelos, mantendo-os presos.
- Abster-se de trabalhar com patógenos humanos, se estiver com corte recente, com lesão na pele ou com ferida aberta.
- Usar os equipamentos e/ou reagentes do laboratório apenas para seu propósito designado.
- Conhecer a localização e o uso correto dos equipamentos de segurança disponíveis.
- Evitar perturbar ou distrair quem esteja realizando algum trabalho no laboratório.
- Desligar, por motivos de segurança, todos os equipamentos eletrônicos dos laboratórios (microscópios, estufas, autoclave etc.), após o uso.
- Evitar retirar, deslocar ou arrastar os equipamentos (microscópios, autoclaves, estufas etc.) das posições originais, pois o ato danifica o equipamento e traz problemas relacionados ao bom funcionamento.
- Assegurar-se que todos os agentes que ofereçam algum risco estejam rotulados e estocados corretamente;
- Consultar os dados de segurança existentes antes de utilizar reagentes químicos com os quais não esteja familiarizado e seguir os procedimentos apropriados ao manusear ou manipular agentes perigosos;
- Utilizaras lixeiras conforme a sua destinação (lixo comum e lixo contaminado);
- Não descartar resíduo infectante dentro da pia ou rede de esgoto comum;
- Nunca pipetar ou sugar diretamente com a boca: água, materiais biológicos perigosos, cáusticos, tóxicos, radioativos ou cancerígenos. Usar sempre um pipetador;
- Seguir os procedimentos de descarte adequados para cada reagente ou material de laboratório;

• Evitar a exposição a gases, vapores e aerossóis. Utilizar sempre uma capela ou fluxo laminar ou de exaustão para manusear esse tipo de material;

• Após o término das atividades, recolher o lixo espalhado nos laboratórios, eliminar os materiais perfuro cortantes no descarpack, descartar as luvas na lixeira específica, retirar o jaleco e lavar bem as mãos;

• Lavar as mãos antes e após a realização de qualquer procedimento laboratorial, bem como antes de sair do laboratório ao final das práticas, para minimizar o risco de contaminação pessoal, bem como de outras pessoas e ambientes.

• Não consumir alimentos e bebidas no interior dos laboratórios (com exceção dos laboratórios de Gastronomia e Nutrição).

• É expressamente proibido fumar dentro do laboratório.

• Guardar nas prateleiras bolsas, mochilas, pastas, sacolas e qualquer outro tipo de objeto pessoal.

• Evitar o uso de EPI fora dos Laboratórios.

• Devem ser resguardadas as posturas e procedimentos de segurança diferenciada para os laboratórios e clínicas com especificidades inerentes a sua utilidade.

DA PERMANÊNCIA NO LABORATÓRIO

A permanência no laboratório é permitida para realização de aulas práticas previstas nos horários designados com roteiro previamente informado; caso o professor queira utilizar um laboratório diferente do designado, será permitido através de agendamento.

• Por razões de segurança, o aluno não deve permanecer sozinho no laboratório.

• O professor que permanecer no laboratório sozinho deverá comunicar a coordenação de apoio técnico dos laboratórios.

• Quando o laboratório estiver vazio, deve permanecer trancado. Isto se aplica não somente ao período noturno, mas também durante o dia, quando não houver nenhum técnico ou professor responsável no seu interior.

BIOSSEGURANÇA

- As áreas de trabalho devem estar limpas e livres de obstruções;
- As áreas de circulação e passagem dos laboratórios devem ser mantidas limpas;
- Os acessos aos equipamentos e saídas de emergência nunca devem estar bloqueados;
- Os equipamentos e os reagentes químicos devem ser estocados de forma apropriada;
- Reagentes derramados devem ser limpos imediatamente de maneira segura;
- Os materiais descartados devem ser colocados nos locais adequados e etiquetados;
- Materiais não identificados não serão mantidos nos laboratórios e terão como destino o descarte.
- São considerados equipamentos comuns de segurança e emergência: Extintor de incêndio, kit de primeiros socorros, chuveiro de emergência com lava olhos e saída de emergência.

CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO

- Os equipamentos de laboratório devem ser inspecionados e mantidos por pessoas qualificadas.
- A frequência de inspeção depende do risco que o equipamento possui, das instruções do fabricante ou quando necessário pela utilização.
- Os registros contendo inspeções, manutenções e revisões dos equipamentos, devem ser guardados e arquivados pelo técnico responsável pelo laboratório.
- Todos os equipamentos devem ser guardados e identificados adequadamente para prevenir quebras ou perda de componentes do mesmo.
- Os materiais e equipamentos dos laboratórios devem ser mantidos limpos para preservação e manutenção dos mesmos.

DO EMPRÉSTIMO DE MATERIAL PARA OS DOCENTES

Se o empréstimo for para o ambiente interno da IES, o material só será liberado mediante a assinatura de um **TERMO DE RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR**. Se o empréstimo for para o ambiente externo da IES o material só será liberado mediante a assinatura de uma **CAUTELA.**

DO AGENDAMENTO DE LABORATÓRIO

O fluxo laboratorial é controlado através de um **calendário de agendamento de aulas práticas**, este calendário fica sob responsabilidade do apoio técnico dos laboratórios. Os docentes procuram o setor e através da disponibilidade das datas marcam suas aulas práticas. Assim que é feito o agendamento, os técnicos ou estagiários do setor entregam uma **lista de solicitação do material** da aula prática para o professor solicitante, e esta lista deve ser entregue ao apoio técnico em até 48 horas de antecedência, preenchida com os respectivos materiais que irão ser utilizados na aula prática. Sem a entrega desta solicitação, a aula prática não será preparada com antecedência. Além disso, o docente irá assinar o **Termo de Responsabilidade 2** onde se responsabiliza pelos patrimônios e biossegurança dos alunos durante as aulas práticas nos laboratórios.

A **reserva de laboratórios** e solicitação de **materiais** para aulas práticas deverá ser feita no apoio técnico **com a presença do professor** solicitante para assinatura de confirmação, com antecedência de 48h. Em caso de cancelamento, o apoio técnico deverá ser informado com antecedência.

As situações omissas ou de interpretação duvidosas surgidas da aplicação das normas deste Regulamento, deverão ser anuladas pela Coordenação do Laboratório, Coordenação de ensino e Pró-reitora. As normas deste regulamento se aplicam, a todas as pessoas da comunidade acadêmica.

3.10 LABORATÓRIOS DE ENSINO PARA A ÁREA DE SAÚDE

3.10.1 Laboratório Específicos e Multidisciplinares em Conformidade com as DCNs

Para o desenvolvimento de atividades práticas a unidade onde está localizado o curso conta com laboratórios básicos, locais em que a partir das disciplinas ministradas, os alunos podem realizar atividades acadêmicas de natureza prática. Estes laboratórios estão disponíveis à comunidade acadêmica e atendem aos alunos de Graduação a partir de agendamento de horários, respeitando o limite de capacidade dos mesmos, garantindo que todos os alunos possam ter acesso equipamentos de maneira qualitativa.

Os referidos laboratórios possuem normatização própria que regula disciplina e confere as normas de segurança para as atividades a serem realizadas. Essas informações estão à disposição em regulamento acessível para alunos e professores nos respectivos laboratórios.

Para a organização e manutenção dos laboratórios estão alocados técnicos com formação técnica para junto com os professores prever as atividades que ali serão realizadas e manter o pleno funcionamento dos mesmos.

O curso de Farmácia possui os seguintes laboratórios na área de saúde:

- Laboratório Multidisciplinar I: referente a disciplina de aspectos Morfofuncionais (1º período);

- Laboratório Multidisciplinar II: referente as disciplinas deFunções Biológicas, Biologia Tecidual e Desenvolvimento Humano (ambas no 1º período), Processos Patológicos e Mecanismo de Agressão e Defesa (ambas do 2º período);

- Laboratório Multidisciplinar III: referente as disciplinas de Fundamentos de Bioquímica e Metabolismo (2º período), Práticas Farmacêuticas (3º período), Química Geral (3º período), Bases Farmacológicas (4º período), Química Orgânica (4º período) e Química Analítica (4º período), Análise de Alimentos e Bromatologia (4º período), Bases Farmacológicas (4º período) e Tecnologia de Alimentos (5º período).

3.11 LABORATÓRIOS DE HABILIDADES

3.11.1 Laboratório de Habilidades da Atividade Médica ou de Saúde

Para o desenvolvimento de atividades práticas a unidade onde está localizado o curso conta com laboratório especifico, onde a partir das disciplinas ministradas, os alunos podem realizar atividades acadêmicas de natureza prática. Estes laboratórios estão disponíveis à comunidade acadêmica e atendem aos alunos de Graduação a partir de agendamento de horários, respeitando o limite de capacidade dos mesmos, garantindo que todos os alunos possam ter acesso equipamentos de maneira qualitativa.

Os referidos laboratórios possuem normatização própria que regulam, normatizam e conferem as normas de segurança para as atividades a serem realizadas, estão à disposição de alunos e professores nos respectivos laboratórios.

Para a organização e manutenção dos laboratórios estão alocados técnicos com formação para junto com os professores prever as atividades que ali serão realizadas e manter o pleno funcionamento dos mesmos.

Caso tenha que haver divisão da turma, deverá simultaneamente ter docente para sala de aula e para o laboratório, devendo ser professores distintos.

O curso de Farmácia possui os seguintes laboratórios de habilidades:

1. **LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR III:** Análise de Alimentos e Bromatologia (4º período), Bases Farmacológicas (4º período) e Tecnologia de Alimentos (5º período).
2. **LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR IV:** laboratório equipado para as disciplinas de, Química Farmacêutica Medicinal (5º período) e Farmacobotânica e Farmacognosia (6º período);
3. **LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR V:** laboratório equipado para as disciplinas de Tecnologia Farmacêutica (6º período), Farmacotécnica e Cosmetologia (8º Período) Controle de Qualidade de Produtos

Farmacêuticos e Cosméticos (8º período), Toxicologia Aplicada a Farmácia (9º período);

4. **LABORATÓRIO EM ANÁLISES CLÍNICAS I:** laboratório equipado para as disciplinas de Bioquímica Clínica e Hematologia e Imunologia Clínica, ambas do 7º período;
5. **LABORATÓRIO EM ANÁLISES CLÍNICAS II:** laboratório equipado para a disciplina de Parasitolologia Clínica e Urinálise (7º período) e Citopatologia Clínica (9º período);
6. **LABORATÓRIO EM ANÁLISES CLÍNICAS III:** laboratório equipado para as disciplinas de Microbiologia e Micologia Clínica (8º período).

3.11.2 Capacitação dos Discentes nas Diversas Competências nas Diferentes Fazes do Curso

Os alunos do curso de graduação em Farmácia receberão apoio nas diversas fases de desenvolvimento de sua formação profissional futura. Podemos destacar, como suporte à formação e desenvolvimento de competências, o acesso a atividades curriculares complementares e atividades extracurriculares. Neste sentido, a capacitação do discentes deverá se dar em diferentes contextos educativos, com diferentes metodologias e variados suportes tecnológicos a fim de que seu perfil profissional seja plenamente alcançado.

3.12 UNIDADES HOSPITALARES E COMPLEXO ASSISTENCIAL CONVENIADOS

3.12.1 Unidades Hospitalares Conveniadas em Condições para a Formação dos Estudantes

As unidades hospitalares que serão utilizadas pelo Curso de Farmácia estarão associadas ao convênio com as Secretarias Municipal e Estadual.

3.12.2 Sistema de Referência e Contra referência

O elevado número de pessoas atendidas, a imprevisibilidade dos atendimentos, as áreas físicas reduzidas, entre outros fatores, fazem com que os serviços de urgência e emergência se tornem locais com extrema dificuldade para a organização do trabalho.1 Sabe-se que esses serviços são caracterizados pelo atendimento a pacientes que se encontram em risco de morte ou sofrimento intenso. E, de acordo com o artigo nº196 da Constituição Federal de 19882, a saúde é direito de todos, cabendo ao estado o dever de garantir as melhores respostas aos cidadãos em matéria de saúde. Nesse sentido, percebe-se que para que a estruturação do Sistema Único de Saúde (SUS) se torne possível, é necessário que ocorra o referenciamento dos usuários nos seus diversos níveis de atenção à saúde.3

O Sistema de Referência e Contra referência caracteriza-se por uma tentativa de organizar os serviços de forma a possibilitar o acesso pelas pessoas que procuram os serviços de saúde. De acordo com tal sistema, o usuário atendido na unidade básica, quando necessário, é "referenciado" (encaminhado) para uma unidade de maior complexidade, a fim de receber o atendimento de que necessita. Quando finalizado o atendimento dessa necessidade especializada, o mesmo deve ser "contra referenciado", ou seja, o profissional deve encaminhar o usuário para a unidade de origem para que a continuidade do atendimento seja feita.4 A referência e contra referência devem ser feitas em formulário próprio da instituição, preenchido pelo profissional de nível superior responsável.

Esse sistema vem, então, para otimizar o funcionamento do sistema de saúde, proporcionando ao usuário adequado atendimento a partir do conhecimento pregresso do seu estado de saúde e tratamentos passados.5 Assim, um serviço de saúde informará ao outro a respeito dos procedimentos realizados e as possíveis condutas a serem seguidas.

Percebe-se que, apesar da existência de um sistema de referenciamento, os serviços de emergência estão cada vez mais funcionando como porta de entrada do sistema de saúde, recebendo todos os tipos de pacientes desde os realmente graves até os casos mais simples, que poderiam e deveriam ser resolvidos na atenção primária à saúde (APS).6

Partindo desse pressuposto, vê-se que o sistema de referência e contra referência deve funcionar de maneira hierarquizada, a fim de adequar o fluxo dos usuários aos níveis de complexidade de atendimento, tendo o setor primário como a

porta de entrada no sistema e sucessivamente o secundário e terciário, quando necessário ao usuário.7 E, desta maneira, o paciente grave deve procurar como porta de entrada o setor terciário, adequado ao seu estado de saúde.

Os serviços da Atenção Primária à Saúde (APS) estão estruturados para atender as pessoas que necessitam de ações preventivas e programadas. Entretanto, tais serviços não têm conseguido resolver os problemas apresentados pelas pessoas que, muitas vezes, demandam cuidados de baixa complexidade. Os usuários acabam superlotando as unidades de Pronto-Socorro (PS), na tentativa de receberem atendimento mais resolutivo. Nestas, em geral, as pessoas recebem tratamento para resolver apenas os problemas ou sintomas de forma imediata. Isso gera grandes prejuízos a todo o sistema de saúde, pois reproduz o modelo assistencial centrado na doença e resulta, por vezes, em prejuízos no acompanhamento clínico de pessoas com doenças crônicas.8

Dessa maneira, a rede de referência e contra referência é um sistema que se desenvolve em quatro componentes que funcionam de maneira integrada, (1) sendo a APS que coordena a rede, que vincula a população; (2) atenção secundária, os ambulatórios especializados e os hospitais de média e alta complexidade; (3) os sistemas logísticos, regulação, transporte sanitário, registro eletrônico em saúde; (4) e os de apoio, assistência farmacêutica, apoio diagnóstico terapêutico.9

Na tentativa de organizar o serviço de urgência e emergência o governo do estado implantou o Sistema de Triagem de Manchester (STM) como instrumento norteador para a triagem de pacientes.

O Protocolo de Manchester é método que auxilia na identificação rápida das pessoas que procuram o serviço de urgência e tem por objetivo ser um dos instrumentos para melhor organizar o fluxo de pacientes que procuram atendimento de saúde, possibilitando atendimento prioritário aos casos de mais gravidade, excluindo o atendimento por ordem de chegada. Pelo STM existem cinco níveis de prioridade clínica. A cada nível é atribuído uma cor, nome e tempo máximo aceitável até o atendimento médio (vermelho - emergente-atendimento imediato; laranja - muito urgente-atendimento em até 10 minutos; amarelo - urgente-atendimento em até 60 minutos; verde - pouco urgente-atendimento em até 120 minutos, azul - não urgente-atendimento em até 240 minutos10; e branco - para classificar pacientes com eventos

ou situações/queixas não compatíveis com o serviço de urgência, como, por exemplo, pacientes admitidos para procedimentos eletivos, retornos, atestados, entre outros).

Considera-se importante conhecer a demanda de atendimentos classificados por cor em diferentes níveis de prioridade clínica dos municípios brasileiros, para avaliar o quanto está estruturada a rede de referência e contra referência dos mesmos, o quanto precisa ser estruturada para diminuir a superlotação nos Prontos Socorros e facilitar a articulação dos três níveis de atenção à saúde.

3.12.3 Práticas Interdisciplinares e Inter profissionais na Atenção à Saúde

São inegáveis os avanços conquistados pela implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) ao longo das últimas décadas. No entanto, há evidências de que o setor de saúde brasileiro se encontra em um cenário de crise no que se refere à sua forma de cuidar, devido a práticas ainda baseadas predominantemente na abordagem biologicista (Malta e Merhy, 2010).

Tal panorama representa uma importante fragilidade para consolidar a mudança do modelo assistencial almejada pelos ideários da Reforma Sanitária Brasileira.

No Brasil, atenção primária à saúde (APS), considerada o principal mecanismo de reorganização do sistema de saúde, é preferencialmente representada pela Estratégia Saúde da Família (ESF), à qual se atribui o desafio de romper com a lógica tradicional de assistência à saúde para que o cuidado seja baseado na família e no contexto social, por meio de uma atenção com base interdisciplinar (Costa et al., 2009) e atuação interprofissional.

No contexto atual do setor saúde há um debate crescente acerca do trabalho interprofissional e da necessidade de se fazer uma distinção entre interdisciplinaridade e interprofissionalidade. Sendo que tal debate sugere que o termo interdisciplinaridade refere-se à integração de saberes, e interprofissionalidade à integração de práticas mediante a articulação intencional e colaborativa entre distintas profissões (Costa et al., 2015).

3.13 BIOTÉRIOS

Não se aplica.

3.14 PROCESSO DE CONTROLE DE PRODUÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

O processo de produção de conteúdo e seu controle é realizado pela Gestão do NEAD seguindo os seguintes procedimentos operacionais:

- PROCEDIMENTO OPERACIONAL DE PRODUÇÃO DE MÍDIAS;
- PROCEDIMENTO OPERACIONAL DE ARMAZENAGEM DE CONTEÚDO;
- PROCEDIMENTO OPERACIONAL DE CONSTRUÇÃO DE DISCIPLINAS.

O processo de produção segue quatro fases distintas para seu desenvolvimento:

1) Planejamento;

2) Produção;

3) Validação;

4) Conclusão.

Em um total de 21 etapas entre a concepção da ideia até sua conclusão.

Fase	Etapa	Processo
PLANEJAMENTO	1	Demanda para desenvolvimento de uma nova disciplina
	2	A DIREÇÃO ACADÊMICA EÇÃO ACADÊMICA recebe a demanda e discute com a COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA e NEAD o desenvolvimento do projeto.
	3	A DIREÇÃO ACADÊMICA e COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA selecionam o professor para a produção do conteúdo.
	4	A DIREÇÃO ACADÊMICA solicita ao NEAD o início da produção do conteúdo.
	5	A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA se reúne com a COORDENAÇÃO DE CURSO, PROFESSOR e GESTOR DO NEAD para um breafing sobre o novo produto.
	6	O PROFESSOR recebe a capacitação necessária para a produção do material do NEAD.
	7	O EQUIPE DE APOIO DO NEAD libera acesso ao SYSEAD para acompanhamento da produção.
	8	A EQUIPE DE APOIO DO NEAD realiza o agendamento das gravações em estúdio junto à EQUIPE DE PRODUÇÃO DO NEAD.
	9	O GESTOR DO NEAD reúne EQUIPE DE PRODUÇÃO DO NEAD e PROFESSOR para iniciar processo AGILE.
PRODUÇÃO	10	O PROFESSOR elabora os OBJETOS ACADÊMICOS com apoio do COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, com supervisão do COORDENAÇÃO DE CURSO e COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA.

	11	O PROFESSOR elabora os OBJETOS ACADÊMICOS com supervisão do COORDENAÇÃO DE CURSO e COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA.
	12	Se houver a necessidade de adicionar objeto pedagógico complementar audiovisual.
	13	Validação do material pelo REVISOR.
	14	Finalizando o processo, a EQUIPE DE PRODUÇÃO DO NEAD encaminha o material para a diagramação.
	15	Finalizada a diagramação, o material é enviado para o programador web trabalha-lo e inseri-lo no AVA.
	16	A EQUIPE DE APOIO DO NEAD realiza testes e validação do material (qualidade final)
VALIDAÇÃO	17	Um teste piloto funcional é realizado no AVA e no conteúdo.
	18	Após conclusão dos testes relatórios são apresentados ao NEAD.
	19	Última validação é realizada pela COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA e DIREÇÃO ACADÊMICA.
CONCLUSÃO	20	Agendamento e liberação da sala de aula no AVA.
	21	Disponibilização do AVA para acesso dos TUTORES e ALUNOS.

Todo o processo é controlado de forma eletrônica pelo SISTEMA DE CONTROLE DE PROCESSOS DO NEAD – SYSEAD. Esta ferramenta foi desenvolvida para realizar o acompanhamento de produção e manutenção do processo de produção de mídias e conteúdo acadêmico para a modalidade EAD.

DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

A distribuição do material didático se dará em duas modalidades: impressa e digital.

Na modalidade impressa o aluno deverá solicitar junto ao NEAD, via sistema de suporte, a produção do “kit” didático da disciplina em curso. Neste material o aluno receberá o livro-texto, caderno de exercícios, apresentações (slides) e as anotações da disciplina de forma impressa. Além das impressões haverá um pen-drive personalizado com todo o material em mídia digital, 5 DVD´s com a vídeo aulas gravadas e 1 CD com a áudio aulas gravadas. Esta modalidade tem por finalidade garantir o acesso ao material didático ao aluno mesmo que este esteja impossibilitado de ter acesso ao ambiente virtual de aprendizagem por motivos técnicos ou por não cobertura momentânea de redes de acesso.

A modalidade digital consiste na disponibilização do material didático em nuvem para acesso restrito aos discentes. A nuvem utilizada é a disponibilizada pelo GSUITE da GOOGLE. Todo o material é disposto em pastas organizadas com a possibilidade de leitura online ou para download. Devido à forte integração entre as

soluções disponibilizadas e os equipamentos móveis, o discente poderá dispor de forma rápida e segura todo o seu curso em qualquer dispositivo eletrônico com capacidade de acesso digital a estas redes sem a necessidade de instalação de aplicativos ou recursos além dos já disponíveis em seus equipamentos. Desta forma garante-se a disponibilidade sem custos adicionais ou preocupações com versões ou atualizações.

Sob o mesmo conceito de distribuição na modalidade digital a vídeo aulas são disponibilizadas utilizando as ferramentas em nuvem do pacote GSUITE, garantindo acessibilidade e segurança, assim como adaptabilidade e acessibilidade ao aluno. Disponibilizando o conteúdo em ferramentas comuns e de fácil acesso evita-se a necessidade de capacitação para uso ou equipamentos específicos, melhorando a experiência e usabilidade.

Os alunos terão total acesso ao conteúdo para uso acadêmico com permissões de download e compartilhamento. O objetivo desta garantia é que o conteúdo se torne de fácil acesso e uso sem barreiras digitais que possam dificultar sua compreensão ou manipulação.

3.15 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS: ATIVIDADES BÁSICAS E ARBITRAGEM, NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ATIVIDADES JURÍDICAS REAIS

3.15.1 Regulamento do NPJ destinado à realização de práticas jurídicas simuladas e de arbitragem, negociação, conciliação, mediação, atividades jurídicas reais e oferta de visitas orientadas buscando interdisciplinaridade das matérias legais.

Não se aplica.

3.15. 2 Processo de avaliação periódica quanto ao atendimento da demanda do curso pelo NPJ em suas atividades básicas

Não se aplica.

3.15.3 Atividades Jurídicas Reais

Não se aplica

3.15.4 Visita Orientadas

Não se aplica

3.15.5 Interdisciplinaridade das Matérias Legais

Não se aplica

3.15.6 Avaliação Periódica do Atendimento da Demanda

Não se aplica

3.16 AMBIENTES PROFISSIONAIS VINCULADOS AO CURSO

A IES possui plataforma EAD que é um sistema de gestão de aprendizagem desenvolvido a partir de uma metodologia pedagógica para promover o ensino online de forma eficiente e bem estruturada, foi desenvolvida para oferecer toda uma estrutura necessária para a criação de cursos online. Esta plataforma EAD é possível criar cursos ou disciplinas online, para cursos 100% ou com até 40% em EaD, personalizados de acordo com o interesse da IES em potencial, além de fazer uma gestão pedagógica, acadêmica, financeira completa e eficiente do ensino da instituição.

Na IES contamos com a plataforma do AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) um software que proporciona ao desenvolvimento e distribuição de conteúdo diversos para cursos e disciplinas online para discentes. Trata-se de um ambiente virtual desenvolvido com o objetivo de auxiliar os docentes e tutores no gerenciamento disciplinas, projetos para os seus discentes e na gestão completa. Este

ambiente, é possível acompanhar o processo de aprendizagem dos discentes, além de gerar relatórios sobre performance e progresso do curso online. Portanto, é possível trabalhar de forma assertiva em cima de possíveis problemas que possam ocorrer garantindo a eficácia do processo e do ambiente virtual de aprendizagem como um todo. Além disso, é em um plataforma EAD que o discente será apresentado a toda a estrutura de cursos, bem como os conteúdos, aulas, módulos e avaliações.

O AVA será usado como ferramenta para EAD (educação a distância), e em alguns casos para complementar aulas presenciais com conteúdo virtuais.

Nesta modalidade o discente terá seus componentes curriculares oferecidos em plataforma digital totalmente online denominada AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) em formato modular do tipo carrossel.

Na IES iremos utilizar o formato modular carrossel que consistira na oferta e componentes curriculares agrupados em blocos, ou seja, um bloco após o outro seguindo sequência pré-definida.

Na modalidade EaD 100% online, o discente terá obrigatoriamente apenas os encontros presenciais relacionados às atividades avaliativas, conforme previsto na legislação proposta pelo MEC (Ministério da Educação), que são elas:

a) Avaliações de estudantes;

b) Estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;

c) Defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente; e

d) Atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso.

Os materiais didáticos, assim como todas as mídias referentes aos estudos, ficam disponíveis para o discente em seu AVA com possibilidade de Downloads ou impressão.

Neste formato existirão as aulas online em cursos presenciais cujo discentes poderão interagir com seus colegas de cursos, professores e tutores. Nas aulas presenciais serão aplicadas metodologias ativas, aulas de laboratório, visitas técnicas ou outras atividades cuja presença do acadêmico seja imprescindível.

3.16.2 Atendimentos aos Objetivos do PPC para Complementação de Práticas Laboratoriais e/ou Profissionais

O AVA será usado como ferramenta para EAD (educação a distância), e em alguns casos para complementares aulas presenciais com conteúdo virtuais. Nesta modalidade o discente terá seus componentes curriculares oferecidos em plataforma digital totalmente online denominada AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) em formato modular do tipo carrossel.

Na modalidade EaD 100% online, o discente terá obrigatoriamente apenas os encontros presenciais relacionados às atividades avaliativas, conforme previsto na legislação proposta pelo MEC (Ministério da Educação), que são elas:

a) Avaliações de estudantes;

b) Estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;

c) Defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente; e

d) Atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso.

3.16.3 Experiências Diferenciadas de Aprendizagem

Na IES utilizaremos o formato modular carrossel que consistira na oferta e componentes curriculares agrupados em blocos, ou seja, um bloco após o outro seguindo sequência pré-definida.

Os materiais didáticos, assim como todas as mídias referentes aos estudos, ficam disponíveis para o discente em seu AVA com possibilidade de Downloads ou impressão. Neste formato existirão as aulas on-line em cursos presenciais cujo discente poderão interagir com seus colegas de cursos, professores e tutores. Nas aulas presenciais serão aplicadas metodologias ativas, aulas de laboratório, visitas técnicas ou outras atividades cuja presença do acadêmico seja imprescindível.

3.16.4 Avaliação Periódica Documentada e Ações de Melhoria

A plataforma do AVA (AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM) proporciona ao desenvolvimento e distribuição de conteúdo diversos para cursos e

disciplinas online para discentes. Trata-se de um ambiente virtual desenvolvido com o objetivo de auxiliar os docentes e tutores no gerenciamento disciplinas, projetos para os seus discentes e na gestão completa. Este ambiente, é possível acompanhar o processo de aprendizagem dos discentes, além de gerar relatórios sobre performance e progresso do curso online. Portanto, é possível trabalhar de forma assertiva em cima de possíveis problemas que possam ocorrer garantindo a eficácia do processo e do ambiente virtual de aprendizagem como um todo.

APÊNDICES DO PPC - TOMO II DO PPC

Apêndice I – Infraestrutura

EIXO 5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA

5.1 Instalações administrativas

As instalações administrativas prevista para o funcionamento da IES, atendem de maneira excelente as demandas institucionais, considerando os aspectos de quantidade, dimensão, limpeza, conservação, iluminação, acústica, climatização, segurança, acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento de manutenção patrimonial e a proposição de recursos tecnológicos especifico para cada funcionalidade administrativa e acadêmica da IES. Os setores administrativos dispõem de estações de trabalho, computadores ligados a internet banda larga, software especifico, arquivo, armário, telefone. A Descrição das dependências completas desta IES encontra-se anexa a este documento.

5.2 Salas de aula

As salas de aula da IES possuem capacidade para atender grupos de 30 a 80 alunos, as mesmas atendem as necessidades institucionais, considerando a sua adequação as atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, e a proposição de recursos tecnológicos. Todas as salas tem a sua disposição kit multimídia, quadro branco e Datashow.

5.3 Auditório

Para reunião de grupo e atividades acadêmicas de caráter solene, a IES tem a sua disposição o mini auditórios com capacidade para 200 pessoas, equipado com projetor multimídia e aparelhagem de som compatível com o tamanho do ambiente e acesso a internet por rede wifi. Já consta no seu plano de expansão a construção de segundo auditório com capacidade para 500 pessoas.

5.4 Sala de professores

A IES oferece salas de professores, com gabinetes e/ou estações de trabalho para os professores integrais da IES. A sala atende de maneira excelente as demandas institucionais considerando a sua adequação as atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, e a proposição de recursos

tecnológicos. A sala dos professores dispõe de estações de trabalho individual com computadores ligados a rede de internet banda larga, mesa de reunião e mesas para trabalho em equipe, área de conforto e copa.

5.5 Espaços para atendimento dos alunos

Para o atendimento aos alunos, a IES oferece uma secretaria acadêmica com diversos serviços acadêmicos e financeiro, a qual atende de maneira excelente as demandas institucionais, considerando a sua adequação as atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, e a proposição de implementação de variadas formas de atendimento. A Unidade contem recepções, sala de atendimento individualizado, sala de multimeios, lanchonetes e reprografia.

5.6 Espaço de convivência e de alimentação

Os espaços de convivência e de alimentação existentes na IES, atendem de maneira excelente as demandas institucionais, considerando os aspectos de quantidade, dimensão, limpeza, conservação, iluminação, acústica, climatização, segurança, acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento de manutenção patrimonial. As áreas de convivências e de alimentação dispõe de assentos, jogos de mesa e espaço para exposição cultural.

5.7 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas

A infraestrutura física dos laboratórios da IES, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, a sua adequação as atividades, os equipamentos disponíveis em cada laboratório acessibilidade, climatização, as normas de segurança, o plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, e a existência de recursos tecnológicos diferenciados. A IES dispõe de inúmeros laboratórios divididos em fixos e volantes, garantindo assim a qualidade das aulas práticas em acordo com o curso, matriz curricular e número de alunos. Anexo a este documento encontram-se a relação detalhada de infraestrutura.

5.8 Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA

A IES dispõe de um espaço de trabalho de uso privativo da CPA, que atendem as necessidades institucionais, considerando o espaço de trabalho para os membros, as condições físicas e tecnologia da informação para a futura coleta e análise de dados, os recursos tecnológicos para implantação de metodologias escolhida para o processo de

autoavaliação. A sala da CPA contem estação de trabalho, computadores ligados a internet banda larga, software especifico, arquivos, armários e telefone.

5.9 Biblioteca

A Biblioteca da IES tem como missão atender a comunidade acadêmica, identificando-se com as suas necessidades, sendo responsável pelo provimento de informações, procurando manter-se atualizada, visando o aprimoramento dos serviços, disponibilizando novas técnicas, capacitando intelectualmente os usuários de forma a torna-los sujeitos independentes e críticos em suas pesquisas, atuando como instrumento de apoio dinâmico no processo de ensino/aprendizagem e, por fim, estimulando o estudo, a pesquisa e a cultura. Dentro de suas possibilidades, como extensão de suas atribuições, a biblioteca atende, também, a comunidade externa. É de fundamental importância o bom atendimento aos usuários, por isso a cada ano procura-se inovar nos serviços buscando sempre os mais variados recursos para garantir a satisfação total no processo de busca pela informação.

Para atender às necessidades de informação, estudo, pesquisa e extensão dos seus usuários, a Biblioteca dispõe de infraestrutura de mesas para estudo coletivos e individuais, sofás, poltronas energizadas e conta com acervo de, aproximadamente, 71.685 (setenta e um mil, seiscentos e oitenta e cinco) livros, 120 títulos de periódicos assinados e 830 títulos de periódicos disponíveis online de livre acesso, voltados para as áreas de interesses específicos dos cursos oferecidos presencial e a distância, composto a partir de listas de indicações de títulos fornecidas pelos professores e coordenadores dos cursos. Com objetivo de proporcionar aos usuários/alunos acesso à informação de interesse da sua área de formação específica e/ou áreas afins. O sistema de biblioteca conta com informatização do acervo que possibilita os usuários consultar, reservar e renovar o empréstimo de obras através do portal institucional de forma remota.

5.10 Biblioteca: Plano de atualização do acervo

A política de aquisição, expansão e atualização do acervo está baseada nas necessidades dos cursos, seguindo as indicações de aquisição de bibliografia do corpo docente, discente, coordenações de cursos, direção e funcionários, com base na bibliografia básica e complementar das disciplinas que integram a matriz curricular dos cursos.

A aquisição do material bibliográfico ocorre de forma contínua, com base nas solicitações de aquisição dos cursos e/ou identificação de necessidades por parte da equipe da biblioteca, e de acordo com o provimento de recursos financeiros da Instituição.

A biblioteca solicita, semestralmente, ao corpo docente, discente, coordenações de cursos, direção, e funcionários, indicação de publicações e materiais especiais, para atualização e

expansão do acervo. Os professores recebem um impresso com dados a serem preenchidos, indicando a bibliografia básica e complementar a ser adotada durante o semestre letivo seguinte, em conformidade com os programas previstos. A equipe da biblioteca atualiza, também, o acervo através de consultas em catálogos de editoras, sites de livrarias e editoras, visitas em livrarias e bibliotecas, com finalidade de conhecer os novos lançamentos do mercado nas diversas áreas de especialidade do acervo.

5.11 Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente

A infraestrutura das salas de TI, assim como os laboratórios de informática atendem as necessidades institucionais, considerando as estações de trabalho, meios de comunicação com as demais áreas, os equipamentos, a estrutura de rede cabeado e wifi com internet banda larga, as normas de segurança da informação, as políticas de acesso aos sistemas, acessibilidade, plano de atualização dos softwares, as normas de segurança, suporte técnico e recursos tecnológicos inovadores.

5.12 Instalações sanitárias

As instalações sanitárias atendem, de maneira excelente, às necessidades institucionais, considerando a sua adequação as atividades, as condições de limpeza e segurança, acessibilidade, o plano de avaliação periódica do material, espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, dispõe de banheiro familiar com fraldário.

5.13. Estrutura dos polos EAD

Não se aplica para a vigência desde PDI

5.14 Infraestrutura tecnológica

A IES é dotada de meios tecnológicos que atende as necessidades institucionais, considerando a adequação as atividades acadêmicas e administrativas, possui infraestrutura de rede logica cabeada e via wifi, maquinas e equipamentos compatível para o melhor desempenho das suas ações. Periodicamente toda a infraestrutura no que tange ao parque de máquinas, as licenças, os softwares e as políticas de uso e segurança na informação passam por atualização em acordo com as normas exigidas. O parque tecnológico possui um plano de contingência, considerando a capacidade e a estabilidade da energia elétrica e a rede logica em acordo com o nível de serviços oferecidos. Os equipamentos, normas de segurança, contratos com fornecedores, atualização de software e plano de manutenção encontram-se detalhadas na relação de infraestrutura anexa a este PDI.

5.15. Infraestrutura de execução e suporte.

O Departamento de Tecnologia da Informação – DTI, possui infraestrutura de execução e suporte técnico capacitado para atender de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços previstos e meios apropriados para sua oferta, atender as demandas administrativas e acadêmicas, bem como implementar soluções de processos para redução de operações manual e minimizar erros de execuções. O DTI institucional recebe as demandas por chamadas telefônicas e GLPI, atendendo conforme ordem de abertura de chamado ou prioridade de urgência setorial, o DTI possui um plano de contingência, redundância e expansão da área, em acordo com o que preconiza os indicadores de qualidade oficiais.

5.16. Plano de expansão e atualização de equipamentos.

A IES possui no seu plano de expansão todo o planejamento e a previsão de ações que assegurem a expansão tecnológica dos serviços educacionais ofertados na modalidade Presencial e a Distância. Neste sentido, a aquisição, manutenção e ampliação do parque tecnológico da faculdade, acompanha as metas e objetivos previstos para a IES, em consonância com os indicadores de desempenho apurados. O plano de expansão e atualização de equipamentos faz parte do Plano de Desenvolvimento Institucional da IES.

5.17 Recursos de tecnologias de informação e comunicação

A IES conta com recursos de tecnologias de informação e comunicação para atender de maneira excelente às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, que envolvem professores, corpo técnico, estudantes e a sociedade civil.

5.18 Ambiente Virtual da Aprendizagem AVA.

Para atender as disciplinas na modalidade Ensino a Distância, a FA adota o sistema Moodle como Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. A plataforma atende de maneira excelente as necessidades da comunidade acadêmica da instituição, o sistema foi customizado de modo a disponibilizar os recursos necessários para a qualificação do processo de ensino e aprendizado dos usuários e está totalmente integrado ao RM sistema acadêmico institucional, seu acesso se dá pelo endereço eletrônico digital.FA.edu.br ou pelo portal RM do aluno.

Apêndice II – Planilha de docentes do Curso de Farmácia

Docente	Função	Formação (Graduação)	Titulação Máxima	Regime	Experiência DENTRO do Magistério Superior	Experiência FORA do Magistério Superior	Experiência na docência em educação a distância	Experiência na tutoria em educação a distância	Data de Admissão	Tempo na IES	Data do Termo de Compromisso	Artigos, livros, capitulos e traduões, traduções ou resumos	Projetos e produções técnicas ou artisticas e culturais	Propriedade intelectual resgitrada ou depositada	Produção didatico pedagógica reçevante publicada ou não	Total de Produções	C.H. TOTAL NA IES	C.H COM PROJETOS	C.H EM SL.DE AULA DO CURSO	C.H EM SL. DE AULA EM OUTROS CURSOS	DISCIPLINAS MINISTRADAS NO CURSO
AIMEE ALMEIDA DE OLIVEIRA	DOCENTE	QUÍMICA	MESTRADO	PARCIAL	6 ANOS E 2 MESES	0	X	X	X	X	16/03/2018	2	10	0	0	12	**30**	(18h) RESPONSABILIDADE TÉCNICA	12	**-**	FÍSICO-QUÍMICA
ANA AUGUSTA OLIVEIRA SIMAS	DOCENTE	LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA	MESTRADO	PARCIAL	05 ANOS	4 ANOS E 2 MESES	2 ANOS E 6 MESES	X	X	X	16/03/2018	0	10	0	0	10	**21**	(5h) MEMBRO DO NADI	16	-	LEITURA, INTEPRETAÇÃO E PRODUÇÃO DE TEXTO (EAD)
ANDREA DE DEUS MEDEIROS	DOCENTE	QUÍMICA	MESTRADO	PARCIAL	06 ANOS E 03 MESES	10 MESES	X	X	X	X	04/02/2019	2	0	0	0	2	**32**	(8h) NIVELAMENTO	24	-	QUÍMICA GERAL, QUÍMICA ANALÍTICA
ANNE CRISTINE GOMES DE ALMEIDA	DOCENTE	FARMÁCIA	DOUTORADO	PARCIAL	3 ANOS E 7 MESES	0	X	X	X	X	16/03/2018	13	1	0	0	14	**16**	(4h) ATIVIDADES EXTRACURRICULARES	12	-	PRÁTICAS PROFISSIONAIS EM SAÚDE COLETIVA I
ARTUR FREITAS HIDALGO	DOCENTE/ TUTOR	DIREITO/ FILOSOFIA	ESPECIALIZAÇÃO	HORISTA	20 ANOS E 03 MESES	15 ANOS E 4 MESES	2 ANOS E 6 MESES	2 ANOS E 6 MESES	X	X	04/02/2019	0	0	0	0	0	**16**	-	16	-	SOCIOLOGIA E ANTROLOPOLOGIA (EAD)
BRUNA MICHELLE DE OLIVEIRA	DOCENTE	FISIOTERAPIA	ESPECIALIZAÇÃO	PARCIAL	5 ANOS E 1 MES	0	X	X	X	X	04/02/2019	0	0	0	0	0	**30**	(18h) RESPONSABILIDADE TÉCNICA	12	-	ASPECTOS MORFOFUNCIONAIS

CAMILA FABBRI	DOCENTE	FARMÁCIA	DOUTORADO	PARCIAL	8 ANOS E 10 MESES	1 ANO E 1 MÊS	X	X	05/08/2019	1 ANO E 08 MESES	X	11	0	0	0	11	**26**	coordenadora/NDE	3	-	PRÁTICAS FARMACÊUTICAS
CARLA CRISTINA DE SOUZA DIMARÃES	DOCENTE/ TUTORA	PSICOLOGIA	MESTRADO	PARCIAL	15 ANOS E 10 MESES	1 ANO E 2 MESES	1 ANO E 6 MESES	1 ANO E 6 MESES	X	X	04/02/2019	0	0	0	0	0	**16**	(16h) TUTOR	16	-	PSICOLOGIA EM SAÚDE (EAD)
CLEISON GUIMARÃES PIMENTEL	DOCENTE	PSICOLOGIA	MESTRADO	PARCIAL	5 ANOS E 1 MÊS	2 ANOS	0	X	X	X	16/03/2018	27	4	0	0	31	**16**	(5h) MONITORIA	16	-	PSICOLOGIA EM SAÚDE (EAD)
DAVID JORGE GOMES REZENDE	DOCENTE	FILOSOFIA	ESPECIALIZAÇÃO	PARCIAL	10 ANOS E 2 MESES	4 ANOS E 8 MESES	2 ANOS E 6 MESES	X	X	X	04/02/2019	0	0	0	0	0	**21**	(5h) NIVELAMENTO	16	-	SOCIOLOGIA E ANTROLOPOLOGIA (EAD)
FABIO CARMONA DE JESUS MAUES	DOCENTE	FARMÁCIA	DOUTORADO	PARCIAL	7 ANOS E 8 MESES	1 ANO E 11 MESES	X	X	16/03/2018	3 ANOS E 1 MÊS	X	1	1	0	0	2	**25**	NDE (3h), APOIO COORD. (3h)	19	-	ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO I, PRÁTICAS FARMACÊUTICAS
FRANCIMEIRE GOMES PINHEIRO	DOCENTE	CIÊNCIAS BIOLOGICAS	DOUTORADO	PARCIAL	14 ANOS	13 ANOS E 2 MESES	X	X	X	X	04/02/2019	29	37	0	0	66	**16**	(4h) AVALIAÇÕES	12	-	PRÁTICAS PROFISSIONAIS EM SAÚDE COLETIVA II
JAQUELINE DE OLIVEIRA SOUZA	DOCENTE	FARMÁCIA	MESTRADO	INTEGRAL	7 ANOS E 2 MESES	0	X	X	16/03/2018	3 ANOS E 1 MÊS	X	0	0	0	0	0	**40**	NDE (3h), MEMBRO DO NAPA. (17h)	20	-	MECANISMOS DE AGRESSÃO E DEFESA, PRÁTICAS FARMACÊUTICAS
KAROLINE LÔ JIMENEZ	DOCENTE	FARMÁCIA	MESTRADO	PARCIAL	5 ANOS E 4 MESES	0	X	X	X	X	16/03/2018	0	0	0	0	0	**16**	(4h) AVALIAÇÕES	12	-	BASES FARMACOLÓGICAS
KEILLAH MARA DO NASCIMENTO BARBOSA	DOCENTE	CIÊNCIAS BIOLOGICAS	DOUTORADO	PARCIAL	10 ANOS E 11 MESES	1 ANO E 4 MESES	X	X	16/03/2018	3 ANOS E 1 MÊS	X	0	15	0	0	15	**16**	NDE (3h), APOIO COORD. (1h)	12	-	BIOLOGIA TECIDUAL E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO
LUCIANO DE PINHO MARTINS	DOCENTE	CIÊNCIAS BIOLOGICAS	MESTRADO	PARCIAL	7 ANOS E 9 MESES	0	X	X	X	X	04/02/2019	3	2	0	0	5	**32**	(8h) CPA	12	12	PROCESSOS PATOLÓGICOS

MARCELO AUGUSTO MOTA BRITO	DOCENTE	FARMÁCIA	DOUTORADO	PARCIAL	2 ANOS E 1 MÊS	0	X	X	16/03/2018	3 ANOS E 1 MÊS	X	8	0	0	0	8	**16**	NDE (3h), APOIO COORD. (1h)	12	-	FUNDAMENTOS DE BIOQUÍMICA E METABOLISMO
MARIA TERESA FACHIN ESPINAR	DOCENTE	FARMÁCIA	DOUTORADO	PARCIAL	1 ANO E 2 MESES	2 ANOS E 8 MESES	X	X	X	X	03/02/2020	7	6	0	0	13	**16**	(4h) ESTÁGIO	12	**-**	QUÍMICA ORGÂNICA
ROSIMAR HONORATO LOBO	DOCENTE	NUTRIÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	PARCIAL	2 ANOS E 6 MESES	24 ANOS E 4 MESES	X	X	X	X	05/08/2019	0	15	0	0	15	**32**	(8h) EXTENSÃO	12	12	ANÁLISES DE ALIMENTOS E BROMATOLOGIA
TATIANA BACRY CARDOZA	DOCENTE	CIÊNCIAS BIOLOGICAS	MESTRADO	PARCIAL	4 ANOS E 8 MESES	3 ANOS	X	X	X	X	16/03/2018	0	0	0	0	0	**30**	(18h) RESPONSABILIDADE TÉCNICA	12	-	FUNÇÕES BIOLÓGICAS
VALÉRIA DA ROCHA BREVES DE SOUSA	DOCENTE/ TUTORA	LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA	MESTRADO	PARCIAL	05 ANOS E 02 MESES	2 ANOS E 8 MESES	2 ANOS E 6 MESES	2 ANOS E 6 MESES	X	X	16/03/2018	0	2	0	0	2	**32**	(32h) TUTOR	32	-	LEITURA, INTEPRETAÇÃO E PRODUÇÃO DE TEXTO (EAD), METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO (EAD)
WANILCE DO SOCORRO PIMENTEL DO CARMO	DOCENTE	FILOSOFIA / ADMINISTRAÇÃO	MESTRADO	PARCIAL	18 ANOS	12 ANOS E 3 MESES	2 ANOS E 6 MESES	X	X	X	02/02/2016	0	0	0	0	0	**21**	(5h) EXTENSÃO	16	-	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO (EAD)

Apêndice III – Perfil do(a) Coordenador (a)

PERFIL DO(A) COORDENADOR(A)	
Nome	Camila Fabbri
Formação	Farmacêutica
Titulação	Doutora
Experiencia dentro do magistério superior	9 anos
Experiencia fora do magistério superior	1 ano
Tempo de gestão do curso de graduação	2 anos

Apêndice IV – Núcleo Docente Estruturante (NDE)

FARMÁCIA			
FUNÇÃO	**NOME**	**TITULAÇÃO**	**REGIME**
COORD/NDE	CAMILA FABBRI	Doutora	PARC.
NDE	FABIO CARMONA DE JESUS MAUÉS	Doutor	PARC.
NDE	JAQUELINE DE OLIVEIRA SOUZA	Mestre	Integral
NDE	KEILLAH MARA DO NASCIMENTO BARBOSA	Doutora	PARC.
NDE	MARCELO AUGUSTO MOTA BRITO	Doutor	PARC.

Apêndice V – Equipe Multidisciplinar do NEAD:

Leonardo Florencio Da Silva- Gestão

Kelen Priscila De Oliveira Buraslan Marcião- Pedagógico

Adilsimar Saraiva Maciel- Acadêmico/Pedagógico

Lauro Rosas Neto- Ambiente Virtual de Aprendizagem

Ana Augusta De Oliveira Simas- Material Didático

Anne Caroline Do Nascimento Ribeiro- Material Didático

Katyanne Ferreira Pinto- Material Didático

Nubia Vitoria Ribeiro Gomes- Material Didático

Ronilson Moraes Soares- Material Didático

Wenderson Rocha da Costa- Material Didático

Marcello Moraes Vieira- Material Didático

Lícia Belém Fernandes Gonçalves- Material Didático

Manuel Jandeir Da Silva Muniz- Ambiente Virtual de Aprendizagem

Jessica Nogueira Da Silva- Ambiente Virtual de Aprendizagem

Joel Dos Santos Souza- Ambiente Virtual de Aprendizagem

Ronald Lucas Vale Cordeiro- Ambiente Virtual de Aprendizagem

Lilian Giselle Maia Santos- Suporte/Orientação Alunos e Coordenadores

Ilmara Pereira De Almeida Araujo- Suporte/Orientação Alunos e Coordenadores

Marcia Mello Da Costa- Suporte/Orientação Alunos e Coordenadores

Lucas Matheus Sampaio Campos- Apoio Polos; Capacitações

Patricia Almeida Barbosa- Apoio Polos

Priscila Da Silva Rodrigues- Apoio Polos

Erenil Da Silva Melo- Apoio Polos